

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA MOREIRA

**A Construção do Consenso Privatista: o Instituto Brasileiro de  
Siderurgia (IBS) e os seus agentes (1976-1990)**

Niterói

2014

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA MOREIRA

**A Construção do Consenso Privatista: o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e os seus agentes (1976-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

**Orientador: Prof. Dr. Théó Lobarinhas Piñeiro**

Niterói

2014

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA MOREIRA

**A Construção do Consenso Privatista: o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e os seus agentes (1976-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Théo Lobarinhas Piñeiro – UFF (Orientador)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Letícia Corrêa – UERJ/FFP (Arguidora)

---

Prof. Dr. Bernardo Kocher – UFF (Arguidor)

---

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão – UERJ/FFP (Suplente)

---

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato – UFF (Suplente)

Para o meu avô Adalton  
Ferreira Dias e o meu tio  
Alcyr Ferreira de Oliveira,  
cujas lembranças só me  
trazem alegrias (In  
memoriam).

## **Agradecimentos**

Se o processo de pesquisa e escrita envolve uma relação de produção, não havendo neutralidade nesse fazer, tampouco podemos dizer que esta é uma atividade individual. Ao longo desses dois anos de pesquisa/escrita, foram inúmeras as pessoas que contribuíram para que esta dissertação fosse concluída. A estas pessoas, devo meu sincero agradecimento.

Ao meu orientador Théó Lobarinhas Piñeiro, pela dedicação e argutas observações acerca do desenvolvimento desta dissertação, desempenhando aquilo que o marxista sardo Antonio Gramsci denominou de “guia amigável” na produção do conhecimento e da autonomia acadêmica.

Aos professores Bernardo Kocher e Maria Letícia Corrêa, que fizeram importantes observações na banca de qualificação e gentilmente aceitaram a participação na banca de defesa.

Aos professores com quem tive aula no Programa de Pós-Graduação em História Social na UFF e na UFRJ, Sonia Regina de Mendonça, Luiz Fernando Saraiva, Marcelo Badaró Mattos, Virgínia Fontes e Renato Luís do Couto Neto Lemos. As reflexões e leituras adquiridas nas disciplinas com esses professores possibilitaram um salto qualitativo em minhas indagações acerca das formas de dominação no Brasil recente.

Aos colegas adquiridos ao longo das aulas e da militância, que me valeram calorosos e qualificados debates, As discussões com Alan Ribeiro, Anderson Tavares, Amanda Cezar, André Guiot, Bárbara Araújo, Bianca Rihan, Fernanda Haag, Giovanna Antonaci, Janaina Sedova, Larissa Costard, Leonardo Brito, Ludmila Gama, Maria Isabela, Pedro Cassiano e Vinicius Ayres, foram deveras proveitosas para se pensar a pesquisa e, por conseguinte, a luta por um mundo melhor.

Aos membros do Polis- Laboratório de História Econômica e Social da UFF, que desde o processo seletivo para o ingresso no Mestrado, muito contribuíram para o meu crescimento intelectual, tanto pela qualidade teórica e metodológica dos seus Membros, quanto pelo rigor nas leituras e críticas dos trabalhos apresentados no grupo. Desta forma sou grato à Luiz Fernando Saraiva, Carlos Gabriel Guimarães, Rita Almico, Rafael Brandão ,Gabriel Maraschin e especialmente à Pedro Henrique Pedreira Campos,que me chamou a atenção para a relevância do tema aqui pesquisado e generosamente dedicou seu tempo a ler e apontar os problemas do projeto inicial.

Aos membros do GTO, coordenado pela professora Virgínia Fontes, do qual tive a felicidade de me incorporar e participar de algumas discussões. Meu muito obrigado à Thiago Reis Marques Ribeiro, Rejane Carolina Hoeveler, Rodrigo Dias Teixeira e Estela, pela qualidade das discussões.

Ao Professor David Maciel da Universidade Federal de Goiás, que me enviou sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado, ambas fundamentais para se pensar o período aqui estudado, além de generosamente ter tecido inúmeros comentários acerca do desenvolvimento desta pesquisa, todos da mais alta relevância para os questionamentos aqui propostos.

Aos colegas de trabalho do Colégio e Curso Miguel Couto e do Instituto Maia Vinagre: Saulo Bohrer, Daniela Queiroz, Fabiana Polessa e Gisele Veiga, sempre atenciosas e interessadas nos meus comentários acerca do andamento da pesquisa.

Aos funcionários do Instituto Aço Brasil, sobretudo à Arlindo Reis, que gentilmente me atendia no Instituto e disponibilizava as atas dos congressos do Instituto Brasileiro de Siderurgia, fundamental para o andamento e conclusão da pesquisa.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF, em especial à Silvana, sempre atenta e disposta a tirar qualquer dúvida.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, pelo auxílio financeiro prestado durante esses dois anos, o que me possibilitou participar de congressos e fotocopiar inúmeros documentos.

Ao amigo Renatão do Quilombo, grande intelectual orgânico das classes populares e organizador de uma deliciosa feijoada acompanhada por uma roda de samba, no Rancho do Quilombo em Niterói-RJ. Agradeço pelos momentos em que pude respirar um pouco de arte e de cultura popular.

Aos meus amigos Alcides Lopes, Alan Gonçalves, Zé Conceição e Thiago Morais, meu muito obrigado pela paciência e companheirismo com o qual escutaram as minhas angústias.

Ao meu pai João Baptista Araújo Moreira pelo apoio incondicional aos meus estudos da infância à universidade, pela compreensão e pelo interesse no meu tema de pesquisa, eu te amo papai!

À minha mãe Maria das Graças de Oliveira, pelas conversas, carinho, compreensão, companheirismo, confiança e zelo. Te admiro enquanto mãe e mulher, meu amor por você é incondicional.

À mulher mais guerreira que eu conheço, minha avó Arlete Ferreira Dias, meu muito obrigado pelo amor, pela dedicação e pelo carinho com o seu neto, você tem mais participação nessa dissertação do que possa imaginar. Eu te amo sobremaneira!

E por fim, mas não menos importante, à minha companheira de todas as horas, Nathália Rodrigues. Obrigado por me escutar, por ser paciente e amorosa. Certa vez perguntaram à José Saramago o que era o amor, o escritor português sem pestanejar respondeu: Pilar (o nome de sua companheira). Pois bem, hoje, sem pestanejar, eu digo que amor tem nome, sobrenome e ecoa nos meus ouvidos sempre que acordo ou que olho para as estrelas, esse nome é: Nathália.

## **Resumo**

As formas organizativas da fração siderúrgica do capital no Brasil, entre os anos de 1976-1990, constituem o principal objeto de estudo desta dissertação. Nela, são discutidas a conformação histórica do setor siderúrgico, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil pós Segunda Guerra Mundial e as atuações do empresariado nos congressos do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), principal Aparelho Privado de Hegemonia do setor. A partir do II PND, esta fração do capital iniciou uma “fuga para frente” com o intuito de aplicar um projeto privatista para a siderurgia, o que nos levou a trabalhar com a hipótese central de que partiu do IBS, de maneira precoce, a estruturação de um programa de privatizações que veio a se tornar hegemônico na década de 1990. Portanto, aqui, norteados pelo referencial teórico gramsciano objetivamos apresentar a capacidade organizativa de uma importante fração do capital em introjetar seus interesses na sociedade política, sendo as privatizações a expressão maior destas demandas.

Palavras-Chave: Indústria Siderúrgica; Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS); II PND; Empresariado; Estado Integral; Hegemonia; Crise de Hegemonia; Aparelho Privado de Hegemonia; Pessoal do Estado; Privatizações.



## **Abstract**

The Organizational forms of the steel fraction of capital in Brazil, between the years 1976-1990, constitute the main object of study of this thesis. In it are discussed the historical conformation of the steel industry, the development of capitalism in Brazil after World War II and the actions of business conferences in the Brazilian Steel Institute (IBS), Principal Private Apparatus Hegemony sector. From the II PND, this fraction of the capital began a "flight forward" in order to apply a privatized project for the steel industry, which led us to work with the central hypothesis that came from IBS, at an early stage, the structuring a privatization program that was to become hegemonic in the 1990s. So here, guided by the Gramscian theoretical framework aimed to present the organizational capacity of a significant fraction of capital internalize their interests in political society, with privatization the greatest expression of these demands.

**Keywords:** Steel Industry; Brazilian Steel Institute (IBS), II PND; Entrepreneurship; Integral State, Hegemony, Crisis of Hegemony; Private Apparatus Hegemony, the State Personnel; Privatization.

## Sumário

<b>Introdução</b>	<b>p.21</b>
<b>Capítulo 1: A indústria siderúrgica brasileira: uma breve perspectiva histórica</b>	<b>p.37</b>
1.1- A Política Siderúrgica no Brasil e a sua formação histórica	<b>p.48</b>
1.2- A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como solução e a expansão Estatal do setor	<b>p.52</b>
1.3- A política siderúrgica na Ditadura Empresarial-Militar	<b>p.57</b>
1.4- O saneamento financeiro como princípio: Os anos 1980	<b>p.62</b>
<b>Capítulo 2: A atuação do empresariado no IBS (1976-1979)</b>	<b>p.68</b>
2.1- O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS): um breve histórico	<b>p.68</b>
2.2- Forças externas: do Boom pós Segunda Guerra Mundial a Crise dos anos 1970	<b>p.71</b>
2.3- Dinâmica interna: definindo os modelos de acumulação, o II PND e repactuação de classes	<b>p.84</b>
2.4- O IBS como Aparelho Privado de Hegemonia: a atuação empresarial e a crítica antiestatista (1976-1979)	<b>p.109</b>
<b>Capítulo 3: Crise de Hegemonia e o IBS: elaboração do projeto privatista (1980-1984)</b>	<b>p.118</b>
3.1- Alguns apontamentos sobre o conceito de “Hegemonia” e de “Crise de Hegemonia”	<b>p.118</b>
3.2- O Cenário da crise em meio à transição política	<b>p.126</b>
3.3- Os congressos do IBS e a defesa dos preceitos liberais (1980-1984)	<b>p.131</b>
<b>Capítulo 4: (Re) Articulando a dominação burguesa no Brasil: Os Planos de Estabilização econômica, embates intraclasses dominantes e os congressos do IBS de 1987 e 1990</b>	<b>p.162</b>
4.1- O fracasso da perspectiva desenvolvimentista e a ofensiva do projeto privatista	<b>p.162</b>
4.2- A “Sagração da Primavera” Privatista	<b>p.192</b>
<b>Conclusão</b>	<b>p.202</b>
<b>Anexos</b>	<b>p.204</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>p.228</b>
<b>Fontes</b>	<b>p.243</b>

**Lista de Abreviaturas e Siglas:**

**ABDIB – Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base**

**ABDD - Associação Brasileira de Defesa da Democracia**

**ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas**

**ACESITA – Companhia Aços Especiais de Itabira**

**AISI - American Iron and Steel Institute**

**ALADI - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio**

**APH - Aparelho Privado de Hegemonia**

**ARBED - Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange**

**ASP - Associação de Siderurgia Privada**

**BAHINT - Bozz Allen and Hamilton International**

**BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento**

**BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento**

**BNH - Banco Nacional de Habitação**

**BTN- Bônus do Tesouro Nacional**

**BTNF - Bônus do Tesouro Nacional Fiscal**

**CACEX - Carteira de Comércio Exterior**

**CBUM - Companhia Brasileira Usinas Metalúrgicas**

**CDB'S - Certificados de Depósitos Bancários**

**CDI - Comissão de Desenvolvimento Industrial**

**CEIMA - Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico**

**CEIME - Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico**

**CFCE - Conselho Federal de Comércio Exterior**

**CIP - Comissão Interministerial de Preços**

**CNI- Confederação Nacional da Indústria**

**COFAVI - Companhia Ferro e Aço de Vitória**

**COSIN – Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes**

**COMIND – Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A**

**CONSIDER - Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica**

**COPALBA - Companhia Óleo de Palmopalba**

**COPAG - Comissão para o Plano de Governo**

**COSIM – Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes**

**COSIGUA – Companhia Siderúrgica Guanabara**

**COSIMA – Companhia Siderúrgica do Maranhão**

**COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista**

**CTEF - Conselho Técnico de Economia e Finanças**

**CSN – Companhia Siderúrgica Nacional**

**CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão**

**DEEST - Departamento de Estudos e Estatísticas**

**Embramec – Mecânica Brasileira S.A.**

**ESG – Escola Superior de Guerra**

**FAAB - Frente Ampla para a Agropecuária Brasileira**

**FIMG – Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais**

**FMI – Fundo Monetário Internacional**

**FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial**

**FIPASE - Insumos Básicos S.A.**

**FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro**

**FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**

**GCIS - Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica**

**IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

**IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais**

**Ibrasa - Investimentos brasileiros S.A.**

**IBS - Instituto Brasileiro de Siderurgia**

**ILAFA - Instituto Latino Americano del Fierro y del Acero**

**IL – Instituto Liberal**

**IPI – Imposto sobre Produto Importado**

**IPC – Índice de Preços ao Consumidor**

**ISI - International Iron and Steel Institute**

**LBC'S - Letras do Banco Central**

**MDB - Movimento de Defesa do Brasil**

**ONU – Organização das Nações Unidas**

**ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional**

**OTN – Obrigação do Tesouro Nacional**

**PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo**

**PCB – Partido Comunista Brasileiro**

**PCN – Partido Comunitário Nacional**

**PDC do B – Partido Democrata Cristão do Brasil**

**PDT – Partido Democrático Trabalhista**

**PDS – Partido Democrático Social**

**PFL – Partido da Frente Liberal**

**PGI – Plano Geral de Industrialização**

**PIS - Programa de Integração Social**

**PL – Partido Liberal**

**PLP – Partido Liberal Progressista**

**PMB – Partido Municipalista Brasileiro**

**PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro**

**PMN – Partido da Mobilização Nacional**

**PN – Partido Nacionalista**

**PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais**

**PND – Plano Nacional de Desestatização**

**PORTOBRÁS - Empresa de Portos do Brasil S.A**

**PP – Partido Progressista**

**PPB – Partido Progressista Brasileiro**

**PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional**

**PRN – Partido da Renovação Nacional**

**PSD – Partido Social Democrático**

**PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira**

**PSN - Plano Siderúrgico Nacional**

**PSP – Partido Social Progressista**

**PT – Partido dos Trabalhadores**

**PTB – Partido Trabalhista Brasileiro**

**PV – Partido Verde**

**SECEX - Secretaria de Comércio Exterior**

**Sest-Septan - Secretaria de Controle das Empresas Estatais**

**SIDERBRÁS - Siderurgia Brasileira AS**

**SIDERSUL-RS – Siderúrgica Rio Grande do Sul**

**UBE - União Brasileira de Empresários**

**UDR – União Democrática Ruralista**

**UNDD - União Nacional de Defesa da Democracia**

**URP - Unidade de Referência de Preços**

**USIBA – Usina Siderúrgica da Bahia**

**USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A**



**U.S Steel – United States Steel Corporation**

**ZPEs - Zonas de Processamento de Exportações**

**Lista de Quadros e Tabelas:**

**Tabela 1.1 – Produção e importação de minério de ferro pelos EUA, 1924-1937, p.43**

**Tabela 1.2 – Produção e importação de minério de ferro pela Inglaterra, 1923; 1934-1937; Origem das importações inglesas de minério de ferro, p.43**

**Tabela 1.3 – Impacto do Tratado de Versalhes, p.44**

**Tabela 1.4 – Criação das Siderúrgicas Estatais, p.45**

**Tabela 1.5 - Produção de Ferro Gusa, entre 1936-1940/ Em toneladas, p.50**

**Tabela 1.6 - Produção de Lingotes de Aço, entre 1936-1940/Em toneladas, p.51**

**Tabela 1.7 – Boletim Anual do IBS (1990) (Sem Título), p.63**

**Tabela 1.8 - Faturamento da Indústria Siderúrgica no Brasil (1970-1993), p.63**

**Tabela 3.1 - 1979 - Produção Mundial de Aço – milhões /toneladas, p.132**

**Tabela 3.2 - Investimentos do Estado brasileiro por sub-setor para o ano de 1980, p.140**

**Tabela 3.3 - (Ganhos de divisas derivados dos programas setoriais –II PND), p.159**

**Quadro 4.1 - Candidatos a Presidência da República, p. p.187**

**Tabela 4.2 (Empresas incluídas no PND), p.195**

**Lista de Anexos:**

**Documento dos Oito (Julho de 1978), p.204**

**Empresários que assinaram o documento intitulado “Manifesto dos Oito”, p.213**

**Pessoal do Estado, p.222**

**Países da América Latina - Produção de Aço – 1977-1978, p.227**

“Os loucos e as crianças dizem sempre a verdade, Adso. Meu amigo Marsílio pode ser melhor do que eu como conselheiro imperial, mas como inquisidor eu sou melhor. Melhor até que Bernardo Gui, Deus me perdoe. Porque a Bernardo não interessa descobrir os culpados, porém queimar os acusados. E eu, ao contrário, encontro o deleite mais jubiloso em desenredar uma bela e intricada intriga. E será ainda porque no momento em que, como filósofo, duvido que o mundo tenha uma ordem, consola-me descobrir se não uma ordem, pelo menos uma série de conexões em pequenas porções dos negócios do mundo.” (Umberto Eco, O Nome da Rosa)

“O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um mero pedante) mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o “saber”” (Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere)

“Assim, os meninos vendendo alho e flanela nos cruzamentos com semáforo não são a prova do atraso do país, mas de sua forma atroz de modernização.” (Roberto Schwarz “Valor Intelectual”, Caderno Mais! Folha de São Paulo)

“As utopias são todas as representações, aspirações ou imagens de desejo, que se orientam na direção da ruptura da ordem estabelecida e exercem uma função subversiva.” (Karl Mannheim, Ideologia e Utopia)

## Introdução

Algumas das questões colocadas aqui nesta dissertação surgiram no período de minha graduação, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, quando tomei conhecimento da dissertação de mestrado de Danilo Enrico Martuscelli<sup>1</sup>, intitulada “A Crise do Governo Collor e a Tática do PT”.

À época desta leitura, chamou-me a atenção a polarização das eleições de 1989, com a possibilidade real de vitória de uma candidatura alicerçada nos movimentos populares, que acabou saindo derrotada pelo então candidato Fernando Collor de Mello. Outro ponto de profunda reflexão foi a implementação no país de um projeto liberalizante, que teve nas privatizações o seu carro chefe através do Plano Nacional de Desestatização (PND).

Tais medidas, vulgarmente chamadas de “neoliberalismo<sup>2</sup>” chegaram de forma “tardia” ao Brasil, sendo a experiência do Chile nos anos 1970 a pioneira na adoção de ações liberalizantes, seguidas pelos governos de Margareth Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan nos Estados Unidos, Helmut Kohl na Alemanha Ocidental, Paul Schluter na Dinamarca, Carlos Andrés Perez na Venezuela, além dos países latino-

---

<sup>1</sup> MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A Crise do Governo Collor e a Tática do PT, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

<sup>2</sup> Segundo Virgínia Fontes, diversas categorias procuraram dar conta das transformações no último quartel do século XX, entre elas se inclui o neoliberalismo, que é assim caracterizado pela autora: “A categoria de neoliberalismo também continha um teor fortemente descritivo, aplicando-se a uma política, a uma ideologia e a práticas econômicas que reivindicavam abertamente o ultra-liberalismo, porém com forte viés de denúncia. Tem como núcleo o contraste fundamental com o período anterior, considerado por muitos como “áureo” (keynesiano ou Estado de Bem Estar Social), o que reduz a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos, assim como apaga as discrepâncias que predominara entre a existência da população trabalhadora nacional nos países imperialistas e nos demais” (FONTES, 2010, p.154); Já José Paulo Netto, assim definiu o conceito de neoliberalismo: “Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2012, p.84); Independente da matriz teórica, existe um razoável consenso na bibliografia vigente acerca de que o epicentro das políticas neoliberais consiste num ataque frontal aos sindicatos e à legislação trabalhista, ver: Cf. ANTUNES, 2005; BIANCHI, 2001; FIORI, 2001; NETTO, 2012; PETRAS, 1999.

americanos em vias de redemocratização, tais como: Raúl Alfonsín na Argentina, Sanguinetti no Uruguai, Jaime Paz Zamora na Bolívia, Alan García no Peru e Miguel de la Madrid no México .

O Cientista Político José Luis Fiori buscou uma periodização da ascensão das práticas liberalizantes em quatro etapas fundamentais: 1) “o tempo da clandestinidade”. Período em que foram desenvolvidas as ideias expostas no final da segunda guerra mundial, pelo economista austríaco Friedrich Hayek, na obra “O Caminho da Servidão”, sob a hegemonia do pensamento keynesiano; 2) A conquista dos espaços acadêmicos por parte das teorias da “Escolha Pública”, das “Expectativas Racionais” e da “Teoria dos Jogos”, nos anos 60/70, momento também que é formada uma geração de economistas que assumiram uma posição de destaque na direção das políticas econômicas nos países periféricos do capitalismo; 3) A passagem do campo da teoria para o campo da política com a chegada ao governo das forças liberal-conservadoras (conforme citamos no parágrafo acima); 4) O fim do “socialismo real” e a derrota de qualquer tipo de resistência as práticas liberalizantes<sup>3</sup>.

Esse modelo de acumulação capitalista além de assegurar a recomposição da dominação burguesa no país<sup>4</sup>, foi aprofundado e consolidado nos governos conseguintes aos aqui estudados (Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff), marcando, portanto, as lutas de classes dos anos 1990/2000.

Outro instigante estudo que também serviu como interlocutor para com estas questões suscitadas por Martuscelli foi à tese de doutoramento de Monica Piccolo Almeida<sup>5</sup>, intitulada “Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso”.

Nesta tese, Almeida percorreu o processo de introdução das políticas públicas orientadas para o mercado no Brasil, analisando os conflitos entre as frações de classes nas principais agências formuladoras da política-econômica (Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Banco do Brasil e Banco Central), além de reconstituir os projetos e disputas no seio da sociedade política.

---

<sup>3</sup> FIORI, 1998, p.215-220.

<sup>4</sup> BOITO JR. 2002, p.8.

<sup>5</sup> ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

O ponto fulcral da tese é a análise no último capítulo, do PND, e de sua estrutura operacional, em que a autora trabalhou com a hipótese de que este Plano foi o marco jurídico para a efetivação de uma política de desestatização, que marcou uma reordenação estratégica do papel do Estado<sup>6</sup>, além de nos proporcionar detalhado mapeamento das estatais leiloadas, com destaque para as siderúrgicas.

Em artigo de 2007<sup>7</sup>, portanto anterior a sua tese, Almeida estudou detidamente o caso da USIMINAS, importante estatal da cidade de Ipatinga-MG, que foi incluída no programa de privatizações a despeito de sua alta rentabilidade, elevado grau de tecnologia, inserção no mercado internacional e elevados índices de produtividade de laminados de aço carbono não revestidos.

Tais características destoavam do discurso hegemônico da época, que versava sobre o “gigantismo”, a “ineficiência” e o esgotamento financeiro das estatais, o que levou a autora a formular a seguinte hipótese:

Diferentemente do que até então vinha ocorrendo, a privatização da USIMINAS trilhou caminhos específicos que acabaram por se tornar o “modelo” das experiências desestatizadoras posteriores (...) Tal especificidade reside, em primeiro lugar, no fato de que a inclusão no PND de uma empresa com histórico de lucratividade e de grande porte econômico forneceria a oportunidade de revisão dos métodos até então adotados. Em segundo lugar, forneceria credibilidade às intenções liberalizantes do governo. E, em terceiro e, para a hipótese aqui levantada, o mais relevante, a inclusão da USIMINAS no processo de desestatização acabaria por levar à construção de uma “área de consenso”, uma vez que o bloco de ações do governo foi ofertado em leilão público sem que fossem estabelecidas quantidades mínimas a serem adquiridas ou sem que fosse exigida uma pré-qualificação técnica dos candidatos. Em outras palavras, tentou-se, assim, ampliar o número de beneficiários e reduzir as resistências ao PND. Nesse sentido, os investidores com diferentes perspectivas passaram a ver nas privatizações uma boa oportunidade de negócio (ALMEIDA, 2007, p.5).

---

<sup>6</sup> Op.Cit.2010, p.273-274.

<sup>7</sup> ALMEIDA, Monica Piccolo. Programa Nacional de Desestatização do governo Collor: uma leitura gramsciana. In: Simpósio Nacional de História, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

A partir desta arguta reflexão e, de outras indagações já sinalizadas, desenvolvi uma monografia de conclusão de curso<sup>8</sup> em que a principal questão era compreender como que um setor da economia, como o siderúrgico, historicamente desenvolvido sob a forte intervenção do Estado, foi a “ponta de lança” do projeto privatista no país. Certamente surgiram questões que fugiam do escopo de uma monografia e da experiência de um graduando, mais certo ainda é que inúmeras lacunas ficaram.

Todavia, alguns importantes elementos vieram à luz no decorrer desta pesquisa preliminar, tais como: os interesses acionários da Nippon USIMINAS no processo de privatização da usina e a atuação da fração siderúrgica do capital no seu principal Aparelho Privado de Hegemonia (APH)<sup>9</sup>, o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

Foi o segundo ponto destacado que mereceu maior destaque de nossa parte, haja vista que, a partir da análise das atas dos congressos pudemos perceber que de forma precoce (1976), o IBS formulou uma série de políticas liberalizantes e passou a pressionar os governos a implantar uma política de privatizações para o setor

---

<sup>8</sup> MOREIRA, J.P.O. Intervenção Estatal, Empresariado e Privatizações: O Caso da USIMINAS, Monografia de conclusão de curso submetida ao Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

<sup>9</sup> Em “Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio”, um dos principais comentadores do marxista sardo, Carlos Nelson Coutinho, deu a seguinte definição para “Aparelhos Privados de Hegemonia”: (...) são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito (no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” — FF); mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade (COUTINHO, 1994, p.54-55). Carlos Nelson Coutinho ainda diferenciou os “Aparelhos Privados de Hegemonia” de Gramsci, para os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, de Luis Althusser, apontando que o francês tentou descaracterizar a originalidade de Gramsci ao defender que a distinção da noção de sociedade civil e sociedade política são burguesas, assim como a ampliação do Estado não era um fenômeno recente para Althusser, devendo se travar uma intensa luta “fora” do Estado (COUTINHO, 1999, p. 132-134). Sobre os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, Althusser atribuía uma série de realidades que se apresentam ao observador enquanto imediatas sob a forma de instituições distintas e especializadas: escolas, igrejas, informação, cultura, política, sindicatos etc. (ALTHUSSER, 1985, p.68-69).



siderúrgico, propostas estas que destoavam dos históricos apelos de desenvolvimento como tática de sobrevivência em tempos de crise<sup>10</sup>.

Tal constatação se difere da bibliografia vigente na Ciência Política, em que se aponta para os setores do grande capital bancário e financeiro, associados à Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e à Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), que desde o início dos anos 1980, anunciavam a defesa de privatizações, da abertura comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho<sup>11</sup>.

Para operacionalizarmos esta pesquisa, na qual a hipótese que a norteia é a de que a formulação e a elaboração do projeto privatista, que veio a se tornar hegemônico nos anos 1990 foi gestado pelos intelectuais orgânicos<sup>12</sup> atuantes no IBS, partirmos da proposta metodológica de Sonia Regina de Mendonça em que:

Sabendo-se de antemão que tais interesses ou projetos somente terão força uma vez organizados na Sociedade Civil e que tal organização conta, como espaço privilegiado, com os aparelhos privados de hegemonia nela contidos, o passo inicial para o estudo de uma política/iniciativa estatal deve consistir no mapeamento dos aparelhos afetos à política em análise num dado momento histórico, verificando-se a organização de suas demandas, bem como os mecanismos e estratégias de inserção de seus quadros junto a este ou aquele organismo de Estado, ainda que isso se traduza, muitas vezes, na criação de novos órgãos.(...) para chegar-se ao Estado em seu sentido estrito, deve-se partir da Sociedade Civil e não o contrário(...) Qualquer modificação na correlação de forças vigente na Sociedade Civil, intra ou entre aparelhos privados de hegemonia terá, necessariamente, repercussões junto à Sociedade Política em geral e aos organismos estatais, em particular. Afinal, os atores sociais engajados nas agências da Sociedade Civil e da Sociedade Política recortadas para

---

<sup>10</sup> José Luis Fiori em “O Vôo da Coruja” analisou historicamente os mecanismos de pressão por repressão e desenvolvimento por parte das classes dominantes no Brasil, a partir de propostas que reatualizassem o parque industrial em tempos de crise (FIORI, 1995, p. xviii; 78).

<sup>11</sup> Cf. BOITO JR. 1999; MARTUSCELLI, 2005; MINELLA, 1988; 1993; 2004.

<sup>12</sup> Segundo Gramsci, os Intelectuais Orgânicos seriam definidos pela sua capacidade organização, tendo em vista as condições de expansão e beneficiamento da **própria classe**, o que nos implicaria analisar as relações sociais e as condições nas quais as mesmas se inserem (GRAMSCI, 2011, p.15; 18); Para Lincoln Secco, o intelectual orgânico gramsciano, insere-se ativamente na vida prática como **constutor, organizador** e “**persuasor permanente**”, elaborado por uma classe em seu desenvolvimento histórico (SECCO, Verbete: Intelectuais (1), In: [www.acessa.com](http://www.acessa.com)).

pesquisa, não representam classes em abstrato, inscritas num Estado etéreo.(...) Em síntese, tomar o Estado como uma relação social nos permite não apenas evitar armadilhas do conhecimento reificado e simplificador, como também desnaturalizar os mecanismos mais profundos de seu funcionamento(...) (MENDONÇA, 2005, p.12-13).

É nesse sentido que trabalharemos de forma orgânica a atuação do empresariado no IBS e as relações com os agentes do Estado em seu sentido restrito. Tal questão nos coloca dois desafios: 1) Operacionalizar o conceito gramsciano de Estado Integral (stato integrale); 2) Apontar as singularidades da fração siderúrgica do capital e do pessoal do Estado, que formularam o projeto privatista para este setor.

Na apreciação do Estado Integral, este não é nem um sujeito que paira acima dos interesses das classes sociais, e nem um objeto monopolizado por uma dada classe ou fração de classe, mas sim uma condensação<sup>13</sup> de relações sociais, atravessado pelos conflitos vigentes na sociedade em geral e inscritos na ossatura material do Estado<sup>14</sup>.

Esta noção relacional do Estado também foi pensada por Nicos Poulantzas, que ao longo de sua vida pensou a **função** do Estado capitalista e os **mecanismos** que

---

<sup>13</sup> A ideia de *condensação* é de matriz freudiana, onde o psicanalista na obra “A Interpretação dos Sonhos” (1899), ao analisar o curso de formação dos sonhos aponta para o fato de que um certo número de temas, idéias e imagens se condensam em uma só no decorrer do sonho: “Deve-se admitir que a grande maioria das idéias que são reveladas na análise já estava em ação durante o processo de formação do sonho, uma vez que, depois de se elaborar uma sucessão de idéias quer parecem não ter qualquer ligação com a formação de um sonho, de repente se esbarra numa idéia que está representada em seu conteúdo e que é indispensável para sua interpretação, mas que não poderia ter sido alcançada senão por essa linha específica de abordagem. Posso aqui recordar o sonho da monografia de botânica em que dá a impressão de ser produto de um surpreendente volume de condensação, muito embora eu não tenha relatado sua análise integralmente.(...) Ao refletimos que somente uma pequena minoria de todos os pensamentos oníricos revelados é reproduzida no sonho por um de seus elementos de representação, poderíamos concluir que a condensação se apresenta por omissão: quer dizer, que o sonho não é uma tradução fiel ou uma projeção ponto por ponto dos pensamentos do sonho, mas uma versão altamente incompleta e fragmentária deles” (FREUD, 1900, p.237-238). Importante frisar que Freud e outros autores da Psicanálise eram amplamente discutidos nos círculos “Althusserianos” de debate no qual Nicos Poulantzas participou. Sobre o diálogo de Poulantzas nos círculos “Althusserianos”, ver: Cf.SAES, 1998.

<sup>14</sup> Para Poulantzas, o Estado possui uma ossatura material, onde se estabelece as relações sociais de produção, políticas e de dominação, configurando-se como a base do Estado. **É nesse sentido que a luta de classes está inscrita no seio do Estado e tem o primado sobre os seus aparelhos** (POULANTZAS, 1985, p.70-77; 144-145).

possibilitariam a sua destruição, criticando assim a noção dos liberais, dos marxistas ortodoxos, dos filósofos franceses (Foucault e Deleuze) e, sobretudo de Norberto Bobbio (para quem o marxismo não tinha uma teoria do Estado), de Estado enquanto “Coisa” ou “Sujeito”<sup>15</sup>.

No seu ensaio teórico “Poder Político e Classes Sociais” (1968), o Estado foi definido como uma **estrutura** capaz de garantir a coesão social dos níveis político, ideológico e econômico, através da reprodução das relações de produção capitalistas e das relações de dominação da burguesia através do bloco no poder<sup>16</sup> sobre as demais classes sociais:

Para resolver o problema, é necessário regressar à concepção marxista científica da superestrutura do Estado e mostrar como, no interior da estrutura de vários níveis defasados por desenvolvimento desigual, o Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social (POULANTZAS, 1968, p.42).

Em “Fascismo e Ditadura” (1970), Poulantzas concebeu o Estado enquanto um **“conjunto de aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos”**, atravessado pelas lutas de classes, cujas funções produziam/reproduziam a dominação de classe, sobretudo no âmbito econômico<sup>17</sup>. Em suas duas obras subsequentes, numa conjuntura de análise da internacionalização dos Estados, “As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje” (1974) e “A Crise das Ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha” (1975), o autor incluiu o aspecto **relacional** ao Estado, mesmo que acoplado a perspectiva do “aparelho” repressivo/ideológico:

---

<sup>15</sup> Acerca dos demais interlocutores de Poulantzas, ver: CODATO, 2008, p.18.

<sup>16</sup> Segundo Poulantzas: “Constata-se, efetivamente, no caso deste tipo de Estado, uma relação específica entre as classes ou frações a cujos interesses políticos este Estado responde. (...) Podemos estabelecer, nestas formações, a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado, e, por outro lado, uma configuração particular das relações entre as classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito de bloco no poder” (POULANTZAS, 1968, p.224); O poulantziano Décio Saes, assim definiu o conceito de bloco no poder: “(...) indica que a unificação política das classes proprietárias contra as classes trabalhadoras não exclui a submissão política (ou “hegemonia” no sentido estrito) de certas frações de classe dominante à fração de classe dominante mais poderosa” (SAES, 1998, p.2).

<sup>17</sup> Op.Cit., 2008, p.9;16.

(...) o Estado, consagrando e legitimando a dominação de classe, constitui o fator de coesão do conjunto da formação social e, reproduzindo as relações sociais dessa formação, constitui a condensação do conjunto de suas contradições (POULANTZAS, 1975, p.169).

A autonomia relativa do Estado não significa também, assim, uma vontade coerente e racional dos agentes do Estado-entidade intrínseca: ela existe concretamente como “jogo” contraditório no seio dos aparelhos de Estado, e mesmo como resultante da relação de forças de que o Estado constitui a condensação (POULANTZAS, 1975, p.177).

De um lado, torna-se evidente que esse atual papel do Estado não pode absolutamente ser apreendido no sentido de um “capitalismo organizado” que, pela via indireta de uma “instância racionalizante”, teria ultrapassado as contradições próprias ao que é em geral designado como “anarquia da produção”, e que não é, finalmente, outra coisa senão a cristalização das contradições de classe. O Estado preenche certamente o papel geral de fator de coesão da formação social, isto é, um papel geral de “organização” e de “regulação”, mas esse papel não é distinto de suas funções em relação à luta de classes: é a expressão concentrada da hegemonia de classe (POULANTZAS, 1975, p.182-183).

(...) as contradições internas destes regimes (as ditaduras de Portugal, Grécia e Espanha) se manifestaram por excelência dentro do **aparelho militar** que, precisamente, detém, além do mais, o poder das armas (e não no partido e na burocracia, aparelhos dominantes dos regimes fascistas), o que contribui para tornar as contradições internas muito mais temíveis neles do que as contradições nos regimes fascistas (POULANTZAS, 1976,p.82).

A noção relacional de Estado ficou mais bem elaborada em sua última obra “O Estado, o Poder, o Socialismo” (1978), em que as lutas de classes se deslocam do domínio repressivo-ideológico para o âmbito da economia e o Estado no capitalismo é definido como condensação material da relação de forças entre as classes e frações numa dada sociedade:

Ao precisar algumas de minhas formulações anteriores, diria que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca mas, como aliás é o caso do “capital”, como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado. (...) Mas o Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é e condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe (POULANTZAS, 1985, p.147-148).

Tais contribuições do marxista grego são de extrema relevância para a presente dissertação, na medida em que o Estado capitalista é compreendido de forma conflituosa e relacional, o que nos auxilia na operacionalização da noção de Estado Integral formulada por Gramsci, haja vista que o marxista sardo tomava como ponto de partida a análise orgânica das relações de forças vinculadas à estrutura objetiva de uma dada realidade social, sobre o qual se erguiam os grupos sociais<sup>18</sup>.

Em sua análise, o Estado é formado indissociavelmente pela díade<sup>19</sup> sociedade civil/sociedade política, consenso/coerção, não havendo divisão nessas esferas, o que nos leva a averiguação de como na sociedade civil emergem os interesses organizativos para sua introjeção na sociedade política, “transbordando” assim, a esfera institucional da formulação e aplicação das políticas:

Mas o que significa Estado? Só o aparelho estatal ou toda a sociedade civil organizada? Ou a unidade dialética entre a unidade governamental e a sociedade civil? (GRAMSCI, 2006, p.263).

---

<sup>18</sup> BIANCHI, 2008, p.165.

<sup>19</sup> “(...) Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...); 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”. (GRAMSCI, 2006, p. 20-21).

Hegemonia e ditadura são indistinguíveis, a força é pura e simplesmente consenso: não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil: existe só o Estado e, naturalmente o Estado-governo, etc. (GRAMSCI, 2006, p.437).

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção (...)) Mas isto significa que por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil (GRAMSCI, 2006, p.244; 254-255).

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI, 2006 p. 32).

Ao trabalharmos com esta noção, é válido percebermos que, em Gramsci, o Estado Integral tem uma função educativa, no sentido de soldar/unificar os interesses das classes e frações da classe dominante, daí ser preponderante conhecer a realidade, a partir do Estado, para promover a sua transformação:

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; (...) A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados, Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das

relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil” (GRAMSCI, 2006, p.139).

Em suma, ao utilizarmos o conceito de Estado Integral, devemos evitar o risco de se estudar a sociedade civil e abandonar a análise da sociedade política e vice-versa. Portanto, o esforço aqui empreendido compreende tanto o estudo do funcionamento do IBS (APH) quanto a sua articulação com os intelectuais orgânicos das agências estatais formuladoras da política-econômica.

Posto isso, o segundo desafio colocado é o de compreender as singularidades da fração siderúrgica do capital e do pessoal do Estado, que formularam o projeto privatista do setor siderúrgico. Para tanto, devemos entender esta singularidade a partir da sua articulação com a própria siderurgia.

Os investimentos nesse setor demandam um enorme volume de dinheiro, para a construção de usinas, sua aparelhagem e investimentos em pesquisa e tecnologia (P&D), além da demora na recomposição da lucratividade por se tratar de investimentos cujo retorno é de longo prazo. É nesse sentido que se torna preponderante a noção de capital fixo para o entendimento do desenvolvimento do setor.

Segundo Roman Rosdolsky, o principal interesse do capital no processo de produção é a etapa do circuito do capital, onde ocorre a valorização do valor, e esta depende da sua relação estabelecida entre trabalho objetivado e trabalho vivo, sendo o capital “fixo” na medida em que no seu processo produtivo adota materialmente a forma de meio de trabalho<sup>20</sup>. O autor polonês, ao analisar os *Grundrisse* comparativamente com o *Capital, de Karl Marx*, ressaltou o aspecto em que os meios de trabalho acima citados, são convertidos em maquinaria (forma mais adequada de capital fixo), que uma vez inseridos no processo de produção do capital metamorfoseia os meios de trabalho.

Rosdolsky cita um trecho dos *Grundrisse* ilustrativo para a compreensão da noção de capital fixo:

Por isso, na produção do capital fixo o capital se coloca como fim em si mesmo e se mostra ativo como capital, em uma potência mais elevada que na produção do capital circulante. Logo, também sob este aspecto, a dimensão que o capital fixo já possui e a magnitude relativa de sua produção na produção global

---

<sup>20</sup> ROSDOLSKY, 2011, p.297-298.

indicam o grau de desenvolvimento da riqueza baseada no modo de produção do capital (MARX, 1953 APUD: ROSDOLSKY, 2011, p.302).

O tempo médio da renovação da maquinaria passa então a ser um dos motivos determinantes da periodicidade de crises: “desde o desenvolvimento em grande escala do capital fixo, o ciclo que a indústria percorre em um lapso de mais ou menos dez anos está vinculado a esta fase de reprodução total do capital, assim determinada”<sup>21</sup>. Um setor como o siderúrgico em momento de agudização econômica, é um dos primeiros a passar por um processo de contração de créditos, devido às características já supracitadas.

A siderurgia se constituiu historicamente no Brasil com forte atuação do Estado, apoiado pelas frações dominantes do capital<sup>22</sup>, tanto devido aos custos de implementação das usinas, quanto por uma questão de reserva de mercado, no sentido de evitar monopólios de grupos estrangeiros, mas sempre garantindo uma parcela tributada da mais valia para as empresas privadas<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> MARX, 1953 APUD: ROSDOLSKY, 2011, p.305.

<sup>22</sup> Como será demonstrado no capítulo I.

<sup>23</sup> Lênin abordou tal questão em 1916: “A revista berlinense Die Bank escreveu a este respeito que a Alemanha não poderia lutar com a Standard Oil a não ser implantando o monopólio de eletricidade e convertendo a força hidráulica em energia elétrica barata. Mas - acrescentava - "o monopólio da eletricidade virá quando dele necessitarem os produtores: quando nos encontrarmos em vésperas de outro grande craque, desta vez na indústria elétrica, e quando já não puderem funcionar com lucro as gigantescas e caras centrais elétricas que os 'consórcios' privados da indústria elétrica estão agora construindo em toda parte e para as quais estão a obter já diversos monopólios dos municípios dos Estados, etc. Será necessário então pôr em marcha as forças hidráulicas mas não será possível convertê-las em eletricidade barata por conta do Estado, tornando-se necessário entregá-las também a um 'monopólio privado submetido ao controle do Estado', pois a indústria privada já conclui bastantes transações e estipulou grandes indenizações (...) Assim aconteceu com o monopólio do petróleo e assim será com o monopólio da eletricidade. Já é tempo de os nossos socialistas de Estado, que se deixam deslumbrar por princípios brilhantes, compreenderem finalmente que, na Alemanha, os monopólios nunca tiveram a intenção de proporcionar benefício aos consumidores ou, pelo menos, de pôr à disposição do Estado uma parte dos lucros patronais, tendo servido unicamente para sanear, à custa do Estado, à indústria privada, colocada quase à beira da falência". Tais são as valiosas confissões que se vêem obrigados a fazer os economistas burgueses da Alemanha. Por aqui vemos claramente como, na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e como tanto uns como outros não são na realidade mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo.” (LENIN, 2005, p.71-72).



Nossa hipótese parte de que a singularidade da fração siderúrgica do capital reside no fato de que, por ser a siderurgia um setor que sofre em primazia em momentos de crise, e durante os anos 1970-1980 ocorreu um recuo dos investimentos estatais para a área (justamente num momento de crise), o projeto privatista foi uma tática de “fuga para a frente”<sup>24</sup>, pressionando o Estado restrito a privatizar as lucrativas empresas públicas e garantir assim a estabilização da taxa de lucro, além de uma brutal concentração no setor.

Com relação aos presidentes das usinas estatais e dos ministros, ao longo da história, estes estiveram ao lado das frações do capital, não possuindo assim uma autonomia ou a conformação de uma nova classe burocrática própria e acima das outras classes, tal qual formulada por alguns autores marxistas entre os anos 50/60/70<sup>25</sup>, não apresentando assim resistência ao projeto privatista.

---

<sup>24</sup> Aqui o termo “fuga para frente” é utilizado de maneira distinta da que Fiori abordou as táticas das classes dominantes em tempo de crise (Cf. FIORI, 1995). A fuga para frente é aqui entendida enquanto um enfrentamento para com as políticas públicas intervencionistas do regime empresarial-militar, com o objetivo de reconfigurar o pacto de dominação burguesa no país.

<sup>25</sup> Referimo-nos ao sérvio Milovan Djilas, que desenvolveu uma ideia crítica ao “socialismo real”, onde uma nova classe social surgia nos regimes do leste europeu, a partir do controle do aparato produtivo estatal pela burocracia do partido único (DJILAS, 1958, p.62-63; 67; 211). Quem radicaliza esta ideia no campo do marxismo é o português João Bernardo Maia Viegas Soares, ao apontar que no chamado por ele “modo de produção comunista” reproduzem-se as mesmas formas de poder existentes no capitalismo, só que agora, esse poder passa a ser controlado institucionalmente pelas representações políticas formais da classe operária, isto é, os Sindicatos e/ou o poder dos Partidos Comunistas. Nesse momento, a classe operária não encontra mais apenas a burguesia como antagonista de classe, encontra agora também, a classe dos **gestores** (a burocracia dos sindicatos, dos partidos e das empresas estatais): “O coletivo social apropria-se dos meios de produção e gere o processo de produção mediante o poder político em extinção” (...) Logo, os conselhos de fábrica são, pois, a forma institucional das novas relações de produção” (BERNARDO, 1975, p.91; 93). Para o português, a “classe dos gestores” condiciona sua existência histórica em paralelo à organização dentro do Estado das condições gerais de produção capitalista. Entretanto, apesar de se originar também na empresa privada, os gestores enquanto “classe” têm no Estado o seu espaço privilegiado: “(...) a burguesia representando a parcelarização das empresas, a privatização da propriedade do capital; e uma outra classe, que consubstancia a integração tecnológica entre as unidades de produção, as condições gerais de produção; em virtude das funções predominantemente organizacionais que esta classe desempenha, na união entre os vários processos particulares de fabrico e, portanto, na orquestração do capitalismo como um todo, posso chamar-lhe **classe dos gestores**” (BERNARDO, 1979, p.36-37).

Nesse caso, a compreensão acerca destes agentes estatais é a de que eles formam aquilo que Nicos Poulantzas denominou de “Pessoal do Estado”, categoria social que detêm um lugar de classe diferente da sua origem, mas não está acima das classes e frações de classes dominantes, continuando assim a existir os conflitos na materialidade do Estado restrito pontuados pela continuidade que sustenta as condições gerais de reprodução da divisão social do trabalho e do capital<sup>26</sup>.

O Pessoal do Estado tornou-se o elo central de elaboração dos compromissos e de formulação de interesses políticos gerais no seio do bloco no poder: “Os diversos interesses econômicos estão diretamente presentes doravante, transcritos na íntegra, no seio da administração<sup>27</sup>.” Este pessoal é oriundo de escolas de formação<sup>28</sup> de grandes dirigentes estatais e de empresas privadas, cujo objetivo em questão é a criação de focos de expressão direta dos grandes interesses econômicos no seio da administração:

Setores inteiros do aparelho administrativo, ministérios como o da indústria ou chefias inteiras do ministério das finanças (...) o comissariado do Planejamento, etc. estão estruturalmente organizados como redes de presença específica de interesses hegemônicos no seio do Estado. Esse processo soma-se à institucionalização de toda uma trama de circuitos informais (comitês, comissões permanentes ou provisórias, grupos de trabalho, delegações diversas, grupos de tarefa) que servem aos mesmos fins (POULANTZAS, 1985, p.261).

Tal noção supera uma primeira formulação do autor, em que os funcionários de Estado poderiam vir a se constituir enquanto uma “burguesia de Estado<sup>29</sup>” e aperfeiçoa

---

<sup>26</sup> POULANTZAS, 1985, p.181; 252.

<sup>27</sup> Op.Cit. 1985, p.260.

<sup>28</sup> Poulantzas já havia abordado a questão da formação em grandes escolas orientadas para a direção dos grandes negócios e dos “aparelhos” de Estado em “As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje” (POULANTZAS, 1975, p.200).

<sup>29</sup> “Podemos falar de uma burguesia de Estado nos casos em que assistimos a uma radical nacionalização e estatização do setor econômico, sem que, para tanto, os trabalhadores tenham o controle real da produção, permanecendo o Estado uma instituição distinta e “separada” das massas populares. Nesses casos, os “vértices” do aparelho de Estado ocupam pela via indireta do Estado, o próprio lugar de uma propriedade –estatizada- e de uma posse dos meios de produção “separados” dos trabalhadores, exercendo os poderes daí decorrentes: a exploração e o açambarcamento da mais-valia se deslocam em direção aos “vértices” do aparelho de Estado. Encontra-se aí o processo do capitalismo de Estado propriamente dito” (POULANTZAS, 1975, p.204). Essa caracterização não se ajusta ao “Pessoal do

a ideia central de que estes detêm um lugar diferente de suas origens de classe, sem estar acima das frações dominantes do capital, mas sim com elas.

Para a operacionalização de nossa hipótese central, a dissertação será estruturada da seguinte maneira: o primeiro capítulo – **“A indústria siderúrgica brasileira: uma breve perspectiva histórica”**, propõe-se a analisar o desenvolvimento histórico da indústria siderúrgica brasileira, a partir do movimento real do capital, ou seja, apresentaremos um panorama da siderurgia em âmbito mundial desde o seu surgimento, passando pela revolução industrial até o século XX articulando assim, o desenvolvimento deste setor no Brasil.

O objetivo do capítulo é o de fornecer subsídios para a compreensão do funcionamento e da estruturação da siderurgia e da fração siderúrgica do capital, suas peculiaridades e características gerais.

O segundo capítulo – **“A atuação do empresariado no IBS (1976-1980)”**, tem como proposta apresentar o IBS enquanto o principal órgão de representação de classe do setor, assim como o início da atuação dos seus intelectuais orgânicos na crítica contra a expansão do Estado na siderurgia após o II PND, nos congressos de 1976-1980. Também iremos apresentar o desenvolvimento capitalista no pós Segunda Guerra Mundial, tanto no Brasil quanto nos países capitalistas centrais.

Nosso objetivo é demonstrar que o desenvolvimento capitalista nesse período estudado foi acompanhado por forte atuação estatal e, que nos anos 1970, tal modelo iniciou o processo de derrocada, com a reaglutinação das forças liberalizantes nos países centrais e sua expressão no Brasil com a atuação do IBS.

No terceiro capítulo – **“Crise de Hegemonia e o IBS: elaboração do projeto privatista (1980-1984)”**, utilizaremos o referencial teórico de Antonio Gramsci (Hegemonia e Crise de Hegemonia) para a compreensão do período estudado, haja vista a pluralidade de projetos das frações dominantes do capital em embate, num momento histórico de transição tutelada do regime Empresarial-Militar para a Democracia representativa burguesa.

Os congressos do IBS entre 1980-1984 foram extremamente “ricos” para a elaboração do projeto privatista, tanto pelo poder econômico e capacidade de

---

Estado” atuante nas estatais siderúrgicas. Não pela extração de mais-valia dos trabalhadores que continuará existindo, mas sim, pelo fato de que a formação deste pessoal do Estado implicou um comprometimento ideológico para com a repartição da mais-valia com os setores privados, sendo inclusive estes agentes verdadeiros intelectuais orgânicos por adesão do projeto privatista.

intervenção de seus presidentes, quanto pelos palestrantes fortemente vinculados com a ideologia liberal. Daí, termos como objetivo central deste capítulo, a demonstração da atuação e da reivindicação das demandas do Instituto, enquanto expressão da crise de hegemonia vigente à época.

No quarto capítulo – **“(Re) Articulando a dominação burguesa no Brasil: Os Planos de Estabilização econômica, embates intraclasses dominantes e os congressos do IBS de 1987 e 1990”**, analisaremos os embates em torno da tentativa de solucionar a crise econômica vigente no país, a partir do antagonismo das propostas desenvolvimentistas X liberalizantes. Nesse sentido, buscamos apontar um painel da crise vivida no Brasil, os planos de estabilização para a mesma, o cenário eleitoral de 1989 e a efetivação do projeto privatista com a inclusão total das siderúrgicas estatais.

Nosso objetivo é demonstrar que tal projeto não caiu de “paraquedas” na política-econômica brasileira, muito menos foi fruto de um “rompante aventureiro” ou “messiânico” do então presidente em exercício (Fernando Collor), mas que teve sim, um amplo e minucioso planejamento por parte de frações do capital (sobretudo o siderúrgico), organizadas em seus aparelhos privados de hegemonia, com destaque, aqui, para o IBS, nesta recomposição do modelo de acumulação capitalista no Brasil.

## Capítulo 1

### **A indústria siderúrgica brasileira: uma breve perspectiva histórica**

Este capítulo se propõe a pensar historicamente a indústria siderúrgica brasileira no movimento real do capital, o que implica traçarmos uma breve história do setor em âmbito internacional, seu surgimento no Brasil, desenvolvimento, ligações com outros setores e implicações na política econômica do país.

A Indústria siderúrgica sofreu significativas transformações com a Revolução Industrial inglesa, no final do século XVIII, produzindo mercadorias diferentes em qualidade e preço. A produção de ferro na Grã-Bretanha é anterior a esse século, com a peculiaridade de ter arrematado os trabalhadores em estabelecimentos já considerados fabris, em que desempenhavam funções semelhantes às da indústria moderna, com uma importante diferença: os altos-fornos acionados por carvão vegetal eram em geral encontrados em áreas remotas, diferentemente dos modernos complexos industriais<sup>30</sup>.

Já nas eras dos Tudor e Stuart surgiram algumas fornalhas e fornos, com a utilização de martelos mecânicos de forjar e motores injetores de ar nos fornos, que eram acionados por moinhos de água e usinas automáticas de laminação e corte. Contudo, existiam nesse momento alguns fatores de limitação à dimensão dos fornos e à localização dos mesmos, que era a disponibilidade de combustível e a escassez de ferro gusa<sup>31</sup>.

A siderurgia demandava um enorme volume de capital investido para a aparelhagem das usinas, que poucos, a não ser os donos de terras, poderiam investir, denotando precocemente uma forte tendência do setor a concentração, como nos mostrou Maurice Dobb:

Na Floresta de Dean, em 1683, calculava-se que para construir um forno de tipo moderno e duas forjas, juntamente com as casas para os trabalhadores e outras instalações, era necessária uma despesa de £1.000, tendo tal forno uma capacidade de produção de 1.200 toneladas anuais. Muitos desses fornos no “West Country” parecem ter sido financiados pelos donos de terras e pequena

---

<sup>30</sup> DEANE, 1982, p.129-130.

<sup>31</sup> DOBB, 1976, p.322.

nobreza locais. (...) No final do século XVI foram fundadas duas sociedades irmãs, corporações com grandes capitais, a “Mines Royal” e a “Society of Mineral and Battery Works”, a primeira para minerar chumbo, cobre e metais preciosos, a segunda para fabricar bronze. Diz-se que as duas companhias empregavam conjuntamente 10.000 pessoas. A usina de armas e fios em Tintern, de propriedade da segunda companhia, ao que parece, acarretara por si só o emprego de £7.000 em capital e 100 trabalhadores ou mais. Em 1649 dois capitalistas gastaram £6.000 numa usina de arame em Esher, que trabalhava com cobre sueco importado. No final do século XVII uma companhia chamada “English Copper Company” tinha um capital de aproximadamente £40.000, dividido em 700 ações, mas já antes da restauração a mineração, fundição, fabricação de bronze e trefilados estavam todas sendo executadas numa base fabril, sendo os trabalhadores reunidos em números comparativamente grandes e controlados por gerentes nomeados pelos acionistas ou seus administradores (DOBB, 1976, p.177-178).

Em 1657 surgiu a “Framework Knitters Company”, formada a partir da iniciativa de alguns mercadores, cujo objetivo era controlar o aluguel de aparelhos aos artesãos domésticos, marcando uma dependência cada vez maior destes, assim como uma transição inicial para a produção fabril em cobre e bronze e em setores da siderurgia.

O setor, desde os seus primórdios, já apresentava, portanto, um alto grau de concentração, o que permitiu a conformação de verdadeiros impérios como os de John Wilkinson no final do século XVIII, que incluía minas de carvão, minas de estanho, fundições de ferro, forjas, armazéns e desembarcadouros flutuantes, estendendo seus negócios pelo País de Gales, Londres e França<sup>32</sup>.

Com base nas matérias primas de origem interna, a siderurgia britânica se expandiu, sendo impulsionada pelas inovações do período e as utilizações do carvão de pedra e de minérios locais substituindo o carvão de lenha e os minérios importados da Suécia, proporcionando novas demandas e áreas de atuação mais amplas.

Com o avanço na tecnologia de refino, o carvão mineral consolidou-se como o combustível básico da indústria do ferro, mas foi à introdução da máquina a vapor de Boulton e Watt em 1775<sup>33</sup>, que possibilitou os fabricantes de ferro ficarem livres das

---

<sup>32</sup> Op.Cit.1982, p.139.

<sup>33</sup> Op.Cit.1982, p.131; 134.

restrições quanto à localização e tamanho das fábricas, transferindo, assim, as siderúrgicas para zonas ricas em carvão mineral e de fontes de ferro de alta qualidade, tornando ainda possível a aplicação de maior força para a explosão dos altos-fornos.

Nesse caso, a principal consequência destas inovações foi a diminuição dos custos das matérias primas, juntamente com as inovações que permitiram uma economia de tempo e de trabalhadores, como assim expôs Deane:

Um martelo a vapor introduzido por John Wilkinson, em 1782, podia dar 150 batidas por minuto. O laminador de Cort, quando propulsionado a vapor, podia processar 15 toneladas de ferro no mesmo tempo originariamente necessário para beneficiar uma tonelada de ferro em barra pelo processo padrão de laminação. Na primeira década do século XIX, estimava-se que o ferro em barra pudlado inglês era vendido a preços que variavam de £20 a £28 por tonelada, ao passo que o produto rival sueco variava de £35 a £40 por tonelada. (...) Nas décadas de 1780 e 1790, novas máquinas foram introduzidas para uma variedade de estágios intermediários: máquinas para a extração, corte e beneficiamento do metal, por exemplo, brocas para abrir bocas de canhão, tornos mecânicos e máquinas para forjar pregos ou tornear parafusos. O resultado desse conjunto de inovações foi mudar completamente a estrutura e a natureza da indústria. Entre 1788 e 1805, a produção média por alto forno se elevou de 750 para 1.491 toneladas, um aumento de 99% em menos de duas décadas (DEANE, 1982, p.139).

Tal fato demonstra como o setor se beneficiou de um processo mais amplo das formações econômico sociais da época, ou seja, a difusão das relações de produção e da lógica capitalista, surgindo assim novas usinas siderúrgicas pela Europa, como as dos distritos de Liège, Namur e Hainault na Bélgica.

Mesmo assim ainda era demasiado custoso construir um complexo siderúrgico. Maurice Dobb nos mostrou que enquanto em 1715, as usinas de Coalbrookdale eram avaliadas em £5.000, em 1812, um conjunto siderúrgico completo não poderia ser construído por menos de £50.000, sendo que em 1833, um conjunto com capacidade produtiva de 300 toneladas de ferro redondo por semana custaria algo entre £50.000 e £150.000<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Op.Cit.1982, p.322.

Vale ressaltar que o aço é uma liga metálica de ferro e carbono que, por sua ductibilidade, é facilmente deformável por forja, laminação e extrusão. Suas características conferem ao setor a primazia no fornecimento de insumos para infraestrutura e setores considerados “motores da economia”, como a construção civil, bens de capital e a posteriori eletro-eletrônicos e a indústria automobilística.

Os produtos siderúrgicos apresentaram-se subdivididos em dois grandes grupos: semi-acabados e laminados. Os semi-acabados são o resultado de lingotamento ou laminação de desbaste (menos espesso), resultando posteriormente em blocos e tarugos; Já os laminados podem ser classificados quanto a sua forma geométrica, em planos e longos.

Os aços planos são subdivididos em revestidos em aço carbono e os não revestidos em aço carbono, além dos aços especiais; Os aços longos são aqueles totalmente produzidos com aço carbono. Quanto ao tipo de usina, elas classificam-se em: integradas, semi-integradas e não-integradas, dependendo das fases do processo siderúrgico em que atuam. As integradas participam de todo o processo produtivo e produzem aço a partir da obtenção de ferro gusa líquido em alto-forno, através do aproveitamento do ferro contido no minério (redução), com utilização de coque ou carvão vegetal como redutor. A transformação do gusa em aço (refino) é feita em fornos a oxigênio.

Também são classificadas como empresas integradas aquelas que não fabricam o ferro gusa, e sim o ferro esponja (minério de ferro reduzido no estado sólido no processo de redução direta) fundido e refinado em forno elétrico. As semi-integradas produzem aço a partir da fusão de metálicos (sucata, gusa e/ou ferro esponja) em aciaria elétrica.

Nesse caso, pelo fato da siderurgia produzir insumos para bens finais, a sua ampliação foi natural pela Europa no decorrer do século XIX, haja vista a sua interação com outros ramos, e as necessidades crescentes de obras<sup>35</sup> de infra-estrutura, transportes, pontes, edifícios, maquinaria industrial, construção naval e indústria bélica.

Foi a construção de ferrovias que mais impulsionou o setor a se expandir globalmente, pois, além de absorverem enorme quantidade de capital para utilização do ferro, demandavam um vasto número de empregos, chegando a ter, em 1860, a

---

<sup>35</sup> Phyllis Deane cita a instalação de um moinho londrino totalmente construído de ferro fundido (DEANE, 1982, p. 131).



construção de 10.000 milhas de ferrovias na Inglaterra e na Irlanda<sup>36</sup>. A expansão das ferrovias, também decorre do próprio movimento de alastramento do capitalismo pelo mundo:

Logo atrás do surto ferroviário britânico nos anos seguintes a 1840, veio a construção ferroviária continental, e em seguida entreabriria suas faces a norte-americana, maior ainda. Entre 1850 e 1875 houve uma exportação anual média de £ 15 milhões em capital saindo da Inglaterra, além do reinvestimento dos ganhos líquidos em investimentos anteriores, que por volta dos anos seguintes a 1870 tinham atingido o nível de £ 50 milhões. Os anos seguintes a 1850 assistiram a um aumento considerável na exportação de bens de capital, com as exportações de ferro e aço dobrando em valor nos três primeiros anos desse decênio e, nos primeiros anos após 1870, atingindo um nível cinco vezes superior ao de 1850. Entre 1856 e 1865, £ 35 milhões em material ferroviário foram mandados ao exterior e entre 1865 e 1875 a cifra registrou £ 83 milhões. Já em 1857 as exportações inglesas incluíam, em seu total, uma quinta parte composta de produtos de ferro, cobre e estanho. Entre 1857 e 1865 houve uma mudança do capital britânico, que então se dirigia as ferrovias e obras públicas indianas, sendo o ferro para as estradas da Índia quase exclusivamente fornecido por encomendas britânicas. A construção ferroviária na Rússia e América continuava, entretanto, a criar forte procura do ferro britânico nos anos seguintes a 1860 e embora a alemã se encontrasse mais ou menos no fim em 1875, a russa só atingiu seu ponto culminante nos anos seguintes a 1890, quando cerca de 16.000 milhas de ferrovias foram construídas, enquanto na América o trabalho continuava espasmodicamente até a última quadra do século e em 1887, num novo surto de atividade, 13.000 milhas de leito ferroviário foram lançados nos Estados Unidos. (...) e mesmo nos sete anos anteriores a 1914 os capitalistas britânicos forneceram £600 milhões para construção ferroviária em países estrangeiros (...) (DOBB, 1976, p.362-363).

Com a construção de ferrovias, a indústria siderúrgica foi impulsionada, o que acarretou um aumento da produção mundial de ferro gusa, de alto-fornos e de capital investido na construção de novas usinas, inclusive durante os anos 1870, com a formação das associações de produtores na indústria siderúrgica e carbonífera na

---

<sup>36</sup> DOBB, 1976, p.362.

Alemanha, que se multiplicaram no decorrer das décadas seguintes, alcançando em 1905 aproximadamente 400 cartéis<sup>37</sup>, consolidando-se assim este ramo como um grande fornecedor dos insumos da indústria de bens de capital.

No que tangia a fabricação de ferro gusa, a capacidade produtiva das empresas no início do século XX, chegou a triplicar frente aos anos 1870, aumentando ainda mais o nível de concentração das empresas<sup>38</sup>.

Ocorreu uma reconfiguração do setor no pós Primeira Guerra Mundial com o Tratado de Versalhes<sup>39</sup>, que determinou o retorno da Alsacia e da Lorena a França, privando a Alemanha do acesso de aproximadamente três quartos da sua produção de minério de ferro anterior. Nesse momento, quatro países dominavam o mercado siderúrgico mundial: França, EUA, Inglaterra e Alemanha.

A França era um dos grandes exportadores de minério de ferro nesse período, ao lado de países como Espanha, Suécia, Argélia, Marrocos, Tunísia e Chile. No caso dos EUA, o país constituía um mercado importante para o minério, alcançando 2,5 milhões toneladas/ano, correspondendo aproximadamente a 4% de suas necessidades, como mostrado na tabela 1.1:

---

<sup>37</sup> Op.Cit.1976, p.378.

<sup>38</sup> Segundo Dobb, em 1926, doze grandes grupos (não são citados nominalmente) eram entre si os responsáveis por quase metade da produção de ferro gusa e quase dois terços do aço mundial, e, em 1939, 39% do ferro e do aço eram produzidos pelos três maiores grupos (DOBB, 1976, p.418).

<sup>39</sup> O Tratado de Versalhes (1919) obrigava a Alemanha a restituir a região da Alsácia e da Lorena à França, além de entregar a bacia carbonífera do Sarre para ser explorada pela França durante quinze anos. A Alemanha também teve confiscados todos seus bens e investimentos nacionais e privados no estrangeiro, e ainda teve que reduzir drasticamente seu poderio bélico com a redução das divisões de infantaria/cavalaria, o alistamento militar passou a ser obrigatório e ocorreu a proibição da utilização de submarinos, artilharia antiaérea, canhões pesados e aviões militares (MOTTA, 2009, p.248-249; RÉMOND, 1974, p.30-32; 47).

**Tabela 1.1**

**Produção e importação de minério de ferro pelos EUA, 1924-1937**

	produção (mil t)	importação (mil t)	importação / consumo aparente
1924	55.138	2.100	3,7%
1925	62.901	2.200	3,4%
1926	68.708	2.600	3,6%
1927	62.732	2.600	4,0%
1928	63.195	2.500	3,8%
1929	74.200	3.100	4,0%
1930	59.346	2.800	4,5%
⋮	—	—	—
1935	31.030	1.516	4,7%
1936	49.398	2.268	4,4%
1937	72.808	2.481	3,3%

**Fonte : BARROS,2011,p124**

A Inglaterra era simultaneamente um grande importador de minério de ferro e um grande produtor siderúrgico, mesmo produzindo a metade do minério que necessitava. Os britânicos tinham como principais fornecedores a Espanha, Tunísia, Argélia, Suécia, França e Noruega:

**Tabela 1.2**

**Produção e importação de minério de ferro pela Inglaterra, 1923, 1934-1937**

	produção (mil t)	importação (mil t)	conteúdo metálico		
			produção (mil t)	importação (mil t)	importação / consumo aparente
1923	11.050	3.315	5.700	2.878	46%
⋮	—	—	—	—	—
1934	10.757	3.227	5.171	2.830	47%
1935	11.070	3.321	5.475	3.066	48%
1936	12.900	3.872	6.056	3.391	47%
1937	14.436	4.333	7.151	4.005	48%

  

**Origem das importações inglesas de minério de ferro**

	1923	1934	1935
Espanha	42%	19%	18%
Norte da África	32%	43%	40%
Suécia	13%	13%	16%
França	5%	—	—
Noruega	9%	9%	9%
Outros países	—	15%	17%

**Fonte : BARROS.2011,p125**

Por sua vez, a Alemanha, entre os grandes produtores da siderurgia mundial nesse momento, era um dos mais dependentes da oferta externa de minério de ferro, além de ser o maior importador mundial do produto. Suécia, França, Espanha, Argélia, Noruega e Luxemburgo eram seus principais fornecedores.

Vale citar que o impacto do Tratado de Versalhes à Alemanha foi extremamente danoso, sobretudo em função da redistribuição de recursos relevantes a esse setor decorrentes da perda da Alsacia e da Lorena para a França:

**Tabela 1.3**

Impacto do Tratado de Versalhes				
produção de	Alemanha		França	
	pré-Guerra	pós-Versalhes	pré-Guerra	pós-Versalhes
minério de ferro (mil t)	24.357	6.418	16.842	31.456
Δ		-74%		87%
ferro-gusa (mil t)	13.977	9.240	4.446	7.334
Δ		-34%		65%
aço (mil t)	19.680	12.236	4.687	6.973
Δ		-38%		49%

**Fonte: League of Nations, Statistical Year-Book of the League of Nations, 1927 e 1928. APUD: BARROS, 2011, p. 127.**

O setor somente entrou em declínio no pós-1929 com a quebra da bolsa de valores em Nova York, reduzindo em seis países cerca de 64% da produção de ferro em comparação com os anos anteriores<sup>40</sup>. A década de 1930 foi marcada pela tentativa de recuperação do setor siderúrgico em boa parte dos países, com a exceção da U.R.S.S que apresentava taxas de crescimento desde os anos 1920.

Os efeitos da depressão originada em 1929, produziu fortes retrações no setor, que vieram a se recuperar somente a partir de 1934. Após a Segunda Guerra Mundial ocorreu um processo de privatizações no Japão, com a fundação da Iwata Iron and Steel e a Fuji Iron and Steel, sendo a segunda, depois de fusões e aquisições nos anos 1960, a originária da Nippon Steel, empresa que obteve participação acionária na Usiminas. O caso japonês é uma exceção no pós Segunda Guerra, juntamente com os EUA, aonde a participação privada continuou predominando.

<sup>40</sup> DOBB, 1976, p.404; 418.

Tal anomalia se dá na medida em que, nos países da Europa Ocidental, a estatização foi uma característica do pós-guerra como mostrou Andrade, Cunha e Gandra e a tabela 1.4:

Os países da Europa Ocidental buscaram a estatização, em sua maioria, para aumentar a eficiência de suas indústrias, que em geral eram fragmentadas e não obtinham a escala mínima necessária ao negócio. Desta forma, surgiram, por exemplo, a Usinor-Sacilor (na França), a British Steel (no Reino Unido) e a Cockerill-Sambre (na Bélgica). Essas estatizações fundiam estruturas já existentes, objetivando eliminar o risco de falências (e conseqüentes demissões em massa) e ajustar posteriormente a escala ótima ao mercado. Conhecidos como desenvolvidos, tais países atingiram, no início dos anos 80, o período de maturação das indústrias siderúrgicas, devido à desaceleração do crescimento de suas economias. Já no Leste Europeu a decisão de estatização foi primordialmente política (ANDRADE; CUNHA; GANDRA, In: [http://ecologia.icb.ufmg.br/~rpcoelho/Livro\\_Reciclagem/ferro\\_bndes\\_Siderurgia\\_brasileira.pdf](http://ecologia.icb.ufmg.br/~rpcoelho/Livro_Reciclagem/ferro_bndes_Siderurgia_brasileira.pdf))

**Tabela 1.4**

(Criação de Siderúrgicas Estatais)

<b>Décadas</b>	<b>Países</b>
20 e 30	Itália e África do Sul
40 e 50	México, Brasil, Argentina, Áustria, Espanha e Egito
60	Finlândia, Venezuela e Coréia do Sul
70	Taiwan, Indonésia, Irã e Arábia Saudita
80	Malásia

Fonte: Germano Mendes de Paula APUD ANDRADE; CUNHA; GANDRA, In: [http://ecologia.icb.ufmg.br/~rpcoelho/Livro\\_Reciclagem/ferro\\_bndes\\_Siderurgia\\_brasileira.pdf](http://ecologia.icb.ufmg.br/~rpcoelho/Livro_Reciclagem/ferro_bndes_Siderurgia_brasileira.pdf)

Nos anos 1970, a siderurgia começou a apresentar sinais de profunda crise, principalmente após os choques do petróleo, onde o setor viveu momentos de

estagnação na demanda de aço, principalmente nos países europeus, com a exceção daqueles vinculados a Comunidade Europeia do Carvão e Aço-CECA-, como bem explicou Morandi:

O aço, como discutido anteriormente, sempre foi bastante sensível às variações cíclicas da atividade econômica. Durante as fases de descanso do ciclo, as firmas atrasam o início dos seus projetos de investimento e, em geral, operam com capacidade ociosa acima do nível planejado; a construção civil, por sua vez, reduz o volume de obras (infra-estrutura, construção de edifícios e casas como também de novas plantas industriais); os consumidores protelam as compras de bens de consumo duráveis. Esses fatores fazem com que a taxa de consumo do aço seja muito reduzida durante as recessões. Não foi diferente durante a crise dos anos setenta, embora até mais grave, já que o setor havia se preparado para a continuidade do crescimento industrial. Assim, o decréscimo súbito do consumo mundial de aço é explicado pela redução do nível da atividade econômica. Porém, a crise dos anos setenta deu origem a uma série de questionamentos a respeito dos padrões técnicos adotados até então pelos mais diversos setores industriais, especialmente em relação às questões relativas ao uso dos insumos energéticos. A indústria iniciou um esforço para se readaptar às condições técnicas do novo ambiente competitivo, passando a adotar procedimentos que resultassem em redução dos níveis de consumo de energia e do desperdício de materiais. Dessa forma, a acentuada e contínua queda do consumo global de aço passa a ter outras explicações que estão ligadas, em grande medida, à própria reestruturação produtiva e tecnológica da indústria mundial (MORANDI, 1996, p.50).

Outro fator de relevo nesta década foi a ampliação da capacidade produtiva de alguns países periféricos, que passaram de importantes importadores, a conseguirem suprir as necessidades de consumo interno e se capacitaram para ingressar no mercado exportador com significativas vantagens de custo, haja vista as novas instalações e a modernização/ampliação das antigas plantas, com efetiva incorporação de inovações nos processos produtivos.

A partir de 1975, foram registradas elevadas taxas de crescimento da produção de aço nesses países, com destaque especial para a Coreia do Sul e Taiwan, cujas produções aumentaram no período 1975/1991 13 e 15,7 vezes, respectivamente. Como

resultado, a contribuição à produção mundial dos países considerados periféricos salta de 5%, em 1975, para 15%, em 1991. Embora, no conjunto, continuem sendo importadores líquidos, receptores de um terço das importações mundiais, suas exportações alcançaram níveis consideráveis, evoluindo de 2,3 Milhões/toneladas, em 1975 para 27,5 Milhões/toneladas, em 1991, ou 16,2% do total das exportações mundiais, sendo que a Coreia do Sul e o Brasil foram os principais responsáveis por essa performance, pois suas exportações equivalem a 67,6% das exportações totais do grupo. Em consequência, foram sendo reduzidos os níveis de dependência das importações - em 1975, 50,5% do consumo interno eram provenientes do mercado internacional<sup>41</sup>.

Reverteu-se, nos anos 1980, a trajetória de crescente estatização e foram privatizadas todas as empresas de controle estatal dos principais países do capitalismo central. A partir de 1988, a política europeia para a siderurgia buscou coibir a formação de cartéis e manteve-se a condição de redução da capacidade instalada em troca de subsídios.

Portanto, os anos 1980 marcaram um novo momento na siderurgia mundial, tendo como principal característica as privatizações do setor, e consequentemente um processo de internacionalização das empresas, coadunando-se assim com as transformações do capitalismo que vinham se estruturando desde a década anterior<sup>42</sup>.

Como veremos a seguir, a siderurgia no Brasil passou por diferentes etapas de desenvolvimento, mas manteve a característica geral de dependência econômica e intensa relação entre os siderurgistas e Pessoal do Estado, conseguindo na grande maioria das vezes o apoio necessário para o desenvolvimento de seus projetos.

### **1.1 – A Política Siderúrgica no Brasil e a sua formação histórica:**

Mesmo que de forma rudimentar, a siderurgia no país já existia antes mesmo do século XX, com a instalação de alguns fornos<sup>43</sup> no ano de 1557, em São Paulo, por Afonso Sardinha e seu filho de mesmo nome. Durante o século XIX, o Governo Imperial tentou ativar algumas usinas, como a de São João de Ipanema em 1860,

---

<sup>41</sup> MORANDI, 1996, p.46-47.

<sup>42</sup> No capítulo II será analisado as transformações do capitalismo mundial no pós-guerra e os desdobramentos da crise dos anos 1970.

<sup>43</sup> ANDRADE e CUNHA, In: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br); <http://www.acobrasil.org.br>

contudo as estimativas de produção anual de ferro na virada do século XIX para o XX, não ultrapassavam 4.000 toneladas, em detrimento das importações que em 1901 foram por volta de 63.000 toneladas, e em 1913 chegou a 500.000 toneladas<sup>44</sup>.

As primeiras políticas públicas para o setor siderúrgico datam de 1909, e o Brasil já era um dos países com as maiores jazidas de minério de ferro do mundo. Tal fato tornou-se mundialmente conhecido a partir de um congresso ocorrido na cidade de Estocolmo, no mesmo ano em que Orville Derby<sup>45</sup>, apresentou um trabalho preparado pelo geólogo Gonzaga de Campos<sup>46</sup>, descrevendo e localizando as principais jazidas no país<sup>47</sup>.

No mesmo ano, o então Presidente Nilo Peçanha enviou a seguinte mensagem ao congresso nacional:

Jaz aí inexplorado e inerte um elemento fundamental de riqueza e de força que não tem sido e precisa ser utilizado. Ninguém ignora que andam de paz e juntos evoluem o predomínio das nações e a sua capacidade produtora de ferro (...). Vivendo de suas exportações constituídas na maior parte por mercadorias de alto preço, precisa o nosso país, para elevar seu saldo na balança internacional, de fabricar sem excesso de custo parte das importações que consome e de ter um elemento próprio de primeira necessidade que possa oferecer como base de troca nos convênios comerciais com alguns países. Nenhum outro melhor poderia satisfazer a essa necessidade do que o ferro. Nacionalizar a produção desse metal é, além disso, condição necessária de crescimento e consolidação do poder militar, não menos que da expansão das indústrias de paz. Tanto mais evidente se patenteia a necessidade de dar solução a esse problema quanto às exigências do nosso progresso estão determinando o aumento rápido e contínuo das importações metálicas (Nilo Peçanha, Mensagem ao Congresso, 1909 APUD: LUZ, 1961, p. 188).

---

<sup>44</sup> BARROS, 2011, p.19.

<sup>45</sup> Diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil criado por Afonso Pena.

<sup>46</sup> Formado na Escola de Minas de Ouro Preto, Gonzaga de Campos foi companheiro de Orville Derby na comissão geográfica e geológica de São Paulo e, posteriormente, seu sucessor na direção do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (RAMOS, 1983, In: VIII Congresso Brasileiro de Paleontologia).

<sup>47</sup> SOARES, 1972, p.50.



Na presidência de Nilo Peçanha ainda foi editado o Decreto nº8. 019, concedendo favores especiais a indivíduos ou empresas que se propusessem a manter estabelecimento para a fabricação de ferro e aço, incluindo assim uma garantia de consumo anual de aço de cerca de 1/3 da capacidade da firma por parte do governo, isenção de tributos, garantia de facilidades para o transporte ferroviário, da matéria prima e dos produtos<sup>48</sup>.

Foi nesse primeiro momento que surgiu os projetos de Carlos Wigg<sup>49</sup> e da Brazilian Hematite Syndicate<sup>50</sup>, posteriormente Itabira Iron Ore Co. Limited. O primeiro, segundo Lourenço Neto, buscava a industrialização do minério de ferro, ou seja, uma indústria siderúrgica nacional de grande porte, enquanto que o segundo tinha como principal objetivo a exportação de minério.

O projeto contemplado até a chegada à presidência de Arthur Bernardes foi o da Itabira Iron, todavia este tomou duas medidas para limitar o mesmo: a) tentou reformar o Artigo 72 da Constituição, que versava sobre a posse de jazidas de minérios; b) organizou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para julgar o Contrato, buscando propor alternativas para o desenvolvimento da siderurgia. Efetivamente, o máximo que se conseguiu foi protelar a assinatura do contrato<sup>51</sup>. Vale ressaltar que, no período da Primeira Guerra Mundial, a siderurgia brasileira foi afetada, na medida em que o país passou por dificuldades no suprimento de matérias primas básicas para a operação do parque produtivo doméstico.

Na década de 1920, ocorreu um crescimento na industrialização de aço no país: os lingotes começaram em mais da metade da produção a serem supridos por firmas brasileiras com a iniciativa da Queiroz Junior. Em 1921 foi fundada a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, a partir da fusão do empresariado local que havia fundado a Companhia Siderúrgica Mineira, em 1917, com o capital belgo-luxemburguês Arbed.

Ainda nos anos 1920, foi criada a Companhia Brasileira Usinas Metalúrgicas

---

<sup>48</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.83.

<sup>49</sup> Carlos da Costa Wigg foi um dos fundadores da Usina Esperança em 1888 (LOURENÇO NETO, 2001, p.70).

<sup>50</sup> Após o congresso de Estocolmo um grupo de empresários ingleses composto por Baring Brothers, Cecil Rhodes, Ernest Cassel e C.Rothschild fundaram a Brazilian Hematite Syndicate, passando para Percival Farquhar o controle da companhia, durante a 1ª Guerra Mundial, que conseguiu o chamado “Contrato Itabira Iron”, monopolizando a utilização de recursos e equipamentos na exploração das jazidas minerais (PELÁEZ, 1972, p.77).

<sup>51</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.83.

(CBUM), em 1925, com duas usinas, uma em Morro Grande-MG e outra em São Gonçalo-RJ. Em 1925, a Usina de Sabará-MG, tornou-se a primeira da América do Sul a utilizar carvão vegetal como redutor, além de ser a primeira unidade da Belgo-Mineira<sup>52</sup>. Nesse período, foi adotado por parte do Governo Federal, uma política de incentivos para a indústria siderúrgica, concedendo incentivos fiscais e condições favoráveis a empréstimos, mantendo assim na década seguinte a expansão do setor.

A Belgo-Mineira se expandiu na década de 1930, com a criação da Sociedade Siderúrgica Ltda., composta por Cia. Brasileira Usinas Metalúrgicas, Metalúrgica Ribeirão Preto e J.S. Brandão & Cia. em que defendiam a formação de um acordo de preço, a proibição da exportação de sucata de ferro, a imposição de restrições alfandegárias à importação de ferro gusa e aço, a imposição de restrições à exportação do minério de ferro e o desestímulo ao estabelecimento de usinas que utilizassem o carvão mineral como combustível<sup>53</sup>.

Algumas dessas medidas foram atendidas por Getúlio Vargas no pós-golpe de 1930: a tarifa aduaneira para importação de produtos siderúrgicos passou para mais de 100%, além da proibição da importação de máquinas destinadas a novas instalações para produção de ferro gusa e da proibição da importação da sucata de ferro.

O fato das demandas da Sociedade Siderúrgica Ltda terem sido atendidas demonstra a capacidade dos empresários em introjetar, na sociedade política, seus projetos. Em 1938, a Belgo-Mineira ainda inaugurou a sua nova usina em Monlevade-MG, aumentando a sua capacidade de produção em 100.000 t/a.

Com o objetivo de demonstrar a predominância da Belgo-Mineira na produção nacional de aço nessa época, apresentamos as seguintes tabelas 1.5 e 1.6:

**Tabela 1.5 (Produção de Ferro Gusa, entre 1936-1940/ Em toneladas)**

Ano	Brasil	Belgo-Mineira
1936	78.419	25.518 (Unidade de Sabará)
1940	135.293	84.655 (Unidades de

<sup>52</sup> POSO, 2007, p.50.

<sup>53</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.94-95.

		Monlevade e Sabará)
--	--	---------------------

Fonte: POSO, 2007, p. 52.

**Tabela 1.6 (Produção de Lingotes de Aço, entre 1936-1940/Em toneladas)**

Ano	Brasil	Belgo-Mineira
1936	73.667	30.811 (Unidade de Sabará)
1940	140.201	85.655 (Unidades de Monlevade e Sabará)

Fonte: POSO, 2007, p.52.

Outras usinas também surgiram no decorrer dos anos 1930, como: a) Companhia de Ferro Brasileira em Caeté (MG), com predomínio do capital Francês, sendo a primeira a produzir tubos de ferro por meio de centrifugação; b) Eletroaço Altoma S.A em Blumenau (SC), com fornos elétricos para produção de aço fundido e produtos laminados; Siderúrgica de Barra Mansa (RJ), com alto-forno a carvão para produzir barras leves, médias, laminados e arames; c) Metalúrgica Santa Bárbara em Barra Mansa (RJ), com produção de tubos de ferro centrifugados e ferro fundido; d) Aços Villares em São Paulo (SP), para fornecer peças fundidas a sua companhia matriz (Elevadores Atlas S.A).

Apesar desse cenário de expansão, eram poucos os materiais de ferro, como trilhos, enxadas e vergalhões produzidos, mas o principal problema era a não-produção de aços-planos, que exigia um processo de laminação mais elaborado e maior capital para fabricação. Tratava-se das folhas de flandres (matéria prima da indústria de estamparia, chapas para a indústria mecânica, perfis e eixos de aço utilizados na indústria ferroviária) e grandes perfis-utilizados na construção naval e de armamentos<sup>54</sup>.

<sup>54</sup> Op.Cit.2001, p.95

## 1.2 – A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como solução e a expansão Estatal do setor:

Estava colocado então um “problema siderúrgico” no país, que culminou com a criação da CSN, empresa estatal, que foi pioneira em aços-planos<sup>55</sup>, laminados quentes e frios<sup>56</sup> e revestidos<sup>57</sup>. Esta questão passou a ser discutida durante a Ditadura do Estado Novo de Vargas, em comissões criadas para estudar o problema da política siderúrgica no país, papel que antes era destinado ao congresso.

Tais comissões foram o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) e o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), que eram diretamente ligadas ao executivo, e iniciaram as discussões com estudos acerca de beneficiamentos do minério de ferro brasileiro utilizando-se do processo Smith<sup>58</sup> para ampliação da indústria de armamentos<sup>59</sup>. O primeiro foi criado poucos dias depois do Estado Novo, e incluía diversos elementos do empresariado, e o segundo foi criado em 1934, mas só com o novo regime é que ganhou um papel mais relevante<sup>60</sup>.

---

<sup>55</sup> Assume a forma de bobina a quente, chapas e chapas grossas, amplamente utilizados nos setores de tubos, carrocerias e estruturas (In: <http://www.vsiderurgia.com.br/pt-br/aco/acosPlanos/produtos/Paginas/p.aspx>).

<sup>56</sup> Devido à sua composição química e propriedades mecânicas, os produtos de **aços laminados a quente** são destinados para aplicação de uso geral, estampagem, estrutural, estrutural de boa conformabilidade, estrutural de alta resistência mecânica e à corrosão atmosférica, tubos, relaminação entre outras. São produzidos nas espessuras de 1,20 a 5,00 mm denominados chapa fina a quente (CFQ) ou bobina a quente (BQ) e nas espessuras de 5,01 a 12,70 mm denominados chapa grossa (CG) ou bobina grossa (BG). São fornecidos com ou sem laminação de acabamento, bordas naturais, seco e com óxido natural; bem como, podem ser fornecidos decapados. Os produtos de **aços laminados a frio** (chapa fina a frio) são encontrados nos segmentos: automotivo, construção civil, eletroeletrônicos e em diversas aplicações. (In: [http://www.megaaco.com.br/aco\\_laminado\\_a\\_quente/aco\\_laminado\\_a\\_quente.php](http://www.megaaco.com.br/aco_laminado_a_quente/aco_laminado_a_quente.php)).

<sup>57</sup> O revestimento de metal melhora a resistência à corrosão do aço e prolonga a vida do produto. Um revestimento de metal apropriado possibilita melhorar as propriedades de moldagem, soldagem por resistência do aço, bem como sua capacidade de receber pintura (In: <http://www.ruukki.com.br/Produtos-e-solucoes/Produtos-em-aco/Acos-revestidos-de-metal>).

<sup>58</sup> O processo Smith foi desenvolvido pelo engenheiro metalúrgico estadunidense William Smith, e visava à fabricação de um tipo especial de aço – o aço esponja em altos fornos que não utilizassem carvão para sua combustão (LOURENÇO NETO, 2001, p.103); Ver também: LOBATO, Monteiro. “Ferro: a solução do caso siderúrgico pelo processo Smith”, São Paulo: Nacional, 1931.

<sup>59</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.102.

<sup>60</sup> Op.Cit.2001, p.117.

Além desses conselhos, estabeleceu-se a comissão de estudos brasileiro-americana, chefiada por Oswaldo Aranha<sup>61</sup> e a posteriori por Edmundo de Macedo Soares<sup>62</sup>, em que estabeleceram contatos com as empresas Dupont e U.S Steel<sup>63</sup>.

---

<sup>61</sup> Nascido em Alegrete (RS), em 1894, graduou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1916 e em 1924 iniciou sua carreira como Professor na Faculdade de Direito de Porto Alegre, lecionando a disciplina Direito Internacional. Foi intendente na sua cidade natal entre os anos de 1925 e 1927, e logo depois Deputado Federal e Governador do Rio Grande do Sul no pós-1930.

No mesmo ano assumiu a pasta de Ministro da Justiça e Negócios Interiores e da Fazenda, acumulando as duas. Dias após sua saída do Ministério da Fazenda, Oswaldo Aranha foi nomeado embaixador do Brasil em Washington, estreitando suas relações com os EUA, fato que o levou a ser Ministro das Relações Exteriores na Ditadura do Estado Novo. Após a Ditadura, Aranha dedicou-se às atividades empresariais, participando da criação da Gastal S.A., companhia que atuava na área de importação e venda de automóveis, máquinas e equipamentos., e que, em meados do ano de 1945, já representava mais de 20 indústrias. Aranha também chegou a ser representante do Brasil na ONU e membro de diversas entidades, entre elas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Real Gabinete Português de Leitura, o Instituto da Ordem dos Advogados e a Sociedade Pan-Americana do Brasil (MOREIRA, verbete: Oswaldo Aranha. Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)).

<sup>62</sup> Nascido no Rio de Janeiro em 1901, militar de formação, em 1928 ingressou na École de Chauffage Industriel onde cursou Engenharia Metalúrgica. Estagiou nas usinas de Choisy Le Roi, Chambéry e de Breda (esta última na Itália), o que lhe deu credibilidade para nos anos 1930 dar pareceres e elaborar relatórios acerca do problema siderúrgico no Brasil. Em janeiro de 1931, foi nomeado para integrar a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos, destinada a avaliar a capacidade de mobilização da indústria metalúrgica nacional, em agosto desse mesmo ano, tornou-se membro da Comissão Nacional de Siderurgia, criada no Ministério da Guerra pelo chefe do Governo Provisório.

Em 1932 iniciou sua carreira no magistério como professor de metalurgia da Escola de Engenharia do Exército, função que exerceria até 1943. Presidiu a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico em 1940, para construção de uma usina no país, que veio a ser a CSN, tendo sido diretor técnico da mesma. No ano de 1942 passou a integrar o conselho consultivo da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e tornou-se presidente do Sindicato Nacional da indústria de Extração de Carvão. Foi nomeado ministro da viação e obras públicas no governo Dutra e no ano de 1947 foi eleito governador do Rio de Janeiro, terminando seu mandato em 1951, com a designação para o quadro permanente da Escola Superior de Guerra (ESG). Integrou o corpo docente da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como professor de metalurgia.

Tornou-se presidente da CSN em 1954 e em 1959 foi eleito para a presidência do conselho consultivo da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), a qual viria a dirigir, e ainda no mesmo ano foi escolhido primeiro presidente do Instituto Latino-Americano do Ferro e do Aço. Foi vice-presidente da Mercedes Benz em 1960 acumulando no ano seguinte essas funções com a de membro do conselho consultivo da Comissão do Plano do Carvão, que deixaria em 1967. Em dezembro de 1964 foi eleito vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da Confederação Nacional da

Nos anos 1940, foi criada uma comissão executiva chefiada por Guilherme Guinle<sup>64</sup> para a criação de uma companhia siderúrgica, assim como a obtenção de um suporte financeiro para tal. Em julho do mesmo ano esta comissão chegou a Washington para definir as bases do financiamento, que veio em setembro de 1940 com um suporte de \$20 milhões de dólares do Banco de Exportação-Importação dos EUA, criando-se assim a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Dois anos depois foi criada a CIA Vale do Rio Doce, contando novamente com financiamentos do Banco Estadunidense, dessa vez de US\$ 25 milhões<sup>65</sup>.

---

Indústria (CNI), cargo para o qual seria reeleito em 1966. Durante a Ditadura Empresarial Militar ocupou a pasta da Indústria e do Comércio em que acertou os termos da venda da FNM à empresa italiana Alfa Romeo.

Com o objetivo de estimular a iniciativa privada, em agosto de 1969 assinou um decreto consolidando a legislação de incentivos fiscais para a importação de máquinas e equipamentos (ABREU, CPDOC-FGV Verbetes: Edmundo de Macedo Soares, Disponível em: <http://www.fgv.br>).

<sup>63</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.138.

<sup>64</sup> Guilherme Guinle nasceu no Rio de Janeiro, em 1882, no mesmo ano em que as famílias Guinle e Gaffrée tornaram-se proprietárias, até 1980, da concessão da Companhia Docas de Santos, primeira sociedade aberta do país, criada para operar o maior porto comercial do território brasileiro. Fez o curso de humanidades no Colégio Kopke e frequentou a Escola Naval durante três anos. Ingressou em seguida na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, formando-se em engenharia civil em 1905. Eleito primeiro presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, permanecendo no cargo até 1945, quando passou à condição de membro do conselho consultivo da empresa. Em abril desse ano começaram a funcionar os primeiros setores da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda. Em 6 de novembro, dias após a deposição de Getúlio Vargas da presidência (29/10/1945), Guinle foi nomeado para a presidência do Banco do Brasil, função que exerceu apenas durante 16 dias. Permaneceu até o fim da vida no conselho consultivo da Companhia Siderúrgica Nacional. Como empresário Guilherme Guinle foi presidente da Companhia Segurança Industrial Companhia Nacional de Seguros, Companhia Nacional de Tecidos de Juta, Fábrica de Tecidos Aliança, Usina São José, Banco Boavista S.A., Indústria Brasileira de Regeneração de Óleos S.A., Artes Gráficas Indústrias Reunidas, Moinho Selmi-Dei S.A., Companhia Territorial Jardim Guilhermina, Companhia Brasileira de Educação, Fábrica de Tecidos Santa Helena, Companhia Telefônica Nacional, Companhia de Cigarros Souza Cruz, Indústria da Seda Nacional, Mesbla S.A. e Guinle e Irmãos.

Foi membro do conselho executivo da Companhia Belgo-Mineira, do conselho administrativo da Panair do Brasil e do conselho diretor da Fundação Getúlio Vargas. Foi também delegado do Tesouro Nacional para a Carteira de Emissão do Banco do Brasil (DIAS, verbete: Guilherme Guinle. Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)).

<sup>65</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.142; 148.

Já em 1946, foi inaugurado o primeiro alto-forno da nova Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Após longas discussões sobre a sua localização<sup>66</sup>, prevaleceu à instalação da nova usina em Volta Redonda-RJ, mesmo ano de criação da Acesita, em Timóteo-MG, encampada pelo Banco do Brasil 1951, devido à sua inadimplência.

Nos anos 1950, o setor siderúrgico se conformou de molde a possuir um oligopólio privado no setor de aços não-planos, haja vista seu menor custo na implementação da planta industrial, enquanto, no setor de aços planos, a predominância foi estatal. Com a instalação da Indústria Automobilística no país, inicialmente especializada na produção de caminhões, a produção de aço diversificada torna-se preponderante.

Na mesma década ocorre a expansão do setor com a criação da Aços Especiais Itabira (Acesita), em 1951, controlada inicialmente pelo Banco do Brasil, a Cosipa, a Manesmann e a Usiminas, além do desenvolvimento de novas áreas consumidoras de aço, planejadas e sistematizadas com a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial<sup>67</sup> e a elaboração do Plano Geral de Industrialização<sup>68</sup> do país.

---

<sup>66</sup> Ver: SOARES, Edmundo de Macedo. Edmundo de Macedo Soares, depoimento, 1986, Rio de Janeiro, FGV-CPDOC-História Oral, 1992.

<sup>67</sup> Tendo em vista a formulação de uma política industrial, em julho de 1951 Vargas criou a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), organismo pioneiro no âmbito da administração governamental subordinado ao Ministério da Fazenda. A tarefa principal da CDI era o estudo e a proposição de medidas econômicas, financeiras e administrativas ligadas à política industrial. Para realizá-la, a Comissão contava com a participação de técnicos, militares e empresários como Euvaldo Lodi, Luís Dumont Villares, Edmundo de Macedo Soares, Lúcio Meira, Augusto Frederico Schmidt e Luís Simões Lopes. Era composta por várias subcomissões, das quais surgiram dois grupos executivos: a Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (Ceima) e a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico (Ceime) (ARAUJO, In: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoDI>).

<sup>68</sup> A CDI formulou um Plano Geral de Industrialização para o país, estabelecendo uma classificação das atividades industriais e designando os setores prioritários em que o governo deveria atuar, como energia, metalurgia, transformação mineral, química, têxtil, borracha e material de construção. Sua criação foi um reforço à atuação do governo como agente econômico e favoreceu a colaboração entre setores industriais e o Estado (ARAUJO, In: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoDI) EleVoltou/ComissaoDI).

Segundo Lourenço Neto<sup>69</sup>, a Cosipa teria sido pensada como forma de abastecer a industrialização em São Paulo, na medida em que se iniciava a instalação do setor automobilístico no Estado. Nesse caso, a usina teria a função de facilitar a instalação de novas indústrias que iriam consumir aço e bens de capital, fornecendo assim os insumos necessários.

A Mannesmann é uma holding alemã, que atuava tanto na siderurgia quanto no setor elétrico, instalando-se em Belo Horizonte - MG, dedicando-se à produção de tubos sem costura e atuando no setor de aços não planos, que até o momento era dominado pela iniciativa privada<sup>70</sup>.

Já a empresa USIMINAS foi criada em 1956, e contou com a participação de 40% de capital japonês (Grupo NIPPON), além do investimento do BNDE, concedido em tríplice modalidade: participação acionária (contrato de 16 de janeiro de 1958) de US\$ 36,5 milhões; financiamento em moeda nacional (contrato de 28 de agosto de 1959) de US\$ 186,7 milhões; e aval a créditos externos (contratos de 16 de janeiro de 1958 e 12 de maio de 1960) de US\$ 120,9 milhões, mais juros correspondentes<sup>71</sup>.

A usina começou a ser construída depois das reivindicações da Federação das Indústrias de Minas Gerais, sendo encampada pelo Governo Federal em associação com o capital japonês por intermédio do Grupo Nipon, o Governo de Minas Gerais e a Companhia Vale do Rio Doce<sup>72</sup>. A localização da Usiminas era considerada um ponto importante na região do Vale do Rio Doce, a poucos quilômetros da Acesita e a margem da estrada de ferro Minas-Vitória.

Em 1952 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES, o que impulsionou o desenvolvimento do setor na medida em que esta agência passou a ser uma importante financiadora da siderurgia nacional:

Segundo documento de 1955 do Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República objetivava-se atingir uma produção de 2,4 milhões de toneladas/ano de laminados em 1960, num acréscimo de 1,4 milhão de toneladas/ano sobre a produção de 1954. Entre expansões e implementações de

---

<sup>69</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.186-187.

<sup>70</sup> In: <http://www.vmtubes.com.br/vmbinternet/calandra.nsf/wehp/HPTInternet-0000>

<sup>71</sup> ANDRADE e CUNHA, In: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

<sup>72</sup> Relatório do Convênio Prefeitura de Ipatinga/IPEAD/CEDEPLAR/UFMG “Usiminas Privatizar Pra Qué?”, 1991, p.19.



novas capacidades, considerava-se um investimento médio de US\$ 300/tonelada, necessitando-se, portanto, de cerca de US\$ 420 milhões para alcançar aquela meta em 1960. Note-se que 82% do investimento total se referia a importações e que apenas 18% correspondiam a inversão em moeda nacional. A participação do BNDE era estimada em 60%, ou US\$ 252 milhões, afora as operações de aporte de capital (ANDRADE e CUNHA, In: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)).

Em suma, durante os anos 1940-1950, o Brasil passou por um processo de expansão da siderurgia, tanto no que diz respeito ao setor de aços planos quanto ao de aços não-planos. No imediato pós-golpe empresarial-militar no país, ocorrerá uma interrupção nesse processo, que rapidamente será retomado com o general Costa e Silva<sup>73</sup> como mostrado na próxima seção.

### **1.3 – A Política Siderúrgica na Ditadura Empresarial-Militar<sup>74</sup>:**

Os anos 1960 iniciam-se com a criação em 1963 do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS)<sup>75</sup>, congregando os representantes das empresas estatais e privadas da siderurgia, e sendo o principal Aparelho Privado de Hegemonia desta fração de classe.

No ano seguinte, logo no início do regime, foi interrompida a política expansionista do setor, devido à priorização pelo controle da inflação e do saneamento das finanças públicas, marcando assim uma redução dos investimentos do Estado.

---

<sup>73</sup> Artur da Costa e Silva nasceu em Taquari (RS) em 1899, concluiu o curso secundário no Colégio Militar de Porto Alegre, ingressando no ano seguinte na Escola do Realengo no Rio de Janeiro e em 1929 na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), foi promovido a Capitão em agosto de 1931, tendo assumido diversas funções no Exército desde então.

Quando o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo em agosto de 1942, coube-lhe a tarefa de organizar a unidade blindada que iria combater na Europa, e para atualizar-se em suas técnicas, viajou aos Estados Unidos, onde estagiou de janeiro a junho de 1944 em Fort Knox. Em 1955 manifestou-se a favor do General Lott para assegurar a posse da presidência e do vice presidente, em 1961 foi promovido a General, sendo transferido no ano seguinte para a chefia do Departamento Geral do Exército no Rio de Janeiro. Após o golpe em 1964, foi empossado Ministro da Guerra e em 1966 foi “eleito” pelo Congresso Nacional Presidente da República, tendo saído do cargo por motivos de doença em 1969 (LEMOS, verbete: Artur da Costa e Silva. Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)).

<sup>74</sup> O termo será caracterizado no capítulo seguinte.

<sup>75</sup> O IBS será objeto privilegiado de nossa análise no capítulo II.

Entre 1963 e 1965 o crescimento industrial do país esteve próximo a zero, o que caracterizou uma situação de estagnação e de redução na produção industrial de 4,7%, se coadunando com a contração de preços do mercado mundial de aços, a situação da siderurgia estava em sinal de alerta.

Para diagnosticar a situação do setor, o regime, em suporte com o Banco Mundial, contratou em 1966 a Bozz Allen and Hamilton International (BAHINT), que era uma empresa de consultoria especializada para avaliar a situação brasileira. Segundo os levantamentos da BAHINT, a recomendação foi a de conter o expansionismo do setor, com a exceção de duas pequenas empresas privadas: a Usinor, em Recife-PE e a Cosima, no Mato Grosso<sup>76</sup>.

Também foi recomendada a criação de um organismo que pudesse congregiar técnicos e empresários com o objetivo de coordenar novos investimentos. Contudo, o regime, já sob a presidência do general Costa e Silva, convocou uma nova comissão, o Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica (GCIS)<sup>77</sup>, presidido por Edmundo de Macedo Soares, criado em 1967 para projetar a expansão do setor.

Nesse caso, todos os planos de expansão foram aprovados, incorporando os projetos ao Primeiro Plano Siderúrgico Nacional, que não foi implementado por indisponibilidade de recursos. Este plano foi elaborado durante os anos 1960, e não contemplou o setor devido ao crescimento elevado da economia brasileira em fins da mesma década e início dos anos 1970.

Esse era um momento aonde no setor privado ocorreram inúmeras falências e incorporações de usinas pequenas por grupos maiores, como a Mineração Geral do Brasil Ltda, controlada pela família Jafet<sup>78</sup>. Segundo Lourenço Neto, a empresa que mais se beneficiou com as incorporações foi a Gerdau:

No caso das incorporações, merece menção a Gerdau, companhia que começou a década de 60 limitada ao Estado do Rio Grande do Sul, e, posteriormente,

---

<sup>76</sup> BAER, 1970, p.204.

<sup>77</sup> O GCIS elaborou três relatórios que foram aprovados pelo presidente da República. Esse trabalho lançou as bases do II Plano Siderúrgico Nacional, recomendou a criação de uma *holding* com a função de coordenar a administração das empresas siderúrgicas estatais (Siderbrás) e também preparou a constituição de um conselho nacional da indústria siderúrgica, encarregado de traçar a política siderúrgica do país (ABREU e LOURENÇO NETO, Verbete: Consider. Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)).

<sup>78</sup> Ver: <http://www.jafetbrasil.com.br/>

incorporou a Usinor, em Pernambuco e a Siderúrgica Hime, em São Gonçalo, Rio de Janeiro (LOURENÇO NETO, 2001, p.223).

A política de preços do regime foi o principal alvo das críticas dos empresários a partir de 1968, os quais, a partir do boletim do IBS, protestaram contra tal situação, bem como com a ausência de proteção para o setor de aços especiais<sup>79</sup>. A expansão do setor privado também era matéria de reivindicações, pois os setores de não-planos e especiais, não cresceram como na década anterior, ficando assim atrás das estatais produtoras de aços planos que esboçavam uma “invasão” a área privada:

Devemos lembrar que, desde a criação da CSN, a incapacidade da indústria nacional privada em atender à demanda existente sempre serviu como justificativa para a implantação de usinas estatais (...) Esse “ensaio” de invasão talvez possa ser justificado exatamente pela impressão de que o mercado de aços planos estava se saturando em ritmo mais rápido que o mercado de não planos. Portanto, se as estatais desejavam manter um programa virtualmente infinito de expansão, elas precisariam ocupar também um espaço na produção de não planos (LOURENÇO NETO, 2001, p.226-227).

No mesmo ano surgiu o Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica (Consider)<sup>80</sup>, transformando-se em Conselho Deliberativo (Conselho Nacional da

---

<sup>79</sup> IBS, Boletim, 1968, p.41-43.

<sup>80</sup> Órgão criado em 14 de março de 1968 pelo Decreto nº 62.403 com o nome de Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica (Consider) e o objetivo de assessorar o governo em assuntos relativos à siderurgia. Em 19 de junho de 1970, pelo Decreto nº 66.759, recebeu a denominação Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica, conservando porém a sigla original. Em 19 de maio de 1988 foi extinto pelo Decreto nº 96.056, passando suas atribuições para o Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Em sua composição inicial, o Consider era presidido pelo ministro da Indústria e Comércio e tinha como vice-presidente o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Tinham ainda assento no conselho o presidente do Banco do Brasil, um representante do Ministério da Fazenda e mais três membros oriundos da mineração de ferro, da mineração de carvão e da indústria privada. O Consider transformou-se em conselho consultivo, mas continuou a exercer as mesmas funções e manteve o mesmo quadro de recursos humanos de que dispunha o GCIS.

Em 1970 o Consider passou de órgão consultivo a órgão normativo, formulador da política siderúrgica nacional. Sua composição alterou-se, ganhando assento os ministros do Planejamento e das Minas e Energia. Também nesse momento foi criada uma secretaria executiva, responsável pela análise dos projetos encaminhados ao Consider e responsável pela elaboração de pareceres e recomendações que

Indústria Siderúrgica, em 1974 intitulado Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia) com a participação de Ministros do Estado e os respectivos Presidentes do BNDE e do IBS. Em 1971, o Consider aprovou o Plano Siderúrgico Nacional, cujo objetivo era:

Expandir a capacidade brasileira de produção de aço de 6 milhões de toneladas/ano em 1970 para 20 milhões em 1980. O Plano também preconizava que as usinas de aços planos e perfis médios e pesados deveriam permanecer sob controle do governo, considerando que o setor privado não possuía a capacidade financeira necessária para desenvolver esse segmento (...) **a produção de laminados longos e perfis leves ficaria sob responsabilidade da iniciativa privada.** Definiu-se ainda que 20% da capacidade seria direcionada ao atendimento das exportações e dos picos de demanda interna (LOURENÇO NETO,2001,p.228).

Em 1973 foram inauguradas a USIBA –Simões Filho (BA), 1ª usina integrada com redução direta de minérios e gás natural,e a Aços Piratini,em Charqueados (RS). No mesmo ano começou a operar a Siderurgia Brasileira AS (Siderbrás), uma holding estatal cujo objetivo era controlar e coordenar a produção siderúrgica das empresas estatais. A Siderbrás possuía participação de 73% na Usiminas, 87% na Cosipa e 93% na Cofavi, além do controle da CSN, COSIM e das recém inauguradas Piratini e USIBA.

Com o quadro de crise nos anos 1970, o então presidente Ernesto Geisel<sup>81</sup>, lançou como resposta o II PND<sup>82</sup>. No bojo deste plano estava previsto o apoio oficial

---

deveriam ser submetidos à cúpula do conselho para apreciação. Seu quadro era composto por técnicos requisitados às empresas estatais. O cancelamento dos projetos de expansão do setor esvaziou as funções do conselho, o que levou à sua extinção em 1988 (ABREU e LOURENÇO NETO, Verbete: Consider. Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)).

<sup>81</sup> *Ernesto Geisel* nasceu em Bento Gonçalves (RS) em 1907, ingressou em 1921 no Colégio Militar de Porto Alegre, cujo curso concluiu em 1924, matriculou-se no ano seguinte na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Ocupou a Secretaria da Fazenda e Obras Públicas da Paraíba de janeiro a maio de 1934, e no ano seguinte foi promovido a Capitão e participou da repressão ao levante da Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos, deflagrado em 27 de novembro de 1935 como parte da revolta comunista. Em 1945, foi designado para servir na Seção de Operações do Estado-Maior da 3ª Região Militar (3ª RM) sediada em Porto Alegre. Passou por um rápido estágio no Army Command and General Staff College, em Fort Leavenworth, Estados Unidos — onde muitos oficiais brasileiros se especializaram durante a Segunda Guerra Mundial.

para todos os projetos de expansão de usinas privadas e estatais previamente aprovados pelo GCIS.

Contudo, na condução do plano, os conflitos com os intelectuais orgânicos do IBS se acirraram, pois o projeto do II PND previa o apoio à construção de usinas estatais produtoras de aço não-plano, sub-setor que como já foi citado, tinha a predominância privada.

Além disso, o IBS perdeu seus respectivos representantes no Consider, justamente num contexto em que foi aprovado por este órgão a resolução nº 15, em que se restringiu o financiamento público apenas para usinas de grande porte que usassem carvão mineral como redutor, obstruindo assim o acesso das pequenas usinas privadas de financiamento<sup>83</sup>.

No ano de 1974, o BNDES criou três subsidiárias com o objetivo de capitalizar as empresas nacionais, foram elas: a) Insumos Básicos S.A. (FIPASE); b) Mecânica Brasileira S.A. (Embramec); c) Investimentos brasileiros S.A. (Ibrasa)<sup>84</sup>.

---

Entre maio de 1946 e abril de 1947, durante o governo do general Eurico Dutra, chefiou a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, sendo nomeado em seguida adido militar junto à embaixada brasileira no Uruguai. Em dezembro de 1952, foi designado membro permanente da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo promovido a coronel em abril do ano seguinte. Comandou em 1954 o 8º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, no Rio, sendo nomeado em fevereiro de 1955 sub-chefe do Gabinete Militar do presidente Café Filho em substituição ao coronel Rodrigo Otávio Jordão Ramos, em 1957 assumiu a chefia da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (EME).

Geisel foi promovido a general-de-divisão em novembro de 1964, além de ocupar a chefia do Gabinete militar do regime recém instaurado. Promovido a general-de-exército em novembro de 1966, deixou o Gabinete Militar no final do governo Castelo Branco em 15 de março de 1967 e foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Aposentou-se do STM em 1969, sendo nomeado para a presidência da Petrobras em novembro do mesmo ano.

No dia 14 de setembro de 1973, a Arena homologou por unanimidade as candidaturas de Geisel para a presidência e do general Adalberto Pereira dos Santos para a vice-presidência da República. Nos anos 1980, assumiu a presidência de uma empresa privada na área de química fina, a Norquisa, criada por um grupo de seus antigos colaboradores e funcionários na Petrobras. O capital principal da Norquisa resultara de ações da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), conglomerado de empresas estatais e privadas nacionais e estrangeiras, cujo conselho de administração também presidiu (COUTINHO e GUIDO, Verbete: Ernesto Geisel, Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)).

<sup>82</sup> Será melhor abordado no capítulo II.

<sup>83</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.251; O entendimento de pequena usina parte do pressuposto de produtividade + capacidade de realização de todo o processo de laminação e galvanização do aço.

<sup>84</sup> As três foram fundidas em 1982, formando a BNDES-PAR.

Em 1976, o Governo admitiu não ter recursos para efetivar todos os investimentos previstos no II PND, anunciando cortes substanciais, o que levou os principais intelectuais orgânicos do Instituto Brasileiro de Siderurgia a utilizarem este Aparelho Privado de Hegemonia enquanto um lócus de críticas à política econômica do governo, e a gestarem um projeto de privatizações para o setor, numa “fuga para frente”, em resposta à expansão das estatais para o setor de não-planos e ao não financiamento previsto no Plano.

As divergências do Instituto, com relação à política siderúrgica do Governo Geisel, concentraram-se inicialmente nas diretrizes governamentais para a expansão do setor siderúrgico, materializadas na resolução nº 31 do Consider, de 1975, conhecida como Plano Mestre da Siderurgia para o período 1975/1985, assim como o não atendimento de suas demandas<sup>85</sup>. Mesmo alegando déficits de produção no sub-setor de não-planos, o Governo aprovou através deste Plano Mestre a implantação de quatro grandes usinas: a) Cosigua; b) CST; c) Açominas; d) Mendes Júnior (Gestão Privada)<sup>86</sup>.

#### **1.4 – O saneamento financeiro como princípio: Os anos 1980**

Ao longo dos anos 1980, os lucros e os investimentos na siderurgia nacional foram drasticamente reduzidos, devido aos baixos preços internos e externos do aço, mas o principal motivo para a desaceleração da siderurgia foi à restrição ao crédito externo. Este cenário dificultou os investimentos à modernização do parque siderúrgico brasileiro como mostram as tabelas abaixo elaboradas pela Comissão de Economia do IBS e por Ângela Maria Morandi respectivamente:

---

<sup>85</sup> Boletim do IBS, 1977, p.1.

<sup>86</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p. 272.

**Tabela 1.7 – Boletim Anual do IBS (1990) (Sem Título)**

	1980	1982	1984	1986	1988	1990
Produção (Milhões de t)	15,3 4	13,00	18,39	21,23	24,66	20,57
% Produção na América Latina	53,2	48,7	55,3	56,7	58,2	53,8
Vendas Internas (Milhões de t)	10,7 1	8,84	9,33	12,52	11,08	8,61
Exportações (Milhões de t)	1,50	2,39	6,46	6,14	10,92	9,00
Faturamento (US\$ Milhões)	nd	nd	6.081	7.069	9.905	10.627
Investimentos (US\$ Milhões)	2.71 3	2.224	509	548	496	494
Produtividade (Base 1980)	100	75	118	118	131	122
Número de Empregados (Mil)	135, 0	127,5	137,9	151,3	151,8	132,7

Fonte: Boletim anual do IBS, 1990, p.1

**Tabela 1.8**

(Faturamento da Indústria Siderúrgica no Brasil)

(1970-1993)

ANOS	Mercado Interno (%)*	Mercado Externo (%)	Outras Receitas (%)
1970	92,5	7,5	-
1975	95,7	1,3	3,0
1979	91,4	6,5	2,1
1980	91,4	6,1	2,5
1981	88,6	8,7	2,7
1982	86,6	10,2	3,2
1983	72,2	24,4	4,4
1984	76,0	21,3	2,7
1985	76,8	20,5	2,7
1986	80,0	16,9	3,1
1987	74,2	22,2	3,6
1988	66,9	29,6	3,5
1989	76,6	19,6	3,8
1990	64,2	32,9	2,9
1991	64,1	34,0	1,9
1992	60,6	37,1	2,3
1993	63,0	34,7	2,3

Fonte: MORANDI, 1996, p.77

A partir de 1985, a principal preocupação da Siderbrás e do Consider passou a ser o saneamento financeiro das usinas estatais e do próprio sistema Siderbrás, significando inclusive, a aceleração das discussões acerca das privatizações de não-planos.

No mesmo ano, foi criado o Conselho Interministerial de Privatização, que formulou uma política de privatizações onde as vendas deveriam ser realizadas por meio de mecanismos públicos, as estatais escolhidas para a desestatização deveriam passar pelo crivo de uma empresa de consultoria privada especializada e uma empresa de auditoria deveria garantir o processo de venda, além das vendas terem que ser realizadas em bolsas de valores.

A partir de 1987, o IBS ganhou o apoio da ABDIB<sup>87</sup>, que aceitou o programa de privatizações e reivindicações com participação nas decisões. No mesmo ano surgiram pressões para que as usinas estatais produtoras de aço plano também fossem privatizadas.

No ano seguinte, Mauricio de Mello, um dos diretores da Siderbrás anunciou os seguintes objetivos no planejamento das privatizações: a) Desativar ou departamentalizar empresas que não fossem adequadas ao sistema e das quais a iniciativa privada não queira participar; b) Passar para o controle privado as empresas de não planos, perfis leves e vergalhões; c) Vender as instalações periféricas como

---

<sup>87</sup> A Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base foi fundada em 1955, com o objetivo de planejar o desenvolvimento do setor e defender políticas de proteção ao mesmo. A primeira diretoria da ABDIB, eleita em maio de 1955, era integrada por Jorge de Sousa Resende (presidente), Mário Dedini (vice-presidente), Fernando Larrabure (secretário) e Aldo Bardella (tesoureiro). Em sua primeira fase, a associação se empenhou em demonstrar que era possível substituir os equipamentos importados por nacionais, convencendo o comprador nacional de que os equipamentos brasileiros atendiam a todas as especificações e níveis tecnológicos requeridos. Ao mesmo tempo, a entidade dava apoio técnico a seus associados, a fim de permitir o início da produção de máquinas e equipamentos pesados, mecânicos e elétricos no país.

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), ao ser criado o Grupo Executivo da Indústria Mecânica Pesada (Geimape), a ABDIB passou a fazer parte do novo órgão. A partir de 1959, por sua iniciativa, foi adotada uma política de pressão sobre o governo no sentido de evitar a importação de equipamentos que pudessem ser fabricados no país. Em 1968, a ABDIB foi reconhecida pelo governo como associação de utilidade pública por sua atuação em prol do desenvolvimento nacional. A entidade preocupou-se especialmente com os problemas de financiamento de venda, programação industrial e exportação, obtendo do governo a criação do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame). Os membros da ABDIB começaram a demonstrar descontentamento com o regime, após a não concretização do II PND, fazendo eco assim ao IBS nas críticas a ditadura e ao padrão de dominação baseado predominantemente na coerção (ABREU e LOURENÇO NETO, Verbete: ABDIB. Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)).



fábricas de oxigênio, fábricas de produtos químicos, fábricas de cal etc.; d) Fazer as novas expansões com participação da indústria privada em instalações específicas<sup>88</sup>.

Nesse caso, a programática das privatizações passava por uma lógica discursiva de sobrevivência ou de superação da estagnação. Em 1988, David Casimiro Moreira<sup>89</sup> então secretário executivo do conselho interministerial de privatizações “denunciou” que carecia de vontade política do Governo para vender as 67 firmas que o conselho havia sugerido.

O Governo Sarney reformulou este organismo como nome de Conselho Federal de Desestatização<sup>90</sup> autorizando a ampliação das listas elaboradas pelo antecessor, incluindo todas as siderúrgicas. É importante citar que a Cosigua foi privatizada ainda nos anos 1970, tendo sido encampada pela Gerdau, o que, todavia, não constituiu uma política planejada de desestatização, mas sim uma exceção para o período<sup>91</sup>.

O Conselho Federal de Desestatização foi considerado pelo Governo Sarney como um dos pilares para a redução do déficit público à época, sob um discurso de modernização e saneamento das finanças, assim foram expostas as razões para tal implementação:

O Conselho é a peça-chave do Programa Federal de Desestatização, instituído em março de 1988, com a finalidade de promover, de forma ampla, clara e racional, a transferência para a iniciativa privada de atividades econômicas exploradas pelo setor público. Caberá ao Conselho Federal de Desestatização, presidido pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, coordenar e supervisionar a execução do Programa Federal de Desestatização, além de promover o elenco de medidas técnicas legais e administrativas necessárias ao cumprimento de suas responsabilidades. A inclusão de representantes sindicais e patronais testemunha mais uma vez a determinação do Governo de acelerar a incorporação dos parceiros sociais aos processos decisórios da Administração Federal. Como primeira missão, o Conselho hoje instalado deverá criar grupo de trabalho destinado a tomar medidas práticas para a privatização de serviços da Rede Ferroviária Federal. Também deverá examinar a criação de grupos de

---

<sup>88</sup> MELLO, Mauricio de. Depoimento, Projeto Usiminas, 25 anos. Minas Gerais, Fundação João Pinheiro, 1988.

<sup>89</sup> Não foi achado nenhum dado biográfico acerca do Secretário.

<sup>90</sup> Ver: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988/74.pdf/view>

<sup>91</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.292.

trabalho da mesma natureza, voltados para privatização de 16 outras empresas dos setores de transporte, mineração, petroquímica, **siderurgia (grifo nosso)** e alguns outros. O Programa é um dos principais pilares da política de redução do déficit público e de modernização da economia adotada pelo Governo, política essa que vem sendo conduzida com patriotismo, com competência, com sacrifício, com espírito público, pelo ministro Maílson da Nóbrega e pelo ministro João Batista de Abreu. A exemplo de muitos países do mundo ocidental, e mesmo socialistas, o Estado apresenta sinais de esgotamento da sua capacidade de atuar diretamente no processo produtivo. O combate ao déficit público nos leva a redefinir com a necessária urgência o papel do nosso Estado na nossa economia. A desestatização será um instrumento de eficácia para reduzir o gasto público e devolver ao Estado as atividades nas quais sua presença é imprescindível. Com a desestatização atacaremos frontalmente o endividamento público. Ao vender parte dos seus ativos reais, à exceção daqueles de caráter estratégico, a União se desobriga de parcelas da dívida e da conseqüente sangria de recursos, transferindo simultaneamente ao setor privado a responsabilidade pelos futuros investimentos produtivos. O Estado não mais se verá às voltas com atividades que nada dizem respeito à sua vocação, tais como hotéis, indústrias têxteis, e muitas outras. Deve dedicar-se integralmente aos setores típicos de Governo, às aplicações básicas da infra-estrutura.(...) Estamos tomando medidas de grande alcance para regulamentação da economia. O empresário terá maior liberdade para empreender e expandir seus negócios. O Estado não deseja ser um entrave permanente ao cidadão empreendedor, ao homem que busca criar empresas, desenvolver e abrir mercados. (...)Ao estabelecermos bases modernas de relacionamento entre Estado, capital e trabalho, habilitamos o grande povo brasileiro a construir o País que todos nós queremos, próspero, soberano, justo e democrático. Quero ressaltar que essa política de desestatização não pode ser envolvida por razões de natureza passional, nem de natureza ideológica. É simplesmente uma necessidade que o Estado brasileiro tem hoje de não arcar com outras responsabilidades, que não aquelas que digam respeito ao interesse social. vendo. O Estado não tem mais recursos para arcar com as responsabilidades que não são suas, de invadir campos que não lhe pertencem, e de destinar recursos públicos que devem ser destinados à saúde, à educação, ao bem-estar social, para outros fins que não são os fins do Estado. Portanto, resolvemos que esta solenidade de instalação do Conselho fosse feita para mostrar o quanto o Governo está consciente da necessidade de cumprir fielmente a meta da

desestatização. Mas, quero advertir que desestatização não é um decreto, não é um Conselho, é um processo. É um processo que se inicia, que tem que caminhar, que tem que ter o apoio da comunidade, que tem que ter uma consciência nacional de sua necessidade, e que leva tempo para ser executado, que tem que vencer resistências e que tem que ter obstinação. Sei perfeitamente que ele nasce com este Conselho de homens imbuídos dessa determinação e dessa necessidade (Instalação do Conselho Federal de Desestatização, In: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/expresidentes/josesarney/discursos/1988/74.pdf/view>).

Ao final do Governo Sarney, 17 processos de desestatização tinham sido concluídos, dentre as empresas estavam a Sibra (produtora de ferros liga), a Caraíbas Metais (metalúrgica de cobre), a Cofavi, a Usiba e a já citada Cosigua.

Em suma, tentamos aqui fornecer um sucinto painel do desenvolvimento do setor siderúrgico no mundo e no Brasil, apresentando suas principais características técnicas e políticas, até o momento de sua drástica guinada no Brasil com o processo de privatizações, oficializado com o Conselho Federal de Desestatização do Governo Sarney, mas aprimorado e executado com o Presidente Collor, após mais de uma década de reivindicações por parte do IBS, como mostraremos nos capítulos seguintes.

## Capítulo 2

### A atuação do empresariado no IBS (1976-1980)

#### 2.1-O Instituto Brasileiro de Siderurgia: um breve histórico:

Tem este capítulo a pretensão de apresentar um breve histórico do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), seus objetivos e linhas de atuação, assim como promoveremos uma revisão da bibliografia acerca da política-econômica no mundo e no Brasil após a Segunda Guerra Mundial até a crise dos anos 1970, o que facilita o entendimento da atuação dos principais intelectuais orgânicos no instituto em meados dessa década, bem como o funcionamento do IBS enquanto um intelectual coletivo.

O Instituto Brasileiro de Siderurgia foi fundado em 1963, na cidade de São Paulo, depois de inúmeros debates ao longo dos anos 1940-1950, período de surgimento de diversos canais de expressão dos interesses empresariais<sup>92</sup>. Com as propostas do professor de metalurgia Robert Franklin Mehl<sup>93</sup>, de criação de um instituto nos moldes da American Iron and Steel Institute<sup>94</sup>, o IBS foi assim criado.

---

<sup>92</sup> Como exemplo, podemos citar a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) e o Fórum Roberto Simonsen, o segundo era ligado à FIESP e à CIESP (MENDONÇA, 1986, p.78).

<sup>93</sup> Robert Franklin Mehl nasceu em Lancaster, Pennsylvania, em 30 de março de 1898, desenvolveu seus estudos na Universidade de Princeton, onde obteve seu PH. D em 1924. o ano seguinte foi nomeado para o Conselho Nacional de Pesquisas em Harvard onde atuou por dois anos. Após sua atuação em Harvard, Mehl foi contratado pelo Naval Research Laboratory (NRL), sendo o diretor da área de Metalurgia Física até os anos 1940, quando participou da “Missão ABBINK” em 1948 e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Sua atuação no país não se resumiu a esses órgãos, tendo promovido diversas conferências na Universidade de São Paulo (compiladas no livro “Metalurgia do Ferro e do Aço”, publicado pela Associação Brasileira de Metais em 1945) demandando a criação de um órgão que representasse e organizasse os interesses do empresariado siderúrgico no país, além de no decorrer da década citada, também ter organizado a criação da Sociedade Brasileira de Metalurgia, importante Aparelho Privado de Hegemonia do empresariado da metalurgia e da mineração. Já nos anos 1960, ele tornou-se consultor da United States Steel Corporation, onde atuou durante seis anos. No fim de sua vida, Mehl se tornou professor visitante na Universidade de Delaware, tendo morrido em 1976. (The National Academies Press, In: <http://books.nap.edu/html/biomems/rmehl.html>; Associação Brasileira de Metalurgia, In: <http://www.abmbrasil.com.br/quem-somos/#missao>. Para um estudo mais aprofundado sobre a Missão ABBIK e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ver: RIBEIRO, Thiago Reis Marques.

Nesse caso, o Instituto, acabou tendo como estopim de seu surgimento um rompimento do empresariado brasileiro com a ILAFA, como nos mostrou Abreu e Lourenço Neto:

Em 1959, criou-se o Instituto Latino Americano del Fierro y del Acero (ILAFA), cujo primeiro presidente foi um brasileiro, o general Edmundo de Macedo Soares e Silva. Em 1961, as empresas brasileiras desligam-se do ILAFA em represália à escolha da cidade de Santiago do Chile como sede do instituto. Ao mesmo tempo, organiza-se no Brasil um comitê executivo para estudar a criação de uma associação siderúrgica, que veio a ser o IBS. Em abril de 1964, o IBS contava com 37 associados entre membros titulares e afiliados. (ABREU E LOURENÇO NETO, verbete: IBS. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

Portanto, o Instituto teve como objetivo expandir os interesses do empresariado do setor siderúrgico frente o governo brasileiro, desenvolvendo pesquisas relacionadas à produção, equipamentos, matérias primas, tecnologia, energia, tendências de mercado, novas aplicações do aço, coleta de dados, preparação e divulgação de estatísticas, desenvolvimento de programas e políticas definidas pelo setor<sup>95</sup>.

Desde o início, o Instituto congregou empresários privados e diretores de empresas estatais, dividindo a diretoria entre os representantes dos dois setores, todavia o IBS sempre possuiu mais representantes do setor privado. A primeira diretoria foi eleita em 1963, e teve como presidente o almirante Lúcio Meira<sup>96</sup> e como vice-presidente o general Edmundo de Macedo Soares e Silva.

---

Das missões à comissão: Ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), In: Dissertação defendida no Programa de História Social da Universidade Federal Fluminense em 2012.

<sup>94</sup> A American Iron and Steel Institute é o principal órgão de representação da fração de classes atuante na siderurgia nos Estados Unidos, tendo sido criada em 1908 e tomado uma importante proporção nos anos 1930 onde seus membros participaram ativamente da Lei de Recuperação da Indústria Nacional dos EUA. (AISI, In: <http://www.steel.org/>).

<sup>95</sup> LOURENÇO NETO e ABREU; DHBB, CPDOC-FGV, verbete IBS. Disponível em [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

<sup>96</sup> Nascido em Petrópolis (RJ) no dia 3 de março de 1907, Em 1923 ingressou na Escola Naval no Rio de Janeiro, saindo guarda-marinha em 1927. Em 1942 diplomou-se em engenharia civil pela Escola Nacional de Engenharia, no Rio de Janeiro, e ainda nesse ano, em dezembro, foi promovido a capitão-de-corveta. Com a posse de Getúlio Vargas na presidência da República em 31 de janeiro de 1951, foi nomeado subchefe do Gabinete Militar. Em agosto do mesmo ano foi designado para exercer as funções de

A partir de 1966, foi votado um estatuto em que a diretoria passou a ser constituída por cinco diretores sem designação especial além do presidente e do vice-presidente. No decorrer dos anos 1970, seus membros criticaram abertamente a política econômica do Governo Geisel proposta no II PND, desenvolvendo um agressivo projeto privatista para o setor siderúrgico, principalmente no decorrer dos governos subseqüentes.

Em 1981, os membros das empresas siderúrgicas privadas criaram uma associação exclusiva do setor, a Associação de Siderurgia Privada (ASP)<sup>97</sup>. Apesar da criação da ASP, as empresas privadas não se afastaram do IBS, pois este já estava consolidado como um importante Aparelho Privado de Hegemonia do setor.

Com o término do programa de privatização das empresas siderúrgicas estatais em 1993, a “divisão” entre ASP X IBS deixou de existir, ocorrendo a fusão entre elas, mantendo-se a sigla do IBS, que foi modificada apenas no ano de 2009, passando para Instituto Aço Brasil.

---

representante da Marinha na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) da Presidência da República. Tendo por objetivo traçar as diretrizes para a planificação do desenvolvimento industrial, o novo órgão estudou o estabelecimento de novas indústrias no país e a ampliação das já existentes. Foi ministro da viação e obras públicas durante o governo Juscelino Kubitschek, onde participou do Grupo de Estudos da Indústria Automobilística, composto também por Eros Orosco e o diretor-superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) Roberto Campos, apresentaram ao presidente um relatório sobre a indústria automobilística onde era proposta a idéia de que as empresas do setor deveriam ser privadas e preferencialmente estrangeiras, em detrimento de organizações estatais ou de economia mista. Coerente com isso propunha que a FNM fosse vendida a particulares. Foi presidente do BNDE em 1959, integrando o Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresas (GEAMPE). Em 1961 Lúcio Meira assumiu a presidência da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), bem como dos grupos executivos da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR), da Indústria Naval (GEIN) e da Indústria Metalúrgica (Geimet), criados em maio desse ano. Ocupou os cargos de diretor da Monteiro Aranha Engenharia, Comércio e Indústria, da Companhia Técnica Monteiro Aranha, da Companhia Predial São Paulo e Rio, da Mineração Monteiro Aranha, da Brasilmar Meridional de Navegação, da Lips do Brasil e da Papel e Celulose Catarinense S.A., cujo conselho executivo também integrou. Participou, ainda, do conselho consultivo da Volkswagen do Brasil e, na década de 1970, integrou o conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio. (KORNIS; DHBB, CPDOC-FGV Verbete: Lúcio Meira, Disponível em: <http://www.fgv.br>).

<sup>97</sup> No decorrer da pesquisa nos foi negado qualquer acesso a documentação da ASP, o que não prejudicou seu andamento, haja vista que, a grande maioria do empresariado continuou atuando no seio do IBS.

Para se ter uma dimensão da inserção deste Instituto na sociedade brasileira, Abreu e Lourenço Neto, apontaram as principais atividades “técnico-burocráticas” ao longo da sua história:

Entre as atividades de destaque do IBS ao longo de sua história, destacam-se a elaboração das normas técnicas na área da siderurgia, em convênio com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e com a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB); e os serviços de assessoria à Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil e à Secretaria de Comércio Exterior (Secex), visando a assegurar a proteção à indústria nacional e os seus interesses no comércio exterior. No mesmo sentido, o IBS participou de convênios com os países-membros do Mercosul e da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio (ALADI) (...). O IBS compila e divulga informações estatísticas sobre o setor siderúrgico, através do Centro de Informações Siderúrgicas, constituindo-se em fonte oficial para órgãos públicos, como os ministérios do Planejamento, da Fazenda, o BNDE e o Banco do Brasil. Suas estatísticas também são utilizadas pela imprensa especializada e por pesquisadores. Para divulgar essas informações, o IBS edita uma série de publicações, como o *Anuário estatístico da indústria siderúrgica*, *Siderurgia em números*, *Mercado brasileiro de aço*, *Estatísticas da siderurgia*, *Investimentos na siderurgia*, *A siderurgia brasileira*, *Siderurgia do amanhã* e *Informe da siderurgia*. (ABREU E LOURENÇO NETO; DHBB, CPDOC-FGV, verbete: IBS. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br))

Portanto, para além destas atividades técnicas, agora será apresentado o cenário político-econômico internacional e nacional em que os intelectuais orgânicos atuantes no IBS estavam inseridos, tomando como marco cronológico o pós-Segunda Guerra Mundial e as transformações no capitalismo até a crise dos anos 1970.

## **2.2- Forças Externas: do boom pós-Segunda Guerra Mundial a Crise dos Anos 1970:**

A década de 1970 marcou uma interrupção do crescimento das economias capitalistas centrais, que vinham desde o pós-ssegunda guerra mundial, estabelecidas no

crescimento tecnológico, na redução da eficiência do **capital fixo**, na intensificação do sobretrabalho e na elevação dos níveis de consumo/poder de compra, com o acesso a créditos.

Tal cenário promoveu um aumento da produção industrial em níveis superiores à capacidade global de consumo, tendo a predominância do setor de bens e serviços sobre o restante das atividades econômicas, instalando-se assim um modelo de Estado denominado de, “bem estar social”<sup>98</sup>, em que os serviços básicos, como saúde, educação e transportes eram subsidiados, sendo propiciada uma maior capacidade de consumo e a adoção de um maior planejamento para impedir um intervalo entre as curvas da oferta e da demanda<sup>99</sup>.

Esse novo modelo foi compensado pela intensificação da exploração nos países capitalistas subalternos, exportando capitais para essas áreas, promovendo uma acelerada industrialização, e configurando uma nova fase nas relações centro-periferia, o que para Michel Beaud indicava que o próprio movimento de acumulação capitalista já estabelecia os germes da crise dos anos 1970<sup>100</sup>.

Nos anos de 1960, reduz-se o superávit comercial dos Estados Unidos, com o restabelecimento das economias européias e o fortalecimento das suas respectivas moedas, o que gerou um inchamento dos haveres em dólares no exterior, desembocando assim em uma crise da moeda americana, que culminou na suspensão de sua convertibilidade em 1971.

Essa situação promoveu uma baixa nos preços do petróleo, que eram pagos em dólares até aquele momento, porém, após a Guerra do Yom Kippur em 1973, entre

---

<sup>98</sup> O filósofo italiano, Giacomo Marramao, definiu o “Estado de Bem Estar Social” da seguinte maneira: “Em uma comparação entre os diferentes casos históricos de Estados com preocupações sociais implementados sob a orientação de governos controlados por partidos social-democráticos destacam-se cinco características comuns: 1) a existência de um sistema fiscal baseado no princípio da tributação progressiva; 2) a institucionalização de uma política de trabalho visando defender os direitos dos trabalhadores e regulamentar juridicamente os conflitos trabalhistas; 3) um nível de justiça distributiva que permitia garantir a todos os cidadãos uma renda mínima; 4) um desenvolvimento adequado do sistema de aposentadorias e pensões e de assistência médica; 5) a expansão do setor terciário e dos serviços.” (MARRAMAIO, 1990, p.337-347. APUD: DE MASI, 2003, p.83).

<sup>99</sup> BEAUD, 2004, p.316; REZENDE FILHO, 2005, p. 239-240; 302

<sup>100</sup> BEAUD, 2004, p.316; 322



Israel e os países árabes, ocorreu um aumento do preço<sup>101</sup> dessa matriz energética por parte dos países membros da OPEP, que acabou por afetar diretamente a periferia do capitalismo, devido à interrupção no financiamento das políticas de desenvolvimento industrial acelerado, além de ter encarecido muitas das matérias primas.

O economista Michel Beaud, assim esquematizou a crise dos anos 1970:

- 1) Esgotamento dos esquemas de acumulação dos anos 1950-1960 em cada país capitalista (saturamento dos mercados e resistência do mundo do trabalho), queda da rentabilidade, no curso dos anos 1960.
- 2) Aumento da procura de mercados externos; desenvolvimento das exportações e dos investimentos no exterior; acirramento da concorrência intercapitalista;
- 3) Acréscimo dos encargos do imperialismo americano; questionamento do dólar e do sistema monetário internacional; crise do dólar e fim da sua convertibilidade (1971).
- 4) Aumento do preço do petróleo por parte dos países membros da OPEP (1973).
- 5) Reciclagem dos capitais dos países produtores de petróleo e alta dos preços industriais.
- 6) Solicitação dos outros países do “Terceiro Mundo” de uma “nova ordem econômica internacional”<sup>102</sup>.

Foram vários os importantes estudos acerca do desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra e a sua crise nos anos 1970, produzidos por autores das mais diferentes matrizes ideológicas, o que nos leva a apresentar algumas das questões propostas sobre o desenvolvimento capitalista deste período histórico.

**Giovanni Arrighi** compreendeu o pós-guerra como uma fase de expansão material da economia mundial capitalista, fundamentalmente, a partir do rearmamento estabelecido durante e depois da Guerra da Coreia, sanando assim, segundo o autor, provisoriamente a questão da liquidez em âmbito internacional, ou seja, a ajuda militar e os gastos internos nos EUA, forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> Segundo Michel Beaud, o preço do petróleo, em dólares por barril, passou de dois em 1973 para dez em 1974, treze em fins de 1978 e trinta em 1980 (BEAUD, 2004, p.335).

<sup>102</sup> Op.Cit.2004, p.336.

<sup>103</sup> ARRIGHI, 1996p. 307-308.

Para o italiano, essa situação se modificou entre os anos de 1968-1973, com o abandono do sistema de paridade fixa entre as moedas-ouro e o dólar, proporcionando alterações contínuas das taxas de câmbio e os diferenciais das taxas de juros, o que multiplicou as oportunidades de expansão do capital em mercados offshore. Começava um sistema de flutuação livre de câmbio onde movimentos especulativos contra determinadas moedas tornaram-se possíveis.

Nesse caso, a crise é explicada da seguinte maneira pelo autor:

A arrancada da atual fase de expansão financeira da economia mundial capitalista centrada nos Estados Unidos foi um aspecto integrante e precoce dessa crise. Ela começou em 1968, quando os fundos mantidos líquidos no mercado de eurodólares, centrado em Londres, experimentaram um aumento súbito e explosivo. Como resultado desse crescimento explosivo, o governo norte-americano, em 1971, foi forçado a abandonar a ficção do padrão de câmbio ouro-dólar. Em 1973, a Reserva Federal norte-americana e os bancos centrais associados tiveram que reconhecer sua derrota na luta para deter a maré de especulação crescente contra o regime de taxas de câmbio fixas que havia dominado as altas finanças durante a fase de expansão material das décadas de 1950-1960. A partir de então, o mercado – ou seja, primordialmente o mercado de eurodólares – assenhoreou-se do processo que estipulava os preços das moedas nacionais umas em relação às outras e ao ouro (ARRIGHI, 1996, p.310).

Além disso, Arrighi destacou que a super acumulação do capital em relação à oferta inelástica da população trabalhadora e dos produtos primários, foi fundamental para a crise dos anos 1970, pois passou a existir um excesso de capital à procura de investimentos em mercadorias. Nesse caso, o autor procurou preservar as críticas das políticas de cunho “keynesiana” do Governo Estadunidense, para assim apontar a problemática da abundância de capital em circulação.

Ao analisar os países periféricos do capitalismo, foi apontado o fato de que esses eram reservatórios de recursos naturais e humanos para as necessidades dos países centrais, tendo se beneficiado provisoriamente com a liquidez nos mercados financeiros, após 1971 e com a decisão da OPEP em aumentar o preço dos barris de petróleo para protegerem-se da depreciação do dólar, na medida em que se acirrou a competição intercapitalista no seu núcleo orgânico e alavancou “empréstimos praticamente

ilimitados a alguns países do terceiro mundo, sob a forma de preços reais mais elevados do petróleo cru e de outras matérias primas<sup>104</sup>”.

Contudo, em fins dos anos 1970, com as políticas restritivas adotadas pelo Governo dos EUA, reduziu-se drasticamente a demanda de suprimentos do “Terceiro Mundo”, o que os afetou gravemente, oscilando assim o valor das suas receitas de exportações e das respectivas rendas.

Tendo como objeto de análise a “longa onda” de crescimento capitalista no Pós-Guerra, bem como o seu esgotamento nos anos 1970, o economista belga **Ernest Mandel**, escreveu a obra “O Capitalismo Tardio”, em que buscou fornecer uma interpretação marxista das causas das mesmas.

Tendo elaborado seu estudo um ano antes da Crise do Petróleo (1973), Mandel, constatou algumas das tendências que somente a posteriori se efetivaram, como as recessões longas, profundas e repetidas, caracterizadas como fase de descenso do ciclo de Kondratieff<sup>105</sup>, além do prognóstico elaborado acerca da estagnação na economia da década citada: “Quanto menor a taxa média de crescimento da produção mundial capitalista, tanto menor as fases de boom e tanto maiores as fases de recessão e estagnação relativa<sup>106</sup>”.

O autor considerou que o crescimento do modo de produção capitalista, por sua própria natureza é conduzido a um desequilíbrio, sendo assim, o processo de crescimento real deste sistema não vem acompanhado com um nivelamento efetivo das taxas de lucros, pois são desenvolvidas por um movimento cíclico de expansão e contração na realização da mais-valia e na acumulação de capital, sendo, para Mandel, as discrepâncias entre estas, a explicação para as crises de superprodução.

Marx no “Manifesto do Partido Comunista” (1848), já havia concebido às crises do capital enquanto manifestação concentrada do caráter contraditório e da temporalidade do modo de produção capitalista:

As relações de produção e de circulação burguesas, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna – que, como por encanto, criou meios de produção e de circulação tão espetaculares – mais parecem o feiticeiro

---

<sup>104</sup> ARRIGHI, 1996, p.324.

<sup>105</sup> Para uma explicação teórica sobre os “Ciclos de Kondratieff”, ver: RANGEL, Ignácio M. “O Quarto Ciclo de Kondratieff”, In: Revista de Economia Política, v.10, nº4 (40), Outubro-Novembro, 1990.

<sup>106</sup> MANDEL, 1982, p. XXVI; p.332.

que não consegue controlar os poderes subterrâneos que ele mesmo invocou. Há décadas a história da indústria e do comércio se restringe à revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetidas periodicamente e cada vez maiores, ameaçam a sociedade burguesa. Nessas crises, grande parte não só da produção, mas também das forças produtivas criadas, é regularmente destruída. Nas crises irrompe uma epidemia social que em épocas anteriores seria considerada um contra-senso- a epidemia da superprodução. (...) As relações burguesas se tornaram estreitas demais para conter toda a riqueza por elas produzida (MARX, Karl. 1998, p. 13-14).

E é exatamente este movimento cíclico que marca o capitalismo em âmbito internacional. Mandel explicou os longos períodos da seguinte maneira:

(...) uma fase inicial, em que a tecnologia passa efetivamente por uma revolução, e durante a qual devem ser criados os locais de produção e atendidas outras exigências preliminares dos novos meios de produção. Essa fase é caracterizada por uma taxa de lucros ampliada, acumulação acelerada, crescimento acelerado, auto-expansão acelerada do capital anteriormente ocioso (...). Essa fase inicial dá lugar a uma segunda, em que já ocorreu a transformação real na tecnologia produtiva: em sua maior parte, já estão em funcionamento os novos locais de produção requeridos pelos novos meios de produção, só podendo ser ampliados ou aperfeiçoados em tempos quantitativos. (...) Assim se dissolve a força que determinou a expansão repentina, em grandes saltos, da acumulação do capital no Departamento I; em consequência, essa fase se torna caracterizada por lucros em declínio, acumulação gradativamente desacelerada, crescimento econômico desacelerado, dificuldades cada vez maiores para a valorização do capital total acumulado (...) (MANDEL, 1982, p.84).

O mecanismo geral da “longa onda” de expansão do pós-guerra está intrinsecamente ligado à terceira revolução tecnológica, em que o investimento de capital assumiu um papel de semi-automação/automação, aumentando a taxa de mais-valia.

Nesse sentido, o papel do Estado foi primordial, pois proporcionava condições gerais de produção para o setor privado, investindo assim nos diversos setores industriais e em obras de infra-estrutura e “administrava” as crises das relações de produção capitalistas no período.

Portanto, segundo o autor, a crise dos anos 1970, representou a segunda fase da “longa onda”<sup>107</sup> iniciada pela Segunda Guerra Mundial, tendo se caracterizado por uma acumulação desacelerada do capital, com as taxas de lucro em declínio, e teve como origem a lenta absorção do “exército industrial de reserva” nos países imperialistas e a incapacidade de se generalizar as potencialidades da automação, o que obstaculizou o aumento adicional da taxa de mais valia que vinha numa oscilação ascendente desde os anos 1950 nos EUA e em alguns países da Europa, tendo inclusive estagnado no primeiro a produtividade por trabalho - entre 1973-1974-<sup>108</sup>.

Segundo o mesmo, a partir de 1967 nos Estados Unidos, ocorreu uma massa inflacionária de dinheiro que não correspondeu a um aumento da produção de mercadorias, portanto o aumento da quantidade de dinheiro (papel-moeda) e de dinheiro bancário causou diretamente a queda do dólar neste mesmo ano.

A consequência deste boom inflacionário foi o aumento especulativo, de bens primários e de moedas, levando ao colapso de sociedades financeiras, empresas imobiliárias e bancos secundários, marcando assim o começo de uma recessão do capitalismo em âmbito global<sup>109</sup>.

Mandel, ainda apontou para o declínio da autonomia relativa do ciclo creditício como outro fator da crise que se estabelecia, haja vista que este teve em última instância, pouca possibilidade de regular a capacidade do ciclo industrial, desencadeando assim dívidas que começaram a restringir o poder de compra corrente e

---

<sup>107</sup> Caracterizada pela intensificação da reprodução ampliada de capital em escala internacional, bem como pela grande alta da taxa de mais-valia do impacto da terceira revolução tecnológica, o que gerou um processo acumulativo de crescimento econômico para os países centrais do capitalismo (MANDEL, 1982, p.326).

<sup>108</sup> Op.Cit.1982, p. 93; 150-151; 241.

<sup>109</sup> Ernest Mandel aponta que com a onda especulativa de 1972/1973, bancos secundários como: o Franklin Bank, dos Estados Unidos, o Herstadt Bank, da Alemanha Ocidental e o Grupo Sindona, na Itália, entraram em colapso (MANDEL, 1982, p.317).

também, ameaçando a própria expansão do mercado mundial, o que levou a ruína do sistema de Bretton Woods e nos auxilia na compreensão da crise para a siderurgia<sup>110</sup>:

(...) a despesa crescente com os projetos de investimento de capital fixo, o aumento de tempo necessário à construção de novas fábricas e complexos produtivos, a taxa decrescente de autofinanciamento e a tendência cada vez maior de contração do crédito limitaram a redução do ciclo de rotação do capital fixo e do capital circulante, e tenderam a imobilizar cada vez mais o capital em condições onde não podia mais operar produtivamente, e isso, por sua vez, diminuiu de novo a taxa de lucro (MANDEL, 1982, p.391).

Nesse caso, a idéia central do economista belga para a explicação da crise dos anos 1970, se fundou na **contração de créditos que limitaram a rotação de capital fixo/circulante**, desencadeando assim uma diminuição da taxa de mais valia, o que se coaduna com a nossa hipótese acerca da singularidade da fração siderúrgica e suas reações políticas nesse momento de crise.

O geógrafo **David Harvey** abordou a crise dos anos 1970 e as transformações no processo de trabalho, nos hábitos de consumo, das configurações geográficas/geopolíticas e nas formas de Estado, a partir da consolidação hegemônica do neoliberalismo e da pós-modernidade, nas obras “O Neoliberalismo: história e implicações” e “Condição Pós-Moderna”.

Para o autor, após a 2ª guerra mundial, ocorreu uma reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais para que assim se evitasse o retorno das condições consideradas por ele críticas dos anos 1930, para tanto “Foi preciso assegurar a paz e a tranquilidade domésticas e firmar alguma espécie de acordo entre capitalistas e trabalhadores<sup>111</sup>”.

O longo período de expansão do pós-guerra representou para Harvey, um conjunto de práticas que englobavam: a) controle do trabalho; b) tecnologias; c) hábitos

---

<sup>110</sup> O sistema de Bretton Woods elevava o dólar à categoria de moeda mundial ao lado do ouro, tendo sido construído em duas bases, segundo Mandel: a) a conversibilidade do dólar em ouro; b) as enormes reservas de produção da economia estadunidense, significando a acumulação de dólares em mãos de Governos e capitalistas estrangeiros (MANDEL, 1982, p.325).

<sup>111</sup> HARVEY, 2005, p.19

de consumo diferenciados; configurando assim o momento keynesiano-fordista<sup>112</sup>. O papel do Estado neste momento era central, pois:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 2011, p.129).

Nesse caso, instituições como a ONU, o Banco Mundial, o FMI e o Banco Internacional de Compensações, foram criadas com o intuito de estabilizar as relações internacionais e os conflitos internos, marcando assim um momento de transição no regime de acumulação e nos modos de regulamentação social e política.

Esses novos Estados para o autor se caracterizaram da seguinte forma:

O que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Um “compromisso de classe” entre o capital e o trabalho foi advogado geralmente como o principal garantidor da paz e da tranquilidade domésticas. Os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social,

---

<sup>112</sup> Op.Cit.2005, p.119.

construindo uma variedade de sistemas de bem-estar (cuidados de saúde, instrução etc.) (HARVEY, 2005, p.20).

O geógrafo classificou esse momento histórico-geográfico como de “liberalismo embutido”, em que os processos de mercado foram circundados por uma rede de restrições sociais e políticas, tais como a livre mobilidade do capital, tendo o Estado um papel central de planejador e de “internalizador” das relações de classe, com certa influência de partidos e sindicatos de esquerda. O projeto neoliberal viria então a destruir essas “amarras”, estabelecidas pelos Estados.

Ainda segundo o geógrafo, em fins dos anos 1960, o “liberalismo embutido” começou a ruir. No período, já havia se completado a recuperação da Europa Ocidental e do Japão, e o mercado interno dos EUA já se encontrava saturado, o que o impulsionava a buscar um mercado externo para seus excedentes.

A partir de 1966, a queda da produtividade e da lucratividade corporativas, marcou o início de um problema fiscal no país, sanado apenas com a aceleração da inflação, solapando assim o papel do dólar<sup>113</sup>.

Estas contradições do capitalismo sob a forma do regime fordista-keynesiano, deflagrou uma crise de acumulação, problemas fiscais, desempregos e inflação, o que desencadeou uma fase global de “estagflação”, percorrendo os anos 1970, tendo se originado segundo o autor:

Mesmo antes da guerra árabe-israelense e do embargo do petróleo da OPEP de 1973, o sistema de taxas de câmbio fixas DCE Bretton Woods baseado em reservas de ouro tinha se mostrado ineficaz. A porosidade das fronteiras dos Estados com relação aos fluxos de capital pressionava o sistema de taxas de câmbio fixas. Os dólares dos Estados Unidos tinham inundado o mundo e escapado ao controle daquele país, sendo depositados em bancos europeus. As taxas de câmbio fixas foram abandonadas por causa disso em 1971. (...) as taxas de juro passaram a ser flutuantes e as tentativas de controlar a flutuação logo foram abandonadas. O liberalismo embutido que gerara altas taxas de crescimento pelo menos nos países capitalistas avançados depois de 1945 estava claramente esgotado e deixara de funcionar. A superação da crise requeria alguma alternativa. Uma resposta consistiu em aprofundar o controle e a

---

<sup>113</sup> Op.Cit.2005, p.135.



regulação estatais da economia por meio de estratégias corporativistas (incluindo, se necessário, reprimir as aspirações do trabalho e dos movimentos populares por meio de medidas de austeridade, políticas de renda e mesmo controle de salários e preços) (HARVEY, 2005, p.22-23).

Após o embargo da OPEP em 1973, os fundos excedentes reciclados por bancos de investimento de Nova York se dispersaram pelo globo, exigindo assim maior liberalização de crédito e do mercado financeiro internacional. Tal conjuntura se refletiu nos países do capitalismo periférico, na medida em que os mesmos foram estimulados a se endividar, contudo qualquer aumento na taxa de juro Estadunidense, levava os mesmos países à inadimplência, o que expunha os bancos de investimento.

Deste cenário, emergiram soluções apontadas por Harvey, que não se coadunaram com os requisitos da regulação do capital, tendo assim uma polarização efetiva entre os defensores do planejamento estatal, de um lado, e os defensores da liberdade de mercado do outro.

No fim dos anos 1970, o segundo grupo<sup>114</sup> emerge ao primeiro plano, buscando a tomada do poder político, representando assim um projeto de restauração do poder de classe e das condições da acumulação do capital, bem como um novo sistema de regulamentação política e social, gerando um aumento em demasia da concentração de renda e uma forte crítica a “rigidez”, tanto dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam a flexibilidade de planejamento, quanto dos programas assistenciais do Estado e os direitos das classes trabalhadoras. Assim caracterizou Harvey o novo equilíbrio de forças no capitalismo:

Os novos sistemas financeiros implementados a partir de 1972 mudaram o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, dando muito mais autonomia ao sistema bancário e financeiro em comparação com o financiamento corporativo, estatal e pessoal. (...)Os crescentes poderes de

---

114 O grupo que emergiu era plural e complexo, fundindo: Monetarismo (FRIEDMAN), Expectativas Racionais (LUCAS), Escolha Pública (BUCHANAN E TULLOCK) e as idéias do “Lado da Oferta” (LAFFER). Contudo, o ponto em comum destas idéias era de que a intervenção do governo era antes um problema do que uma solução (HARVEY, 2005, p.64). Vale citar que tais ideias são apropriadas por parte do Wall Street Journal.

coordenação presentes no sistema financeiro mundial surgiram em alguma medida graças ao poder da nação-Estado de controlar o fluxo de capital e, portanto, a sua própria política fiscal e monetária (HARVEY, 2011, p.155-156).

O geógrafo desenvolveu importantes observações sobre o período em questão, sobretudo quando abordou a emergência do pensamento neoliberal e da reaglutinação do poder de classe, a partir da hegemonia dos novos sistemas financeiros, que serão exaustivamente analisados pelo economista François Chesnais.

O francês **François Chesnais** apresentou uma nova configuração do capitalismo mundial e dos mecanismos que comandavam seu desempenho e sua regulação nos anos 1970. O economista vem dedicando-se ao estudo da financeirização da economia em âmbito global, o que se coadunou com a crise dos anos 1970, que marcou segundo vimos uma recomposição do poder de classes, tendo assim a gênese da “mundialização financeira”, entendida pelo autor como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização<sup>115</sup>.

Para Chesnais, após a adoção do sistema de câmbio flexível com a revogação unilateral do sistema de Breton Woods<sup>116</sup>, à securitização da dívida pública pelos principais países industrializados e a liberalização financeira a partir das desregulamentações, acabou por beneficiar as frações financeiras do capital:

A mundialização financeira nasceu de um processo de interação, ao longo de uns quinze anos, entre o movimento de fortalecimento do capital privado – tanto industrial como bancário – e o crescente impasse das políticas governamentais. O contexto geral é o fim dos “anos dourados”. Ou seja, embora ela tenha começado a se manifestar em fins da década de 60, a mundialização financeira não pode ser compreendida fora do que os regulacionistas chamam de “crise do modo de regulação fordista” (BOYER, 1986) e que os marxistas descrevem como ressurgimento, num contexto determinado, de contradições clássicas do modo de produção capitalista mundial, que haviam sido abafadas entre 1950 e a

---

<sup>115</sup> CHESNAIS, 1998, p.16; CHESNAIS, 1996, p.32.

<sup>116</sup> Para o autor, os principais motivos para o fim desse sistema, foram de ordem interna, tais como: a) explosão da dívida federal dos EUA; b) déficit crescente na balança de pagamentos dos EUA; c) financiamento da guerra do Vietnã; d) impossibilidade de conversão do dólar em ouro (CHESNAIS, 1996, p.250).

recessão de 1974. A gradativa reconstituição de uma massa de capitais procurando valorizar-se de forma financeira, como capital de empréstimo, só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção (claramente perceptíveis nas estatísticas). Com esses lucros não repatriados, mas também não investidos na produção, e depositados pelas transnacionais norte-americanas em Londres, no setor off-shore, o mercado dos euro-dólares deu sua arrancada, a partir de meados da década de 60, bem antes do “choque do petróleo” e da recessão de 1974-1975. A experiência adquirida nesse contexto e as transferências efetuadas a partir do serviço da dívida do Terceiro Mundo permitiram que as instituições financeiras aumentassem a pressão, visando a obter, ao mesmo tempo, uma política monetária favorável aos interesses dos credores e uma maior liberalização financeira. (CHESNAIS, 1998, p.17).

Nesse caso, a crise dos anos 1970 é enfatizada pelo autor a partir do desmoronamento das barreiras que haviam se erguido em Bretton Woods e do endividamento decorrente dos instrumentos de liquidez do governo dos EUA. Foi marcado assim, um processo de declínio do crescimento em comunhão com um processo “estagflacionário”, o que levou a derrocada dos mecanismos de regulação das economias industriais, marcando uma virada na orientação das políticas públicas adotadas até então:

A esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade, onde é mais gritante a defasagem entre as prioridades dos operadores e as necessidades mundiais (...) A capacidade intrínseca do capital monetário de delinear um movimento de valorização “autônomo”, com características muito específicas, foi alcançada pela globalização financeira a um grau sem precedentes na história do capitalismo (CHESNAIS, 1996, p.239).

Todavia, Chesnais apenas aponta para o fato da existência de uma disfunção do capital financeiro, não desenvolvendo assim a ideia de como a sua “autonomia” pode se sobrepor a imbricação entre capital bancário-capital industrial. Nesse caso, chamamos a atenção para a importância da indústria no processo de reconfiguração do padrão de acumulação capitalista mundial, no período citado,

sobretudo a partir dos ativos financeiros em forma de pacotes de ações, reconhecido pelo próprio economista francês<sup>117</sup>.

### **2.3 A Dinâmica Interna: definindo os modelos de acumulação, o II PND e repactuação do poder de classes:**

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou no Brasil, uma redefinição do seu regime político, com o fim da Ditadura do Estado Novo. Em contrapartida, tal processo não significou uma alteração do pessoal do Estado que ocupava a sua ossatura material, marcando o que Sonia Regina de Mendonça apontou como as duas características essenciais no pós-ditadura: a) a preservação da margem de arbítrio consagrada no período de 1937-1945 ; b) a concentração de poderes em torno do executivo<sup>118</sup>.

Nesse caso, durante os anos 1950, em uma conjuntura desfavorável ao padrão de industrialização restringida<sup>119</sup> vigente até aquele momento, ocorreu o esgotamento do modelo de “substituição de importações”<sup>120</sup>, abrindo assim, caminho para uma nova forma de acumulação capitalista – a abertura ao capital estrangeiro.

Esse novo modelo de acumulação se coadunava com a conjuntura internacional e representava uma mudança na política econômica brasileira e nos seus mecanismos de financiamento<sup>121</sup>, passando a privilegiar o setor produtivo de bens de consumo duráveis

---

<sup>117</sup> Op.Cit. 1996, p.292.

<sup>118</sup> MENDONÇA, 1986, p.49

<sup>119</sup> Segundo Mendonça, a postura nacionalista de Vargas, centrada nas criações da PETROBRÁS e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) se inviabilizava, pois às contradições inerentes ao modelo de industrialização restringida, já dava sinais de desgaste, principalmente com a queda dos preços internacionais do café, com a política tributária ortodoxa e com a exportação de capitais provenientes da reconstrução dos países centrais do capitalismo, representando assim uma importante transformação nos mecanismos de financiamento frente ao modelo anterior (MENDONÇA, 1986, p.50-55).

<sup>120</sup> Em consequência das alterações do capitalismo mundial nos anos 1930, teve início nesse período no país, um processo de substituição de bens manufaturados que antes eram importados. Fazemos aqui uma ressalva de que para Mantega e Moraes (MANTEGA e MORAES, 1979, p.22), o modelo de substituição de importações não havia se esgotado, haja vista, que a auto-suficiência do país ainda não havia sido alcançada.

<sup>121</sup> Foi à instrução 113 da SUMOC que cumpriu o papel de atrair o capital estrangeiro: “A Instrução nº 113 permitia a entrada de capitais estrangeiros no país em condições substancialmente mais vantajosas do que se os investidores internalizassem seus capitais à taxa “livre” e depois utilizassem os cruzeiros daí

(Departamento III) – Eletrodomésticos, Construção Naval, Mecânica Pesada e Automóveis – em detrimento do Departamento I, a partir do “tripé”: Indústria brasileira (capital privado nacional e empresas produtoras de bens de consumo-) ; O capital estrangeiro (Ligado ao setor de bens duráveis); O capital estatal (Bens de produção).

O Estado desempenhou, portanto, um papel na nova etapa histórica do capitalismo dependente brasileiro, condensando os interesses das frações do capital nacionais e internacionais.

Para tanto, incentivou-se o investimento em infra-estrutura, o que gerou um estímulo da indústria pesada e o seu conseqüente planejamento a partir do Programa de Metas ou Plano de Metas<sup>122</sup>. A partir de então ampliou-se as relações de dependência da economia brasileira, além de algumas importantes questões, tais como: a) a concentração de capital, com destaque para as multinacionais, levando a um processo de oligopolização ; b) a inflação ; c) aprofundamento do grau de dependência externa.

O início dos anos 1960, representou uma crise de consolidação do capitalismo no país, desnudando, assim, as contradições somatizadas ao longo da década anterior com a quebra do seu dinamismo acumulativo, sendo explicada da seguinte maneira por Mendonça:

As razões da insuficiência de capitais e inversões que caracterizou a crise de 1962-64 devem, portanto, ser buscadas em outras fontes, isto é, no possível aumento de outros gastos industriais que não salários. Uma vez que os custos com maquinaria não se elevaram – protegidos pelo câmbio subsidiado pelo

---

resultantes para recomprar dólares e importar equipamentos à taxa cambial da categoria relevante. O subsídio em cruzeiros, por unidade de moeda estrangeira, correspondia à diferença, freqüentemente substancial, entre a taxa cambial do mercado “livre” e a taxa cambial da categoria do bem a ser produzido pelo bem de capital em questão. À sombra da Instrução nº 113 aumentou de forma notável o ingresso de capitais de risco estrangeiros, pois o sistema era extremamente favorável às filiais de firmas estrangeiras operando no Brasil. A quase totalidade dos cerca de quinhentos milhões de dólares que ingressaram no país entre 1955 e 1961, estimulados pelos benefícios da Instrução nº 113, correspondeu a investimentos em firmas controladas por capitais estrangeiros. Foi sob estímulo da Instrução nº 113 que se instalou no país a indústria automobilística, um dos objetivos mais importantes do Plano de Metas.” (GORDON; GUDIN; SIMONSEN, SUPERINTENDÊNCIA, verbete Instrução 113. Disponível em [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>122</sup> O Plano de Metas definiu as prioridades de investimentos, com o objetivo de acelerar a acumulação capitalista no país, voltando-se para os setores de alimentação, energia, transportes e indústrias de base (MENDONÇA, 1986, p.59-60). Aqui, o destaque vai para o setor da Indústria de Base, pois a siderurgia obteve um papel privilegiado neste momento.

Estado – nem subiram aqueles de ordem financeira, já que o Estado fornecia créditos a taxas de juros favoráveis, somente o aumento da composição orgânica do capital poderia afetar negativamente a taxa de lucros e os índices de inversão. Como o colocam abordagens mais recentes, acontecia no país entre 1962 e 1964 uma típica crise do capitalismo monopolista, uma crise de superacumulação, que consistia na impossibilidade do conjunto do capital social valorizar-se a não ser a taxas decrescentes. Gerava-se uma massa do capital social inativa, cuja destruição – em decorrência da própria estagnação e da concentração de empresas- era condição prévia para uma nova expansão produtiva (MENDONÇA, 1986, p.85).

Com o Golpe Empresarial-Militar de 1964<sup>123</sup>, não só redefiniu-se o pacto de poder no país com uma mudança de regime, como também se garantiu definitivamente o modelo de acumulação implementado nos anos 1950, fornecendo as bases institucionais do processo de concentração oligopolista e estimulando à retomada da expansão capitalista no país.

Teve o Estado nesse momento, a responsabilidade de garantir a acumulação privada, além de investir em setores estratégicos, onde o retorno de lucros era de longo prazo, como a siderurgia, o setor de energia e o Petroquímico<sup>124</sup>.

Foi construída assim uma agenda de reformas estruturais -tributária, financeira, bancária- que foi imposta em um curto tempo, pelos ministros Roberto Campos<sup>125</sup> e

---

<sup>123</sup> Acerca do caráter de classes do golpe, ver: DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981; FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, cap.7, p.289-366; MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia, Revista História & Luta de Classes, Nº1, 2005. ; O'DONNELL, Guillermo. Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários: São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987, p.9-75; Tais obras fazem um primoroso balanço dos momentos que antecederam ao golpe,mas sobretudo,da articulação do empresariado com vias a obtenção de um padrão de acumulação capitalista associado ao capital externo sem maiores restrições do Estado.

<sup>124</sup> MENDONÇA, 1986, p.91; 98.

<sup>125</sup> Roberto Campos formou-se em Teologia e Filosofia, ingressando na carreira diplomática em 1939, passou a estudar economia em 1942, na Universidade George Washington e em 1947 fez sua pós-graduação em Columbia, ambas nos Estados Unidos. A partir de 1951, passou a fazer parte da equipe técnica da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, e em seguida elaborou o projeto de criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE),onde assumiu o cargo de diretor superintendente em 1955 e de presidente em 1958.Já em 1956,compôs o Conselho do Desenvolvimento,órgão ligado

Octávio Bulhões<sup>126</sup>. Segundo Werneck Vianna (2009), tais reformas capacitaram o Estado a resolver os problemas do financiamento público, desenvolvendo inclusive, mecanismos de acumulação especificamente financeiros. Para esse autor:

---

diretamente a presidência da república,.Apoiou o golpe em 1964,tornando-se Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica no mesmo ano e membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio,do Governo Costa e Silva(1967).Além de produzir inúmeros artigos no Jornal “O Globo”,em que criticava Delfim Netto,Campos também foi presidente do InvestBanco e participou da Comissão Diretora da III Conferência Nacional das Classes Produtoras,em 1972,ano em que se tornou presidente da Olivetti do Brasil e membro do conselho administrativo da Mercedes Benz. Integrou ainda as juntas de governadores do Instituto Internacional de Planejamento e Educação, sediado em Paris, de 1972 a 1975, e do Instituto Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento, com sede em Ottawa, de 1973 a 1976. Foi membro, de 1974 a 1976, da Resources for the Future, organização para pesquisa de recursos naturais e fontes energéticas sediada em Washington. Filiou-se ao PDS em 1980, e, em 1983 entrou no senado pelo Estado do Mato Grosso, onde ficou até 1990,quando transferiu seu titulo para o Rio de Janeiro,e elegeu-se Deputado Federal por dois mandatos, auxiliando ainda na mudança de sigla do PDS para PPR (KELLER, e LEMOS, DHBB, CPDOC-FGV, Verbetes:Roberto Campos,Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>126</sup> Octávio Bulhões ingressou no Ministério da Fazenda em 1926, trabalhando na Diretoria Geral do Imposto de Renda. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1930. Concluiu o doutorado nessa mesma escola e fez um curso de especialização em economia em Washington. Em 1939 tornou-se chefe da seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. Em 1950 integrou o Conselho Nacional de Economia (CNE), órgão consultivo diretamente ligado a presidência, a partir de 1953 passou a participar de reuniões anualmente do FMI e presidiu a SUMOC até 1964, quando assumiu o Ministério da Fazenda ,ficando no cargo até 1967. Em março de 1967 Costa e Silva assumiu a presidência da República, deixando Bulhões o Ministério da Fazenda, para o qual foi nomeado Delfim Neto. A partir desse ano, Bulhões atuou como membro do CNE, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal. Na área acadêmica, tornou-se por concurso catedrático da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas. Foi presidente da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (Copeg) de 1971 a 1973 e do Banco do Estado da Guanabara (BEG) de 1971 a 1974, durante o governo Chagas Freitas (1971-1975). Foi ainda presidente do Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais até 1974. foi também membro do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio, do conselho consultivo do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros e do conselho de desenvolvimento econômico da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Presidente da Mercedes-Benz do Brasil e diretor da Wilkinson Fiat Lux, Administração e Participação, presidiu também o conselho de administração da Ericsson do Brasil, o conselho de diretoria da União de Bancos Brasileiros (Unibanco) e o conselho técnico-consultivo do Banco de Investimento Credibanco. Foi consultor-técnico da Companhia Fiat Lux de Fósforos de Segurança e fez parte ainda do conselho consultivo do Banco Itaú de Investimentos e dos conselhos de administração do Comind — Banco de Investimentos, da Companhia Auxiliar de Empresas

A reforma fiscal-financeira de 1965-67 foi funcional para a retomada do crescimento da economia, ao contribuir para a recomposição das fontes de financiamento do Governo (fundo público), através da emissão de títulos com cláusulas de correção monetária (ORTNs), além de favorecer a expansão de crédito ao consumidor e para o capital de giro. Ademais, houve majoração de tarifas públicas e de impostos diretos e indiretos e corte de gastos do Governo no âmbito do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a adoção do sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1964, também estimularam a formação do fundo público. A partir de 1971, este contou, também, com o Programa de Integração Social (PIS) (WERNECK VIANNA, 2009, p.104).

As prioridades eram o combate gradual à inflação, a expansão das exportações e a retomada do crescimento. Por conseguinte, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), inspirou as seguintes medidas: a) um programa de ajuste fiscal, com base em metas de aumento da receita (via aumento da arrecadação tributária e de tarifas públicas) e de contenção de despesas governamentais; b) um orçamento monetário que previa taxas decrescentes de expansão dos meios de pagamentos; c) uma política de controle de crédito ao setor privado, pela qual o crédito total ficaria limitado as mesmas taxas de expansão definidas para os meios de pagamento; d) um mecanismo de correção salarial<sup>127</sup>.

A política salarial do PAEG acabou por penalizar os salários em detrimento dos lucros, ocorrendo uma intensificação na extração da mais-valia, com redução dos salários sem redução do valor da força de trabalho, tutelada pelo Estado. Podemos citar a Lei nº4. 923, de 1965, em seu Artigo 2º, na qual:

A empresa que, em face de conjuntura econômica, devidamente comprovada, se encontrar em condições que recomendem, transitoriamente, a redução da jornada normal ou do número de dias do trabalho, poderá fazê-lo, mediante prévio acordo com a entidade sindical representativa dos seus empregados, homologado pela Delegacia Regional do Trabalho, por prazo certo, não excedente de 3 (três) meses, prorrogável, nas mesmas condições, se ainda

---

de Mineração (Caemi) e da Bayer do Brasil, Indústrias Químicas (BENJAMIN e KELLER, DHBB, CPDOC-FGV, Verbete: Octávio Gouveia de Bulhões, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>127</sup> HERMANN, 2005, p.71-72.



indispensável, e sempre de modo que a redução do salário mensal resultante não seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual, respeitando o salário mínimo regional e reduzidas proporcionalmente a remuneração e as gratificações de gerentes e diretores ([www.dape.net/downloads/programas/mte/LeiN4.923.pdf](http://www.dape.net/downloads/programas/mte/LeiN4.923.pdf)).

Sem direito à greve, os trabalhadores não conquistaram a reposição salarial na mesma proporção que a inflação. Portanto, as empresas puderam reduzir o salário mínimo real, sem diminuir a força de trabalho, reunindo, assim, as condições internas para um “milagre” econômico<sup>128</sup>. Paul Singer fornece o exemplo da Usiminas para melhor visualização desta situação:

Em 1965, a produtividade da Usiminas (grande empresa siderúrgica em Minas Gerais) era de 48,5 toneladas/homem/ano; em 1968, o índice já tinha saltado para 121,9 e no ano passado ele foi de 247 toneladas/homem/ano, o mais alto de toda a América do Sul (...) (Opinião nº 81 APUD: SINGER, 1985, p.82).

O economista ainda apontou que o chamado “milagre”, foi a conjunção de importantes fatores, tais como: a) uma demanda interna por bens duráveis de consumo, graças à concentração de renda; b) uma demanda externa em expansão, graças à liberalização do comércio internacional; c) forte injeção de recursos do exterior, que complementaram a poupança interna no país<sup>129</sup>.

Este cenário se coadunou com uma política liberal de crédito<sup>130</sup>, que numa conjuntura autoritária possibilitou um estímulo as atividades produtivas sem a pressão inflacionária, e de controle dos preços dos principais produtos industriais, aplicado pela Comissão Interministerial de Preços -CIP-, impedindo assim a possibilidade de ocorrência de pontos de estrangulamentos.

---

<sup>128</sup> Para uma visão liberal (HERMANN, 2005, p.82-3), o termo “milagre”, decorreria em razão de duas relações macroeconômicas: 1) a relação direta entre crescimento e inflação (ou inversa entre desemprego e inflação, no original), retratada na Curva de Phillips; e 2) a relação inversa entre crescimento econômico e saldo do Balanço de Pagamentos. Acerca da conjuntura externa favorável ao financiamento e a sua débâcle, já foi feita uma discussão neste mesmo capítulo.

<sup>129</sup> SINGER, 1985, p.116.

<sup>130</sup> Segundo Singer, esta política favoreceu a grande empresa, promovendo a formação de conglomerados financeiro-industriais (SINGER, 1985, p.88).

A reforma tributária acabou por beneficiar as frações dominantes do capital no país, com incentivos e isenções sobre o imposto de renda, além de limitar o direito dos estados e municípios legislarem sobre a tributação. Tais medidas, de caráter “regressivo”, foram de fundamental importância para o processo de acumulação capitalista, tendo o cenário de um regime autoritário, condição propícia para sua concretização.

A partir dos anos 1970, o “milagre” na economia brasileira começou a dar sinais de crise. Mendonça apontou para duas peculiaridades desta crise: a) crise de endividamento; b) crise de esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento<sup>131</sup>. Já Paul Singer apontou uma série de eventos que marcaram a crise deste modelo:

São sintomas de inflação reprimida, que começaram a aparecer no ano passado (1972), quando pecuaristas, frigoríficos e açougueiros reduziram a oferta de carne, em protesto contra os preços oficiais, julgados insuficientes. (...) Faltam à mesa do consumidor, ao lado da carne, o leite e (durante um período) o feijão, produtos considerados essenciais à dieta popular. Mas faltam também os automóveis: para certos tipos de carro, o comprador tem que esperar dois meses e meio pela entrega (...) E há escassez de matérias-primas: os fabricantes de refrigeradores estão produzindo 15% abaixo de sua capacidade, devido à dificuldade de obter matérias-primas; também para a fabricação de moto niveladores faltam componentes (transmissões) e matérias-primas (aços fundidos e forjados, metais não ferrosos e ligas); a produção de papel está contida por falta de celulose, tendo sido suspensa a exportação e liberadas as importações (...) (SINGER, 1985, p.124).

Justamente no momento de esgotamento desta fase expansiva iniciada em 1967, tentou-se levar adiante o processo de desenvolvimento capitalista no país, materializado no II PND<sup>132</sup> (1974). O atraso no setor de bens de produção e alimentos, assim como a

---

<sup>131</sup> MENDONÇA, 1986, p.100.

<sup>132</sup> Antes deste, havia sido elaborado o I PND, em 1971, cujas prioridades de investimento eram: siderurgia, petroquímica, corredores de transporte, construção naval, energia elétrica (inclusive nuclear), comunicações e mineração (EARP, Fábio Sá et Prado, Luiz Carlos Delorme, 2012, p.221, In: O Brasil Republicano, V.2, (Orgs.) Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado).

dependência do petróleo, representavam questões emergenciais a serem resolvidas, tendo como fontes de financiamento o BNDE, os impostos, e os empréstimos externos.

Por conseguinte, o setor de Bens de produção passaria a ser prioritário em detrimento do de bens de consumo duráveis. Nesse caso, as estatais ocupariam um lugar central, numa tentativa de prolongar o “milagre” econômico.

O projeto apresentava uma retórica de relativa independência no plano internacional, o que significava uma contradição aparente, na medida em que no âmbito interno qualquer tipo de influência externa que representasse um alinhamento ao bloco comunista era rechaçada pela Doutrina de Segurança Nacional<sup>133</sup>. Em seu capítulo VII, “Integração com a Economia Internacional”, a proposta mais forte é a: “continuidade da política de diversificação que a Revolução tem Adotado<sup>134</sup>”.

A referida integração não se restringe ao bloco ocidental (EUA e Mercado Comum), estendendo-se à África, Japão e América Latina. E também à URSS e à China. A base dessa aproximação é o conceito de distensão política:

---

<sup>133</sup> A idéia de segurança nacional vincula-se à de segurança continental, desenvolvida por Golbery do Couto e Silva, valendo-se do conceito de hemisfério, “interior” e “exterior”. Sua idéia é tentar definir áreas geográficas e demográficas de potencial relevância na questão da segurança da América Latina e do Brasil. O autor descarta qualquer perigo de agressão proveniente do hemisfério interior: “Com origem imanente nas terras desse hemisfério interior não haverá a temer, em prazo previsível, por bem longe que seja, qualquer ameaça direta à segurança da América do Sul e, pois, também do Brasil: de um lado por ausência do potencial de agressão e, de outro, por excesso desproporcionado de um poder (referência aos Estados Unidos), contra o qual não haveria como opor-se, se antagonismos mais fortes, muito mais graves, não o mantivessem, de fato, empenhado em focos longínquos de atritos (referência ao bloco comunista, liderado por URSS e China) e se – fator não desprezível, sem dúvida – a comum profissão de fé democrática e o ideal pan-americanista sempre proclamado não constituíssem suficiente zona psicológica de amortecimento em que esvaiam absorvidos, quaisquer ressentimentos mais fortes” (COUTO e SILVA, 1981, p.183). Mas o autor atribui forte potencial agressivo ao que define como hemisfério exterior: Desse hemisfério exterior, ameaças perigosas podem bem surgir, a qualquer tempo, contra o mundo sul-americano, pois de lá já partiram em eras passadas, seja da Alemanha do Guilherme II – pouco menos definidas – e do grande Reich de Hitler – vigorosas –, seja do império nipônico de Hirohito – mais distante – e, novamente, hoje se manifestam, com virulência excepcional e multiforme, a partir do eixo Moscou – Pequim. Esse é, pois, o hemisfério perigoso contra o qual a América do Sul terá de solidamente estruturar sua própria segurança (COUTO e SILVA, 1981, p.84).

<sup>134</sup> II PND, 1974, p.78. In: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF)

A maior aproximação dos EUA com a União Soviética e a reaproximação daquele país com a China Continental têm levado a perspectivas concretas de cooperação entre Leste e Oeste, com certo recesso da ideologia (II PND, 1974, p.25).

Contudo, tal Plano também representou uma expansão do Estado para setores historicamente de atuação da área privada, assim explicou o então ministro João Paulo dos Reis Velloso<sup>135</sup>, em entrevista a Revista “Visão”:

Se você quiser atuar inteiramente através do sistema de mercado, nas condições atuais da economia brasileira, não vai ter o setor privado atuando em siderurgia, em fertilizantes, em petroquímica, em metais não ferrosos etc. (...) a maneira de fazer com que o setor privado opere nesses setores é através do governo. É tendo incentivo fiscal ou financeiro, ou os dois.” (Entrevista do Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso à Revista Visão, em 19 de Abril de 1976).

O II PND acabou desencadeando a chamada “Campanha contra a Estatização da Economia”, a partir de uma série de reportagens do jornal “O Estado de São Paulo”, de fevereiro a março de 1975, denominadas “Os caminhos da Estatização”<sup>136</sup>, em que são “denunciados” o avanço do Estado “a setores que **pertenciam** ao setor privado” e até mesmo a gestação de um “processo sutil que um dia poderá obrigar-nos a reconhecer que a economia brasileira é uma economia socialista”<sup>137</sup>. Em comunhão com o jornal, a Revista Visão também se engajou na campanha contra a Estatização, apresentando entrevistas de empresários e técnicos que contestavam o projeto econômico do Governo.

---

<sup>135</sup> João Paulo dos Reis Velloso, começou sua carreira política enquanto assessor do então deputado federal Jorge Lacerda da UDN de Santa Catarina em 1951. Em 1955, ingressou como escriturário no Banco do Brasil e, em 1957, iniciou o curso de economia na Fundação Álvares Penteado<sup>135</sup>. Então, em 1964, foi incumbido pelo ministro do planejamento da época, Roberto Campos, para organizar o escritório de pesquisa econômica social aplicada (EPEA), futuro IPEA, cargo que ocupou até 1968. Entre 1974 e 1979 ocupou o cargo de ministro do planejamento, tornando-se, mais tarde, diretor geral da Veplan-Residência empreendimentos imobiliários (Enciclopédia Mirador; DHBB, CPDOC-FGV, verbete Reis Velloso. Disponível em [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>136</sup> Ver: PESSANHA, Charles Freitas. Dissertação de Mestrado, “O Estado e Economia no Brasil: a campanha contra a estatização 1974-1976” defendida no IUPERJ, 1981.

<sup>137</sup> PESSANHA, 1981, p.71; 78.

Além desta campanha, Mendonça, enumerou alguns dos empecilhos para a efetivação do Plano:

A concretização do II PND esbarrou em obstáculos concretos que o tornaram praticamente “morto” já por volta de 1976. (...) Em primeiro lugar, a definição de um novo setor industrial a ser contemplado pelos benefícios do Estado não era uma questão apenas econômica. Ela poderia alterar a correlação de forças no interior mesmo do pacto do poder. Para desestimular o Departamento III, o governo procurou desviar dele os recursos financeiros disponíveis, atraindo-os para projetos megalômanos, definidos como prioridade máxima, nas áreas de siderurgia, hidrelétrica, química básica e minérios. Para frear o consumo dos bens duráveis e atrofiar o capital de giro do setor, o Estado utilizou-se de mecanismos como a restrição do crédito direto ao consumidor e a transferência para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico dos Fundos de poupança compulsória. (...) Em segundo lugar, havia o problema da conjuntura internacional, que inviabilizava a repetição da “mágica” que dera suporte ao “milagre”. A abertura externa de nossa economia mudara de sinal e o Plano foi lançado à revelia disto (MENDONÇA, 1986, p.103-104).

Abriu-se uma disputa intraclases no período, que colocava frente a frente os interesses do capital bancário, de um lado, e do capital industrial, do outro lado. Ocorreu a manutenção da tônica contencionista até os anos 1980. Com o fim dos financiamentos da produção industrial a partir de 1979, as fissuras entre as classes dominantes se aguçaram, apontando uma decomposição do pacto de dominação estabelecido em 1964<sup>138</sup>.

É vasta a literatura que analisou o desenvolvimento capitalista no Brasil do pós guerra, sua crise nos anos 1970 e a redefinição de um projeto hegemônico no país, portanto serão apresentadas algumas das principais hipóteses desenvolvidas por autores que tiveram a preocupação de compreender os rearranjos das classes dominantes no período referido.

**Francisco de Oliveira**, em “Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976” e em “Crítica a razão dualista o ornitorrinco”, abordou os processos de concentração de capital a partir das articulações interdepartamentais e dos

---

<sup>138</sup> MENDONÇA, 1986, p.106-107; 109-111.

financiamentos. Segundo o autor, nos anos 1950, tanto capital estrangeiro quanto Estado fundem-se numa lógica em que o Departamento III é priorizado na economia brasileira.

Nesse caso, o autor fez uma análise do desenvolvimento capitalista no país em que se levou em conta a dialética interna das forças sociais, tomando como determinantes no processo: a) mudanças no modo de acumulação; b) mudança na estrutura do poder; c) mudança no estilo de dominação<sup>139</sup>.

O padrão de acumulação da economia no país se altera com a elaboração do Plano de Metas, ao ser aprofundada a abertura com a Instrução 113, tornado assim irreversível o processo oligopolístico. A elevação da taxa de lucros transformou-se numa necessidade permanente para a expansão da economia, tendo sido implementados por algumas empresas que requeriam uma homogeneidade monopolística:

Assim, mantendo-se alta a taxa de lucro e, pelo subsídio ao capital, elevando-se a taxa de lucro potencial nas áreas e setores ainda não monopolizados, forma-se um super excedente nas super empresas que alastram sua influência e seu controle às outras áreas da economia (OLIVEIRA, 2011, p.101).

O pós-1964 marcou, política e economicamente, o aprofundamento e a estruturação de corte monopolístico da economia brasileira, tendo assim a intervenção estatal um importante papel para fundar as condições institucionais do processo de oligopolização, sobretudo com a conversão dos fundos públicos como pressuposto geral do capital. Tomemos como exemplo um caso emblemático da siderurgia, que o sociólogo levou em consideração:

Vale a pena considerar ainda a radical transformação que no período se inicia quanto às funções e caráter do setor produtivo estatal na economia brasileira. A simples menção de que o projeto Usiminas, por exemplo, se constituísse a base de uma associação entre o Estado e o capital japonês já é por si mesma indicativa da mudança, isto é, esperava-se para as empresas estatais performances lucrativas, sem o que o capital estrangeiro decerto não participaria. Essa transformação apenas será completamente explicitada e aprofundada no período pós-64, exatamente pela mudança na correlação de

---

<sup>139</sup> OLIVEIRA, 1977, p.63.

forças políticas que fundam o novo regime, mas ela está substancialmente anunciada na constituição da Usiminas; o projeto da Cosipa também se faz sob a mesma expectativa, numa associação entre o Estado e grupos privados paulistas, principalmente. Estes, por absoluta incapacidade de sustentar o processo de acumulação de uma usina daquele porte, terminam por transferir completamente para o Estado o controle do empreendimento (OLIVEIRA, 1977, p.90).

Por conseguinte, o papel das empresas estatais foi elevado a outro patamar, em que o caso Usiminas, na associação capital estrangeiro-Estado, foi emblemático. Tais empresas fizeram parte do conjunto do capital produtivo, passando a gerar seus próprios recursos e assumindo um compromisso com a lucratividade.

Tal modelo gerou uma contradição durante a crise do “milagre”, na medida em que tais estatais ao produzirem lucros, aprofundavam a recessão, pois o Estado passou a não mais redistribuir os seus recursos sob a forma de não-capital para o setor privado.

**Guido Mantega e Maria Moraes**, na obra “Acumulação Monopolista e Crises no Brasil”, trabalharam com a hipótese de queda da taxa de lucros para assim explicarem os ciclos recessivos, que desembocaram num problema de “realização”, esta proposição se contrapunha com a literatura vigente no período, que atribuía a crise ao “subconsumo”.

Para Maria Moraes, ocorreu uma significativa mudança da estrutura industrial do país nos anos 1950, com um aumento dos seus estabelecimentos e um efetivo processo de centralização de capital. Todavia, a década citada, tornou-se mais importante para o entendimento da dinâmica de acumulação capitalista pela crescente participação do Estado na produção, direta e indiretamente, e pela entrada maciça de capitais estrangeiros, introduzindo novos ramos produtivos, dando margem a novas frações do capital sobre as antigas<sup>140</sup>.

Tal questão, fica melhor elucidado na seguinte passagem:

A expansão da acumulação capitalista neste momento origina, também, aquilo que poderíamos chamar de “setorização” dos investimentos entre o capital estatal e os capitais privados (nacionais e estrangeiros). Ao capital estrangeiro coube o predomínio nas indústrias dinâmicas – material de transporte, material

---

<sup>140</sup> MORAES e MANTEGA, 1979, p.26-27; 84.

eletro-eletrônico, etc – enquanto que seu parceiro nacional continuava no comando dos ramos ditos “tradicional”. O Estado, enquanto produtor direto, responsabilizava-se pelos ramos de mais longa maturação dos investimentos e de mais lenta rotatividade do capital evitando, pois, que estes investimentos entrassem na igualização da taxa de lucro(...) Além disso, a demanda intersetorial gerada pelas inversões estatais estimulava a acumulação nos setores conexos. Levando ainda em conta os baixos custos financeiros dos empréstimos bancários, o protecionismo cambial e tarifário e, fundamentalmente, a defasagem entre o aumento da produtividade e o crescimento dos salários industriais, não se pode deixar de concluir que as taxas de lucro devem ter sido bastante altas nestes anos (MANTEGA e MORAES, 1979, p.27).

Com a efetivação do Plano de Metas, construiu-se uma estrutura monopólica, em que se redefiniram as relações do Brasil com o imperialismo:

O maior interesse do período reside, no entanto, na introdução de novos ramos produtivos e suas conseqüências. Na verdade, as novas inversões, ao exigirem maiores massas de capital por se tratar de ramos de mais alta composição orgânica e de tecnologia mais sofisticada – colocam barreiras técnicas e financeiras à entrada de capitais de menor porte, possibilitando a estruturação monopolítica do setor. Ademais, o predomínio do capital estrangeiro nos ramos dinâmicos significa que a reprodução do sistema econômico, reiterando o aumento da participação relativa destes setores (que crescem a taxas superiores às médias de crescimento industrial) no conjunto da economia, se faz acompanhar pelo aumento da influência proporcional do capital estrangeiro. E, se uma parcela da mais-valia extorquida internamente pelo capital estrangeiro é reinvestida, não podemos nos esquecer que outra parcela é remetida para o exterior sob forma de lucros, juros e dividendos (MANTEGA e MORAES, 1979, p.27-28).

No início dos anos 1960, ocorreu um arrefecimento do dinamismo industrial, por conta da relação entre inversões de **capital fixo**, seu tempo de desgaste e as novas inversões, características essas de fases do ciclo econômico capitalista:

Desta maneira, a quebra no ritmo de inversão dos dois principais eixos da acumulação capitalista no período influenciou decisivamente para a diminuição do



crescimento industrial. Dadas as relações de interdependência das inversões privadas nacionais com as inversões estatais e estrangeiras é evidente que uma alteração no ritmo de acumulação destas duas últimas influenciaria as inversões privadas nacionais. Também é verdade que, se a inflação jogou sempre contra os assalariados, as lutas reivindicatórias no período em questão estavam fazendo com que o processo inflacionário perdesse sua eficácia no sentido de incrementar a taxa de exploração: a cada aumento de preços seguia-se uma intensa mobilização para a recuperação do salário real. Ademais, a taxa de inflação crescia tão rapidamente que o próprio cálculo econômico da classe empresarial tornava-se difícil de ser realizado (MANTEGA e MORAES, 1979, p.34).

Para os autores, a conjugação de fatores econômicos –contradições do desenvolvimento do modelo capitalista brasileiro que não deram conta da tendência declinante da taxa de lucros- e políticos - ascensão do movimento de massas-, deram a tônica das dificuldades de reprodução do capital na época.

Com as transformações oriundas do novo regime ditatorial, a acumulação de capital no país sai do período de recessão com o “milagre brasileiro”, que para Mantega, propiciou um aceleração das taxas de acumulação às custas da concentração de renda, do incremento das exportações (implementação de um programa de exportações), da rearticulação e concentração do sistema financeiro, do endividamento estatal e da evasão de divisas<sup>141</sup>.

Foram criadas instituições de financiamento para conceder créditos –Finame-, a política fiscal foi modificada, transformando tributos em incentivos aos investimentos, além dos gastos em infra-estrutura e em setores estratégicos da produção.

Como consequência do esgotamento deste modelo, os anos 1970 deflagraram contradições no interior do bloco no poder e novos projetos de hegemonia entre as frações dominantes do capital, envolvendo propostas de formas alternativas de dominação, tomando-se corpo uma nova ideologia burguesa:

A própria necessidade de canais mais flexíveis de comunicação com os centros decisórios e o imperativo de se ampliar o espaço de discussão e encaminhamento das decisões empresariais, sem causar traumatismos à

---

<sup>141</sup> Op.Cit.1979, p.51.

dominação do capital, aliados ao desejo de se conseguir maior consenso diante das classes trabalhadoras que recomeçam a impor sua presença, têm despertado em alguns setores empresariais e castrenses o interesse por novas formas políticas de dominação (MANTEGA e MORAES, 1979, p.85).

Tal projeto acompanha a reaglutinação do movimento operário no período, e toma corpo com o Manifesto dos Oito<sup>142</sup> em 1978, apontando uma saída liberal e “moderna” para o regime, e oposta ao fortalecimento do capital financeiro, setor que passou a ocupar espaço considerável no bloco no poder após o II PND, cujos privilégios para Mantega e Moraes, extrapolaram as taxas de juros, pois diversos representantes desta fração do capital ocuparam cargos na ossatura material do Estado, tais como Mário Henrique Simonsen<sup>143</sup> (grupo Bozzano Simonsen), Paulo Egídio Martins<sup>144</sup> (do

---

<sup>142</sup> Ver o manifesto e os empresários que o assinaram nos anexos

<sup>143</sup> Mário Henrique Simonsen nasceu no Rio de Janeiro, em 1935, graduou-se em engenharia civil, especializando-se também em engenharia econômica pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil. Ainda em 1957, começou a trabalhar como assessor técnico na Ecotec — Economia e Engenharia S.A., onde permaneceria durante dois anos. Iniciou suas atividades no ensino em 1958, como professor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, e nesse mesmo ano foi contratado para lecionar no curso de engenharia econômica da Escola Nacional de Engenharia, na qual permaneceria até 1960. Entre 1959 e 1964, seria ainda professor do curso de análise econômica do Conselho Nacional de Economia. Em 1960, tornou-se consultor da Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas (Consultec) — sociedade de estudos econômico-financeiros fundada no ano anterior por Jorge de Melo Flores, Mário Pinto, Lucas Lopes e Roberto Campos —, para a qual Simonsen entraria como sócio posteriormente. Em 1961, ainda estudante, foi contratado para exercer as funções de professor e consultor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nesse mesmo ano, juntamente com Júlio Bozano, fundou a firma de serviços financeiros Bozano, Simonsen & Cia. Ltda., posteriormente Banco Bozano, Simonsen, com sede no Rio de Janeiro. Foi ainda, entre 1961 e 1965, diretor do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, em 1962 e 1963, diretor da Credisan — Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Simonsen foi o autor da nova fórmula salarial instituída pelo PAEG, através da qual os salários passaram a ser calculados pela média dos dois anos anteriores, à qual eram somados os aumentos de produtividade e o resíduo inflacionário, correspondente à taxa de inflação prevista para os 12 meses seguintes. Em novembro de 1965, Simonsen passou a integrar o conselho de administração do BNH, juntamente com Hélio Beltrão e Fernando Portela, tornando-se também ainda nesse ano o primeiro diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), que acabava de ser criada na FGV. A partir de 1968, passou a fazer parte do conselho de administração da Mercedes-Benz do Brasil e do conselho consultivo da Companhia de Cigarros Sousa Cruz, funções que só deixaria em 1974. Em 1969, tornou-se vice-presidente do Banco Bozano, Simonsen de Investimento e das demais empresas do grupo Bozano. Em

COMIND), Olavo Setubal<sup>145</sup> (do Itaú), Laudo Natel<sup>146</sup> (do BRADESCO), Calmon de Sá<sup>147</sup> (do Banco Econômico), entre outros.

---

abril de 1970, já no governo do general Emílio Garrastazu Médici, Simonsen assumiu a presidência da recém-criada Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Com a posse do general Ernesto Geisel na presidência da República em 15 de março de 1974, Simonsen foi nomeado ministro da Fazenda, sucedendo a Antônio Delfim Neto, que se mantinha no cargo desde 1967. Com o ditador João Batista Figueiredo, Simonsen foi nomeado Ministro do Planejamento, em 1979, renunciando no mesmo ano, voltando assim para a FGV (GUIDO e KELLER, Verbete: Mário Henrique Simonsen, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>144</sup> Paulo Egídio Martins nasceu na cidade de São Paulo, em 1928, Formou-se em engenharia civil na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1951. Membro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em 1952, no ano seguinte foi nomeado superintendente do departamento de engenharia da Byington & Companhia, onde ingressara em 1947, de propriedade da família de Brasília Byington, com quem se casou. Em 1954, tornou-se membro do Instituto de Engenharia de São Paulo. De 1958 a 1962 conciliou sua função na empresa com a de gerente-geral da Companhia Geral de Minas, empresa de mineração de zircônio e bauxita. Em 1962, deixou as duas empresas e assumiu a presidência da Companhia Mineira de Alumínio S.A. (Alcominas, que depois se transformou na Alcoa do Brasil S.A.). Permaneceu no cargo até o início de 1966.

Em outubro de 1963, Paulo Egídio começou a participar das articulações políticas para depor o presidente João Goulart. Seu escritório na rua Bela Vista, na capital de São Paulo, tornou-se um dos pontos de reunião dos mentores do movimento que instaurou o regime empresarial-militar em abril de 1964. Em janeiro de 1966, Paulo Egídio assumiu o Ministério da Indústria e do Comércio (MIC) no governo do presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967). Em 1967 entrou para o grupo Comind, fazendo parte, a partir deste ano, do Conselho de Administração do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A. A partir de 1968 acumulou esta função com a de presidente da Comind Companhia de Seguros S.A. e da Comind S.A. de Crédito Imobiliário, cargos que ocupou até 1974. Em 1969, foi nomeado membro da junta arbitral da Organização Internacional do Café (OIC). Em 1970 assumiu o cargo de superintendente do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do vale do Paraíba (Codivap), órgão da administração estadual destinado a promover a união das prefeituras e municípios da região. Entre 1971 e 1974, conciliou suas demais funções no setor privado com a de diretor da Ericsson do Brasil Comércio e Indústria. Em 29 de março de 1974, Paulo Egídio foi indicado pelo novo presidente da República, general Ernesto Geisel — empossado no dia 15 daquele mês —, para suceder a Laudo Natel à frente do governo de São Paulo, o primeiro estado a ter sua sucessão decidida (Dezouart, Verbete: Paulo Egídio, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>145</sup> *Olavo Egidio Setúbal* nasceu na cidade de São Paulo em 1923, formou-se engenheiro mecânico e eletricitista em 1945 pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 1947 iniciou a carreira de empresário fundando e presidindo a firma Artefatos de Metal Deca, futura Deca S.A. Indústria e Comércio, e no ano seguinte deixou a cadeira na Escola Politécnica. Em 1957 assumiu os cargos de diretor-superintendente da Duratex e de diretor da Companhia Seguradora Brasileira. Em 1959 iniciou

---

suas atividades na área financeira como diretor do Banco Federal de Crédito, fundado por seu tio Alfredo Egydio de Sousa Aranha. Em 1962 tornou-se diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Estado de São Paulo. Em 1964, o Banco Federal de Crédito incorporou o Banco Itaú, dando origem ao Banco Federal Itaú. Após deixar a presidência da Deca em 1965, tornou-se membro do Conselho Nacional de Seguros Privados. Responsável pelas sucessivas fusões realizadas pelo Banco Itaú a partir de 1966, foi também conselheiro do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo e vice-presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento (ANBID). Em 1969 assumiu a vice-presidência da Fundação Padre Anchieta, Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativa, e em 1971 tornou-se membro do conselho de administração do IPT. Após a absorção do Banco Aliança do Rio de Janeiro e do Banco Português do Brasil, assumiu em 1974 a presidência do Banco Itaú, e no ano seguinte foi convidado para a diretoria do Libra Bank Limited, de Londres, consórcio bancário multinacional liderado pelo Chase Manhattan Bank e pelo National Westminster, no qual o Itaú detinha 10% de participação acionária. Também em 1975 foi nomeado pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979) membro do Conselho Monetário Nacional e ingressou na diretoria da Investimentos Brasil, órgão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Indicado para a prefeitura da cidade de São Paulo pelo governador Paulo Egydio Martins (1975-1979), retirou-se temporariamente da presidência do Banco Itaú e tomou posse como prefeito no dia 16 de abril de 1975, sucedendo a Miguel Colasuonno. Em 1983, juntamente com diversos empresários, entre eles Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar e Jorge Gerdau Johanenpeter, do grupo Gerdau, divulgou críticas à política econômica do governo, cujo principal artífice era o ministro do Planejamento Antônio Delfim Neto. Recebidos em audiência pelo vice-presidente Aureliano Chaves, tiveram a oportunidade de relatar suas preocupações com a inflação, a recessão e o endividamento externo. No início de 1993 integrou-se ao Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores, criado pelo então chanceler Fernando Henrique Cardoso. Em junho de 1997, articulou a compra pelo Itaú do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o primeiro banco estadual a ser privatizado (Dezouart, Verbete Olavo Setubal, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>146</sup> *Laudo Natel* nasceu em São Manuel (SP) em 1920, formou-se em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Dirigiu a Associação Comercial e foi presidente do Sindicato de Bancos de São Paulo, além da Comissão Bancária do Conselho Monetário Nacional. Tornou-se tesoureiro do São Paulo Futebol Clube em 1952 e seu presidente em 1958, cargo que ocuparia durante 12 anos, além de ocupar um cargo como diretor do Bradesco. Natel foi eleito vice-governador do Estado de São Paulo, em 1962, e teve participação ativa na preparação do golpe em 64. Em 1965 se incorporou a Arena, em consequência do agravamento de suas divergências com o governo federal, em 5 de junho de 1966 Ademar de Barros acabou tendo seus direitos políticos e seu mandato cassados por Castelo, com base no AI-2. Com isso, Laudo Natel assumiu o cargo de governador do Estado. Em 1966 voltou a fazer parte do quadro diretor do Bradesco, interrompido com seu retorno ao Governo de São Paulo por indicação do ditador Médici em 1969 até 1975, contudo ao término de seu mandato ele retornou ao Banco, aonde ficou até 1980 (DEZOUART e Mayer, Verbete: Laudo Natel, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

Logo, para os autores, o documento mostrava a necessidade de rearticular o sistema industrial, financeiro privado e público de financiamentos, controlando assim o sistema financeiro no país. Nesse caso, os intelectuais orgânicos da indústria de base, propunham uma reformulação capitalista que deslocasse o eixo de acumulação para o setor de bens de produção<sup>148</sup>.

**Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza**, em “A Economia Brasileira em Marcha Forçada”, avaliaram com otimismo a economia brasileira após o II PND, posto que para os autores, em 1974, encontrava-se as bases estratégicas de reestruturação e da retomada do crescimento do país, mesmo que baseado num longo período de “marcha forçada”.

De início, esta marcha forçada traduziu-se na sustentação de altas taxas de investimento e uma reativação do crescimento a partir do saldo comercial, que a posteriori indicaram uma melhoria no balanço de pagamentos, fruto, para os autores, do II PND e não dos acordos com o FMI nos anos 1980.

Tais posições ficam bem nítidas nesta passagem:

---

<sup>147</sup> *Ângelo Calmon de Sá* nasceu em Salvador em 1935, realizou os estudos superiores na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, diplomando-se em engenharia civil e engenharia de petróleo. Coursou também a Escola de Administração dessa mesma universidade, formando-se em administração financeira. Iniciou sua vida pública na Bahia, durante o governo de Antônio Lomanto Júnior (1962-1967), quando foi superintendente do recém-implantado Centro Industrial de Aratu (CIA). Em 1966 foi convidado pelo novo governador baiano, Luís Viana Filho (1967-1971), para assumir a Secretaria de Indústria e Comércio, à frente da qual permaneceu até março de 1971, tendo sido Diretor da Federação Nacional de Bancos e presidente da Associação de Bancos do Estado da Bahia, foi nomeado em março de 1974 presidente do Banco do Brasil, em substituição a Nestor Jost. Logo que assumiu o cargo, no início do governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), adotou uma política de expansão do comércio exterior, com a criação de filiais no Oriente Médio, nas Bahamas e na Europa acumulado nos últimos meses desse governo a Secretaria da Fazenda. Em maio de 1975 assumiu a direção da Kuwait Pacific Finance Company e chefiou a delegação econômica do governo brasileiro ao Irã, tornando-se, em junho do mesmo ano, presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc). Em janeiro de 1976 passou a presidir o conselho administrativo da Brasilinvest- Investimentos, Participação e Negócios e, em maio seguinte, o conselho curador da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior. Em 1977 foi nomeado pelo ditador Geisel Ministro da Indústria e do Comércio aonde ficou até 1979. Afastado da vida pública durante mais de uma década, em abril de 1992, a convite do presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), assumiu o Ministério do Desenvolvimento Regional, recém-criado com a transformação da secretaria homônima (CECHINE e SÁ, Verbete: Ângelo Calmon de Sá, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>148</sup> MANTEGA e MORAES, 1979, p.96; 100.

Creio, em suma, que as mudanças anteriormente assinaladas têm por base a opção feita em 1974, no sentido de não deter e sim, vigorosamente, redirecionar a expansão em curso na economia. Esta opção, daqui por diante referida como “estratégia de 74”, possibilitou a continuidade do crescimento – com novos rumos e menor velocidade – por mais seis anos. Ao terminar, abruptamente, em 1981, o longo e intenso período de crescimento, datado de meados de 1967, a economia brasileira, com escalas e estruturas profundamente alteradas – e colhendo os frutos da safra de projetos integrantes da estratégia de 74 -, encontrava-se em plena mutação<sup>149</sup>.

A estratégia de 74, segundo os autores, iniciou-se com o desequilíbrio das contas externas do país no mesmo ano, enquanto resultado do crescimento do valor das importações, o que levou o Brasil a obter um descomunal déficit comercial, cuja solução passaria tradicionalmente por dois caminhos: financiamento (exigiria a disponibilidade de recursos no mercado internacional) ou ajustamento (engajamento na política econômica num processo de adaptação da economia ao novo quadro).

Contudo, os autores buscaram fugir desta dicotomia e analisaram o período sob uma perspectiva de que o regime utilizou uma estratégia de transformação da economia e do seu relacionamento com o exterior.

Posto isso, o II PND seria uma correção de rota em prol da reorientação do processo produtivo, implicando a priorização das atividades energético-intensivas e a intensificação do consumo de energia, propondo-se a superar em conjunto, a crise e o subdesenvolvimento<sup>150</sup>.

Segundo Castro e Souza, o Plano englobaria ações nos seguintes campos de atuação: a) consolidação de uma economia moderna com a implementação de novos setores e adaptação de tecnologias; b) ajustamento as novas realidades da economia mundial; c) nova etapa no esforço de integração nacional; d) estratégia de desenvolvimento social, orientado no sentido de: d.1) garantir a todas as classes e, em particular as classes média e trabalhadora, substanciais aumentos da renda real; d.2) eliminar, no menor prazo, os focos de pobreza absoluta<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> CASTRO e SOUZA, 1985, p.14.

<sup>150</sup> Op.Cit. 1985, p.33.

<sup>151</sup> Op.Cit. 1985, p.30.

Os autores apresentaram as vertentes críticas ao Plano, sobretudo aquela que o apontava como “estatizante” a partir do avanço do Estado brasileiro aos setores siderúrgico, de fertilizantes, exploração mineral, polpa de celulose, petroquímica e a indústria de base<sup>152</sup>.

Outro gênero de crítica apresentado foi a de Carlos Lessa, considerado pelos autores como problemática, por descolar o Estado brasileiro de suas bases de sustentação com o objetivo de lançar o país a uma condição de nação-potência. A concepção do Plano ficou melhor caracterizada no seguinte trecho:

Trata-se de um plano cujas propostas centrais encontram-se profundamente marcadas pela consciência de que o mundo se encontrava mergulhado em grave crise, que tornou patente a vulnerabilidade da economia brasileira. Mas o plano encontra-se também impregnado da decisão de levar a termo o processo de desenvolvimento econômico. (...) Há, no plano, uma manifesta vontade política, e um grande desencontro com os “interesses”. **O projeto de industrialização nacional, que teve como primeiro grande marco a batalha pela moderna siderurgia, é ali ostensivamente assumido.** (...) O Estado surge na estratégia de 74, inegavelmente como sujeito – mas o objeto é, antes que nada, a economia, ou se quiser, o mercado. (...) Finalizando, discordo de que o II PND tenha, na prática, morrido em 1976, sobrevivendo apenas na retórica oficial. A estratégia de 74 abortou a reversão cíclica que se anunciava quando da posse do novo governo e permitiu a sustentação de uma elevada taxa de crescimento até o final da década de 70 (CASTRO e SOUZA, 1985, p.45-46).

Nesta passagem fica clara a abordagem dos autores do Estado brasileiro enquanto sujeito no II PND, tratando assim a economia de maneira desacoplada à política, como se esta pairasse sobre os interesses do empresariado brasileiro, o que turva o entendimento do Estado enquanto condensação das relações sociais na sua integralidade.

Os economistas ainda apontaram para o ano de 1979 como o momento em que a economia brasileira passou a apresentar sinais de desaceleração com a descompressão dos investimentos efetuados pelo “milagre”, daí o lançamento do chamado “pacote de dezembro” (1979), com o fim dos subsídios as exportações, a extinção do depósito

---

<sup>152</sup> Op.Cit. 1985, p.41.

prévio, o início do desmantelamento do mecanismo dos juros subsidiados e a desvalorização cambial<sup>153</sup>.

Mesmo com tais medidas a política econômica, segundo esta visão, passou a ser crescentemente subordinada aos problemas do balanço de pagamentos, oriundos em larga escala da dívida externa, haja vista que com a elevação das taxas de juros externas, ocorreu uma deterioração do perfil de amortização da dívida.

Numa crítica a esta obra, **Maria da Conceição Tavares** pôs em xeque os argumentos de que a substituição de importações do II PND teria espontaneamente levado ao saldo comercial positivo dez anos depois de sua implementação, já que os autores não levaram em conta nas suas análises a sobrevalorização do dólar em uma conjuntura do mercado estadunidense em crescimento<sup>154</sup>.

Para a economista, o Plano foi uma tentativa de levar adiante um “projeto nacional de desenvolvimento”, que priorizava duas estratégias fundamentais na expansão capitalista brasileira: 1- Ocupação econômica através duma tentativa de integração do espaço continental brasileiro; 2- Uma resposta geopolítica de buscar através de uma diplomacia própria desviar-se da dependência estadunidense. O segundo ponto foi tentado a partir do projeto nuclear com a Alemanha, do reatamento das relações diplomáticas com a China, da mudança nas relações diplomáticas com Cuba e no reconhecimento da independência de Angola<sup>155</sup>.

O II PND também foi analisado com acuidade por **Carlos Lessa**, na obra “A estratégia de desenvolvimento 1974-1976. Sonho e fracasso”, em que foi proposta a idéia de que o plano elaborado durante a administração Geisel teve o objetivo de inserir o Brasil no grupo das economias desenvolvidas, sendo assim fundamental promover os ajustes institucionais necessários.

Reiterando a opção pela vinculação da economia brasileira com o capital estrangeiro com o projeto de assegurar as metas, para o autor, o período 1974-1976 foi um momento de observação das articulações estruturais que presidiram o processo político-econômico no Brasil:

(...) o acompanhamento do II PND permite ordenar a história do descolamento do Estado de suas bases de sustentação na economia e na sociedade

---

<sup>153</sup> Op.Cit.1985, p.50-51.

<sup>154</sup> TAVARES, 1999, p.470.

<sup>155</sup> Op.Cit. 1999, p.470-473.



identificando algumas das específicas articulações político-econômicas que têm presidido o desenvolvimento recente da economia brasileira (LESSA, 1998, p.12).

A estratégia de desenvolvimento nesse período buscava elevar o Brasil a uma “potência” emergente<sup>156</sup>, sem quebrar a continuidade do “milagre”, ou seja, “preservar o crescimento acelerado, sem descontinuar o avanço de realizar-se o Brasil como nação desenvolvida”<sup>157</sup>, o que implicou a tentativa de montar um novo padrão de industrialização para o país, baseado na indústria de base, além de um maior fortalecimento do capital privado nacional, considerado a parte fraca do tripé. A reordenação das prioridades na indústria significou uma tentativa de ampliar a oferta de insumos básicos e na expansão do Estado para setores antes restritos à iniciativa privada, como a siderurgia de aços planos.

No pertinente a Siderurgia, Lessa destacou a implantação do Plano Siderúrgico Nacional, em 1971, em que se fixaram como diretrizes o aumento<sup>158</sup> da produção em toneladas de aço em lingotes. Data deste período a controvérsia entre Empresários nacionais e o Estado, tanto no que se referia à composição acionária e o acordo de acionistas da empresa de Tubarão, pela participação de siderúrgicas estrangeiras<sup>159</sup>, quanto na delimitação da atuação do Estado no setor:

Em abril de 1978, quando da realização do 8º Congresso Brasileiro de Siderurgia, avaliou-se que a crise internacional e a evolução interna da economia haviam reduzido pela metade as metas de 1974. Entretanto, parecia não haver sido recuperado um clima de paz na indústria. Um diretor de grupo privado disse que o impacto da crise não foi suficiente para “evitar alguns projetos megalomaniacos ou mesmo políticos”. Isto quanto aos planos e perfis pesados, **área privativa estatal (Grifo nosso)**. Na área dos redondos e produtos leves, reservada à empresa privada, a Mensagem de 1975 reclama e adverte ao setor privado: “Considerando o relativo atraso verificado na realização dos

---

<sup>156</sup> Ver pronunciamento da reunião ministerial de 10 de setembro de 1974 APUD: LESSA, 1998, p.12.

<sup>157</sup> Discurso da Presidência, por ocasião da aprovação do Plano de Prioridades Econômicas para 1975 (Jornal do Brasil, 15 jan.1975) APUD: LESSA, 1998, p.90.

<sup>158</sup> Fixava para 25 milhões de toneladas até o ano de 1980, com uma capacidade instalada de 32 milhões de toneladas (LESSA, 1998, p. 108).

<sup>159</sup> Op.Cit.1998, p.108.

programas de ampliação do sub-setor de não-planos, o Governo adotará, a curto prazo, medidas no sentido de sua dinamização de sorte a assegurar o suprimento ao crescente mercado interno. Em outubro de 1975 é incorporada a Açominas. Seu capital é subscrito 40% pela Siderbrás; 20% pela CVRD; 20% pelo Governo Estadual de Minas e 20% reservado para um grupo estrangeiro. A Açominas produzirá laminados não-planos. Em abril de 1976 realiza-se em Minas Gerais o VI Congresso Brasileiro de Siderurgia. Nele o Ministro Severo Gomes adverte: “A siderurgia brasileira e a economia como um todo sofrem hoje as conseqüências dessas falhas que traduzem-se na efetivação de importações que vêm acarretando graves dispêndios de divisas para o país”. Paulo Villares, presidente do IBS e líder do grupo Villares, replica: **“É preciso que o governo defina com urgência as regras do jogo, delimitando o campo de atuação das empresas estatais e privadas (Grifo nosso)** (LESSA, 1998, p.108).

Numa conjuntura de “crise do petróleo”, foi tentada uma política de minimização de dependências externas, em que a questão energética ocupou um lugar central no II PND, sendo criados inúmeros programas que buscaram a diminuição da dependência frente ao petróleo, como o Pró-álcool, o programa nuclear e o de xisto, almejando ajustar a política de industrialização à conjuntura internacional de escassez de petróleo:

Seria inviável crescer rapidamente sem acelerada expansão da oferta de energia. Por isso, será necessário reduzir, dentro do setor de energia, a dependência em relação ao petróleo (substituindo-o pela eletricidade na medida do possível, e também por carvão, por ser este abundante no mercado, embora importado em parte); economizar petróleo, principalmente para utilização em transporte; e reduzir, no total do consumo de petróleo, a parcela importada (II PND, p.82 APUD LESSA, 1998, p.21).

Nesse caso, foi construída a Itaipu Binacional, em 1974, para a implantação da usina e, no mesmo ano, foram multiplicados os projetos de usinas term nucleares com o objetivo de aproveitar os recursos nucleares para geração de eletricidade. O grande

marco para a questão nuclear foi o acordo Brasil-Alemanha (1975), que previa o enriquecimento de urânio e o reprocessamento de plutônio<sup>160</sup>.

Mesmo com esses projetos, a área do petróleo continuou recebendo atenção especial, sobretudo com a elevação dos preços dos refinados de petróleo e com a Petrobrás e a sua política de internacionalização da empresa, abrindo plataformas submarinas e fazendo contratos de riscos em países como a Argélia, o Egito, o Iraque e o Irã.

Ao longo da tentativa de implementação do II PND, ocorreu o que o economista chamou de “rebelião empresarial”, cristalizado no lema da estatização do Estado, o que refletia a insatisfação das frações de classes quanto ao manejo do Estado:

Insatisfação que reflete o encurtamento da margem de composição de interesses em uma fase de reversão cíclica, exacerbada no Brasil pela prática de uma autoridade autoconvencida de sua suficiência e onipotência e pela ausência dos múltiplos organismos políticos mediadores. Na medida em que avança a inflexão cíclica, diminui o raio de manobra para composições e vai se tornando mais visível o descolamento de suas bases de sustentação de um Governo embaído por inércia em suas autoconvicções. (LESSA, 1998, p.137).

Para o autor, o “divórcio” entre o modo do Estado atuar e suas bases de sustentação, fica mais evidente com o Manifesto dos Oito e o incremento da crítica da estatização com a temática do autoritarismo e da abertura política. Por conseguinte, o autor fez um mapeamento das declarações do empresariado do setor de bens de capital contrários ao Plano, defendendo que, no ano de 1976, iniciou-se uma mudança no setor, com os principais líderes da indústria informando ao Ministro Severo Gomes<sup>161</sup>a dificuldade de competição em âmbito internacional.

---

<sup>160</sup> Ver: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O negócio do século: O acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha, In: Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2008.

<sup>161</sup> *Severo Fagundes Gomes* nasceu em 1924, diplomado em direito em 1947, dedicou-se à administração das empresas da família, juntamente com o pai e um irmão. Durante os 17 anos em que atuou exclusivamente na iniciativa privada, foi diretor-presidente da Tecelagem Paraíba (sucessora da Cobertores Paraíba), que se tornou uma das dez maiores empresas brasileiras do setor, e diretor-superintendente da Tecelagem Paraíba do Nordeste, com sede em Moreno (PE), que também entraria para o rol das maiores empresas têxteis do país. Membro do conselho consultivo do Banco Mercantil de São

Foi solicitada assim uma definição do Governo frente os programas nuclear, siderúrgico e hidrelétrico. O então presidente da ABDIB, Claudio Bardella<sup>162</sup>, assim criticou o Plano:

O II PND criou uma expectativa para o setor – um investimento de 43 bilhões de dólares – que acabou não se confirmando. Além disso, a redução das encomendas do Governo ao setor era previsível há dois anos, com uma agravante: o país continua importando. Num dia o governo defende a indústria nacional, no outro, importa um terminal açucareiro da França (BARDELLA, 1976, p.20-7 APUD: LESSA, 1998.146).

O chamado ano da desilusão por Lessa, também é marcado por críticas ao setor financeiro e em seu estímulo pela política econômica, considerada a fonte das

---

Paulo, conselheiro da Associação Comercial do Estado de São Paulo, presidente da Associação Brasileira de Criadores e diretor da Sociedade Rural Brasileira (cargo que abandonou em 1960 por não concordar com a natureza das medidas contra a reforma agrária articuladas pelos grandes proprietários), Severo Gomes nunca perdeu o contato com os meios intelectuais e artísticos de São Paulo, que começara a frequentar em seus tempos de estudante. Foi ainda diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Após o golpe de 1964 foi nomeado Diretor da carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil, em 1965 fez o curso da Escola Superior de Guerra (ESG) e, em 12 de agosto do ano seguinte, deixou o Banco do Brasil para ocupar o posto de ministro da Agricultura nomeado pelo ditador Humberto Castelo Branco. No período posterior, integrou o conselho técnico-administrativo da Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), foi diretor da Federação de Agricultura de São Paulo e conselheiro do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do estado, além de membro do conselho consultivo do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba. Severo Gomes foi mais uma vez nomeado ministro em 15 de março de 1974, data do início do governo de Ernesto Geisel, ocupando a pasta da Indústria e Comércio. Uma pesquisa de opinião realizada entre empresários em São Paulo no mês de setembro, apontou-o como segundo colocado entre os que teriam “autoridade para falar pelo empresariado nacional como um todo”, superados apenas por Cláudio Bardella, presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB). Com a extinção dos partidos políticos em novembro de 1979 — medida a que se opôs — e a conseqüente reformulação partidária, filiou-se em setembro do ano seguinte ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), agremiação que sucedeu o MDB. Candidatou-se por seu estado e foi eleito nas eleições de novembro de 1982 para uma vaga no Senado. Assumiu o mandato em fevereiro do ano seguinte e participou dos trabalhos legislativos como vice-presidente da Comissão de Economia e membro titular das Comissões de Finanças e de Relações Exteriores (COSTA e MALIN, Verbete: Severo Gomes, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>162</sup> Ver nos anexos

dificuldades da indústria de bens de produção, além da problemática do financiamento das empresas estatais, o que acabou não logrando a unificação da política industrial, outrossim, não sendo atendidos na solicitação das “cartas patentes”, que buscavam reerguer barreiras à entrada de novas filiais na indústria<sup>163</sup>.

No ano seguinte, o Ministro Reis Velloso, em discurso na ESG, afirmou que o modelo brasileiro deveria ser “aberto, econômica, social e politicamente, dentro de realismo e progressividade”<sup>164</sup>, opondo-se assim a qualquer projeto estatizante, opinando em comunhão com importantes setores do empresariado.

Portanto, os pactos que soldavam as frações do capital, para o autor, impuseram limites à ação do Estado e a efetivação do Plano, coadunando-se com os problemas conjunturais como: a) os ajustes dos balanços de pagamento de 1974/1975 foram enfrentados com erosão de reservas; b) persistência das tendências inflacionárias; c) os programas e projetos enunciados pelo II PND não somente supunham a manutenção da taxa de investimento nos níveis alcançados no auge cíclico, mas exigira a necessidade de sua elevação para um novo patamar de 35% do PIB, o que era inviável de ser alcançado<sup>165</sup>.

Aqui, nesta análise, o Estado também acabou atuando enquanto um sujeito que dissociou-se das suas bases de sustentação. Todavia, a elaboração e a aplicação do II PND não foram feitas a revelia das frações hegemônicas do capital, mas sim com estas, na busca pela manutenção dum padrão de acumulação capitalista satisfatório às classes dominantes. Com os desdobramentos do plano e a incapacidade de se levar adiante as metas propostas, a fração siderúrgica irá se destacar nas críticas das políticas implementadas pelo Estado brasileiro.

#### **2.4 – O IBS como Aparelho Privado de Hegemonia: a atuação empresarial (1976-1979):**

O Estado brasileiro fixou nos anos 1970, uma série de premissas<sup>166</sup> para a siderurgia, e optou por alternativas que, deveriam ser atingidas através da atuação do

---

<sup>163</sup> LESSA, 1998, p. 149.

<sup>164</sup> Op.Cit.1998, p.176.

<sup>165</sup> Op.Cit.1998, p.151-153.168-169

<sup>166</sup> Tais premissas, diferentemente do II PND, serão elaboradas em comum acordo com os intelectuais orgânicos do setor siderúrgico, o que mereceu elogios ao Governo no Relatório da Comissão de

Consider, baseando-se no Programa Siderúrgico Nacional (PSN). Tratava-se de uma realização baseada em um planejamento a longo prazo, contando com um suporte governamental do BNDE<sup>167</sup>, do BID, do BIRD e da área privada.

No PSN, foi distribuída a atuação dos setores siderúrgicos em Produtores de Aços Planos e perfis (Estatais) e Aços Não Planos e Aços Especiais (Iniciativa Privada), num momento histórico que marcava a expansão na taxa de exploração dos dois setores com a) o aumento da capacidade de recozimento de bobinas na Cosipa, com quatro novos fornos de 5.000 toneladas/mês; b) Entrada em operação do segundo forno de reaquecimento da laminação da Usiminas, com utilização de refratários plásticos e com circuito fechado de TV para controle visual da carga; c) Reforma e ampliação do alto forno nº um da Usiminas; d) Inauguração da fábrica de perfis soldados da CSN, a primeira no país com operação automatizada; f) A Mannesmann, em fins de 1971, iniciou a operação de um novo laminador de barras, projetado para 72.000 t/a; g) A Acesita elevou a capacidade aciaria para 275.000 t/a até fins de 1972 e, em etapa posterior projetou atingir a capacidade de 500.000 t/a, contemplando como etapa final, a laminação de chapas ao silício de grão-orientado e chapas de aço inoxidável, produtos que até aquele momento não eram fabricados no país; h) A Aços Anhanguera, em 1971, atingiu o ritmo de produção de 110.000 t/a. de lingotes, projetando elevar para 300.000 t/a em 1975, e duplicá-la em etapa posterior; i) A N.S Aparecida instalou um trem de laminados leves de 100.000 t/a e projetou duplicar a capacidade de produção aciaria que era de 50.000 t/a de lingotes; j) A Aços Villares projetou ampliar a produção de cilindros de laminação de 3.800 para 9.600 toneladas anuais, e aumentar a produção de peças fundidas em 25%<sup>168</sup>.

A Comissão de Economia do IBS, no seu II congresso, em 1972, julgou que os altos níveis de crescimento econômico seriam mantidos, o que facilitaria a realização deste programa e inseriria a siderurgia no compasso das necessidades do desenvolvimento capitalista no país.

---

Economia do IBS, no congresso de 1972: “Grande mérito dos governantes do Brasil atual tem sido o chamamento dos empresários para o equacionamento dos problemas específicos de cada setor e a siderurgia não se constitui em exceção, bem ao contrário, é exemplo marcante desta política (Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1972, p.310).

<sup>167</sup> O BNDE possuía cerca de 97% das ações da Cosipa e 65% da Usiminas.

<sup>168</sup> Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1972, p.287; 295-296.

Para tanto, foi indicado o tratamento prioritário para os seguintes temas: a) demanda do aço; b) suprimento de matérias primas; c) custos operacionais; d) custos administrativos; e) custos tributários; f) tecnologia e escala de produção; g) investimentos; h) financiamentos; i) rentabilidade; j) comercialização; k) exportação; l) importação<sup>169</sup>.

Porém, como já foi citado anteriormente, é no ano de 1976 que as fissuras em relação às políticas oficiais irão aparecer, pois este encontro se situa numa conjuntura externa de crise de preços do setor siderúrgico<sup>170</sup> e internamente no bojo do II PND, marcou o primeiro discurso de um presidente do IBS em prol das desestatizações, além de outras demandas que irão se chocar com as políticas econômicas como a crise do petróleo, os preços do carvão, a escassez do aço, os recursos necessários à expansão do setor e a delimitação da área de atuação do Estado.

Segundo Lourenço Neto, a mudança de posicionamento político do empresariado siderúrgico neste ano, frente ao governo Geisel, partiu de uma reação ao crescimento “insuficiente” do setor e da previsão de criação de estatais em direção ao subsetor de aços-não planos, sob a justificativa de que a iniciativa privada não estava conseguindo por conta própria crescer em nível suficiente<sup>171</sup>.

Em discurso inaugural, o então Presidente Paulo Villares<sup>172</sup>, professou as seguintes palavras acerca do tema:

Um ano atrás, quando da realização do 5º Congresso Brasileiro de Siderurgia, no Rio de Janeiro, manifestávamos nossas preocupações, nossas esperanças e nossas certezas ante o enorme desafio representado pelo Plano Siderúrgico Nacional. Naquela ocasião, ressaltávamos ser o IBS uma associação congregando entidades privadas e estatais em um perfeito equilíbrio de forças. Desta forma pode ser comparado e utilizado pelo Governo como um autêntico laboratório de teste para a execução, no plano siderúrgico, de seu modelo de “capitalismo de empresa”. Ressaltávamos, também, àquela época, a absoluta necessidade de um real entrosamento entre governo e produtores de

---

<sup>169</sup> Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1972, p.271.

<sup>170</sup> Segundo o Relatório da Comissão de Economia do IBS, em 1976, 6º Congresso estava ocorrendo um grande impasse de viabilidade econômica do setor, visto que a alta densidade de capital não estava compatível com o preço de venda dos produtos siderúrgicos (p.5).

<sup>171</sup> LOURENÇO NETO, 2001, p.12-13.

<sup>172</sup> Ver anexos.

aço a fim de que todos os esforços pudessem ser somados no sentido de se atingirem as metas do Plano Siderúrgico. Ao fim deste exercício, graças a esse entrosamento, muitas das nossas preocupações foram desfeitas.(...)Em contrapartida, outros problemas se agigantaram e merecem de todos nós atenção redobrada. Um deles, o principal, diz respeito aos recursos financeiros necessários à expansão da siderurgia.(...)Outra das nossas preocupações, ainda não desfeitas, se refere a uma certa indefinição quanto aos campos de aplicação da empresa privada e estatal. No dia 7 de janeiro de 1971, em Volta Redonda, o então Presidente Médici, em seu célebre “Discurso do Aço” estabeleceu as bases do Programa Siderúrgico Nacional em cuja exposição de motivos, assinada pelos **quatro Ministros ligados ao setor** se dizia, com relação aos laminados não planos, textualmente, o seguinte: “Este setor continuará a cargo da iniciativa privada que para tanto contará com o apoio do Governo, através de estímulos creditícios para a execução dos seus programas de expansão ou de implantação de novas Usinas e fusões de empresas. O Governo poderá, a fim de viabilizar a execução de projetos de maior envergadura, participar minoritariamente do capital das empresas privadas”. Tanto os empresários estatais quanto os particulares necessitam definições desse tipo que lhes permitam investir seguros de suas áreas e atribuições. Qualquer desvio nessa diretriz constitui um fator de insegurança para o investidos bem como uma distorção às constantes pregações dos Senhores Ministros de Estado como porta vozes do governo quanto a sua política rumo à desestatização. Recentemente, tem sua Excelência o Ministro Reis Veloso, solicitado dos empresários, sugestões sobre medidas desestatizantes que, evidentemente, atendessem ao interesse nacional (Paulo Villares, Presidente do IBS, Discurso Inaugural, 6º Congresso, 1976, p.3-4).

O então ministro João Paulo dos Reis Velloso, no mesmo congresso, em discurso para empresários, defendeu abertamente a desestatização do setor em prol dos “interesses nacionais”<sup>173</sup>. Ainda em 1976, a comissão de economia do IBS, em relatório inicial<sup>174</sup>, inicia suas críticas ao direcionamento das verbas do II PND, no que diz respeito à expansão do setor:

---

<sup>173</sup> 6º Congresso do IBS, “Discurso de abertura”, In: Anais do congresso, 1976

<sup>174</sup> 6º Congresso do IBS, “Relatório Inicial” da comissão de economia, 1976, p. 3-4; não foram identificados os componentes de tal comissão.



(...) outros problemas se agigantaram e merecem de todos nós atenção redobrada. Um deles, o principal, diz respeito aos recursos financeiros necessários à expansão da siderurgia. Sabemos, todos, que eles são escassos e, por isso mesmo, devem ser aplicados dentro de um absoluto critério de prioridades, não se podendo permitir sua evasão para projetos cuja viabilidade e execução não sejam perfeitamente dimensionados e considerados indispensáveis (Relatório inicial da comissão de economia no 6º Congresso do IBS, 1976, p. 3-4).

No 7º Congresso, a preocupação com os investimentos continuou ocupando as atenções das frações de classe atuantes no Instituto, haja vista que a conjuntura era extremamente desfavorável, pois com a crise do petróleo os valores para efetivar as metas do setor aumentaram bruscamente, assim como o preço do carvão mineral<sup>175</sup>.

Em discurso inicial, o então presidente do IBS Paulo Diederichsen Villares criticou as expansões previstas no II PND, bem como a operacionalização do mesmo:

(...) deve-se aliar a preservação da atual estrutura privada no setor, com o aproveitamento da capacidade realizadora das empresas existentes. (...) Diante desses obstáculos<sup>176</sup>, reiteramos, reafirmamos e novamente postulamos aqui a necessidade de se adotar um esquema poderosamente operacional pela sua racionalidade, que permita a execução de um planejamento seguro, isto é, um planejamento que conte com recursos que não dependam de aprovações posteriores, mas que sejam conhecidas antecipadamente e que sejam de fácil controle e acompanhamento, sem uma desnecessária burocracia administrativa (Discurso do presidente do IBS Paulo Diederichsen Villares no 7º Congresso, p. 7).

Delineou-se assim uma defesa da prioridade do setor de laminados não-planos à iniciativa privada tanto por parte do então presidente, quanto pelo relatório da Comissão de Economia do IBS<sup>177</sup>. Além disso, o mesmo Villares cobrou a isenção no recolhimento do IPI e do ICM incidentes obre as vendas adicionais e a redução das importações, de molde a aproveitar o planejamento da produção:

---

<sup>175</sup> Comissão de Economia do IBS, 7º Congresso, p.6; 13

<sup>176</sup> Os obstáculos referidos por Villares são os altos níveis do preço do aço e a burocracia.

<sup>177</sup> Relatório da Comissão de Economia do IBS, 7º Congresso, p.18.

Manter a atual orientação de rigorosa seletividade nas importações, torna-se, pelo exposto, cada vez mais necessária, afastando-se dessa forma, um dos elementos perturbadores da ordenação natural do mercado interno, assegurando-se a colocação da nossa produção e a eliminação da capacidade ociosa que possa ameaçá-la, mais do que tem feito até aqui (Discurso do presidente do IBS Paulo Diederichsen Villares no 7º Congresso, p.4).

No mesmo evento, o então Ministro Ângelo Calmon de Sá, à despeito do II PND e da resolução nº 31 do Consider, de 1975, que ampliou a participação do Estado no setor de não-planos, defendeu, juntamente com Villares, a exclusividade da produção deste material à iniciativa privada e encerrou o encontro anunciando a concretização da reivindicação do empresariado no que dizia respeito a isenção fiscal:

(...) Novos mecanismos de apoio às empresas siderúrgicas, através de estímulos fiscais e financeiros, para que possam capitalizar-se e investir adequadamente. Nesse sentido, já posso anunciar a assinatura, pelo Exmo. Presidente da República, de decreto que concede incentivos fiscais relativos ao IPI, ao Setor Siderúrgico, por um prazo de 10 anos:

Art.1º - Os estabelecimentos industriais de empresas siderúrgicas, que preenchem as condições previstas nesse Decreto-Lei, poderão creditar-se, a título de incentivo fiscal, de importância igual a 95% da diferença, em cada período de apuração, entre o valor do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre as saídas dos produtos referidos no artigo 3º, que promoveram, e o do crédito do referido imposto, correspondente às entradas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos para emprego na industrialização e acondicionamento dos mesmos produtos. (Discurso do Ministro Ângelo Calmon de Sá, no 7º Congresso do IBS, p.2-3).

Já no 8º Congresso do IBS, uma equipe técnica em artigo “A Siderurgia Brasileira face à conjuntura mundial do aço”, recomendava abertamente a privatização dos setores de aços não-planos comuns e especiais, além de elencar os principais problemas da siderurgia: a) Insuficiente geração de lucro nas empresas siderúrgicas; b) Carência de recursos financeiros a custos adequados à baixa rentabilidade do setor; c) Elevada carga tributária; d) Escassez de redutores clássicos; e) Elevado custo dos

equipamentos nacionais; f) Deficiência da infra-estrutura de transportes; g) **Elevado grau de intervenção estatal com grande instabilidade na fixação da estratégia setorial**<sup>178</sup>.

No decorrer do documento, a comissão técnica de economia apontava que o caminho para o qual o setor deveria seguir seria o da ampliação do setor privado com a desestatização das empresas, direcionando assim, as empresas estatais a um papel complementar nos investimentos de laminados não-planos comuns e especiais sob o controle privatizado das ações<sup>179</sup>.

O ano deste congresso foi marcado por um aumento de produtividade de aço no Brasil frente aos países latino-americanos<sup>180</sup>, o que fez com que o então secretário do IBS, Fred Woods<sup>181</sup>, apontasse os setores automobilísticos, da indústria naval e da construção civil, como os principais no abastecimento do aço.

Contudo, a crise do petróleo de 1973, começou a apresentar seus efeitos no país, sobretudo com a redução no consumo aparente de aço e sob a pressão no balanço de pagamentos, evidenciando a nossa dependência das importações de bens de capital e de insumos básicos, segundo palavras do Ministro da Indústria e do Comércio Ângelo Calmon de Sá<sup>182</sup>.

Em relatório preparado pela comissão técnica de mercado do IBS foi feita uma análise acerca da crise do petróleo, em que os projetos deveriam ser revistos para melhor aplicação:

No princípio da década atual foram feitos, por entidades de âmbito regional e mundial, muitos estudos tendentes a justificar o deslocamento da produção de aço para os países em desenvolvimento, e com base na euforia generalizada da época muitos países fizeram planos grandiosos com o objetivo de exportar aço, a exemplo do que ocorreu no Brasil, com os projetos de Tubarão e de Itaqui.

---

<sup>178</sup> IBS, Equipe Técnica, 1978, p.2

<sup>179</sup> Documento “A Siderurgia Brasileira face à conjuntura mundial do aço”, 8º Congresso do IBS, 1978, p. 5.

<sup>180</sup> Ver anexos

<sup>181</sup> Formado em Engenharia Civil pela UFPR - Universidade Federal do Paraná. Possuía grande experiência na área siderúrgica, com passagens na então Acesita e CAEMI, entre outras. Gerenciou fábricas de refratários na instalação e posterior produção no Brasil. De 1973 a 1982 foi secretário geral do Instituto Brasileiro de Siderurgia (Ver: <http://www.revistaih.com.br/colonista/fred-woods-de-lacerda/>).

<sup>182</sup> Discurso do Ministro Ângelo Calmon de Sá no 8º Congresso do IBS, 1978, p.1

Com base nesse espírito foi, inclusive, sugerida pela UNIDO, em 1976/1977, a organização de produção mundial de aço com mais ênfase nos países em desenvolvimento detentores de grandes reservas de minério de ferro.

A crise do petróleo, entretanto, está exigindo a revisão dessas idéias, porquanto o extraordinário crescimento nos custos de investimentos em usinas siderúrgicas tornou o capital o principal fator de custo na produção de aço, com isso fazendo novamente pender a balança em favor dos países detentores de capital, tanto os desenvolvidos quanto os produtores de petróleo (Comissão Técnica de Mercado do IBS, 1978, p.8-9).

Nesse momento o empresariado do setor siderúrgico nacional buscou demonstrar que a iniciativa privada era mais eficiente e capaz de administrar e conduzir a produção de laminados não planos, comuns e especiais, sem a interferência do Estado<sup>183</sup>. Plínio Cantanhede<sup>184</sup>, então presidente do IBS em 1979, também fez duras críticas a expansão estatal:

A expansão siderúrgica, simultaneamente causa e efeito do desenvolvimento nacional, não pode ser feita a revelia de planos e programas. Deve, necessariamente, subordinar-se a uma racional e severa disciplinação

---

<sup>183</sup> VILLARES, Discurso de abertura do 9º Congresso do IBS, 1979, p.11

<sup>184</sup> Plínio Cantanhede formou-se pela Escola Nacional de Engenharia como Engenheiro Industrial e Engenheiro Eletricista em 1932. Ingressou por concurso no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, no mesmo ano de sua formação. Participou como membro de Delegações Brasileiras no Chile e Argentina, foi membro da Comissão de Construção do Edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Rio de Janeiro, presidiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e foi o primeiro Presidente, de 1936 a 1945 do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. No Ministério de Viação e Obras Públicas chegou a ser subsecretário, tornando-se administrador do Porto do Rio de Janeiro em 1963. Em órgãos ligados diretamente a Presidência da República atuou no Conselho Nacional de Petróleo e participou da construção das principais refinarias do país, terminando como Presidente do Conselho Nacional de Petróleo entre 1951 a 1954. Foi Prefeito de Brasília entre 03/05/1964 a 14/03/1967. Cantanhede também exerceu a função de Professor na Escola Nacional de Engenharia, Escola Politécnica da Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense. Atou em diversos Aparelhos Privados de Hegemonia além do IBS, sendo Conselheiro vitalício do Conselho Diretor do Clube de Engenharia, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Presidente da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) (Disponível em [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

(CANTANHEDE, Discurso de encerramento no 9º Congresso do IBS em 1979, 1979, p.2).

Em suma, no decorrer dos anos 1970, os intelectuais orgânicos do Instituto Brasileiro de Siderurgia promoveram uma verdadeira “fuga para frente”, ao iniciarem às críticas a política-econômica do regime empresarial-militar, que nos anos 1980 se conformou em um projeto privatista para o setor como veremos nos capítulos seguintes.

Nesse caso, cabe ressaltar que a incapacidade de concretização dos investimentos previstos no II PND, e da proposta de expansão estatal para os setores de aços não planos, foram de fundamental importância para a mudança de postura desta fração da classe dominante.

## Capítulo 3

### Crise de Hegemonia e o IBS: elaboração do projeto privatista (1980-1984)

#### 3.1- Alguns apontamentos sobre o conceito de “Hegemonia”:

A década aqui estudada é entendida a partir da concepção gramsciana de “crise de hegemonia”, ou seja, no período existiu uma multiplicidade de poderes, que devem ser entendidos como resultado das relações de forças materializadas no Estado em seu sentido restrito.

Para tanto, faz-se necessário uma breve explicação do sentido e da importância do conceito de “hegemonia” na obra de Antonio Gramsci, para melhor compreensão do seu momento de crise.

A proximidade de Gramsci com o movimento operário e suas iniciativas nos conselhos de fábricas em Turim permitiu-lhe vivenciar os desgastes sofridos pelas classes dominantes e a busca destas por novas estratégias de dominação, como a proposta do então Presidente da FIAT, Giovanni Agnelli, que no decorrer das ocupações de fábricas em Turim em 1920, propôs que a sua empresa se tornasse uma cooperativa coordenada pelos proletários.

A proposta foi abandonada um mês depois, contudo, gerou expectativas entre os membros da Confederação Geral do Trabalho Italiana e contribuiu para quebrar a resistência do movimento de ocupação das fábricas pelos operários turinenses. Gramsci, ao discutir a questão, apontou que esse movimento fazia parte da nova estratégia assumida pela burguesia, que não conseguia governar ante os levantes dos trabalhadores das fábricas do norte e dos camponeses do sul:

No novo século, a classe dominante inaugurou uma nova política, de alianças de classe, de blocos políticos de classe, ou seja de democracia burguesa. Tinha de escolher: ou uma democracia rural, isto é, uma aliança com os camponeses meridionais, uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, de descentralização administrativa, de produtos industriais baratos; ou um bloco industrial capitalista-operário, sem sufrágio universal, com protecionismo alfandegário, com conservação do centralismo estatal (expressão do domínio burguês sobre os camponeses, especialmente no Sul e nas ilhas), com uma

política reformista em face dos salários e das liberdades sindicais. Escolheu, não por acaso, esta segunda solução; Giolitti personificou o domínio burguês; o Partido Socialista tornou-se o instrumento da política Giolittiana (...) **(Tradução do autor)** (GRAMSCI, Scritti politici III. A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973. Edizione elettronica: progetto Manuzio, 2009. Disponível em: <http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>).

Era percebido então que o capitalismo havia se complexificado, a tal ponto que a mera busca pela manutenção do poder econômico através da força política não garantiria a adesão das camadas subalternas, assim como a tomada de assalto do poder não significaria a destruição do Estado burguês, pois a presença de “casamatas” do Estado:

(...) criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e requer por consequência do partido revolucionário uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de maior fôlego do que aquelas que foram necessárias para os bolcheviques entre março e novembro de 1917 **(Tradução do autor)** (“Carta de Antonio Gramsci em 9 de fevereiro de 1924”, PALMI A. URBANI e C., In: TOGLIATTI, Palmiro. La formazione del gruppo dirigente del Partito comunista italiano. Roma: Editori Riuniti, 1962).

Os comunistas turinenses haviam formulado de modo concreto a questão da ‘hegemonia do proletariado’, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado burguês, a maioria da população trabalhadora, o que significa, na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, na medida em que conseguir obter o consenso das amplas massas camponesas (...) **(Tradução do autor)** (GRAMSCI, Scritti politici III. A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973. Edizione elettronica: progetto Manuzio, 2009. Disponível em: <http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>).

Colocava-se então o desafio de aliar uma estratégia militar com um maior consenso político e capacidade técnica-gerencial, com o objetivo de alcançar às

“condições em que os bolcheviques russos já se encontravam desde a formação do seu partido<sup>185c</sup>. A proposta gramsciana é a de já antes da revolução provocar um deslocamento de forças num sentido revolucionário, capaz de assegurar com bases autônomas as conquistas da classe trabalhadora.

O retorno aos textos de Gramsci nos tempos dos conselhos em Turim permite-nos concluir que a hegemonia nasce da fábrica e exige a constituição de um contrapoder operário desde o nível da produção. Como muito bem destacou Lincoln Secco, a hegemonia prevê a formação de um modo de produção alternativo sob controle dos trabalhadores, o que significa dizer que ela se assenta no mundo da produção, não ficando restrita à sua dimensão cultural:

(...) o mérito irrefutável de Gramsci foi realocar o termo ‘hegemonia’ (introduzido nos círculos socialistas pelos russos) para o contexto da especificidade do poder capitalista no Ocidente, onde as crises econômicas não abalavam tanto o Estado e a classe operária não só era dominada (passiva), mas concedia ‘voluntariamente’ o consentimento para a dominação burguesa, participando e legitimando suas instituições (SECCO, 1996, p.84).

Nos Cadernos do Cárcere, a noção de hegemonia foi tomada de maneira ampla, indicando tanto a ditadura do proletariado quanto a possibilidade de estratégia a ser utilizada pelas classes dominantes. Para a filósofa Chiara Meta, o termo teve muitas aplicações em diferentes contextos de pesquisa, sendo usado para designar uma conotação militar ou de dominação de um Estado sobre outro (como em Antonio Labriola), tendo havido, portanto, uma ruptura epistemológica do conceito a partir de Gramsci, amadurecido após a sua estadia em Moscou e a observação por parte deste: da disputa pelo PCUS, da repercussão negativa da NEP e da crise de consenso entre o proletariado urbano acerca da liderança dos Bolcheviques<sup>186</sup>.

Em sua principal obra -Quaderni del carcere-, a hegemonia se consolida como “hegemonia política”, em que é preciso encontrar o respaldo de dois grupos distintos, os

---

<sup>185</sup> GRAMSCI, Antonio. La costruzione del Partito Comunista (1923-1926), Torino: Einaudi, 1971, p.64.

<sup>186</sup> META, Chiara. Un convegno sul concetto di egemonia, 2005. Disponível em: <http://www.gramscitalia.it/egemeta.htm>.



aliados e os opositores. Em 1930, ao analisar as forças políticas do Risorgimento, o marxista sardo referiu-se ao conceito enquanto direção e dominação de classe:

El criterio histórico-político en que debe basarse la investigación es este: que una clase es dominante de dos maneras, esto es, es “dirigente” y “dominante”. Es dirigente de las clases aliadas, es dominante de las clases adversarias. Por ello una clase ya antes de subir al poder puede ser “dirigente” (y debe serlo); cuando está en el poder se vuelve dominante pero sigue siendo también “dirigente”. (...) La dirección política se convierte en un aspecto del dominio, en la medida en que la absorción de las elites de las clases enemigas conduce a la decapitación de éstas y a su impotencia. Puede y debe existir una “hegemonía política” incluso antes de llegar al gobierno y no hay que contar sólo con el poder y la fuerza material que éste da para ejercer la dirección o hegemonía política<sup>187</sup> (GRAMSCI, 1999, p.105).

Nesse caso, para a consolidação e o exercício da hegemonia, é necessário um equilíbrio entre coerção e consenso, que é feito de forma gradual, molecular, aonde um grupo de intelectuais orgânicos mediante a ação de um partido ou um aparelho privado de hegemonia elabora e introjeta a sua visão de mundo na sociedade política. Essa dupla articulação implica a busca, por um lado, de consenso no interior de um bloco de alianças e, por outro, de domínio sobre os adversários, que deve ser obtido por meio da força. Encontramo-nos diante de uma combinação de nexos que são indissociáveis.

No caderno 8, §191, intitulado “Hegemonia e democracia”, Gramsci articulou a democracia com a hegemonia na medida em que num regime democrático a legislação favorece<sup>188</sup> a “passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente<sup>189</sup>”, ou seja, a classe

---

<sup>187</sup> Optamos nesta citação por utilizar a edição em espanhol dos Cadernos devido à diferença de tradução e das notas para a edição brasileira. Na edição da civilização brasileira, a nota referente a nossa citação é §24, p.62, enquanto que na edição supracitada é a §44, mantendo-se fiel a edição crítica de Valentino Gerratana (Turim, Einaudi:1977). Além disso, na edição organizada por Carlos Nelson Coutinho, a tradução utiliza o termo “critério metodológico” ao invés de critério histórico-político como na edição Gerratana, que foi fidedignamente traduzido pela Editora Era da Universidade de Puebla.

<sup>188</sup> Citamos este trecho por se coadunar com o período de “transição tutelada” a ser estudado nos capítulos seguintes, contudo, a despeito da existência de uma ditadura de tipo Empresarial-Militar no país, ocorreu a proliferação de Aparelhos Privados de Hegemonia, como demonstrado por Virgínia Fontes (Cf. FONTES, 2010), o que demonstra a articulação orgânica entre consenso-coerção e não a sua suposta dissociação.

ou fração da classe dominante unificaria em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe, mas com o consenso ativo dos subalternos.

Este processo abrangeria a passagem do primeiro momento das relações de força (econômico-corporativa), em que os grupos se organizam conforme seus interesses econômicos imediatos, forjando laços de solidariedade de acordo com a posição e a atividade profissional ocupadas na sociedade, para a consciência política propriamente dita, que num segundo momento supera os marcos corporativos:

(...) a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc. mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante;isto é,sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la,mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social,mas ainda no campo meramente econômico.(...) Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos,em seu desenvolvimento atual e futuro,superam o círculo corporativo,de grupo meramente econômico e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI,2011,p.41).

Um dos principais comentadores de Gramsci, o Cientista Político Alvaro Bianchi, numa tentativa de reconstruir criticamente o conceito de “hegemonia” no pensamento do autor, sobretudo nos Cadernos do Cárcere, utilizou uma metodologia genético-diacrônica<sup>190</sup> e alertou-nos para as diferentes temporalidades que se fazem

---

<sup>189</sup> GRAMSCI, 2011, p.287.

<sup>190</sup> Bianchi estudou os Quaderni del Carcere em seu “estado original”,acompanhando a evolução do conceito de hegemonia ao longo do tempo.

presentes nos Cadernos, indicando que é preciso distinguir a hegemonia no sentido pleno da palavra da hegemonia no seu sentido restrito<sup>191</sup>.

Em seu sentido pleno, a hegemonia para Bianchi significa a direção política e cultural de uma classe revolucionária sobre o conjunto das classes subalternas, já em seu sentido restrito, a hegemonia se daria enquanto direção num período em que a classe dominante já perdeu a capacidade de assimilar em seu projeto as classes subalternas.

Tal diferenciação é importante, pois indica que na hegemonia plena ocorre a expansão da base social do Estado com a incorporação dos subalternizados, mas é o caso da hegemonia restrita que se aplica ao período em estudo, haja vista que a multiplicidade de projetos e embates hegemônicos nos anos 80, não indicou a direção do conjunto das frações do capital por parte de um setor, sendo o Instituto Brasileiro de Siderurgia uma expressão desta situação<sup>192</sup>, que buscava ininterruptamente a construção da hegemonia.

A hegemonia restrita é assim explicada pelo autor:

O sentido deste vetor aponta para as formas de sua realização em um período histórico no qual essa classe já perdeu a capacidade de assimilar a seu projeto os grupos subalternos. Não se trata, pois da hegemonia de uma classe em relação ao todo social, mas a de uma fração das classes dominantes sobre o conjunto delas através da mediação do Estado. É, neste caso, uma hegemonia restrita, ou, para utilizar o lessico gramsciano, uma revolução passiva. As fontes históricas predominantes são, para este vetor, italianas, a análise do Rissorgimento e do fascismo e as formas de atualização da dominação burguesa (BIANCHI MENDEZ, Cadernos CEMARX, nº4, 2007).

O mesmo autor, na sua dissertação de mestrado intitulada “Hegemonia em construção. A trajetória do PNBE”, defendeu que o cenário da década de 80 era de uma crise política articulada organicamente com a crise econômica, cujos principais sintomas para o autor eram: a) baixas taxas de crescimento do PIB;b) Elevadas taxas de inflação;c) **queda da formação bruta do capital fixo**;d) escalada dos pagamentos

---

<sup>191</sup> BIANCHI, Cadernos CEMARX, nº4, 2007.

<sup>192</sup> Segundo Alvaro Bianchi, a “situação” é a mediadora de uma época (lugar das correlações de forças objetivas que as classes estabelecem entre si) e a conjuntura (realização de uma época, sendo a análise concreta, o que exige uma perspectiva de curto prazo), Ver: BIANCHI, 2001, p.10-11.

referentes a amortizações e juros da dívida interna e externa;e) déficits fiscais recorrentes;f) agudos conflitos trabalhistas;g) proliferação dos partidos políticos;h) emergência de uma representação política e sindical autônoma da classe trabalhadora;i) ausência de consenso em termos-chaves do ordenamento político nacional<sup>193</sup>.

Estes elementos foram os principais formadores da crise de hegemonia desta década, ou seja, de uma crise da representação empresarial. Na sua origem, o termo crise vem do grego *krisis*, atrelando-se ao ato de separar, romper, julgar, decidir, discernir, eleger, etc.<sup>194</sup>, Gramsci entendeu a crise não como uma derivação de distúrbios econômicos singulares que provocariam o colapso do capitalismo, mas sim enquanto uma articulação de múltiplas determinações:

Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal (GRAMSCI, 2011, p.44).

O marxista sardo também abordou a crise de 1929, a partir de uma perspectiva de “crise continuada” em que suas raízes se encontravam no período do pós Primeira Guerra Mundial, devendo ser investigada as suas contradições fundamentais:

(...) os eventos do outono de 1929 na América são exatamente uma das manifestações clamorosas do desenvolvimento da crise, e nada mais. Todo o pós-guerra é crise, com tentativas de remediá-la que às vezes têm sucesso neste ou naquele país, e nada mais. Para alguns (e talvez não sem razão), a própria guerra é uma manifestação da crise, ou melhor, a primeira manifestação; a guerra foi precisamente a resposta política e organizativa dos responsáveis (GRAMSCI, 2011, p.317).

Foi justamente na análise do pós Guerra, que Gramsci desenvolveu a ideia-força de “Crise de Hegemonia”, ao perceber que naquelas condições históricas os partidos tradicionais não conseguiram dar respostas suficientes para as forças sociais em

---

<sup>193</sup> BIANCHI, 2001, p.9-10.

<sup>194</sup> ABBAGNANO, 2003, p.222.

conflito, emergindo inúmeras contradições que desembocaram em movimentos revolucionários<sup>195</sup> ou “soluções de força” nas palavras do sardo:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formas estas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organizações de partido em sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e, em geral de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2011, p.60).

Essa crise de representatividade ou o rompimento dos partidos tradicionais e dos aparelhos privados de hegemonia com a política governamental do Estado restrito representa à chamada crise de hegemonia, restando às diversas frações dominantes do capital a promoção de um rearranjo de poder e da recomposição do pacto de dominação, de molde a orientar as bases com as quais serão defendidos os interesses da burguesia na sociedade política.

---

<sup>195</sup> Revolução Russa de 1917; Movimento Espartaquista na Alemanha em 1918-1919; Levante Húngaro de 1919; Greves Turinenses em 1919-1920 e a Marcha sobre Roma em 1922 na Itália.

De todo modo, na interpretação de Bianchi, Gramsci também relacionou a sua reflexão acerca da crise de hegemonia consorciada com as crises cíclicas do capitalismo, atentando para as tendências de longo prazo e a queda tendencial da taxa de lucro<sup>196</sup>:

Colocando de tal maneira o problema, temos que a crise de hegemonia não é definida automaticamente pela crise econômica. A crise econômica, tomada em seu sentido amplo como crise de acumulação resultante da queda tendencial da taxa de lucro, pode ser pressuposta da crise de Estado. **Mas ela não põe por si própria, a crise de hegemonia** (BIANCHI, 2002, p.36).

### 3.2- O Cenário da crise em meio à transição política:

A década de 1980 iniciou-se com dificuldades de manutenção do modelo econômico vigente, devido à escassez externa de financiamento, agravada pela segunda crise do petróleo, somando-se às contradições do padrão de acumulação capitalista brasileiro, o que levou o governo a adotar uma política econômica monetarista e ortodoxa, com a contenção da expansão monetária, aumento da taxa de juros e corte dos investimentos estatais<sup>197</sup>.

O corte nos investimentos estatais ficou a cargo da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest-Seplan)<sup>198</sup>, cuja finalidade era enquadrar as políticas de

<sup>196</sup> Segundo Eleutério Prado, a Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro é derivada de uma expressão da

$$\text{Taxa de Lucro}(p) = \frac{\text{Taxa de Mais-Valia } (s)}{\text{Capital Constante } (c) + \text{Capital Variável } (v)} + \frac{\text{Taxa de Mais-Valia-Capital Variável } (v)}{(\text{Capital Constante} - \text{Capital Variável}) + 1}$$

Cf.PRADO,2013.

<sup>197</sup> FISHLOW, 1988, p.168-182.

<sup>198</sup> Secretaria de Controle de Empresas Estatais (SEST), criada por meio do Decreto nº 84.128, de 29 de outubro de 1979, como órgão central do Subsistema de controle de recursos e dispêndios de empresas estatais, no âmbito do Sistema de Planejamento Federal. Para tanto, a SEST foi criada na estrutura da Presidência da República, vinculada à Secretaria de Planejamento (SEPLAN), que tinha status de Ministério. A SEST foi transferida da Presidência da República para o Ministério da Fazenda, por meio do Decreto nº 94.159, de 31 de março de 1987. Em 1988, em razão de negociações em torno da promulgação da Constituição Federal, a SEST voltou a integrar a estrutura da Presidência da República, conforme Decreto nº 96.902, de 03 de outubro de 1988. Com nova denominação (Secretaria de Orçamento e Controle de Empresas Estatais), estava vinculada novamente à SEPLAN, que também tinha

investimento à política de contenção orçamentária do governo, o que eliminava o papel anticíclico que os investimentos do setor produtivo estatal haviam assumido até o momento.

Nesse momento, a credibilidade internacional do país, passou a ocupar um lugar central, sendo usado o precedente da recessão enquanto forma de estabilizar a economia e atrair novos empréstimos externos, que chegaram em quantidade insuficiente para manter o ritmo de crescimento almejado, aumentando a dívida externa de US\$ 53,8 bilhões em 1980 para US\$ 61,4 bilhões em 1981 de acordo com os dados do Banco Central<sup>199</sup>.

Albert Fishlow considerou que tal quadro levou o governo a novas desvalorizações cambiais e à ampliação da dívida interna como instrumento de captação de renda junto ao capital privado, em troca do crescimento de suas obrigações financeiras com os credores internos<sup>200</sup>.

Tal estratégia levou o capital privado a progressivamente passar da condição de devedor a credor do governo, apropriando-se de títulos públicos protegidos da erosão inflacionária pela política de indexação e juros altos, o que preservou a remuneração do capital monopolista diante do agravamento da crise e da erosão inflacionária, mantendo a recomposição entre as frações hegemônicas do bloco no poder e o governo, também beneficiando a fração do pessoal do Estado instalado no setor produtivo estatal (entre eles o siderúrgico), haja vista que as grandes empresas estatais participaram da ciranda financeira como instrumento de remuneração<sup>201</sup>.

As dificuldades se agravaram após as eleições de 1982, com a progressiva desagregação da direção política do regime empresarial-militar, marcando um processo de crise e colapso de suas estruturas, definido da seguinte maneira por David Maciel:

Na origem e na determinação desse processo estava a confluência entre o agravamento da crise econômica, a consolidação da arena da disputa política definida pela institucionalidade autoritária e o fortalecimento progressivo da capacidade de direção política do campo de interlocução liberal. O agravamento

---

nova denominação (Secretaria de Planejamento e Coordenação) In: <http://destnet.planejamento.gov.br/HISTORICO>.

<sup>199</sup> GOLDENSTEIN, 1986, p.140.

<sup>200</sup> FISHLOW, 1988, p.168-182.

<sup>201</sup> MACIEL, 2004, p.263.

da crise econômica nessa etapa foi produto da potencialização dos desequilíbrios gerados pela crise do padrão de acumulação capitalista, ainda na década de 1970, e pela estratégia de acomodação adotada a partir do colapso do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (MACIEL, 2004, p.279).

Tal quadro levou as diversas frações do bloco no poder a alimentar divergências com a política econômica operada pelo governo, formulando assim projetos alternativos<sup>202</sup> frente à crise do período. Iniciava-se assim um embate por projetos hegemônicos no seio da sociedade política brasileira, que naquele momento estabeleceu um acordo com o FMI, na tentativa de diminuir o déficit na balança de pagamentos e na desindexação dos salários em relação à inflação, desenvolvendo um compromisso de estímulo às exportações<sup>203</sup>, redução das importações de bens de capital e um novo arrocho salarial<sup>204</sup>.

Houve um esforço de síntese da crise por parte do Fórum Gazeta Mercantil, que solicitou a elaboração de estudos a um grupo de economistas sob a coordenação de Pedro Malan (Problemas externos). As questões sociais e os problemas internos também foram objeto de análise, no que acabou se tornando o livro “FMI X Brasil: a armadilha da recessão”.

Na análise desta obra, Sebastião Velasco e Cruz destacou o fato de que não há nenhuma menção às chamadas “questões desenvolvimentistas<sup>205</sup>”, restringindo-se a recessão e as dificuldades de superação da mesma, eclipsando assim o debate acerca da política industrial.

Ocorreu uma alteração deste quadro de “segundo plano” da política industrial, com a melhoria das condições externas no ano de 1984, haja vista que a produção do

---

<sup>202</sup> Tais projetos serão apresentados mais adiante.

<sup>203</sup> No ano de 1983, para facilitar as exportações o governo brasileiro chegou a desvalorizar em 140% no total, a moeda (cruzeiro), entre os meses de março e novembro, o que pressionou a inflação para cima (MACIEL, 2004, p.281).

<sup>204</sup> FISHLOW, 1988, p.180.

<sup>205</sup> Somente no prefácio da obra a questão desenvolvimentista é tangencialmente tocada por Luis Gonzaga Belluzzo: a) estímulo à conglomeração do capital privado, com articulação estreita entre capital industrial e bancário, como requisito para o fortalecimento do capital privado nacional; b) o papel saliente, na reconversão do capitalismo brasileiro, a ser desempenhado pelo Estado através do planejamento, da ação das empresas públicas e das instituições oficiais de crédito (CRUZ, 1992, p.56).



setor cresceu 7% em relação ao ano anterior, principalmente na indústria de transformação e na indústria extrativa mineral, acarretando um superávit de US\$44,8 milhões em transações correntes da balança de pagamentos<sup>206</sup>, o que não significou um reescalonamento da dívida externa e muito menos a superação do quadro recessivo.

Nesse quadro recessivo, foi priorizado a “ciranda financeira” como já demonstrado acima, haja vista que com a captação de recursos junto ao setor privado, o governo recorreu às desvalorizações cambiais, elevou os juros e manteve a indexação dos títulos públicos, direcionando o capital produtivo para o sistema financeiro e ampliando o seu próprio déficit e a inflação<sup>207</sup>. Portanto, tanto a recessão quanto a inflação servia para alimentar um ciclo vicioso, que gerava a dívida pública interna e externa, contudo, de veras virtuoso para a remuneração do capital monopolista na conjuntura de crise e diante de uma tendência de queda da taxa de lucros, como bem explicou Maciel:

Desde que a espiral inflacionária indexou todos os valores, inclusive os salários, a correção monetária perdeu a função de remunerar preferencialmente o capital. A partir disso, a remuneração do capital monopolista passou a exigir uma indexação nova e privilegiada às custas das dívidas interna e externa do Estado, levando este a reinvestir seus lucros em títulos do Tesouro, como as ORTN's, e no overnight. A rentabilidade deste último, garantida pelos juros altos, atraía tanto o capital desviado da produção como as rendas da classe média, seduzida pela possibilidade de proteger suas poucas reservas(...) Ao mesmo tempo, a chamada “ciranda financeira” possibilitava a captação de recursos para o setor público junto ao setor privado, destinados ao pagamento dos compromissos derivados do endividamento externo (MACIEL, 2004, p.283-284).

Nesse momento ocorreu um processo de estatização da dívida externa, chegando ao mesmo ano de 1984 a tornar-se mais negativa a dívida do setor público em detrimento do privado, já que do total de US\$91,1 bilhões, somente US\$19,3 bilhões eram do setor privado<sup>208</sup>. Tal processo desencadeou uma política de cortes orçamentários das estatais, prejudicando fundamentalmente o setor produtivo e promovendo um acirramento na disputa pelo excedente econômico entre o setor público

---

<sup>206</sup> ABREU, 1992, p.408.

<sup>207</sup> Ver: ABREU, 1992, p.412; MACIEL, 1984, p.283.

<sup>208</sup> ABREU, 1992, p.410.

e o setor privado, além de desnudar a incapacidade do governo em conduzir a política econômica para um novo padrão de acumulação capitalista.

Foram nessas condições históricas que surgiram, segundo Sebastião Velasco e Cruz<sup>209</sup>, duas perspectivas econômicas entre as frações hegemônicas do capital, indicativas de um novo padrão de acumulação: o desenvolvimentista<sup>210</sup> e o neoliberal<sup>211</sup>.

Para o autor, o primeiro emergiu de um processo de aproximação entre setores do empresariado e economistas vinculados ao PMDB, a partir do processo de renovação das lideranças empresariais em importantes Aparelhos Privados de Hegemonia, tais como: FIESP, CNI e a FIRJAN, a partir do ano de 1980<sup>212</sup>.

O discurso desenvolvimentista saiu em defesa da manutenção da expansão rápida da economia, da consolidação e diversificação da base industrial com o desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta, ampliação da produção agrícola e combate à sonegação.

A estruturação desta linha programática se deu através da Comissão para o Plano de Governo (COPAG), em documento apresentado no mês de janeiro de 1985, aonde é atribuído ao Estado um papel crucial numa conjuntura de superação da etapa de substituição das importações<sup>213</sup>.

Quanto à perspectiva neoliberal, Cruz apontou para o fato de que seu discurso propunha um conjunto de medidas que ia desde a austeridade financeira, o saneamento do déficit público, a redução do papel do econômico do Estado, maior abertura ao capital externo e as privatizações de empresas estatais.

---

<sup>209</sup> CRUZ, 1988, p.265.

<sup>210</sup> A noção de “desenvolvimentismo” é compreendida aqui nesta dissertação a partir da elaboração de Bielchowsky, como uma ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico composto pela industrialização integral, como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, baseada na ação planejada do Estado, que define e executa a expansão dos setores econômicos e investe nos setores em que a iniciativa privada é insuficiente (Ver: Bielchowsky, 1996, p.5-9). Apesar da elaboração deste conceito ter tido como objeto privilegiado de análise o período de 1930-1964, consideramos que tal noção pode ser aplicada para a operacionalização da pesquisa neste momento histórico estudado.

<sup>211</sup> Conferir nesta dissertação a nota de rodapé da página 18.

<sup>212</sup> Op.cit. p.265-268.

<sup>213</sup> CRUZ, 1992,p.58.

Todavia, Cruz não demonstrou quais classes ou frações de classes que estiveram por detrás da perspectiva neoliberal em 1984. Justamente o que tentamos mostrar aqui, é que o IBS teve a função organizativa e diretiva do projeto liberalizante no país, e que este data inclusive de um período anterior a década de 1980, com a “fuga para frente” do Instituto já no ano de 1976 em suas críticas ao fracasso do II PND, como já mostrado no capítulo anterior.

### **3.3- Os congressos do IBS e a defesa dos preceitos liberais (1980-1984):**

Os trabalhos no IBS se iniciam na década de 80 com o 10º congresso, realizado no ano de 1980, sob a presidência de Jorge Gerdau Johannpeter<sup>214</sup>, cujo tema foi “Os desafios da siderurgia na década de 80”. Em seu discurso inicial, Jorge Gerdau Johannpeter buscou fazer uma análise do cenário internacional e nacional da siderurgia, demonstrando de antemão a sua preocupação com os preços do aço, o que, segundo ele, estava afetando as indústrias dos países “desenvolvidos” a despeito da significativa capacidade ociosa desta. No caso do Brasil, o presidente do IBS fez a seguinte avaliação:

Quanto ao Brasil, a siderurgia exhibe um quadro bastante paradoxal. De um lado, nunca o setor acusou prejuízos tão significativos. Permitam-nos referir em detalhe o que acabamos de mencionar: A produção global de aço do Brasil, no ano passado (1979), cresceu 14,8% em relação a 1978, atingindo 13 milhões e 900 mil toneladas. Isso colocou o nosso país no 12º lugar entre todos os produtores mundiais, ultrapassando mesmo no período, países de economia bastante avançada, como o Canadá, por exemplo. Ainda no período em análise, conseguimos diminuir a importação de aço de 728 mil toneladas para 620 mil toneladas, ao mesmo tempo em que pudemos elevar nossas exportações, de 836 mil toneladas para 1 milhão e 484 mil toneladas. No concernente à melhoria da produtividade, vejam os senhores que, para um crescimento de produção de aço de 14,8 %, o setor empregou diretamente 142 mil pessoas, com o que atingiu um crescimento de apenas 1,7 %. Com relação à política do pessoal empregado na siderurgia, vale assinalar que temos conseguido, de forma bastante significativa, manter um adequado relacionamento de trabalho. Para isso

---

<sup>214</sup> Ver anexos.

concorreu uma série de fatores, entre os quais se destaca a especialização do setor, que possibilita ao pessoal empregado crescer junto com as empresas. Graças aos esforços dos nossos administradores, conhecedor da problemática pessoal vem o setor há muito tempo dedicando-se ao aprimoramento do homem, no seu relacionamento com a empresa, tanto através da intensificação do treinamento profissional específico, como pela conquista de um melhor posicionamento em tudo o que se refere aplicação de seus conhecimentos técnicos no desafio de produzir o melhor, em menos tempo e com menor esforço (Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p.A/3-A/4).

O empresário apresentou um panorama, segundo o próprio, paradoxal, da siderurgia brasileira, aonde os índices de rentabilidade se deterioravam em consonância com um aumento da produtividade em escala mundial como mostrado na tabela 3.1:

**Tabela 3.1**  
**1979 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO – milhões /toneladas**

URSS .....	149.5	França .....	23.4
USA .....	122.9	Inglaterra .....	21.6
Japão .....	111.6	Polônia .....	19.4
Alemanha .....	46.3	Canadá .....	16.2
China .....	34.2	Checoslováquia .....	15.1
Itália .....	24.1	<b>12º Brasil</b> .....	13.9

Fonte: IISI Apud: Pronunciamento do Ministro do Planejamento Delfim Netto no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, B/15.

O elemento discursivo para a baixa rentabilidade passava pela crítica à política de preços, sobretudo, a destinação dos recursos públicos do Estado brasileiro para as estatais, como podemos notar neste trecho:

Defendemos preços realistas para todos os produtos siderúrgicos, tanto para os fabricados pelas empresas estatais como pelas privadas. Nunca será demais repetir que, toda vez que são desviados recursos orçamentários para cobrir custos das empresas estatais, o brasileiro sem condições de consumir aço acaba, fatalmente, subvencionando o consumo daqueles que têm condições de fazê-lo.

Enquanto nos Estados Unidos, através da política do Trigger Price, se protege a siderurgia contra os baixos preços internacionais, em nosso país, pela atual política de preços adotada pelo CIP, estamos mantendo nossos preços abaixo daquele vigente no comércio internacional. (...) a verdade é que o aço brasileiro é hoje um dos mais baratos do mundo, o que, inclusive, estimula uma demanda interna eventualmente não necessária, principalmente a uma economia que exhibe evidentes sinais de dificuldades, diminuindo nossa capacidade de acumular excedentes exportáveis. **Estamos convictos de que o aço deva constituir um esteio nas estratégias de combate à inflação. O que não entendemos necessário –voltamos a repetir- é que a nossa parte nesse combate seja tão desproporcional. Bem reconhecemos que, no atual quadro de dificuldades que o mundo atravessa, torna-se muito difícil definir e ajustar o equilíbrio das coisas. Agora, vejam os senhores: - quando observamos os juros, em eurodólares, atingirem níveis superiores a 20%; - quando sentimos o abuso absoluto do poder dos petrodólares a tumultuar o equilíbrio do comércio e da própria estabilidade política do mundo; - quando alguns bispos, esquecendo sua função pastoral e ignorando as dificuldades do país na luta contra a inflação, procuram agitar os sentimentos e exaltar os ânimos, no melhor estilo de demagogia, uma vez que esses religiosos lutam pelo operário mais favorecido, em detrimento do combate à miséria absoluta, causa esta sim, que necessita do apoio de todos nós; (...) Hoje, a inflação atinge índices avassaladores, causados não só por fatores externos, como pela decisão interna de investimentos fora da realidade nacional, os quais, tomados em períodos anteriores, oneram a atual gestão governamental (grifo do autor)** (Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p.A/5-A/6).

O então presidente do IBS continuou sua exposição apontando para o fato de que países como Japão e Alemanha Ocidental superaram suas dificuldades ao implementarem medidas financeiro-fiscais que orientaram o **ajustamento global**, o que teria deixado livre a produção e a concorrência na busca do caminho pelo equilíbrio<sup>215</sup>.

---

<sup>215</sup> Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p. A/7.

Segundo João Márcio Mendes Pereira<sup>216</sup>, a ideia de “ajuste global” ou “programas de ajuste”, consistia na estabilização macro-econômica de curto prazo, deixando assim em segundo plano as reformas políticas de médio e longo prazo priorizando: a) Contenção do consumo interno; b) Arrocho salarial; c) Corte de gastos sociais; d) Redução do investimento público.

Nesse caso, Pereira ainda destacou que:

Com a política de ajustamento, as condicionalidades institucionais passaram a envolver, simultaneamente, órgãos públicos de vários setores em diversos níveis de governo, com o objetivo de redesenhar por completo a ossatura material do Estado. A gestão pública deveria ser adequada ao ajuste macropolítico (PEREIRA, 2010, p.258).

José Luis Fiori e Maria da Conceição Tavares defenderam a hipótese de que as políticas de ajuste, adotadas ao longo dos anos 1980, sobretudo após a crise da dívida externa em 1982, fizeram parte de um amplo movimento de ajuste global, iniciado com a crise do padrão monetário internacional e os choques do petróleo, mas aprofundado com o reordenamento das relações entre os países centrais do capitalismo e os demais países periféricos, constituindo assim, condição sine qua non para as reformas liberalizantes<sup>217</sup>.

Tavares apontou que as políticas de ajuste iniciaram-se ainda na década de 1970, como mecanismo de combate a inflação e de ajuste do balanço de pagamentos com taxas de câmbio flutuantes. Em fins da década com a elevação da taxa de juros nos EUA e a nova alta do petróleo, o governo estadunidense deu início a uma reversão da política cambial, com a “diplomacia do dólar forte”<sup>218</sup>.

Tal política de revalorização do dólar impactou a balança de pagamentos e as políticas de ajuste monetário dos países de capitalismo periférico. Ao longo dos anos 1980 o Brasil adotou uma política de ajustamento com as seguintes características: a) combate ao déficit público, mediante redução dos gastos de custeio, investimento, transferência, e, por outro lado, ocorreu o aumento da carga tributária; b) restrição do crédito bancário interno e redução do estoque real da moeda primária (principais

---

<sup>216</sup> PEREIRA, 2010, p.250.

<sup>217</sup> FIORI & TAVARES, 1993, p.18; 32.

<sup>218</sup> Op.Cit. 1993, p.25-29.

motivos da elevação da taxa de juros interna – responsável pela retração na compra de duráveis e investimentos); c) mudança da política salarial-contratação na folha real de salários urbano-industriais-; d) elevação da taxa de câmbio real; e) elevação do preço de derivados de petróleo; f) compromisso em tornar a economia mais eficiente, a partir do alinhamento dos preços relativos entre os setores; g) papel regressivo das empresas estatais, cedendo espaço ao setor privado <sup>219</sup>.

Retomando a exposição de Johannpeter, as dificuldades citadas por ele foram “superadas” não só na Alemanha Ocidental, de Helmut Kohl, mas também na Inglaterra de Margareth Thatcher, ao traduzir a ofensiva do capital como programa político, a partir de um ataque ao movimento sindical, aos direitos sociais e todo tipo de política econômica de inspiração keynesiana ou social-democrata, sendo a mesma linha do então eleito governo de Ronald Reagan nos EUA, com o objetivo de restaurar e reconfigurar o poder de classe dos capitalistas em âmbito doméstico <sup>220</sup>.

No plano internacional, estes governos impulsionaram políticas desregulacionistas, em detrimento de modalidades de política monetária, cambial e fiscal associadas ao protecionismo, à expansão do mercado interno e à regulação estatal sobre a atividade econômica.

Portanto, aqueles países que menos administraram os preços e intervinham na economia foram os exemplos de sucesso para Johannpeter:

Toda ingerência direta do estado na formação dos preços tem validade evanescente, porquanto cada desequilíbrio gera novos desequilíbrios. **Entendemos que se deva buscar, pela ação do estado, apenas o equilíbrio, e não o detalhamento (grifo do autor).** As próprias empresas estatais devem continuar buscando, inclusive na estratégia de investimentos, uma operação o mais possível desvinculada dos orçamentos governamentais, pois tal vinculação é extremamente desestimuladora da busca de objetivos empresariais próprios. A verdadeira confiança em investir somente será obtida pelo empresário privado

---

<sup>219</sup> CASTRO & SOUZA, 1985, p.21; 54-55; Em outubro de 1980, o governo brasileiro já havia adotado uma política de austeridade voltada para a estabilização e o ajuste do setor externo da economia. No ano seguinte, a economia brasileira cresceu 3,5% no PIB e 10% no PIB industrial. Com a moratória mexicana em 1982 e o fechamento do mercado de créditos internacional, para os países devedores, o governo brasileiro adotou uma nova política de ajustes pactuada com o FMI (1983) (FIORI & TAVARES, 1993, p.148).

<sup>220</sup> LEYS, 2004 Apud: PEREIRA, 2010, p.242.

no momento em que o estado fixar regras gerais mais consistentes, a serem aplicadas no tempo permitido, para que as regras próprias do mercado passem a funcionar, inclusive para as empresas estatais (Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p.A/7).

Johannpeter fechou sua participação no Congresso defendendo a conciliação de classes, a partir do apaziguamento entre capital-trabalho, sob a retórica do crescimento do país<sup>221</sup>, denotando assim uma nova relação para com o movimento sindical calcada no convencimento, haja vista as greves do ABC paulista no ano anterior e a reorganização dos trabalhadores pelo país<sup>222</sup>.

O então ministro do planejamento Delfim Neto<sup>223</sup>, também participou deste congresso, tendo como preocupação na sua palestra a questão dos preços, inclusive, concordando com Johannpeter: “concordamos em que existe um controle severo dos preços, um controle, até certo ponto, indesejável, para o qual apelamos<sup>224</sup>”.

Contudo, se para o então Presidente do IBS a continuidade dos “grandes projetos de desenvolvimento” produziam inflação, para o economista existia uma projeção de melhorias econômicas, com a possibilidade de maior consumo de aço, como podemos notar nesse trecho sobre o Pró-Álcool, o Projeto Carajás e a construção da Usina de Itaipu:

Os carros já estão na rua de todo o Brasil. Os postos de abastecimento estão sendo multiplicados. E as Usinas conseguem produzir todo o álcool necessário e, até, alguns excedentes para exportação. **Isto sem nenhum planejamento (grifo nosso)**, graças a Deus. (...) Será a solução brasileira para as suas imensas necessidades de transportes e nem por isso prejudicará, seja o açúcar, seja a cachaça. O que algumas pessoas não querem enxergar, mas que a parte sadia da sociedade brasileira já enxergou, nesta crise do petróleo, é muito mais do que o apocalipse. Enxergou, na verdade, o desafio e assumiu a decisão de vencê-lo.

---

<sup>221</sup> Discurso de encerramento de Jorge Gerdau Johannpeter, 1980, p.M/4.

<sup>222</sup> Sobre as greves ver: MATTOS, Marcelo Badaró. As greves na trajetória da classe trabalhadora brasileira, Conferência de Abertura da IV Jornada GT Mundos do Trabalho, Pelotas, 2007.

<sup>223</sup> Ver anexos

<sup>224</sup> Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, C/3.



Assumi o desafio de que não tínhamos petróleo e de que tínhamos de procurar um substituto razoável. E encontramos o álcool. Com esta determinação, eu suspeito de que corremos o risco de enriquecer várias regiões brasileiras, capacitadas para produzir o álcool carburante, porque não se pode desconhecer que o efeito desta ampliação da produção do álcool, sobre as populações do interior, será uma coisa extraordinária (...) Dos projetos de desenvolvimento a que me referi, deste Brasil que está nascendo, faz parte, também, a abertura da nova província mineral de Carajás, que vai nos permitir exportar dez bilhões de dólares anuais, num prazo de oito ou dez anos, e que vale, em termos de hoje, toda a importação do petróleo. É um projeto que está sendo cuidadosamente preparado pela **Vale do Rio Doce** e cuja execução só depende da nossa vontade(...) Deste Brasil novo, faz parte também a revolução que se está processando em toda a fronteira oeste, por força do extraordinário investimento de Itaipu. Não é preciso ter muita imaginação para perceber que doze bilhões de quilowatts vão fazer alguma diferença nessa região. (Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, C/6).

O ministro também ressaltou que no ano anterior (1979), o Brasil tornou-se o 12º maior produtor de aço do mundo, como já mostrado na tabela 3.1, tendo como projeção até 1984 chegar ao 10º lugar, num contexto de possibilidade do aumento da produção de aço em escala global para os anos subseqüentes<sup>225</sup>.

Para tanto, Delfim Neto em sua análise se mostrou preocupado com a necessidade de aumento da capacidade instalada das indústrias no país:

Ora, é muito fácil concluir: se não houver aumento de capacidade instalada, lá e cá, os países adiantados e os semi-industrializados, como o nosso, teriam muito com que se preocupar daqui a 3, 4 ou 5 anos, porque estariam esgotados, hipoteticamente, os recursos das usinas para responderem significativamente à demanda. Então, se 84 ou 85 pintar, como se diz hoje, desta forma, só há um país que dispões de grande capacidade instalada ociosa, que é o Japão, capaz de responder a um impulso positivo da demanda mundial, desde que aquele país

---

<sup>225</sup> Delfim Neto fez essa afirmação baseando-se nos resultados de uma pesquisa encomendada pela OCDE e apresentada no simpósio “A indústria de aço nos anos 1980”. Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, B/5-B-6; B/15.

possa absorver os custos crescentes de energia, o que confirmaria as hipóteses de preços mais altos no mercado de exportação dentro daquele horizonte. (...) o drama do nosso país é eleger prioridades num elenco enorme de assuntos urgentes, tais como o alto nível de investimento que o setor está exigindo e a **liberdade** para que ele atinja índices de rentabilidade mais adequados, em choque com um processo em curso em que a descapitalização vem sendo acelerada por falta de preço adequado (Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, B/10-B/11).

Tal preocupação se justificava na medida em que as empresas brasileiras passavam por um processo de aumento da produção do aço e de maior internacionalização do setor, com a presença de empresários brasileiros em conselhos do ILAFA e do International Iron and Steel Institute, ao qual estavam filiadas a CSN, USIMINAS, COSIPA e um bloco formado por Belgo Mineira-Gerdau-Villares e Anhanguera, cada uma com um diretor, o que exigia da empresas filiada um mínimo de 2.000.000 toneladas/aço produzidas por ano.

A internacionalização se dava também com o aumento das exportações, que segundo o ministro:

A exportação, fora outras vantagens, tem sido também a válvula que vem permitindo ao setor trabalhar com maior produtividade, minimizando, mas não eliminando, os problemas de rentabilidade, conhecidos de todos (...) (Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república, 1980, B/22).

Outro ministro que participou do congresso foi João Camilo Penna<sup>226</sup>, da Indústria e do Comércio. Penna chamou a atenção para o momento histórico pelo qual o

---

<sup>226</sup> João Camilo Penna graduou-se em engenharia civil pela Universidade de Minas Gerais (UMG), chefiou a seção de estruturas da Companhia Vale do Rio Doce em 1949, transferindo-se para a CEMIG em 1951, onde chefiou o setor de custos e orçamentos. Entre 1963 e 1964, presidiu o Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos (IBEU). Em março de 1969, foi efetivado como presidente da Cemig, após dois anos em que acumulara interinamente o cargo com a vice-presidência da empresa. No ano seguinte, foi eleito “empresário do ano” pela Associação Comercial de Minas Gerais e, em 1972, participou do primeiro programa para executivos, oferecido pelo Centro de Desenvolvimento em Administração da

país passava, que o próprio chamou de “transição” ou abertura democrática”, em que seria necessário superar as medidas econômicas intervencionistas de tempos passados:

Eu, pessoalmente, tenho observado com muita clareza que o Brasil vive um momento sério. Vive um momento de transição. Alguns chamam de crise. Eu chamaria de uma pulsação ou de uma transição. É um país que vive, agora, uma transição democrática, após quinze anos de um regime em que o Governo praticou de modo claro e deliberado a intervenção no processo econômico, em busca de um rápido crescimento. O país tinha pressa. Hoje, o país atingiu a posição de uma das dez grandezas econômicas da terra. Afirmou-se como um novo parceiro do mundo desenvolvido, mas pagou um preço – os senhores conhecem bem – da dívida interna, da dívida externa, da inflação, da dificuldade social e da crise de abertura política. Agora estamos maduros e entendemos que as medidas intervencionistas de ontem para um rápido crescimento, representam o livre funcionamento de mercado para os dias de hoje (Discurso do Ministro da Indústria e do Comércio João Camilo Penna, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, p. N/3-N4).

Camilo Penna, como representante do Pessoal do Estado, também fez questão de ressaltar que o então presidente Figueiredo pretendia intervir cada vez menos no processo econômico, deixando assim a cargo dos empresários o gerenciamento das empresas e a prerrogativa de absorverem as estatais do setor, sobretudo com o anúncio da privatização da Sidersul-RS<sup>227</sup>.

No caso do empresário da Gerdau, Ethienne Vidaurre Poubel, em exposição denominada “Recursos para financiamento da siderurgia brasileira”, a questão mais problemática a ser sanada era a dos recursos para financiamento do setor, que também passava pela questão dos preços, sob a argumentação de que a rigidez no controle destes, acabava por proporcionar um lucro abaixo dos níveis “normais”, sendo

---

Fundação João Pinheiro, em conjunto com a Graduate School of Business da Universidade de Colúmbia. Em 1979 assumiu o Ministério da Indústria e do Comércio, condição na qual estava durante o referido congresso do IBS (Sousa, verbete: João Camilo Penna. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>227</sup> Discurso do Ministro da Indústria e do Comércio João Camilo Penna no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980, p. N/10.

insuficiente para o crescimento independente das empresas num sistema de economia de mercado, sem a tutela do governo<sup>228</sup>. Nas palavras do empresário:

Por esta razão, embora melhore seu desempenho a cada ano, a siderurgia brasileira padece do mal crônico de não conseguir realizar-se plenamente, **não conseguindo crescer de forma autônoma, dependendo sempre das benesses do governo, numa política econômica que, além disso, implica numa estatização cada vez maior do setor.** (Palestra de Ethienne Vidaurre Poubel no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Recursos para financiamento da siderurgia brasileira”, 1980, E/3).

Nesse caso, é importante situarmos que a questão do financiamento ocupou uma centralidade nesta exposição, na medida em que os investimentos do Estado para o sub-setor de aços não-planos no ano de 1980, de exclusividade das empresas privadas, ficou preterido a último plano, como mostramos na tabela 3.2 a partir dos dados da Comissão de Economia do IBS:

**Tabela 3.2**  
**(Investimentos do Estado brasileiro por sub-setor para o ano de 1980)**

Planos comuns e perfis	US\$ 1.677,00 Toneladas/ano
Aços Especiais	US\$ 1.850,00 Toneladas/ ano
Não Planos	US\$ 883,00 Toneladas/ano

(Elaborada pelo autor com base nos dados do Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1980, E/5).

Para além da questão do financiamento, o diretor do Industrial Economics Research Institute, William T. Hoogan S.J, em palestra denominada “Os anos 80, uma década de desafios para o aço”, apontou como “dramático” o cenário da siderurgia em âmbito global com o crescimento das estatizações:

Em 1950, aproximadamente 77% da capacidade instalada de aço mundial eram de propriedade de empresas privadas e 23% estavam nas mãos do governo. Em

---

<sup>228</sup> Palestra de Ethienne Vidaurre Poubel no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Recursos para financiamento da siderurgia brasileira”, 1980, E/3.

1980, houve uma mudança dramática – as usinas privadas detêm apenas 43% e as siderúrgicas estatais ocupam os 57% restantes. Esta mudança deve-se, em muito, ao crescimento rápido da União Soviética e dos países da Europa Oriental. (...) A capacidade do terceiro mundo, que foi instalada nos últimos vinte anos é estatal. Na década de 80, esta tendência rumo à estatização continuará. (...) (Palestra de William T. Hoogan S.J no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Os anos 80, uma década de desafios para o aço”, 1980, I/4).

Hoogan, também culpabilizou a crescente estatização como principal motivo do aumento do custo para ampliação da capacidade instalada das empresas privadas, o que segundo o palestrante, não atenderia as metas de expansão para o setor, haja vista que o capital privado passou a se preocupar com a modernização e a substituição dos equipamentos em operação:

Assim, a maior parte dos programas de expansão ocorrem sob os auspícios do governo. Este aspecto é muito preocupante, porque há sempre a tentação – muitos cederam a ela no passado- de usar a siderurgia como instrumento de política (Palestra de William T. Hoogan S.J, “Os anos 80, uma década de desafios para o aço”, 1980, I/5).

Por conseguinte, a Comissão de Relações Industriais do IBS<sup>229</sup>, em relatório denominado “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, apontou para alguns caminhos considerados importantes ao longo dos anos 1980 por FMI e Banco Mundial no que dizia respeito às políticas de compensação focalizada nas áreas “humana e social” para os trabalhadores, elaborando conceitos como “qualidade de vida” e a defesa de participação nas decisões, por parte dos empregados.

Tendo como objetivo fazer um “balanço social” em que se inseria uma empresa siderúrgica de qualquer natureza (privada ou estatal) no campo da gestão empresarial, o

---

<sup>229</sup> A comissão era composta por: Maurício de Mello (Presidente da USIMINAS), Luiz Círiaco Gonçalves (Vice Presidente da MANNESMANN), Afonso Celso de Araújo Valle (AÇOMINAS), Silas Fonseca Redondo (ANHANGUERA), Antonio Mário Franzoso (PIRATINI), Mozart Pereira dos Santos (ACESITA), João Pessôas Ribeiro Felon (BELGO-MINEIRA), Ervin Michelstadter (CSN), Dirceu Brandão Martins (COSIPA), Carlos J. Petry (GERDAU), Guy de Fontgalland Corrêa da Silva Loureiro (SIDERBRÁS) e José Carlos de Vasconcelos Terenzi (MENDES JÚNIOR).

relatório destacava a importância do desempenho humano/social para o desenvolvimento de “correções e ajustamentos, essenciais ao processo de planejamento na vida de uma empresa<sup>230</sup>”. Nesse caso, a novidade presente nesta formulação é a inclusão de uma análise dos custos sociais nas empresas siderúrgicas, os relatores entendiam “custos sociais” como conflitos que resultavam da insatisfação dos funcionários, greves e da desintegração do corpo funcional<sup>231</sup>.

Assim foram definidas as motivações para se elaborar políticas de compensação focalizada para os trabalhadores:

Estes fatos justificam a inclusão no balanço social de um grupo de indicadores destinados a apreciar a situação do empregado em seu contexto fora da empresa; os resultados oferecidos pelo exame desses indicadores permitirão ajustamentos em programas já em desenvolvimento, ao lado de demonstrar a necessidade de estudo de programas e projetos voltados para essa área da vida do empregado. Nem pelo fato de situar-se ela fora do espaço físico da empresa, fica esta desobrigada de contribuir para a garantia do equilíbrio familiar de seu empregado, tal como se preocupar com programas destinados a garantir-lhe o equilíbrio biológico, cultural ou profissional. De quanto já se disse, pode-se entender o Balanço Social como um conjunto de informações quantificadas, por meio dos quais a empresa poderá acompanhar de maneira objetiva o desenvolvimento de suas atividades, no campo dos recursos humanos, bem como medir seu desempenho na implementação de programas de caráter social (Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980, G/30).

A necessidade de se pensar em políticas denominadas “humanas” e “sociais” para o conjunto dos trabalhadores apontava para a mudança de conjuntura vivida pelo país com o processo de abertura política e de ascenso dos movimentos grevistas, como também da necessidade de um maior controle sobre estes a partir de uma outra forma de relação capital-trabalho, que hegemonizava o consenso sob a coerção predominante durante o regime até aquele momento, como podemos notar neste trecho:

---

<sup>230</sup> Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980, G/28.

<sup>231</sup> Op.Cit.1980, p.G/32.

O importante é que a montagem do Balanço Social obedeça a dois requisitos fundamentais: primeiramente, a utilização de indicadores que reflitam o desempenho da empresa no campo humano e social, ao lado dos que reflitam o grau de satisfação dos empregados em relação aos programas desenvolvidos; em segundo lugar, o caráter participativo que deve presidir o desenvolvimento do processo, desde a escolha dos indicadores a serem utilizados, a definição das metas a serem atingidas em relação a cada indicador, a priorização com que cada um pesa na vida da empresa e, naturalmente, o grau de satisfação dos empregados com os programas e a própria atividade da empresa. **Todas as pessoas que trabalham na empresa e integram sua realidade terão seguramente uma palavra a dizer a esse respeito; por isso, todas deverão ser ouvidas, o que marcará o caráter participativo do processo, como já foi referido (...)** Por sua participação no desenvolvimento do Balanço Social, **poderá o empregado verificar como pode a empresa colaborar no seu próprio projeto de vida pessoal. Dessa maneira, será possível chegar-se ao consenso no seio da empresa, sempre desejável, mas que pode até ser vital, nos momentos de crise (...)** Essa integração existirá na medida em que duas condições estiverem presentes: **em primeiro lugar a consciência de que efetivamente a empresa ou o grupo oferecem meios de satisfação de necessidades e desejos de seus integrantes tanto os básicos quanto os superiores; a seguir, a manutenção de um estado de cooperação, ou seja, de interação associativa que assegure, à base de consenso e forças motivacionais suficientes, o funcionamento do sistema** (Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980, G/31-G/33).

Os relatores ainda fizeram um esforço coletivo de desenvolverem o conceito de “Qualidade de vida” para os empregados, entendendo-a como:

“Conjunto de condições que permitem a plena realização do homem enquanto pessoa, isto é, em sua realidade biológica, intelectual, familiar e social. Com participação nas decisões, planejamento eficaz, cooperação, condições de realização pessoal e tratamento digno no trabalho” (Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980, G/36).

Tais questões eram pensadas em consonância com a rentabilidade, ou seja, a “satisfação” do empregado representaria uma possibilidade de produtividade crescente, sobretudo ao se sentirem parte integrante da empresa, não entrando em confronto direto com os interesses do capital.

Mas foi com a palestra intitulada “A redescoberta de verdades simples: perspectivas econômicas para os anos 80”, do Professor da Universidade de Frankfurt Wolfram Engels, que percebemos uma tentativa de sistematizar uma defesa do ideário liberal, além de uma crítica ao keynesianismo pautada na sua suposta aproximação com o socialismo.

Nesse caso, esta crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista hegemônico do pós segunda guerra mundial, não representou uma novidade, haja vista que o economista liberal Frederick August Von Hayek em “O Caminho da Servidão” utilizou a mesma proposição<sup>232</sup>.

Ter como palestrante um acadêmico que remonta a uma idéia-força de Hayek, considerado juntamente com Popper e Friedman, um dos grandes nomes do (neo) liberalismo do pós segunda guerra mundial, demonstra o quanto comprometido estava o Instituto para com esta ideologia.

Wolfram Engels em sua exposição apontou para o fato de que a fraqueza das economias chamadas “socialistas burocráticas” representavam o fenômeno mais importante dos últimos anos, pois comprovaria assim, que a economia de mercado é a verdadeira forma de relação social ou o “caminho verdadeiro”:

No início da última década muitos economistas ocidentais estavam convencidos que as economias planejadas eram altamente eficientes e que mais e mais elementos de planejamento central tornar-se-iam necessários nos países capitalistas. (...) Tudo isso mudou completamente. Realisticamente avaliado, o Produto Nacional Bruto da União Soviética é menor do que o do Japão e somente ligeiramente maior do que o da Alemanha Ocidental. Khrushchev, Ulbricht e uma grande parte dos economistas ocidentais têm-se tornado vítimas de erros estatísticos. (...) Os governos do Bloco oriental desistiram de qualquer esperança de que poderiam alcançar o Ocidente. (...) Até 1960 o salário mensal do trabalhador da Alemanha Oriental, em marcos orientais, era o mesmo que o da Alemanha Oriental em DM. Em 1977, o salário oriental era apenas 42% do

---

<sup>232</sup> HAYEK, 2011,p. 4.



salário do Ocidente, o que representa menos de 1/3 do poder aquisitivo. O poder aquisitivo dos trabalhadores orientais é apenas ¼ do da Alemanha Ocidental (Professor Wolfram Engels, Universidade de Frankfurt, Palestra: “A redescoberta de verdades simples: perspectivas econômicas para os anos 80”, 1980, p.H/3-H/4).

Em sua avaliação, Engels levou em consideração o poder aquisitivo dos trabalhadores como paradigma comparativo entre os países do bloco capitalista e do socialista, desprezando a intensidade produtiva e o tempo de trabalho socialmente necessário para realizar a produção tanto no ocidente quanto no oriente.

Contudo, a *débâcle* do keynesianismo para o autor, foi a sua adequação à filosofia política de esquerda, onde o Estado seria o responsável pelo pleno emprego, equilíbrio da balança de pagamentos, estabilidade da moeda e altas taxas de crescimento, em detrimento da iniciativa privada<sup>233</sup>.

Por conseguinte, a chamada “redescoberta de verdades simples” a partir da “falha” keynesiana seria que: “a prosperidade econômica só poderia ser alcançada baseando-se na iniciativa privada e na redução da participação do Estado na economia”<sup>234</sup>. Segundo Engels, o retorno aos preceitos liberais iria desfazer o excesso de regulamentação e de burocratização engendrado pelo modelo econômico do pós segunda guerra mundial, que limitava à economia sacrificando a eficiência em detrimento de maior justiça social, alcançando já no ano de 1980 resultados com a desregulamentação do sistema de energia nos Estados Unidos.

Portanto, nesta palestra, os preceitos liberais estariam coadunados com um fundamento ético e moral, que teriam partido dos Estados Unidos com os livros de John Rawls “Uma Teoria da Justiça”<sup>235</sup> e de Robert Nozick “Anarquia, Estado e Utopia”<sup>236</sup>, além dos neoconservadores Irving Kristol<sup>237</sup> e Patrick Moynihan<sup>238</sup>, o alemão Hans

---

<sup>233</sup> ENGELS, 1980, p.H/6.

<sup>234</sup> Op.Cit.1980, p.H/7.

<sup>235</sup> RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça, 2008, Martins Fontes.

<sup>236</sup> NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia, 1974, Zahar.

<sup>237</sup> Membro do Partido Republicano dos EUA e autor de “Neo-Conservatism: The autobiography of an Idea”, 1999, Paperback.

<sup>238</sup> Sobre o membro do Partido Democrata, Patrick Moynihan: “He was not a great one for party lines. The young Mr Moynihan shocked his Democratic friends in 1965 with a report that blamed social ills on the break-up of the black family. His thesis has since become conventional wisdom, but in the civil-rights

Albert<sup>239</sup> com suas contribuições na retomada do pensamento de Karl Popper, e os dissidentes russos Vladimir Maksimov<sup>240</sup> e Alexander Soljenítsin<sup>241</sup>.

A obra de Rawls (1971) tinha como objetivo criticar a visão filosófica utilitarista, que segundo o pensador não garantia direitos o suficiente, pois colocava o bem comum na frente das leis. A solução para Rawls partia de um campo hipotético:

Imaginemos um grupo de indivíduos que estão prestes a formar uma sociedade (em situação parecida com o momento da assinatura do “contrato”, para os contratualistas). Para isto, precisam escolher que princípios formarão a base de seu sistema jurídico-político. Para isto, não podem decidir baseados em seus interesses particulares, e para garantir que não o façam, joga-se sobre eles um “véu de ignorância”: Não sabem a que classe social pertencem, se a sociedade é rica ou pobre, seu grau civilizatório, se são de alguma minoria étnica ou religiosa. Devem decidir, portanto, baseados apenas em seu senso de justiça. Percebamos o quanto este artifício é engenhoso. Uma sociedade de católicos, por exemplo, poderia instituir a inquisição como prática estatal. Como, no entanto, os indivíduos não conhecem suas posições particulares, precisam se precaver contra possíveis perseguições políticas ou religiosas. A fim de evitar futuras complicações, estabelecem como primeiro princípio o de que “Cada um tem um igual direito ao mais extensivo sistema total de liberdades básicas iguais, compatíveis com um similar sistema de liberdades para todos”. Ao perceberem, no entanto, que não sabem a que classe pertencem, enfrentam um dilema: Precisam se resguardar contra a miséria caso descubram que são da

---

era it was the purest heresy. He shocked them even more in 1969 by accepting a job in the Nixon administration. “Moynihan”, Herbert Stein observed, “was Nixon's soaring kite reaching out for the liberal chic eastern establishment.”

Mr Moynihan had little sympathy with the leftists who came to dominate his party in the 1970s. He enjoyed close friendships with neo-conservative sages such as Irving Kristol and Norman Podhoretz, and contributed enthusiastically to the *Public Interest*. “The nation is turning conservative”, he once observed, “at a time when its serious internal problem may well be more amenable to conservative solutions than to liberal ones.” (Retirado de: <http://www.economist.com/node/1673727>).

<sup>239</sup> Hans Albert foi um filósofo que tentou levar a cabo pensamento de Karl Popper e sua crítica a Escola de Frankfurt. Ver: ALBERT, Hans. O tratado da razão crítica, 1976, Tempo Brasileiro.

<sup>240</sup> Editor da revista anti-soviética “Kontinent”.

<sup>241</sup> Prêmio Nobel em 1970, o escritor ficou conhecido por denunciar as arbitrariedades do Estado Soviético em obras como “O Arquipélago Gulag (1918-1956)”, 1976, Círculo do Livro; “Pavilhão de Cancerosos”, 1974, Expressão e Cultura.

classe mais baixa. Para isto, poderiam determinar uma distribuição igualitária da riqueza, mas, por outro lado, não parece justo que alguém que trabalhou a vida toda receba o mesmo que uma pessoa que não fez nada por si ou pela sociedade. Como equilibrar as duas considerações? Em que situações é justo que uma pessoa receba um quinhão maior que outra? Resolvem este problema colocando as desigualdades sociais em favor do todo, e estabelecem como segundo princípio que “As desigualdades sociais e econômicas têm de ser ajustadas de maneira que sejam tanto para o maior benefício dos menos privilegiados quanto ligadas a cargos e posições abertos a todos, sob condições eqüitativas de oportunidade”. **Assim, a desigualdade só é permitida quando beneficia os menos favorecidos** (BRUM, 2010, In: <http://sefp.files.wordpress.com/2010/01/john-rawls-uma-teoria-da-justica.pdf>).

John Rawls formulou uma teoria fundamentada na tradição liberal, em que parte de dois pressupostos básicos: 1) Uma ética deontológica de origem Kantiana, em que através da razão prática o indivíduo escolhe livremente seguir sua lei moral; 2) Uma epistemologia relativista, que nos moldes cartesianos concebe o objeto de conhecimento a partir do sujeito cognoscente<sup>242</sup>. Para Rawls, a vontade livre dos sujeitos seria a matriz fundante do contrato social e do ideal de liberdade<sup>243</sup>.

Já em *Anarquia, Estado e Utopia* (1974), Robert Nozick calca suas formulações na limitação das contribuições materiais dos indivíduos para com a sociedade, por considerá-las “coercitivas e negadoras de nossa liberdade, pois nenhuma pessoa ou grupo de pessoas pode dizer-nos o que devemos fazer, nem tampouco **obrigar-nos a sermos melhores ou ajudar nossos congêneres**<sup>244</sup>”, fazendo parte assim de um grupo de pensadores denominados “libertarianos”, com muita influência em postos chave do

---

<sup>242</sup> BORGES, Charles Irapuan Ferreira. Breve introdução à teoria da Justiça de John Rawls. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2096, 28 mar. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12549>>. Acesso em: 1 set. 2013. Ver também <<http://jus.com.br/artigos/12549/breve-introducao-a-teoria-da-justica-de-john-rawls/2#ixzz2dfzjTOq2>>

<sup>243</sup> Para Rawls, as liberdades básicas eram: a liberdade política (votar e ocupar cargos públicos), a liberdade de expressão e reunião, a liberdade de consciência e de pensamento, as liberdades da pessoa (integridade pessoal, proteção contra a agressão física e psicológica), **o direito à propriedade privada** e a proteção contra a prisão e a retenção arbitrárias, em síntese, os direitos humanos e as liberdades civis.

<sup>244</sup> NOZICK, 1974, p. 227.

governo estadunidense do período, assim como em instituições financeiras e think-thanks<sup>245</sup>.

A tese central de Nozick é a de que:

(...) um Estado mínimo limitado às estreitas funções de proteção contra a violência, o roubo e a fraude, garantia do cumprimento de contratos e etc., justifica-se (...) qualquer Estado mais extenso violaria o direito das pessoas de não ser obrigadas a fazer certas coisas e, portanto, não se justifica (...). O Estado mínimo é inspirador, assim como correto (NOZICK, Robert. 1974, p.7).

Nozick ainda expõe como resolver os problemas da sociedade sem a necessidade de um governo, a partir da “mão invisível” de associações não-estatais de ajuda mútua que em um breve período de tempo se encontrariam em uma posição dominante, graças às leis do mercado<sup>246</sup>. A esta situação o autor dá o nome de Estado “ultra-mínimo”.

Um sistema considerado redistributivo (socialismo ou para o autor as economias capitalistas do pós segunda guerra mundial), eram considerados injustos, na medida em que não dariam as pessoas o direito a decidir o que elas querem fazer com o que possui.

Para tanto, o autor assim como Rawls, lançou mão de argumentos hipotéticos:

Neste mundo hipotético existe um excelente jogador de basquete, Wilt Chamberlein, que assina um contrato com o seu clube, de acordo com o qual 25 centavos de cada ingresso vendido nas partidas locais vão parar diretamente em seu bolso. As pessoas podem escolher ver uma partida de basquete, comprar caramelos ou comprar uma revista (...) Suponhamos que voluntariamente um milhão de pessoas decidiram assistir à primeira partida local em que Wilt Chamberlein exibirá seus dotes; Então Wilt Chamberlein é agora 250 mil dólares mais rico por vontade dos pagantes (NOZICK, Robert. 1974, p.166).

Em suma, Wolfram Engels apontou algumas das principais referências liberais do período, partindo das mais variadas matrizes partidárias, nacionais e acadêmicas, tendo em comum a defesa de uma “verdade” a seguir: o mercado enquanto lócus da prosperidade e da bonança.

---

<sup>245</sup> MORESSI, Sérgio. Robert Novick e o liberalismo fora de esquadro, In: Revista Lua Nova, nº55-56, 2002.

<sup>246</sup> Op.Cit. 1974, p.121.

A crítica ao keynesianismo se coadunou com as demais exposições do congresso, denotando assim o esforço desta fração de classe em direcionar novos rumos para a política econômica brasileira, redefinindo também as relações capital-trabalho, sob uma perspectiva do rebaixamento das pautas do movimento sindical a partir de projetos que incluíam questões como a “qualidade de vida” do trabalhador e o “balanço social” das empresas.

No Congresso de 1981, o tema foi “Aço brasileiro: base do desenvolvimento nacional”, ainda sob a presidência de Jorge Gerdau Johannpeter, as críticas ao Estado continuaram presentes, sobretudo a alta carga tributária, considerado fator impeditivo para a “eficácia do setor”:

Exportamos um total de 1,5 milhão de toneladas contra uma importação de 658 mil toneladas, gerando um significativo superávit de divisas de 60 milhões de dólares. No entanto, meus senhores, a nossa plena eficácia é dependente de fatores que estão sob gestão do Governo. Assim, só melhorar o desempenho de nossas empresas pode ajudar o país, mas não atinge o cerne da questão. Hoje, debate-se abertamente no mundo o custo da organização governamental e sua relação com a carga tributária suportável pela sociedade. No caso brasileiro, a cada dia que passa, observamos com clareza o custo da administração pública tornar-se tão elevado, que chegamos a duvidar de nossa capacidade para suportá-la (Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1981, p.2).

Johannpeter, aqui, apontou para a ingerência do Estado no sistema tributário brasileiro e como isso era um fator de depreciação dos lucros do empresariado. Podemos perceber que o empresário continua suas críticas quanto ao Governo e suas formas de atuação, seja a partir dos impostos ou da administração.

Nem tudo foi críticas para Gerdau, as medidas tomadas pelo governo no campo monetário no combate à inflação com a liberação dos juros eram inevitáveis, mas deveria ser feito de forma continuada, já que “a postergação do combate à inflação agravou o quadro de dificuldades (...) <sup>247</sup>”, numa conjuntura econômica internacional já

---

<sup>247</sup> Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1981, p.3.

ultrapassada, em que segundo o próprio, o empresariado deveria pensar de forma global, transcendendo suas preocupações de interesses específicos do dia a dia da sua firma, o que demonstra a superação da perspectiva econômico-corporativa no seio do IBS e a defesa por parte de Johannpeter de uma plataforma do Instituto afinada com o sistema siderúrgico internacional<sup>248</sup>.

Plínio Oswaldo Assman<sup>249</sup> fez uma análise do que seria a década de 1980 sob uma perspectiva de ajustamento e conciliação com a classe trabalhadora:

Os percalços vividos hoje pela economia e sociedade brasileira – como o nível inflacionário, o aumento das tensões sociais urbanas, a reposição dos níveis de emprego – constituem, apenas e tão somente, um reflexo do período de **ajustamento** pelo qual estamos passando. (...) em outras palavras, caminhamos para uma nova ordem geoeconômica, alargando-se a produção de bens de consumo populares e adequados à nova realidade, voltando-se também para um relacionamento maior e mais organizado entre a sociedade em todos os níveis. (...) Tomamos como ponto básico para o crescimento a rentabilidade, e temos uma boa perspectiva para essa transição no país, já que no Brasil as empresas dominam a tecnologia necessária e disponível e também possuímos equipamentos relativamente modernos, além de contarmos com a lealdade da massa trabalhadora e vice-versa (Discurso pronunciado por Plínio Oswaldo Assman no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1981, p.1).

No ano seguinte, o mesmo palestrante demonstrou as pretensões de internacionalização do setor por parte das frações do capital: “Temos ainda que assegurar o mercado do terceiro mundo, que pode ser o grande mercado para a siderurgia brasileira”<sup>250</sup>. Tal tendência de internacionalização da siderurgia pode ser vista de maneira mais clara após o processo de privatizações nos anos 1990.

As críticas quanto ao intervencionismo do Estado permaneceram, o que se verificou em nota presente no *Estado de São Paulo* em 05/06/82, nela o empresário Paulo Villares apontou como um mal para o desenvolvimento siderúrgico o planejamento excessivamente centralizado nas mãos do governo, fundamentalmente na questão do controle de preços.

---

<sup>248</sup> Op.Cit.1981, p.6.

<sup>249</sup> Ver anexos

<sup>250</sup> ASSMAN, 1981, p.6.

Sob o convite do mesmo empresário, o então sub-secretário de Estado para assuntos econômicos dos EUA e sócio da firma Arnold & Porter, William Rogers<sup>251</sup>, ministrou uma palestra<sup>252</sup> acerca dos benefícios do “livre-comércio” e das dificuldades de mantê-lo frente o cenário de crise econômica mundial:

Há muitos anos venho seguindo a política comercial dos Estados Unidos, como advogado de firmas americanas e estrangeiras empenhadas em disputas mercantis, bem como na posição de Sub-Secretário para Assuntos Econômicos Internacionais. É minha firme convicção que os Estados Unidos jamais se defrontaram com uma crise em suas relações comerciais tão severa quanto a presente. (...) Recebemos de braços abertos o livre comércio porque acreditávamos que ele representava a mais alta esperança de uma reconstrução da Europa e do Japão, uma vez que nos acenava com a promessa do desenvolvimento das nações menos afortunadas do mundo- e porque era do nosso próprio interesse nacional. (...) Mas, os anos setenta, como todos sabemos, nos trouxeram o embargo do petróleo, dois impactos dos preços do petróleo e um outro impacto das taxas de juros- e os desesperados esforços por parte de todas as nações comerciantes a fim de fazer em face aos deslocamentos econômicos, financeiros e industriais resultantes (Palestra de William Rogers no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Sem Título, 1982,p.5).

O Sub-Secretário continuou a sua exposição conclamando os líderes políticos dos Estados Unidos e do restante do mundo a promoverem ajustes, que mantivessem a linha do “livre-comércio” intacta, tomando como solução a redução dos salários dos trabalhadores:

Agora, entretanto, os líderes políticos dos Estados Unidos e dos principais países do mundo, incluindo o Brasil, se defrontam com uma situação bem menos favorável e na qual há que fazer ajustes. (...) Em todos os aspectos práticos, a única margem de competição agora se encontra nos salários. A fim

---

<sup>251</sup> William Rogers formou-se em Direito na Universidade de Princeton, fez Mestrado e Doutorado em Yale e foi secretário de Estado, Assistente para assuntos inter-americanos sob a presidência de Gerald Ford e em 1976 tornou-se sub-secretário de Estado para assuntos econômicos, ficando no cargo até 1982.Vale citar que o mesmo foi contratado por um grupo de empresários para que defendesse nos EUA a redução das barreiras dos produtos siderúrgicos(Dados fornecidos na ata do IBS, 1982, p.3).

<sup>252</sup> Palestra sem título.

de fazerem frente às importações estrangeiras, as indústrias siderúrgicas norte-americanas teriam que reduzir os níveis de salário/hora de cinco dólares, para cerca de um dólar, medida esta plenamente cabível no cenário da siderurgia brasileira (Palestra de William Rogers no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Sem Título, 1982, p.6).

Todavia, nem todos se colocaram como adeptos da liberalização no congresso de 1982. Tomamos como exemplo o informe anual do Secretário Geral do IBS, Fred Woods de Lacerda, que pleiteou frente ao governo recursos proporcionais aos de projetos como Carajás para o setor siderúrgico<sup>253</sup>. O Secretário ainda solicitava que “o setor deveria ser incluído no rol das decisões prioritárias do governo, através de medidas efetivas e revolucionárias<sup>254</sup>.”

No entanto, no mesmo ano de 1982, o então ministro da indústria e do comércio, Camilo Penna, anunciou a privatização de três siderúrgicas do grupo SIDERBRÁS: Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes (COSIN) e Companhia Óleo de Palmopalba (COPALBA), dando assim uma demonstração de que o governo estava propenso a dar uma guinada privatista para o setor siderúrgico, conforme as demandas do Instituto.

Sobre as privatizações, o então Presidente da ACESITA, Gilberto Pessoa, em entrevista ao jornal Diário da Tarde<sup>255</sup>, afirmou que se um dado grupo nacional for capaz de arcar com o ônus financeiro e garantir o empreendimento das usinas, principalmente no quesito “social”, não haveria mal nenhum nas privatizações.

No ano seguinte, a questão salarial retornou nos debates do Instituto, já sob a presidência do Engenheiro Plínio Oswaldo Assman, que em seu pronunciamento<sup>256</sup> buscou apontar os caminhos para a saída da crise econômica, numa conjuntura que segundo o próprio já era favorável, devido o equilíbrio alcançado no preço do petróleo e pelos resultados “positivos” da política-econômica dos Estados Unidos, o que segundo o Engenheiro, levaria a uma redução das políticas protecionistas<sup>257</sup>.

---

<sup>253</sup> Informe anual do Secretário Geral Fred Woods de Lacerda no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1982, p.4.

<sup>254</sup> Op.Cit.1982, p.4.

<sup>255</sup> 05/06/1982.

<sup>256</sup> Pronunciamento do Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Plínio Oswaldo Assman, 1983.

<sup>257</sup> Op.Cit1983,p.1.



A dívida externa também foi objeto de preocupação de Assman, que lembrou o fato do Brasil ser o maior devedor, mas não possuir condições de uma moratória, haja vista o “despreparo” do país para tal, elaborando assim a seguinte proposta:

Creio que deveríamos formular nossas propostas alternativas, discuti-las e levá-las ao sistema financeiro internacional. Uma alternativa seria propor a conversão das dívidas que se vencem a curto prazo, num empréstimo de 25 anos, com carência de 5 anos com juros pagos em duas partes: uma até 6% a.a. em dólares e a outra parte, dentro das taxas vigentes, na moeda nacional. Esses recursos em moeda nacional seriam reciclados para estimular exportações, a fim de gerar recursos para o pagamento futuro da dívida (Pronunciamento do Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Plínio Oswaldo Assman, 1983, p.1-2).

Para o presidente do IBS, o setor siderúrgico era chave para a saída da crise e o pagamento da dívida, e para tanto seria necessário os recursos humanos qualificados para levar a cabo esta proposta, sem a deterioração dos salários como defendido no ano anterior:

É ilusório imaginar que a contenção salarial seja condição para melhorar a capacidade competitiva do aço brasileiro no exterior. O que precisamos é de uma mão de obra que trabalhe com alta produtividade e seja valorizada por esses resultados. (...) Com a escassez de recursos e as novas condições do mercado internacional, temos que reafirmar os critérios de prioridade nos investimentos. A primeira prioridade terá de ser para os investimentos que apresentem maior possibilidade de retorno através da exportação de produtos mais elaborados, que ensejam aumento de empregos, e, que sejam fator de redinamização do mercado interno. Em toda a economia, o setor siderúrgico é o que mais se empenha na manutenção dos empregos, em cuidar da qualidade de vida e do trabalho, em desenvolver os recursos humanos e remunerá-los adequadamente. A siderurgia investe para manter seu pessoal atualizado e produtivo, graças ao que detém recursos humanos de mais alta qualidade. A política salarial vem penalizando os profissionais mais qualificados. Para atender ao aumento dos salários dos trabalhadores de renda mais baixa, promoveu-se a transferência de salários do pessoal de melhor nível. Isso levou seus salários hoje a níveis incomprimíveis, restando somente democratizar a pobreza. A

riqueza não é feita através do baixo salário e preços contidos. A riqueza é feita pelo trabalho. Não vemos saída sem que se promova a redemocratização do consumo: sem estabelecermos a capacidade de consumo da classe média, sem propiciarmos à classe operária maior acesso ao consumo. A reformulação da política salarial, portanto, terá que ser outra: terá que eliminar, de imediato, o achatamento imposto pela lei vigente (...) (Pronunciamento do Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Plínio Oswaldo Assman, 1983, p.3-4).

A despeito da posição divergente de Assman frente à política salarial, o presidente do IBS convergia com os demais empresários e intelectuais orgânicos atuantes no Instituto na postura de um projeto liberalizante para o setor siderúrgico. Ao apontar que o setor “sacrificou” sua rentabilidade e liquidez com os preços do aço, na tentativa de conter a espiral inflacionária, a siderurgia passaria por um problema de descapitalização cuja solução passaria: a) pela conversão de crédito em capital-eliminados ou atenuados os encargos financeiros as empresas deficitárias se tornariam rentáveis- ; b) Converter em capital de risco os recursos em moeda nacional que seriam destinados ao pagamento de empréstimos tomados no exterior; c) Romper com a cartorialização que se instituiu no sistema financeiro nacional, não podendo ser obrigatória a intermediação entre poupador/aplicador e o tomador<sup>258</sup>.

Todavia, foi no ponto que Assman se referiu a “modernização da economia” que ele expôs a importância das privatizações para o setor:

Uma economia moderna tem que se basear em fortes empresas, grandes, médias ou pequenas. A privatização do setor é um primeiro caminho para essa modernização, é necessário também a existência de grandes e fortes empresas de capital aberto. Nas economias mais avançadas, não há grandes empresas de capital aberto sem a participação das instituições financeiras. São mecanismos efetivos e viáveis de capitalização que precisam ser adotados sem receios e antes que as insolvências exijam a sua adoção compulsória (Pronunciamento do Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Plínio Oswaldo Assman, 1983, p.5).

Assman se apoiou em uma retórica de heroísmo e sacrifício para a implementação de tais medidas, apontando que a siderurgia contribuiu para o

---

<sup>258</sup> Op.Cit.1983, p.5.

“desenvolvimento nacional” e “(...) nos momentos de crise, tem-se sacrificado para a solução dos problemas que afligem a nação. E ela o faz com denodo, com desprendimento e persistência, mesmo combatida, mesmo amputada em seu corpo, em sua capacidade de ação<sup>259</sup>”. O engenheiro chegou a comparar o esforço dos siderurgistas ao de Henrique Dias na expulsão dos holandeses de Pernambuco.

Sem apelar para a retórica heróica de Assman, Jorge Gerdau Johannpeter repetiu suas posições de congressos anteriores, sendo objetivo na sua crítica à intervenção estatal, em palestra denominada “Análise da siderurgia brasileira em face da atual conjuntura econômica nacional e internacional”.

A oposição ao avanço do Estado sobre o setor de aços não-planos comuns e aços especiais foi retomada, com a afirmação por parte de Johannpeter de que as usinas de Tubarão e Açominas levadas a cabo pelo governo, representavam elevados investimentos que estavam acarretando insuportáveis custos financeiros, no cenário de escassez de financiamentos devido à inflação<sup>260</sup>.

O empresário prosseguiu com a seguinte formulação:

Se hoje estamos aqui reunidos, antes de tentarmos definir as nossas projeções e objetivos globais, devemos ter a coragem de fazer a análise crítica de nosso setor, para evitarmos, no futuro, novos resultados insatisfatórios. **Fundamentalmente, dentro do que vemos presentemente no Brasil, diríamos que os maiores erros se deveram aos excessos da intervenção governamental através de um planejamento centralizado, o qual, ou se lastreava em critérios puramente técnicos, ou buscava as soluções através de negociações políticas, deixando de lado a visão de mercado e a atitude empresarial (...)** Dos resultados deste excesso de intervenção governamental, em nosso entender, deve-se mencionar o superdimensionamento e a simultaneidade das expansões das empresas estatais, além da definição da grande capacidade de produção dos projetos da Açominas e de Tubarão. Também para os sub-setores de aços especiais e de não planos comuns foram dimensionados e continuam sendo executados empreendimentos fora das realidades do mercado, mas com apoio, inclusive financeiro, dos órgãos governamentais. Esses projetos causam e ainda causarão sérios problemas no

---

<sup>259</sup> Op.Cit.1983, p.6.

<sup>260</sup> Palestra de Jorge Gerdau Johannpeter no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Análise da siderurgia brasileira em face da atual conjuntura econômica nacional e internacional”, 1983, p.2.

equilíbrio operacional desses sub-setores (Palestra de Jorge Gerdau Johannpeter no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Análise da siderurgia brasileira em face da atual conjuntura econômica nacional e internacional”, 1983,p.5).

Esse trecho da palestra de Johannpeter corrobora com a nossa hipótese explicitada no capítulo anterior, de que o projeto privatista por parte do IBS surge enquanto uma “fuga para frente” no pós II PND, sobretudo com a expansão do Estado em seu sentido restrito aos setores historicamente monopolizados pela iniciativa privada.

Aqui, a oposição se faz em relação aos projetos da Açominas e da usina de Tubarão, consideradas “equivocadas” e “inoportunas” para o mercado brasileiro, para tanto, Johannpeter propôs cinco medidas para equacionar o quadro econômico-financeiro do setor: 1- Desenvolver o debate e a ampliação do conceito empresarial de “visão de mercado”, a fim de evitar os erros futuros de “superdimensionamento” e “expansão estatal”; 2- Seletividade na alocação de recursos; 3- Capitalização do setor, através da elevação dos preços dos produtos siderúrgicos; 4- Redução das taxas e dos custos do sistema portuário brasileiro, com a privatização da Portobrás<sup>261</sup>; 5- Agressividade na exportação<sup>262</sup>.

O quarto ponto abordado por Johannpeter, “a redução das taxas e dos custos do sistema portuário”, foi novamente abordado no Congresso de 1984 em diversas exposições. O executivo da GERDAU Rudolfo Teodoro Tanscheit, em exposição denominada “Laminados Não-Planos”, apontou os elevados custos portuários somados aos altos fretes, os fatores que reduziam as margens de rentabilidade dos empresários<sup>263</sup>.

O engenheiro André Musetti, da Aços Villares, também se ocupou da questão ao afirmar que os altos custos de fretes e despesas portuárias impediam o setor de atingir os níveis de exportação desejados:

---

<sup>261</sup> A empresa de Portos do Brasil S.A foi uma estatal que existiu entre os anos de 1975-1993, com o objetivo de centralizar o planejamento do setor portuário.

<sup>262</sup> Palestra de Jorge Gerdau Johannpeter no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Análise da siderurgia brasileira em face da atual conjuntura econômica nacional e internacional”, 1983, p. 8-11.

<sup>263</sup> Exposição do executivo da GERDAU Rudolfo Teodoro Tanscheit, “Laminados Não-Planos”, Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1984.

A siderurgia de não planos no Brasil, já deu demonstrações de que possui condições de eficiência que lhe permitem competir no exigente mercado internacional. As mesmas condições de competição, porém, não se verificam na estrutura de embarque e transporte marítimo de produtos siderúrgicos, fatores que fogem a administração direta das empresas, mas que influenciam de forma negativa na sua capacidade de competição no mercado internacional. O custo de embarque de produtos siderúrgicos, composto de taxas portuárias, mão de obra, despesas com estiva e outras, é seguramente um dos mais onerosos para as exportações brasileiras. (...) As possibilidades de redução desses custos, tem sido apontadas em diversos estudos elaborados pelo IBS e que foram apresentados aos órgãos de Governo (Palestra de André Musetti, "Exportações de Não-Planos: Necessidades e Viabilidades", 1984, F/13).

Já o então Presidente do IBS Paulo Villares (novamente no posto), esboçou uma crítica as deficiências das instalações portuárias e as suas despesas elevadas, mas apontando-as enquanto um fator restritivo a competitividade externa do setor. O cerne de seu discurso foi à renegociação da dívida externa, considerada por Villares fator fundamental para a retomada do crescimento, e a intervenção "desnecessária" do Estado na política de preços, acarretando transferência de renda da siderurgia para outros setores<sup>264</sup>.

Sobre esta última questão, assim se posicionou o empresário:

A política de preços para o setor siderúrgico tem sido de sistemática compressão. Os efeitos dessa política foram analisados em estudos da Comissão de Economia do IBS, considerando a evolução comparativa do índice de preços no atacado e o índice de preços de produtos siderúrgicos e os de outros setores industriais. Caracterizou-se, assim, um processo de incontestável transferência de renda da siderurgia para setores consumidores de aço. Este papel, por conseguinte, enfraqueceu a estrutura financeira do setor e as perdas de receitas, por contenção de preços foram se multiplicando, cumulativamente, pelo acréscimo dos custos financeiros (Discurso pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Paulo Diederichsen Villares, 1984, p.B/17).

---

<sup>264</sup> Discurso pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Paulo Diederichsen Villares, 1984, p.B/15.

O pessoal do Estado nas figuras de Aluísio Marins<sup>265</sup> do Consider e do representante da CSN Hélio Sérgio de Oliveira Vilaça, também fizeram coro aos empresários nas críticas aos preços do aço. No caso do primeiro:

A liberação de preços não pode ser medida isolada. Deve ser acompanhada por uma liberação de importações, regulada apenas por tarifas alfandegárias. A política cambial deve consolidar-se no sentido do seu realismo. Deve ser promovida a desregulamentação (o sublinhado consta na própria ata) do setor. É preciso que se caminhe para o restabelecimento do mercado como a regra básica da siderurgia brasileira (o sublinhado consta na própria ata) (Palestra de Aluísio Marins do Consider, “Perspectivas e Estratégias para a Siderurgia Brasileira, 1984, Q/13).

O representante da estatal se colocou da seguinte maneira:

A siderurgia brasileira vem tendo seus preços, no decorrer dos últimos anos, reajustados em valores que prejudicam sobremaneira a sua remuneração, resultado da orientação governamental equivocada, pela qual o aço, como insumo básico do parque industrial nacional, não pode constituir-se em fator concorrente para a escalada inflacionária (Exposição de Hélio Sérgio de Oliveira Vilaça, “Perspectivas do Mercado Interno para os Aços-Planos”, representante da CSN, 1984, p.K/8).

Em contraponto a exposição acima, vale a título de ilustração, demonstrar que neste período a siderurgia representava um dos principais setores da economia brasileira geradores de divisas externas, como mostrado nesta tabela abaixo:

---

<sup>265</sup> Economista graduado pela FGV cursou o mestrado na mesma universidade aonde defendeu a “tese” intitulada “Estudos sobre siderurgia” (1968) - aonde fez um estudo comparativo entre os métodos utilizados na siderurgia brasileira e na estadunidense. Mas salta aos olhos o fato de que o economista já no ano de 1968 defendia que as estatais deveriam cumprir um papel complementar a siderurgia privada, não sendo recomendável a competitividade entre as mesmas (MARÍNS, 1968, p.41).

**Tabela 3.3****(Ganhos de divisas derivados dos programas setoriais –II PND)**

Ano	Petróleo	Metais não-ferrosos	Papel e Celulose	Produtos Siderúrgicos	Fertilizantes	Produtos Químicos	Total
1981	1.052	22	90	<b>149</b>	354	1.029	2.696
1982	1.903	139	170	<b>79</b>	218	1.210	3.719
1983	2.351	366	188	<b>363</b>	308	1.308	4.884
1984	4.404	353	378	<b>636</b>	325	1.307	7.403

Fonte: CASTRO e Souza, 1985, p.58.

Aqui fica uma demonstração do quanto às demandas dos empresários e do pessoal do Estado estavam consorciadas, haja vista que hipoteticamente seriam os segundos que sairiam em defesa de uma maior participação governamental na política-econômica. Todavia, o ano de 1984 representou também uma defesa dos valores do livre mercado a partir de dois expositores internacionais: D.F.Barnett (Banco Mundial) e John Andrews (The Economist).

O representante do Banco Mundial, em análise acerca das mudanças estruturais na siderurgia mundial, defendeu que o modelo implementado pelos EUA no início da década de 80, deveria ser seguido pelos demais países em desenvolvimento. Segundo Barnett, as principais características eram: Redução das aplicações e do consumo de aço, projeção de pontes e prédios mais leves, substituição do aço por matérias plásticas e alumínio (quando possível), construção de mini-usinas, fechamento de usinas “antiquadas” e “ineficientes”<sup>266</sup>.

Este, ainda criticou as disposições protecionistas e os auxílios governamentais dos países em desenvolvimento para o setor siderúrgico, haja vista que as mudanças em andamento naquele momento seriam “cíclicas”, mas exacerbadas com a crise do petróleo e a elevação das taxas de juros. Contudo, a recomendação do representante do Banco Mundial foi a de “interrupção dos programas de investimentos de capital de grandes proporções, nos quais se empregavam elevadas quantidades de aço”<sup>267</sup>.

<sup>266</sup> Palestra do representante do Banco Mundial D.F.Barnett no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “A indústria siderúrgica em situação aflitiva: estratégias novas para uma nova era”, 1984, C/7-C/12.

<sup>267</sup> Op.Cit.1984,p.C/14.

O Editor da Revista The Economist, John Andrews, fez uma análise em sua palestra, da conjuntura internacional após a Revolução no Irã (1979) e da situação conflituosa no golfo, e ainda lembrou que concomitante ao Congresso do IBS, realizava-se a reunião do G-7 em Londres:

Para nós, ignorar a cúpula de Londres seria esconder a cabeça na areia. Quer agrade, quer não, o tom da administração econômica do Presidente Reagan e outros líderes, ditará a atmosfera em que os países da América latina e suas siderúrgicas poderão sair das atuais dificuldades. **Afinal, nunca foi boa política esquecer do gerente do nosso banco, mesmo quanto a dívida é tão grande que ele não se pode dar o luxo de deixar que o devedor vá à falência.** Em vista disso, o que se poderia dizer aos políticos em Londres? Duas coisas. Uma é não entrarem em pânico quanto ao Golfo e a outra é que busquem uma estratégia contra o protecionismo **e a favor de mercados mais livres** (Palestra do Editor da Revista The Economist John Andrews, 1984, p.D/3).

Andrews pautou a sua fala no anti-protecionismo para o setor, mesmo admitindo que a curto prazo seria um remédio politicamente plausível, a longo prazo representaria um mau maior, fazendo uso na sua fala daquilo que Dreifuss chamou de ação tática de corte ofensivo, através da pressão ou da ação direta<sup>268</sup>:

Reagan pode parecer corajoso quando aparece na tela do cinema mas será que tem a coragem de se opor a um David Roderick num ano eleitoral? Roderick e os seus colegas da indústria americana do aço dizem: fique fora da questão do aço estrangeiro ou, então, haverá milhares de desempregados que votarão contra o Presidente a favor de outro candidato. O Sr. Roderick é um homem sagaz e não o culpo por defender os seus interesses. (...) Ano passado, ele afirmou no Congresso a respeito dos investimentos na siderurgia do 3º mundo desde 1979: “cada siderúrgica construída nesses 5 anos nos países em desenvolvimento ou é de propriedade do governo ou é maciçamente subsidiada e protegida contra a

---

<sup>268</sup> Segundo Dreifuss, as ações táticas dos órgãos de representação de classe, podem ser de corte ofensivo, defensivo ou defensivo-ofensivo, sendo a “Pressão” e “Ação Direta” uma forma de mobilização política através de chantagens, apoio econômico e político em campanhas eleitorais, criando-se assim um terreno para a intervenção direta no processo político (DREIFUSS, 1986, p.119;131).



concorrência do mundo.(...)(Palestra do Editor da Revista The Economist, John Andrews,1984,p.D/4-D/5).

O empresário citado, David Roderick, era o então Presidente da siderúrgica U.S Steel e se opunha as expansões da siderurgia em países como Brasil, Argentina, Formosa e Coréia do Sul, por apontar que o aço produzido nos países em desenvolvimento tinham como destino de exportação os EUA, e com preços mais baixos, “inundavam o mercado americano”. Andrews concluiu a sua palestra de forma bem emblemática: “mensagem que vale para todos é a seguinte: A salvação é o comércio livre. A salvação está no setor privado<sup>269</sup>”.

---

<sup>269</sup> Palestra do Editor da Revista The Economist, John Andrews, Sem Título, 1984.

## Capítulo 4

### **(Re) Articulando a dominação burguesa no Brasil: Os Planos de Estabilização econômica, embates intraclasses dominantes e os congressos do IBS de 1987 e 1990<sup>270</sup>**

#### **4.1 – O fracasso da perspectiva desenvolvimentista e a ofensiva do projeto privatista:**

O debate acerca das privatizações chegou a Sociedade Política no ano de 1984, com o discurso do então candidato do PMDB à presidência Tancredo Neves<sup>271</sup>, que ao reafirmar seu compromisso com as mais variadas frações do bloco no poder, tratou com cuidado a questão das privatizações, afirmando que estas não poderiam significar a desnacionalização da economia, mas evitou tomar uma posição mais bem definida acerca do tema<sup>272</sup>.

---

<sup>270</sup> Nos anos de 1985 e 1986 a fração siderúrgica do capital não organizou os congressos do IBS, devido a realização do congresso do IISI no Rio de Janeiro. Segundo o Secretário Fred Woods de Lacerda, o cancelamento dos congressos serviria para melhor estruturar este encontro internacional (WOODS, 1981, p.6). Não obtivemos dados para compreender o por que de nos anos de 1988 e 1989 os congressos não terem sido realizados.

<sup>271</sup> Graduou-se em Direito em 1932, eleito vereador em São João Del Rei cumpriu mandato de 1935-1937 e depois arriscou-se como empresário, sendo diretor-proprietário da fiação e tecelagem Matozinhos S.A (1936-1950). Eleito Deputado Estadual pelo PSD em 1947 e Deputado Federal em 1950, foi membro da Comissão de transportes, comunicações e obras públicas até 1953 quando assumiu o Ministério da Justiça até o suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Em 1955 Tancredo foi nomeado diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e no ano seguinte foi diretor da carteira de descontos do Banco do Brasil. No ano de 1958 assumiu a Secretaria de Finanças de Minas Gerais e cinco anos depois retornou ao congresso como Deputado, mantendo-se no cargo durante a ditadura sob a legenda do MDB até 1978 quando foi eleito senador e em 1982 Governador do Estado de Minas Gerais (CAMPOS e RAMOS, Verbete: Tancredo Neves, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>272</sup> MACIEL, 2004, p.310; Contudo, sobre a questão da crise econômica, Tancredo Neves aventou a possibilidade de tratá-la numa perspectiva ortodoxa, combinando o gradualismo monetarista no combate à inflação, com corte de gastos públicos e negociação da dívida externa, indicando assim a primazia do capital bancário sob os demais (MACIEL, 2012, p.64-65).

Essa indecisão manifestou-se organicamente na composição pelo alto dos membros do novo governo<sup>273</sup>, quando numa tentativa de acomodação dos mais diversos setores do bloco no poder foram indicados membros das diferentes perspectivas político-ideológicas, como: Roberto Gusmão<sup>274</sup> (Indústria e Comércio), João Sayad<sup>275</sup> (Planejamento) e Dílson Funaro (Presidente do BNDES)<sup>276</sup>, defensores de uma perspectiva desenvolvimentista, Francisco Dornelles<sup>277</sup> (Fazenda) e Antônio Carlos

---

<sup>273</sup> Os ministérios haviam sido indicados antes do falecimento de Tancredo Neves e a posse de seu vice José Sarney.

<sup>274</sup> Roberto Gusmão graduou-se em Direito na Universidade de Minas Gerais, compôs a comissão diretora do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen) em 1948, foi um dos fundadores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde lecionou direito trabalhista nos cursos de graduação e pós-graduação. Em 1956, tornou-se chefe do departamento de ciências sociais da Eaesp. No ano seguinte, fez o curso da Escola Superior de Guerra (ESG), patrocinado pela Universidade de São Paulo (USP). Ainda em 1957, tornou-se delegado regional do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado de São Paulo (Ipase) e no ano seguinte fez o curso de especialização em direito social e sociologia industrial. Participou de um escritório de planejamento e trabalhou para uma pequena fábrica de cervejas, a Companhia Paulista de Cervejas, de Ribeirão Preto (SP), da qual acabou tornando-se diretor. Posteriormente, com a venda desta fábrica para o grupo Antártica, tornou-se, em 1971, diretor-presidente da Cervejaria Antártica Niger S.A., em Ribeirão Preto.

Em 1983 tornou-se membro do conselho consultivo do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), onde permaneceria até 1985. Em março de 1983, assumiu a presidência do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp), nomeado pelo governador Franco Montoro, do PMDB, e tornou-se membro do conselho de administração do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa). Permaneceu nesses cargos até fevereiro do ano seguinte, quando tornou-se chefe do Gabinete Civil do governo de São Paulo, em substituição ao filho do governador, Eugênio Montoro (COSTA, Verbete: Roberto Gusmão, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>275</sup> João Sayad graduou-se em Economia na USP, obteve seu mestrado na USP e doutorado em Yale. Foi Professor da USP (1968), Consultor do Banco Mundial no estudo de crédito rural (1979), Secretário da Fazenda de São Paulo (1983-1987) e Ministro do Planejamento de 1985-1987 (ALMEIDA, 2010, p.399-400).

<sup>276</sup> Dílson Funaro graduou-se em Engenharia na Mackenzie (SP), foi diretor do Departamento de Comércio Exterior da FIESP (1958), Secretário da Fazenda de São Paulo (1970-71), Diretor da FIESP (1977), Presidente do BNDES em 1985 e Vice-Presidente do Conselho de Política Econômica e Social da CNI (1986) (Op.Cit., 2010, p.390).

<sup>277</sup> David Maciel assim explicou a nomeação de Dornelles: “Com Dornelles, Tancredo visava não apenas manter uma ponte com quadros da equipe econômica do governo Figueiredo, como Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, a quem atribui-se papel decisivo na escolha da equipe econômica do novo

Lemgruber<sup>278</sup> vinculado à perspectiva liberalizante dos setores das frações hegemônicas do bloco no poder.

A perspectiva desenvolvimentista acabou por não lograr sucesso, pois tal modelo implicaria uma nova relação do país frente ao capital internacional e ao mundo do trabalho, haja vista que questões como o endividamento externo, o déficit público e o baixo padrão de remuneração salarial eram cruciais para este projeto.

Além disso, a burguesia do setor de bens de capital obteve inúmeros ganhos com a política econômica do governo Figueiredo, sendo altamente beneficiada com a especulação financeira, a inflação e o arrocho salarial, o que representou uma fragilidade com qualquer compromisso desenvolvimentista<sup>279</sup>.

Por sua vez, os diretores de inúmeras estatais, sobretudo das siderúrgicas, não impuseram nenhum empecilho para uma política privatizante dessas empresas. Deste modo, as frações hegemônicas do bloco no poder denotavam a dificuldade em viabilizar uma alternativa a crise.

Nesse contexto foi lançado o livro “A crise do desenvolvimento: uma estratégia para o futuro”, de Carlos Geraldo Langoni (ex-presidente do Banco Central), que propunha como solução para a crise a redução do Estado, através de uma reforma com ampla abertura externa e incentivos ao capital estrangeiro<sup>280</sup>. Nesse caso, apesar da acomodação de diferentes representantes das frações de classe no bloco no poder, foi Francisco Dornelles e Antônio Carlos Lemgruber que ficaram encarregados da política econômica nos primeiros meses do governo Sarney<sup>281</sup>:

Para controlar a inflação, diminuir o déficit público e, conseqüentemente, criar um ambiente interno mais favorável em relação aos agentes externos, Dornelles e Lemgruber adotaram medidas tipicamente ortodoxas, de austeridade fiscal e monetária, dando continuidade, em linhas gerais, à política adotada no final do

---

governo,mas também ter o controle pessoal da área, graças aos laços pessoais que possuía com o ministro indicado e a confiança que depositava nele” (MACIEL, 2012,p.65).

<sup>278</sup> Graduado em Economia na UFRJ, cursou seu mestrado e doutorado nos EUA. Foi Professor da FGV (1974-1986), Diretor da área internacional do Banco Boavista (1981), Presidente do Banco Central no ano de 1985, Vice-Presidente da Bolsa Brasileira de Futuros (1986) e Sócio e Diretor do Banco Liberal (1991-1997) (ALMEIDA, 2010, p.385).

<sup>279</sup> MACIEL, 2004, p.21.

<sup>280</sup> Cf. LANGONI, 1985; CRUZ, 1992.

<sup>281</sup> Tancredo Neves faleceu antes mesmo de tomar posse, assumindo assim o seu vice, José Sarney.

governo Figueiredo. Tais medidas basearam-se, fundamentalmente, na busca do superávit da balança de pagamentos com a redução do déficit público através do corte de gastos públicos, a priorização das exportações em detrimento das importações com o controle da moeda e uma redução relativa da atividade econômica, seguindo o próprio receituário do FMI (...) **As pressões externas passaram a se dar cada vez mais não só em defesa do pagamento dos compromissos com os credores e da manutenção de uma política de “austeridade”, mas também de uma plataforma genuinamente neoliberal, de abertura comercial, desregulamentação da atividade empresarial e privatização das empresas estatais** (MACIEL, 2012, p.104).

Contudo, com a dinâmica interna de acirramento dos conflitos sociais a partir do aumento das greves, da recusa em autorizar o repasse dos reajustes salariais para os preços por conta do congelamento e a ineficácia no controle da inflação, o ministro Dornelles acabou por ficar isolado, juntamente com seus auxiliares.

Nessa conjuntura, a dificuldade de viabilização do novo pacto social no Brasil e a alternativa desenvolvimentista dentro do próprio governo criaram as condições para o desgaste do então ministro do planejamento, culminando com a sua demissão e de sua equipe no final de agosto de 1985<sup>282</sup>.

O Ministério da Fazenda acabou sendo ocupado por Dílson Funaro, vinculado a perspectiva desenvolvimentista, que passou a dar um enfoque heterodoxo na política econômica brasileira, com a assessoria de Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello. Nesse momento ocorreu um fortalecimento do Ministério do Planejamento com a elaboração, por parte de João Sayad e de sua equipe, do documento intitulado “Notas para o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República”, cujos objetivos eram: a) o combate do déficit público e previdenciário; b) renegociação da dívida externa; c) amplo pacto social para definir a política de preços e de rendas<sup>283</sup>.

Sayad era adepto das teses inercialistas<sup>284</sup>, defendidas pelos economistas da PUC-RJ, André Lara Resende e Pêrsio Arida, em que a moeda indexada correria

---

<sup>282</sup> MACIEL, 2012, p.106-107.

<sup>283</sup> MATOS, 2002, p. 71-73. ; SAYAD, 2001, p. 158.

<sup>284</sup> As teses inercialistas consideravam que o processo inflacionário brasileiro havia adquirido uma dinâmica própria, em decorrência da indexação generalizada dos preços a partir da correção monetária, a taxa de inflação seria formada pela expectativa futura dos agentes econômicos, que antecipando-se a possíveis perdas, aumentavam os preços abusivamente. Portanto, a inflação anterior era corrigida pelos

paralelamente à moeda oficial indexando os reajustes de todos os preços até a sua sincronização. Existiu também uma outra proposta, formulada por Francisco Lopes, que também defendia a sincronização, só que por meio de um congelamento temporário dos preços, ocorrendo segundo o economista, que a inflação anterior seria apagada e a futura seria anulada.

Mas a proposta adotada foi a dos economistas da PUC-RJ, com a integração de Resende e Arida ao Ministério do Planejamento ainda no ano de 1985<sup>285</sup>. Em agosto do mesmo ano, a política econômica foi direcionada para uma rota de indexação generalizada, na busca pelo reequilíbrio dos preços. Para David Maciel, com essas medidas o governo acabou criando as condições suficientes para a implementação de um “choque heterodoxo” na economia brasileira:

Já em setembro, a fórmula de cálculo das correções monetária e cambial deixou de basear-se na média trimestral para voltar a ser mensal. O objetivo era evitar a propagação do índice de 14% da inflação de agosto para o índice de setembro e permitir que os índices de correção monetária e cambial acompanhassem a inflação mais de perto, orientando reajustes mais constantes, porém, menores. Nesta perspectiva, a recuperação dos preços públicos, bastante prejudicados pelo congelamento de abril, poderia se dar de forma mais suave. Como consequência disso, o controle da base monetária se afrouxou e a taxa de juros caiu, demonstrando uma reversão nas prioridades da nova equipe econômica em comparação com a anterior. As variações da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) passaram a orientar os reajustes de preços, a taxa de câmbio e os ativos financeiros, funcionando como germe de uma futura moeda indexada. (...) O impacto destas medidas sobre a taxa de inflação foi visível, promovendo-se queda de 9,1% em setembro e 9% em outubro. Em dezembro, o governo aprovou um “pacote fiscal” com vistas a resolver o problema do déficit público para o ano seguinte, eliminando a necessidade de financiamento do setor público para o ano seguinte e excluindo as correções monetárias e cambiais da dívida projetada em 1986 (MACIEL, 2012, p. 111).

---

mecanismos da correção monetária, todavia passava a existir uma “inflação da inflação”, que a reproduzia em escala ampliada (MACIEL, 2012, p.108-109; SAYAD, 2001, p.155-165). Vale dizer que os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello não eram adeptos das teses inercialistas, creditando a inflação ao caráter oligopolizado da economia brasileira.

<sup>285</sup> SAYAD, 2001, p.158.

Vale mencionar que no mesmo mês de setembro, a dinâmica externa estava marcada pela imposição de uma desvalorização do dólar por parte do FED, o que obrigou uma coordenação forçada das políticas macroeconômicas dos principais países do capitalismo central, que reunidos no Hotel Plaza em Nova York, estabeleceram o chamado “Acordo de Plaza” (1985), cujo objetivo era impedir bruscas flutuações nas principais moedas de reserva internacional<sup>286</sup>.

O Acordo de Plaza foi uma negociação entre os países do G-5 (EUA, Japão, Reino Unido, Alemanha e França), em que os envolvidos “comprometeram-se” com a abertura dos mercados, com políticas de redução de déficit e adoção de taxas de juros mais baixas. Ainda no mês de setembro de 1985, o secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, anunciou uma série de medidas que ficaram conhecidas como Plano Baker, que em linhas gerais propunha o financiamento de projetos de desenvolvimento, com conversão dos débitos em ações de empresas dos países devedores, onde tal mecanismo deveria operar vinculado aos empréstimos do Banco Mundial enquanto um instrumento que pudesse fazer avançar a liberalização econômica.

O enfoque dado com o Plano Baker introduziu duas alterações importantes na política econômica internacional, que afetaram diretamente o Brasil: 1) O Plano incorporou “produtivamente” a pressão protecionista interna, instrumentalizando-a como ameaça para extorquir o assentimento dos interlocutores dos EUA às exigências de sua política; 2) Na mesma medida em que reconheceu o caráter global do problema da dívida e indicou um tratamento mais brando para os países periféricos devedores, o Plano direcionou para a mesa de negociações os temas da agenda comercial, pressionando estes países a implementarem “**reformas estruturais**”, tais como a liberalização do comércio exterior, a desregulamentação da atividade empresarial e a **privatização de empresas públicas**<sup>287</sup>.

Mesmo com as medidas aqui tomadas e somados a situação internacional apresentada, a taxa de inflação retomou uma tendência de alta em novembro de 1985, com os índices subindo para os “temíveis” 14%, o que levou o governo a mudar o índice oficial de sua medição, substituindo o Índice Geral de Preços medido pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

---

<sup>286</sup> FIORI, 1993, p.32

<sup>287</sup> CRUZ, 1992, p.69; Cruz ainda citou a lei de informática enquanto um exemplo concreto das pressões dos EUA pela liberalização da economia brasileira.

No quadro geral, a economia seguiu com a tendência de elevação do Produto Interno Bruto iniciada no ano anterior, com um crescimento de 8,4%, graças ao superávit da balança comercial de US\$12,4 bilhões, mas a dívida externa subiu de US\$ 91 bilhões para US\$95,8 bilhões, além do balanço de pagamentos ter fechado o ano com um déficit de US\$3,2 bilhões<sup>288</sup>.

Com o fracasso da política gradualista e com o quadro econômico debilitado, a opção pelo choque heterodoxo foi acelerada com a elaboração do Plano Cruzado, que foi pensado a partir de economistas das mais diferentes matrizes teóricas (inercialistas e estruturalistas/pós-keynesianos), condensando a proposta de congelamento de preços e de reforma monetária e indexação generalizada.

Após inúmeras reuniões dos membros do Ministério da Fazenda<sup>289</sup>, do Planejamento<sup>290</sup>, do Banco Central<sup>291</sup>, do IBGE<sup>292</sup> e de economistas ligados às teses inercialistas<sup>293</sup>, em que temas como déficit público, reajustes salariais, congelamento de preços, reforma monetária, entre outras questões, o Plano Cruzado foi anunciado e editado em 28 de fevereiro de 1986<sup>294</sup>, com um discurso do Presidente José Sarney conclamando à população a fiscalizar o congelamento de preços, nascia então a figura dos “fiscais do Sarney”, estruturando-se assim a adesão popular imediata ao plano<sup>295</sup>.

Para Bier, Paulani & Messenberg, os economistas vinculados a perspectiva Pós-Keynesiana, presentes no Ministério da Fazenda, enxergaram o choque na sua forma heterodoxa como uma “freada de arrumação”, que permitiria a estabilização dos juros, favoreceria os investimentos produtivos e restabeleceria as regras estáveis para o processo de formação de preços<sup>296</sup>. Além do fato de que os instrumentos de política econômica estavam sob o controle do Ministério da Fazenda, ou seja, seriam os pós-keynesianos que conduziriam o plano.

Com a implementação, o plano estabeleceu uma nova moeda nacional (Cruzado), que substituiu o Cruzeiro na base da conversão de mil cruzeiros

---

<sup>288</sup> ABREU, 1992, p.408-409.

<sup>289</sup> Dílson Funaro, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Cardoso de Mello e Luiz Carlos Mendonça de Barros.

<sup>290</sup> João Sayad, Pérsio Arida e Andrea Calabi.

<sup>291</sup> Fernão Carlos Botelho Bracher e André Lara Resende.

<sup>292</sup> Edmar Bacha.

<sup>293</sup> Francisco Lopes e Eduardo Modiano.

<sup>294</sup> MACIEL, 2012, p.138.

<sup>295</sup> SARDENBERG, 1987, p.231.

<sup>296</sup> BIER, PAULANI & MESSENERG, 1987, p.108.



(Cr\$1000,00) para um Cruzado (Cz\$1,00), os preços foram congelados, assim como os salários na prática também o foram, pela média dos seis meses anteriores acrescidos de um abono de 8%<sup>297</sup>. Também era previsto no plano um mecanismo de “gatilho salarial”, em que ocorreria o reajuste automático dos salários quando a inflação acumulada após o Cruzado atingisse o índice de 20%.

Nesse momento foi acirrada a disputa entre as frações das classes dominantes, sobretudo entre os setores industrial e comercial, haja vista que a prática de inclusão da inflação futura nos contratos a prazo criou uma situação conflituosa, exigindo a sua renegociação, com pressões de todas as partes<sup>298</sup>.

Segundo Paul Singer<sup>299</sup>, o governo foi incapaz de controlar o sistema de preços e fiscalizar o congelamento, o que se tornou visível para os setores do pequeno e médio capital e o setor de serviços, que conseguiram aumentar seus preços com maior margem de liberdade, gerando uma transferência de renda dos setores monopolistas para estes, reforçando uma posição anti-estatista por parte dos primeiros, devido o congelamento de preços, considerado uma “afrenta” as leis do mercado e ao princípio da gestão privada.

Os embates entre as frações dominantes do capital ficaram cada vez mais claros. Com uma compilação de artigos escritos por alguns dos intelectuais orgânicos das classes dominantes, organizados pelo jornal “Folha de São Paulo”, em um livro chamado “A Tragédia do Cruzado”, foram resgatadas algumas das críticas e as raras defesas feitas ao Plano Cruzado no ano de sua implementação.

Algumas pequenas e médias empresas foram beneficiadas pelo Cruzado, e tiveram em Boris Tabacof, diretor do departamento de economia da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), um importante porta-voz na defesa da extinção da correção monetária presente no plano:

O lucro apresentado nos balanços era menos afetado pela realização de operações normais da empresa -fabricar, transformar, montar, prestar serviços, vender- do que pelas influências ativas e passivas da correção monetária. Empresas há que aparecem como altamente lucrativas, apesar de deficitárias nas operações para as quais foram criadas. E vice-versa. A febre financeira

---

<sup>297</sup> MACIEL, 2012, p.142.

<sup>298</sup> Op.Cit. 2012, p.145.

<sup>299</sup> SINGER, 1987, p.106-110.

contagiava a todos, na ânsia de escapar da verdadeira doença degenerativa que atacava os ativos monetários. O resultado foi desviarem-se as poupanças, grandes e pequenas, dos investimentos reprodutivos, cujo retorno era mais lento, menor e até mais arriscado que a mera especulação financeira (TABACOF, Folha de São Paulo, 1986).

Já Laerte Setúbal, então diretor da Duratex, e um dos empresários que assinou o “Documento dos oito”, seguiu um caminho contrário e demonstrou preocupação com a massiva adesão popular ao plano e pediu uma efetiva desestatização das empresas do país:

(...) zerar a inflação é um passo de extrema coragem, mas não é dado de forma isolada. **Compete, agora, administrar com mão de ferro os gastos das 186 empresas estatais e iniciar a promoção efetiva do programa de desestatização**, em busca de melhores condições para assegurar o desenvolvimento através do progresso harmônico nos campos econômicos, político e social (SETÚBAL, Folha de São Paulo, 1986).

O vice-presidente do Grupo Sharp, Luiz Paulo Rosenberg, propôs soluções as contradições que o Cruzado apresentou nos meses iniciais, em artigo denominado “Os Limites do Possível<sup>300</sup>”. O empresário defendeu medidas corretivas que passavam pelo corte das despesas públicas e do aumento de impostos e dos juros, mas evitou uma crítica mais incisiva ao plano.

O grande capital comercial apresentou inúmeros problemas em relação ao Cruzado, sobretudo pelo congelamento dos preços, haja vista que o tabelamento de grande parte dos produtos ocorria na ponta do consumo, impedindo os comerciantes de aumentar seus lucros pela majoração dos preços, além de levar a um “atrito” com os seus fornecedores<sup>301</sup>.

Os representantes do capital bancário também marcaram uma posição crítica as medidas tomadas pelo governo, principalmente pelo congelamento da taxa de juros, considerado o principal termômetro para se avaliar o perfil inflacionário. O então diretor do Centro de Estudos Econômicos do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

---

<sup>300</sup> Folha de São Paulo, 03/07/1986.

<sup>301</sup> SARDENBERG, 1987, p.302.

(IBMEC), João Luiz Mascolo, defendeu uma substituição por moeda dos títulos da dívida pública vencidos a cada mês, ou seja, um resgate da dívida sem a rolagem da mesma<sup>302</sup>, proposta esta que se coadunava<sup>303</sup> com a do banqueiro Antonio Carlos Lemgruber, vice-presidente do Banco Boa Vista.

A crítica liberal mais acintosa partiu do dono da revista Visão, Henry Maksoud, ao considerar que foi revogada a lei da oferta e da procura com o congelamento dos preços, além do governo não ter atacado os principais inimigos: o déficit público e a expansão monetária<sup>304</sup>.

Para o historiador David Maciel, as alterações significativas no quadro político-econômico a partir do Cruzado, se deram da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, o plano congelou a taxa de câmbio, sem desvalorização prévia, adotou uma política de juros baixos e proibiu a indexação de ativos financeiros com prazo inferior a um ano, prejudicando diretamente o capital “portador de juros”, principalmente os bancos e os setores exportadores. Apesar das contrapartidas criadas, como o surgimento de um mercado interbancário, que flexibilizou e barateou o acesso dos bancos à liquidez; a autorização para cobrança dos serviços bancários; a recompra pelo governo dos títulos públicos e o próprio aumento relativo dos depósitos bancários devido à diminuição da velocidade de circulação da moeda; no geral, os bancos perderam. Particularmente porque, com o fim da inflação, eliminou-se uma fonte importante de recursos do sistema financeiro, em especial com o saque da maior parte dos depósitos em poupança, gerando até mesmo desvalorização patrimonial das instituições bancárias (...) o plano comprimiu o mercado de capitais, sobre o qual incidia a maior parte dos impostos criados com o pacote fiscal do ano anterior. (...) ao congelar os preços, o plano estabeleceu uma disputa acirrada entre fornecedores e distribuidores, cada qual querendo aumentar seus lucros por meio da redução de custos em cima do outro setor. O conflito entre capital industrial e capital comercial se acirrou, gerando perdas de ambos os lados (MACIEL, 2012, p. 146-147).

---

<sup>302</sup> MASCOLO, 1986 APUD: Folha de São Paulo, 1987.

<sup>303</sup> MACIEL, 2012, p.153.

<sup>304</sup> MAKSOUD, 1986 Apud: Folha de São Paulo, 1987.

Logo após a implantação do plano, a economia já dava sinais de descompasso, com aumentos na produção industrial, mas escassez de produtos básicos, como carne e leite, desenvolvendo assim uma inflação oculta no país<sup>305</sup>, além de um excesso de liquidez com a expansão da oferta de moeda gerada pela remonetização da economia. O cenário se agravou com as pressões das diversas frações do capital pelo descongelamento dos preços, o que levou as frações dominantes do capital a exercerem uma violenta pressão contra o governo, como a desencadeada pelos ruralistas sob a liderança da UDR<sup>306</sup>, que passou a reter o envio de boi gordo para o abate com vistas à obtenção de melhores preços, como nos mostrou Dreifuss:

(...) no episódio do “Boi Gordo”, quando a UDR brincaria de gato e rato com os responsáveis pela política econômica e de ‘esconde-esconde’ o boi com a população e a Polícia Federal, estes últimos impotentes e ridicularizados em sua busca de gado de corte no pasto (DREIFUSS, 1989, p.79).

Já Sebastião Velasco e Cruz, defendeu a ideia de que com o Cruzado o Estado passou a ser alvo de críticas a partir de dois ângulos: a) por parte dos empresários, que denunciaram-no pela ingerência indevida do Estado, arbítrio e redução da margem de ação; b) os economistas criticavam a incapacidade do governo em operacionalizar o plano, devido à reduzida autonomia frente aos interesses privados<sup>307</sup>.

Mesmo com esse quadro o então Presidente Sarney insistiu na manutenção do congelamento de preços, mas como tentativa de reduzir o déficit público e de desaquecer a demanda foi lançado um plano de investimentos, o “Plano de Metas” de Sarney, ou o “Cruzadinho”.

Este pacote de medidas teve como objetivo desaquecer o consumo, a partir da criação de impostos indiretos, na forma de empréstimos compulsórios, sobre combustíveis e automóveis, e de impostos novos sobre a compra de moeda estrangeira para viagens e passagens internacionais. Tais empréstimos comporiam o Fundo Nacional de Desenvolvimento, criado para financiar diversos investimentos em infraestrutura, numa tentativa de reverter o padrão de financiamento vigente, o que acabou

---

<sup>305</sup> SINGER, 1987, p.99-102.

<sup>306</sup> A União Democrática Ruralista é um importante Aparelho Privado de Hegemonia das frações agrárias tradicionais do capital, ou seja, àquelas vinculadas a grande propriedade e a defesa da mesma.

<sup>307</sup> CRUZ, 1992, p.135.

não se efetivando, já que as contas públicas não se equacionaram, assim como também não se concretizou o desaquecimento do consumo<sup>308</sup>.

Bier, Paulani e Messenberg<sup>309</sup> apontaram que nesse cenário, o empresariado agiu de forma especulativa ao burlar o congelamento por meio do valor adicional (ágio) cobrado as mercadorias, portanto o resultado do “Cruzadinho” foi o de ampliar o desequilíbrio econômico ainda mais, renunciando assim a decomposição do Plano Cruzado<sup>310</sup>.

O quadro de crise econômica se complexificou ainda mais com a proliferação de Aparelhos Privados de Hegemonia, “às vésperas” da constituinte, que agregaram uma multiplicidade de projetos ideológicos e econômicos, expressão da crise de hegemonia do período, como por exemplo: a Frente Ampla para a Agropecuária Brasileira (FAAB), o Instituto Liberal (IL), a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), a União Nacional de Defesa da Democracia (UNDD), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), Movimento de Defesa do Brasil (MDB) e a União Brasileira de Empresários (UBE), esta última com um claro objetivo de dirigir os esforços conflitantes dos mais diversos setores empresariais, sob as bandeiras do livre mercado, da redução do intervencionismo estatal e da propriedade privada<sup>311</sup>.

Além disso, para João Márcio Mendes Pereira, nesse momento histórico a coalizão de forças liberalizantes ganhou maior impulso na América Latina com a publicação de duas obras: *El outro Sendero*, de Hernando de Soto e *Toward renewed*

---

<sup>308</sup> BIER, PAULANI & MESSEBERG, 1987, p.125-129; MODIANO, 1992, p.362-363.

<sup>309</sup> Op.Cit, p.125-132.

<sup>310</sup> Vale ressaltar que dentre as frações hegemônicas do bloco no poder, apenas Roberto C. Vidigal, então presidente da ABDIB, se manifestou a favor do “Cruzadinho”, alegando que o pacote gerou empregos e estimulou os investimentos produtivos (VIDIGAL, 1986 APUD: Folha de São Paulo, 1987).

<sup>311</sup> Sobre a União Brasileira dos Empresários, ver: DREIFUSS, 1989, p.58-65; Merece destaque a constituição em 1987 do Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), que em torno de um eixo empresarial-militar aglutinou propostas antiestatistas com vias de inserção na constituinte, cujos principais membros eram: Herbert Levy e Pedro Conde (Banco de Crédito Nacional), Mário Amato (FIESP; Grupo Springer; Membro da Federação de Comércio de SP), José Ermirio de Moraes Filho (Votorantim), Lázaro de Mello Brandão (Bradesco), Flávio Teles de Menezes (Sociedade Rural Brasileira; Cedec; Fórum Informal), Rubem Ludwig (Diretor da Eriksson), Iapery T. Brito Guerra (Almirante), **Paulo Villares, Jorge Gerdau Johannpeter**, José Mindlin (Instituto Liberal) e Victor Civita (Grupo Abril) (DREIFUSS, 1989, p.156-180; FONTES, 2010, p.242; 254).

economic growth in Latin America, de Bela Balassa, Pedro-Pablo Kuczynski, Mario Henrique Simonsen e Gerardo Bueno<sup>312</sup>.

Ambos os trabalhos tiveram como matriz teórica a economia neoclássica e abordaram questões latentes do período, como o ajuste estrutural. Pereira apontou para o fato de que na obra de Hernando de Soto, a reforma do Estado e a adoção de um programa de cunho liberalizante estavam na ordem do dia, e era necessário seguir as seguintes etapas: 1- formação e blindagem de uma “elite tecnocrática” contra pressões políticas distributivas; 2- Efetivação de uma reforma institucional que alterasse o papel do Estado na economia, por meio da desregulação, desburocratização e **privatização das empresas públicas**<sup>313</sup>.

Na outra obra, os autores propuseram uma estratégia que dependeria da entrada de capitais externos (Banco Mundial e BID), sendo alicerçada em três eixos fundamentais: 1- Abertura comercial e reorientação da economia para o mercado externo com apoio aos setores primário-exportadores; 2- Corte de gastos públicos e políticas que desacelerassem o consumo, além de liberalização financeira; 3- **Redução da atuação do Estado na economia por meio das privatizações.**

As duas obras apresentadas por Pereira em suas linhas gerais comungavam do mesmo diagnóstico para a crise, ou seja, a deterioração das políticas públicas voltadas para dentro e a necessidade de uma reforma do aparelho do Estado que privatizasse as empresas públicas.

Ainda no ano de 1986 foi decretado mais um pacote econômico no Brasil, denominado “Cruzado II”, sob a coordenação de João Manoel Cardoso de Mello. As medidas previam o aumento de impostos sobre determinados produtos (produtos de grande consumo, como automóveis, bebidas alcoólicas e cigarros teve o IPI aumentado em mais de 100%) e o reajuste de alguns preços (combustíveis, energia elétrica, telefone, correios, açúcar, remédios, táxis e leite).

Segundo Modiano<sup>314</sup>, essas medidas levaram a retomada da inflação, assim como do retorno da indexação da economia, o que favoreceu os ganhos do capital portador de juros ao: a) restabelecer as minidesvalorizações cambiais diárias; b) com a criação das Letras do Banco Central (LBC’S), que atrelaram os contratos financeiros e

---

<sup>312</sup> PEREIRA, 2010, p.262.

<sup>313</sup> Op.Cit. 2010, p.263.

<sup>314</sup> MODIANO, 1992, p.363-364.

autorizaram os bancos a emitir Certificados de Depósitos Bancários (CDB'S) pós-fixados.

Todavia, mais uma vez o congelamento dos preços não foi alterado, marcando assim uma forte crítica já em janeiro de 1987, por parte do Presidente da FIESP, Mário Amato, ao dirigismo estatal na economia. Amato declarou que os empresários partiriam para uma “desobediência civil e generalizada” caso o congelamento não fosse extinto. A FIESP ainda no início de 1987 capitaneou e elaborou um documento que foi enviado a Sarney e contou com a assinatura de entidades representativas dos bancos, do comércio, da agricultura e do setor financeiro, no qual se reivindicava a liberdade de mercado em detrimento do intervencionismo estatal<sup>315</sup>. Nesse momento, o IBS ganhou um aliado de “peso”<sup>316</sup>.

Em junho do mesmo ano, a virada na orientação geral da política-econômica se acentuou. Palavras como “privatização”, “desregulamentação” e “abertura econômica”, tornaram-se chave nos discursos oficiais<sup>317</sup>. Frente essas pressões, Sarney tratou de esclarecer publicamente que era contrário a reserva de mercado, já que o Brasil era um país “grande” e que:

Eu acho que nós devemos também desregulamentar nossa economia (...) E neste instante em que não há poupança – a poupança privada é pequena, a poupança pública é zero – nós temos que estimular, através das leis de mercado, também desregulador (...) “joint-ventures” entre companhias, através de empréstimos, através de participação de capital (APUD:CRUZ, 1992,p.76).

Nesse bojo, foi criada a ideia pelo governo das “Zonas de Processamento de Exportações” (ZPEs), que se configurariam em zonas francas. A defesa de uma economia desregulamentada veio de maneira contundente através do Ministro José Hugo Castelo Branco<sup>318</sup>:

---

<sup>315</sup> MACIEL, 2004, p. 202-203.

<sup>316</sup> No mesmo ano(1987), Mário Amato foi ao congresso do IBS e dirigiu um painel intitulado “Estratégias para o Desenvolvimento da Siderurgia de Aços Planos”, onde enquanto liderança da FIESP apresentou os seguintes pontos de defesa: Privatização de usinas estatais, liberdade de preços, redução da carga tributária e taxas de câmbio mais realistas (AMATO, 1987,p.2).

<sup>317</sup> CRUZ, 1992, p.138.

<sup>318</sup> José Hugo Castelo Branco graduou-se em Direito na Universidade do Brasil e iniciou sua carreira pública como Vereador em Lavras-MG (1945). Em 1962, passou a integrar o Conselho de Administração

O presidente Sarney tem dito que a liberdade política é indissociável da liberdade econômica. Em consequência deste postulado, o presidente deseja que se estabeleça regras claras e duradouras para a atividade econômica. O presidente deseja o primado da economia de mercado. É por isso que precisamos desregular a economia. O nosso regime é cartorial. Até bem pouco tempo, para se montar uma agência de venda de passagens o interessado precisava de uma autorização do governo (...) Hoje o empresariado é submetido a uma verdadeira tortura chinesa. Estamos fazendo um levantamento completo desses entraves para eliminá-los. O empresariado nacional terá preferência, naturalmente (...) Terá proteção do Estado em formas de incentivos, de isenções e de financiamentos. Não haverá, entretanto, reserva de mercados nessa política industrial (APUD: CRUZ, 1992, p.77).

Vide as condições de piora das contas externas e da aceleração da inflação, o Ministro Funaro, ainda no mês de janeiro de 1987, solicitou a suspensão do congelamento dos preços e a moratória da dívida externa<sup>319</sup>, promovendo um retorno dos reajustes controlados dos preços e do valor nominal da OTN, além de restabelecer a correção monetária mensal, reindexando a economia como antes do Cruzado e

---

do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC). Ocupou a diretoria do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, permanecendo à frente da instituição até o final do governo de Israel Pinheiro (1966-1971). Em março de 1983, passou a presidir, cumulativamente, o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Credireal) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Acumulou ainda a presidência da Helicópteros do Brasil S.A. (Helibrás) com outras funções em autarquias do estado. Em junho de 1986, já como Ministro de Sarney, anunciou uma nova política industrial para o país, defendendo a livre associação entre empresas nacionais e estrangeiras, a liberdade total para as multinacionais se instalarem em território brasileiro, o fim da reserva de mercado para empresas nacionais, a privatização de empresas estatais, a captação de recursos externos e a valorização das exportações (JUNQUEIRA, Verbete: José Hugo Castelo Branco, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>319</sup> A medida não foi de caráter antiimperialista ou nacionalista de esquerda, mas sim pela incapacidade de o governo cumprir seus compromissos. Sobre a moratória, ver: SALOMÃO, Ivan Colangelo. Arroubos Econômicos, Legitimação Política: Uma Análise da Moratória da Dívida Externa de 1987. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.



suspendendo por tempo indeterminado o pagamento dos juros da dívida externa aos bancos privados<sup>320</sup>.

Nessa conjuntura, o capital estatal não conseguiu liderar um novo sistema de financiamento ou um novo padrão de acumulação, tendo passado a década de 1980 como “gigantes acorrentados”<sup>321</sup>, que favoreceram a acumulação privada através do fornecimento de matérias primas e insumos a preços subsidiados, por meio da substituição de importações em setores economicamente estratégicos, criando assim uma tendência deficitária à lucratividade das próprias estatais.

Todos esses fatores nos auxiliam no entendimento da decomposição do Plano Cruzado, visto que este foi a última tentativa de superar a crise do padrão de acumulação capitalista dependente do país nos marcos de uma perspectiva desenvolvimentista. Por um lado, segundo Maciel<sup>322</sup>, o governo conseguiu garantir a sua legitimidade e das forças que o apoiavam frente à sociedade e no interior do congresso constituinte.

Contudo, por outro lado, o fracasso econômico do Cruzado, também representou a necessidade histórica para as frações dominantes do capital de viabilizar um novo modelo de acumulação capitalista, construído numa situação de transição para a democracia representativa burguesa, em que as pressões populares se acentuavam.

Ganhava “corpo” assim, um projeto de dominação burguesa cuja retórica liberalizante estabelecia contornos um pouco mais claros e definidos por outros Aparelhos Privados de Hegemonia<sup>323</sup> além do IBS, mas ainda insuficiente para promover uma unidade entre as frações do bloco no poder.

---

<sup>320</sup> MODIANO, 1992, p.364-365.

<sup>321</sup> A expressão “gigantes acorrentados” é do sociólogo Francisco de Oliveira, em estudo sobre a evolução industrial das estatais paulistas, o que não responde pela totalidade da indústria nacional, mas pelo peso e grau de concentração destas empresas, consideramos válida a utilização desta expressão. Ver: OLIVEIRA, 1998, p.52.

<sup>322</sup> MACIEL, 2012, p.132-133.

<sup>323</sup> Vale citar o exemplo do seminário sobre a privatização das estatais promovido pelo jornal O Estado de São Paulo, já no ano de 1985, que contou com a participação de empresários como Antonio Ermírio de Moraes, Guilherme Afif Domingos, Alan Belda (Presidente do Grupo Alcoa, transnacional do ramo siderúrgico) e Luis Paulo Rosenberg, em que foi defendido não só a venda das estatais, mas a definição de seu valor pelo mercado e não pelo governo, mediante auditoria da situação e da empresa e a extinção de todos os conglomerados estatais (MACIEL, 2012, p, 219).

A constituinte foi um exemplo dos embates por diferentes projetos entre as frações das classes dominantes, todavia, em pesquisa feita pelo jornal Gazeta Mercantil com algumas das lideranças empresarias dos mais diversos setores, 90,8% dos empresários opinaram pela redução da participação do Estado na economia e 81,5% defenderam a ampliação do papel da livre iniciativa<sup>324</sup>, demonstrando um fortalecimento da defesa das ideias liberalizantes em torno da nova institucionalidade.

Em suma, com o esgotamento do Plano Cruzado, veio à queda da equipe econômica de Sarney e a recomposição provisória do governo com as frações do grande capital, o aumento da repressão aos movimentos sociais e as nomeações de Aníbal Teixeira de Souza<sup>325</sup> ao Ministério do Planejamento, no lugar de João Sayad e Luis Carlos Bresser Pereira<sup>326</sup> ao Ministério da Fazenda, em lugar de Dílson Funaro.

Aníbal Teixeira de Souza marcou presença no Congresso do IBS no mesmo ano e deixou claro que a desestatização do setor siderúrgico seria uma questão estratégica:

Criou-se uma doutrina para dizer que os aços não planos seriam da iniciativa privada, pois bem, essa doutrina foi violentada por uma excessiva intervenção estatal, e agora passamos por um momento de **correção de rota** (Discurso do Ministro do Planejamento Aníbal Teixeira de Souza no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1987, p.4).

---

<sup>324</sup> O que os líderes querem ver na Carta Magna, In: Relatório Gazeta Mercantil, 31/01/1987.

<sup>325</sup> Graduou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), em 1957 e 1958, Aníbal Teixeira foi diretor do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), secretário executivo do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, presidente das comissões de Coordenação e Operações do Nordeste para Secas e de Socorro às Vítimas das Inundações do Vale do Jequitinhonha e, ainda, membro do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA). Assumiu a Secretaria Estadual de Abastecimento e Crédito Rural do governo de José de Magalhães Pinto (1961-1966), permanecendo no cargo até 1965 quando foi nomeado presidente da Comissão de Educação e Cultura e membro da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio. Reelegeu-se em novembro de 1966, assumindo o mandato no início do ano seguinte. Tornou-se Deputado Federal pelo PMDB em 1982. Em março de 1987, indicado por Newton Cardoso e pelo governador de São Paulo, Orestes Quéricia (1987-1991), assumiu o cargo de ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), em substituição a João Sayad (COSTA, Verbete: Aníbal Teixeira de Souza, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br)).

<sup>326</sup> Ver anexos

Em estudo do Departamento de Estudos e Estatísticas (DEEST), a avaliação futura para a siderurgia era de um cenário de possibilidades de aplicação dos lucros das estatais, sobretudo da USIMINAS e de renovação do ciclo de crescimento produtivo, haja vista o esgotamento da capacidade instalada das estatais:

Este estudo parte da premissa de que a economia brasileira está ingressando num novo ciclo de crescimento sustentado e de longo prazo. Partindo-se dessa hipótese, o setor siderúrgico está próximo a esgotar sua capacidade instalada, podendo constituir-se num gargalo para o desenvolvimento do país. A USIMINAS tem um enorme potencial de crescimento, pois tem investido na formação de um corpo técnico gerencial da mais alta qualidade e dispõe de uma massa de conhecimentos respeitada no Brasil e no mundo (...) a empresa terá que encontrar alternativas para a aplicação da massa de lucros que virá a gerar (Relatório: Siderurgia Brasileira – Questões e Perspectivas. DEEST, 1987, p.23).

Jorge Gerdau Johannpeter e Paulo Villares novamente fizeram coro a defesa das privatizações, Johannpeter em exposição denominada “Estratégias para o Desenvolvimento da Siderurgia”, apresentou um programa de 26 pontos com diretrizes e propostas para o setor.

Entre as principais formulações estavam: a) liberdade de preços; b) linhas de crédito em volume, prazos e taxas compatíveis com a atividade siderúrgica (o que representava uma ação direta estatal em prol dos lucros privados); c) **privatização de todas as usinas siderúrgicas pertencentes ao Estado**; d) modernização da legislação portuária; e) aumento da produtividade para possibilitar ganhos reais de remuneração dos empregados e, conseqüentemente, melhoria da “qualidade de vida”<sup>327</sup>.

Já Villares, em palestra denominada “Estratégia para o Desenvolvimento da Siderurgia Brasileira”, argumentou que a iniciativa privada já reunia todas as condições necessárias para o abastecimento do mercado interno e de competitividade em âmbito internacional, o que justificaria a retirada do Estado neste setor<sup>328</sup>.

---

<sup>327</sup> JOHANNPETER, 1987, p.14-16.

<sup>328</sup> VILLARES, 1987, p.6.

O empresário continuou a sua fala defendendo que, para solucionar os problemas do setor, seria preponderante levar a cabo um programa de privatizações para “solucionar distorções do passado”<sup>329</sup>.

Enquanto os dois empresários defenderam uma privatização total para o setor, o membro do pessoal do Estado, José Hugo Castelo Branco, apoiava a manutenção das empresas estatais de aços planos, ao menos por um determinado período, como pudemos perceber neste trecho de sua exposição no congresso de 1987:

Estamos, neste momento, desenvolvendo duas propostas do mais elevado significado para o setor, e que contemplam o processo de privatização das usinas de não-planos, ainda sob o controle do governo, e a participação do MIC na formulação e monitoramento da implantação de bases florestais de escala. Ambas as propostas, há que se repetir com ênfase, foram por nós solicitadas ao setor privado e, por ele aceitas, com entusiasmo.(...) Elegemos a vocação da siderurgia estatal para os produtos planos, pelo menos por enquanto, reservando-se, ao setor privado, com a absoluta clareza e consistência, a área de não planos comuns e especiais. (...) Neste sentido, cabe-nos implementar a privatização das usinas que ainda se encontram sob controle da Siderbrás (Pronunciamento do Ministro José Hugo Castelo Branco, 1987, p.7-9).

A posição do ministro diferia-se apenas no que tangia ao alcance das privatizações, mas não no seu processo em si. O modelo de desestatização para o ministro também deveria englobar empresas de outros setores, num consórcio entre siderurgistas tradicionais e novos investidores.

Já o então Presidente do IBS, André Musetti, defendeu em discurso de encerramento do congresso qualquer tentativa por parte do Estado em se criar uma reserva de mercado para o setor, ou de uma alternativa desenvolvimentista para debelar a crise, já que segundo o próprio:

Fácil é concluir que a verdade do mercado é o melhor mecanismo para exprimir as necessidades de uma sociedade aberta que busca atender de forma equilibrada as necessidades do bem estar social (Discurso de encerramento do

---

<sup>329</sup> Op.Cit. 1987, p.6.

Presidente do IBS no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, André Musetti, 1987, p.1).

Nesse caso, é de suma importância mencionar que dentre os membros do pessoal do Estado participantes do congresso, Luis Carlos Bresser Pereira em sua fala para os empresários, criticou a morosidade do Ministério da Indústria e do Comércio em agilizar o processo de privatizações, tido pelo próprio como prioridade absoluta, já que para o economista, permitiria novos investimentos para expansão do setor.

Em tom jocoso, o próprio chegou a afirmar que: “O Estado hoje é pobre e com poucos recursos. O setor privado é rico”<sup>330</sup>.

Voltando a recomposição da equipe econômica do governo Sarney, o mesmo Bresser Pereira ao assumir o Ministério, iniciou a elaboração de um plano de estabilização, com os objetivos de recuperar a balança comercial, reduzir o déficit público e recuperar a capacidade de financiamento do Estado. Logo após a sua posse, Bresser Pereira aumentou a taxa de juros e promoveu uma desvalorização do câmbio em 7,5%, favorecendo a reindexação da economia e beneficiando o capital portador de juros.

Devido à complexidade do cenário político-econômico, o Ministro desenvolveu um plano econômico de caráter híbrido, conjugando características heterodoxas e ortodoxas no chamado Plano Bresser, cujos principais elementos foram: a) novo congelamento de preços e salários, por noventa dias, seguido de fase de flexibilização para corrigir distorções e, finalmente, liberação para permitir o funcionamento do sistema de preços de mercado; b) Política monetária de juros altos; c) Criação da URP (Unidade de Referência de Preços), que era um indexador para preços e salários, reajustado conforme o IPC médio do trimestre anterior, com o objetivo de controlar sua elevação; d) Reajuste de preços defasados do setor público para recompor as finanças do Estado<sup>331</sup>.

O programa prosseguiu com o Plano de Controle Macroeconômico, em que se pretendia a retomada dos investimentos estatais através do aumento da poupança do governo e da combinação entre aumento de preços públicos, redução de subsídios e

---

<sup>330</sup> Discurso de Luis Carlos Bresser Pereira, 1987, p. 2.

<sup>331</sup> PASSOS, Marcelo Oliveira. Planos Cruzado, Bresser e Verão, In: Desenvolvimento de material didático ou instrucional, Apresentação de Power Point, Universidade Federal de Pelotas, 2009.

incentivos e corte de gastos<sup>332</sup>. Aqui, o Estado voltaria a ser o principal esteio da poupança interna, pelo corte de gastos e pela transferência de renda do setor privado para o público.

Mas diante das dificuldades econômicas, o governo desautorizou o congelamento que havia proposto, além de permitir alguns reajustes de até 10%, praticamente o dobro da URP estabelecida para o período setembro/novembro de 1987.

Com as reações contrárias por parte das frações dominantes do capital organizadas no Fórum Informal de Empresários<sup>333</sup>, de setores da classe trabalhadora e com o recrudescimento da inflação, Bresser Pereira renunciou de seu cargo em dezembro de 1987<sup>334</sup>, assumindo de forma interina Maílson da Nóbrega<sup>335</sup>.

No entanto, o contentamento empresarial com o novo nome expresso por figuras como Roberto Marinho, Mário Amato, Roberto Fonseca (Cotia Trading), Eugênio Staub (Gradiente) e Aldo Lorenzetti (Abinee) foi tanto, que Sarney o confirmou no cargo em janeiro de 1988, iniciando assim a adoção de uma orientação liberalizante na Fazenda<sup>336</sup>.

Logo ao assumir, Maílson da Nóbrega atendeu as demandas das frações que o apoiaram, ao enviar um novo pacote fiscal ao congresso, onde a taxaçoão sobre ganhos de capital e rendimentos financeiros passava a depender de aprovação parlamentar e diminuía-se o Imposto de Renda para rendimentos de capital.

Ainda no início de 1988, foram desenvolvidos os trabalhos finais da constituinte (entre janeiro e outubro), com a liderança das entidades empresariais<sup>337</sup> e do campo

---

<sup>332</sup> MODIANO, 1992, p.368-371.

<sup>333</sup> Este Fórum reunia importantes Aparelhos Privados de Hegemonia, tais como: FIESP, Associação Comercial de São Paulo, Federação do Comércio de São Paulo, Bolsa de Valores de São Paulo, Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Sindicato dos Bancos de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, além da Federação das Empresas de Transporte Rodoviário do Sul e Centro-Oeste e da Sociedade Rural Brasileira (MACIEL, 2012, p.293).

<sup>334</sup> ALMEIDA, 2011, p.79.

<sup>335</sup> Ver anexos.

<sup>336</sup> DREIFUSS, 1989, p.126.

<sup>337</sup> É importante citar que Mario Amato juntamente com Albano Franco (CNI), desencadearam uma série de iniciativas para definir uma pauta comum do empresariado, envolvendo diversos Aparelhos Privados de Hegemonia, tais como: a SRB, a FCSP, a FAESP, o Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo e a ACSP. A pauta girava em torno da desindexação da economia, com o fim da URP e a definição de um redutor para definição do índice de reajustes de preços e salários; a redução do déficit público;

conservador, mutilando as propostas mais avançadas de reformas estruturais no país, além de pouco absorver as perspectivas mais combativas do movimento sindical e popular emergente desde a crise da ditadura empresarial-militar.

Nesse caso, a nova institucionalidade (democrático-liberal) preservou em seu interior, nas palavras de Florestan Fernandes<sup>338</sup>, elementos fundamentais da “institucionalidade autoritária” anterior para garantir a dominação burguesa:

(...) é uma variedade especial de dominação burguesa: a que resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais da ordem estabelecida, sobrepondo-se e mesmo negando as impulsões integrativas delas decorrentes. Configura-se, assim, um despotismo burguês e uma clara separação entre sociedade civil e Nação. Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa como um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” e “esclarecida” da sociedade civil (todos os que se classificam em e participam da ordem social competitiva”; e, simetricamente, que elas tendem a reduzir a Nação a um ente abstrato (ou a uma ficção legal útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarne a vontade política da referida minoria “ativa” e “esclarecida” (FERNANDES, 1987, p.302).

A política econômica ditada agora por Maílson da Nóbrega, com o aval das frações dominantes do capital, prescindiu também desses arranjos estabelecidos no decorrer da constituinte. Efetuou-se então uma perspectiva ortodoxa a partir do “Feijão com Arroz”, sem congelamentos ou endurecimento na negociação da dívida externa (a moratória da dívida foi suspensa), mas sim, a adoção de uma política de austeridade, de “administração” da inflação e de cortes nos gastos e investimentos públicos<sup>339</sup>, além de reduzir os aumentos da carga tributária, demonstrando que o foco de sua política não seria a recuperação da capacidade de investimento do Estado, mas a redução do déficit

---

transformação da dívida pública em investimento de risco; maior participação da iniciativa privada nos serviços públicos e no setor de infra-estrutura (MACIEL, 2012, p.325-326).

<sup>338</sup> Ver: FERNANDES, Florestan. *A Constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989. ; Para uma análise da participação das frações do capital na constituinte ver: “Quem foi quem na constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores”, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, São Paulo: Cortez: Oboré, 1988.

<sup>339</sup> MODIANO, 1992, p.371.

público, tomando como alvo o corte das despesas com empregados e os investimentos das estatais.

Para tanto, foram adotadas as seguintes medidas ofensivas ao setor público: a) extinção dos cargos públicos; b) proibição de novas contratações; c) aumento da jornada de trabalho dos servidores públicos; d) corte de despesas com diárias e custeio; e) redução salarial<sup>340</sup>.

Era o início da guinada liberalizante por parte do governo Sarney, que foi intensificado com a nova política industrial, em que foram adotadas medidas para diminuir os “entraves” burocráticos, os custos tarifários na política aduaneira, o controle do Estado sobre os investimentos privados também foram reduzidos, ocorreu a reformulação do Conselho de Desenvolvimento Industrial com a criação de novas instâncias como os Programas Setoriais Integrados e o Programa de Desenvolvimento Tecnológico, de maneira a ampliar a participação do setor privado na nova política industrial. Aqui, jaz o início do processo de desregulamentação que foi aprofundado na década de 90, decretando também o esgotamento do modelo de substituição de importações<sup>341</sup>.

Mesmo com todas essas medidas de austeridade que agradavam ao empresariado, a política do “Feijão com Arroz” não conseguiu restabelecer o crescimento econômico e a inflação retomou sua tendência de alta, com vias de tornar-se hiper-inflação. Sendo assim, a última tentativa de combater à inflação por parte do governo Sarney foi com a instituição, em janeiro de 1989, do Plano Verão.

Este Plano retomava o hibridismo do Plano Bresser, com uma reforma monetária e um “choque” de desindexação. Passava a vigorar o Cruzado Novo (NCz\$), valendo Cz\$ 1.000; todos os mecanismos de reindexação da economia foram extintos (sobretudo a URP e a OTN); Os preços foram congelados “no pico” por tempo indeterminado; Aumento da taxa de juros; Desvalorização do câmbio, “congelando” o dólar em um cruzado novo por tempo indeterminado<sup>342</sup>.

Em conjunto ao Plano Verão, o governo anunciou um ajuste fiscal que propunha uma reforma administrativa, com extinção de ministérios, demissão de funcionários públicos, **privatização de empresas estatais** e a contenção da emissão de títulos públicos. As reações ao Plano foram drásticas, com um boicote do congelamento por

---

<sup>340</sup> Op.Cit.1992, p.371-372.

<sup>341</sup> DREIFUSS, 1989, p.229; MACIEL, 2012, p.320.

<sup>342</sup> MODIANO, 1992, p.375-376.



parte do empresariado e a aceleração das greves por parte dos trabalhadores com um aumento de 200 em fevereiro para 470 em março, e 170 só na primeira semana de abril<sup>343</sup>.

O governo passou a autorizar os primeiros reajustes e a reindexar a economia, já no mês de março, sendo criado o Bônus do Tesouro Nacional, com correções mensais baseadas no índice da inflação, para aplicação em contratos com no mínimo 90 dias. Em abril, ocorreu o descongelamento de preços, embora seus reajustes também só pudessem ocorrer a cada 90 dias.

A dinâmica tentada foi a de estabelecer reajustes trimestrais para frear o aumento da inflação, contudo, no mês de maio a taxa de inflação subiu 9,9% e, em junho passou dos 20%<sup>344</sup>. O congresso criou uma política salarial a despeito do governo, que acabou por restaurar os reajustes escalonados conforme a faixa salarial, restaurando assim a indexação plena da economia e dando “cabo” definitivamente do Plano Verão<sup>345</sup>.

A crise econômica se articulou organicamente à crise política com o processo eleitoral para a presidência da república, chegando assim ao auge da crise de hegemonia no país, com a incapacidade do governo Sarney em unificar minimamente as classes e frações do bloco no poder em torno de um programa político definido.

A disputa eleitoral envolveu 22 candidatos, sendo a grande maioria representantes dos interesses do bloco no poder. David Maciel assim caracterizou o pleito:

Tomados em conjunto, suas propostas oscilavam entre o desenvolvimentismo reformista e o neoliberalismo extremado, abrangendo tanto os egressos da Ditadura Militar, que militaram na Arena, no PDS e no PFL, quanto os da oposição moderada que militaram no PMDB e no PTB. A necessidade de adoção de medidas ortodoxas para conter a crise econômica, da solução “pacífica” da questão externa, sem ruptura com os credores internacionais e o imperialismo, e da limitação da luta política aos marcos autocráticos previstos pela nova institucionalidade eram elementos consensuais nas candidaturas

---

<sup>343</sup> DREIFUSS, 1989, p.271.

<sup>344</sup> MODIANO, 1992, p.375-378.

<sup>345</sup> Op.Cit.1992, p.380-381.

dominantes. Todavia, variavam as posições referentes ao intervencionismo estatal, às empresas estatais e à questão social (MACIEL, 2012, p.359).

Num quadro geral, a crise da representação empresarial, nesse momento, se dava na pluralidade de candidaturas que iam do desenvolvimentismo reformista ao neoliberalismo, sendo que os representantes do segundo se diferenciavam pela proposta de mudança no padrão de acumulação capitalista a partir das desestatizações, ou seja, as estatais não mais seriam o mecanismo propulsor da acumulação privada, elas passariam diretamente para o setor privado, como já vinha sendo defendido pelo IBS há anos. A existência de fortes candidaturas de esquerda como a de Lula (PT) e a de Brizola (PDT), acirrava ainda mais a configuração da crise de hegemonia vigente.

Francisco de Oliveira trabalhou com a hipótese de que o primeiro turno mostrou que a crise vigente, não propiciava um bom terreno para mecanismos de agregação de interesses, que se somavam a uma perda de credibilidade do Estado, das instituições, e das políticas de acumulação capitalista, daí para o sociólogo a pluralidade de candidaturas que truncavam a agregação de interesses, de molde a beneficiar uma candidatura “normal”<sup>346</sup>.

Todavia discordamos da avaliação que o sociólogo faz de que foi o sistema político-partidário brasileiro que demonstrou instabilidade e incapacidade de articular os novos nós górdios da relação “Estado-Sociedade”<sup>347</sup>. Oliveira, aqui, seguiu pela via de dicotomização do Estado com a sociedade civil, o que turva a compreensão do significado do que o próprio sociólogo chamou de codificação da luta de classes no 2º turno, haja vista que por mais que a candidatura Fernando Collor não representasse uma unificação das frações dominantes do capital, também não era fruto de um bonapartismo ou messianismo como o próprio autor caracteriza, mas sim das contradições históricas engendradas pelas frações dominantes do capital, na sua busca por um novo padrão de acumulação capitalista.

A crise se agudizou com o 2º turno das eleições, onde ocorreu uma polarização entre o projeto neoliberal extremado, levado a cabo por Fernando Collor, e a perspectiva democrático-popular, representada por Lula. Não foi apenas uma polarização de dois projetos totalmente antagônicos, mas foi também à expressão do esvaziamento da

---

<sup>346</sup> OLIVEIRA, 1992, p.23.

<sup>347</sup> Op.Cit. 1992, p.16-17.

perspectiva desenvolvimentista em seus mais diversos matizes, haja vista o resultado eleitoral de seus representantes como mostrado no quadro dos candidatos abaixo:

**Candidatos a Presidência da República (Quadro 4.1)**

Candidato	Partido	Vinculação Programática	Posição	Percentual dos votos
Fernando Collor	PRN	<i>Sem vínculos orgânicos com nenhuma das frações hegemônicas do bloco no poder, expressou um oposicionismo retórico a Sarney e construiu um discurso: moralizador, incorruptível, jovem e anticaciquismo. Apresentou um programa neoliberal comprometido com a privatização das estatais, a redução do tamanho do Estado fechando órgãos, cortando gastos e demitindo funcionários públicos, abrir a economia ainda mais ao capital externo e deixar a questão salarial para livre negociação entre patrões e empregados.</i>	1º	28% (1º Turno) 50% (2º Turno)
Lula	PT	Versão moderada do programa “democrático-popular”, definido no V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Dividido em 13 pontos, o programa de governo ia além do desenvolvimentismo, propondo a criação de um modelo econômico que submeteria o grande capital à lógica distributivista imposta pelo Estado e pelos trabalhadores organizados	2º Lugar	16% (1º Turno) 44% (2º Turno)
Leonel Brizola	PDT	Seu projeto político misturava o nacional-desenvolvimentismo do período pré-golpe com elementos da social-democracia europeia, combinando um forte intervencionismo estatal com o resgate do papel estratégico do setor público no desenvolvimento econômico e uma perspectiva nacionalista não-imperialista.	3º Lugar	15%
Mário Covas	PSDB	Colocava-se entre uma	4º Lugar	10%

		perspectiva desenvolvimentista e neoliberal, com maior acento para a segunda ao defender: <i>defesa da economia de mercado, reforma administrativa, fim dos subsídios, do empreguismo, combate ao cartorialismo e dos privilégios.</i>		
Paulo Maluf	PDS	<i>Propostas de privatização de estatais e cortes no funcionalismo público.</i>	5º Lugar	8,3%
Guilherme Afif Domingos	PL	Vinculado aos setores pequenos e médios do capital, tinha uma forte militância <i>antiestatista</i> e tentava se colocar como uma nova opção da direita.	6º Lugar	4,5%
Ulysses Guimarães	PMDB	Programa desenvolvimentista reformista, com orientação distributivista apresentada a partir do controle do governo sobre os salários, assistencialismo social e apoio à desconcentração econômica	7º Lugar	4,4%
Roberto Freire	PCB	Se inseria numa perspectiva desenvolvimentista reformista mais à esquerda do que a candidatura Ulysses Guimarães, pois previa o intervencionismo estatal e o fortalecimento do poder público, além do comprometimento com demandas dos trabalhadores. Contudo, o livre mercado era avaliado positivamente enquanto fator de crescimento econômico e progresso tecnológico.	8º Lugar	1,1%
Aureliano Chaves	PFL	Situava-se numa perspectiva em que considerava o intervencionismo estatal como um instrumento de alavancagem econômica a serviço da acumulação privada.	9º Lugar	0,8%
Ronaldo Caiado	PSD	Líder da UDR era o representante político dos grandes proprietários rurais e da defesa da propriedade privada	10º Lugar	0,7%
Afonso Camargo Neto	PTB	Defendia um trabalhismo-liberal, com muita fluidez programática.	11º Lugar	0,5%
Enéas Ferreira Carneiro	PRONA	Propunha um Estado forte, intervencionista técnico, afirmando que a abertura do setor produtivo nacional era	12º Lugar	0,5%

		danoso ao país.		
José Alcides “Marronzinho” de Oliviera	PSP	Tinha uma proposta de fechar por seis meses os principais bancos privados do país. Se apresentava como porta-voz dos pequenos empresários.	13º Lugar	0,33%
Paulo Gontijo	PP	Em seu plano de governo prometia valorizar: a)trabalho;b)educar as crianças e os jovens; c)cuidar da saúde das pessoas; Além de combater a especulação,considerada o maior mal do país.	14º Lugar	0,27%
Zamir José Teixeira	PCN	_____	15º Lugar	0,26%
Lívia Maria Pio	PN	_____	16º Lugar	0,25%
Eudes Oliveira Mattar	PLP	_____	17º Lugar	0,22%
Fernando Gabeira	PV	Propunha o fim do serviço militar obrigatório, a defesa do meio-ambiente e das minorias.	18º Lugar	0,17%
Celso Brant	PMN	Do programa apresentado constavam, entre outros pontos, a realização da reforma agrária, a adoção de uma política externa independente e voltada para o Terceiro Mundo, o rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a declaração da moratória da dívida externa em conjunto com os demais países da América Latina e a implementação de uma política econômica voltada para a ampliação do mercado interno.	19º Lugar	0,15%
Antônio dos Santos Pedreira	PPB	Dos pontos defendidos em seu programa constavam a adoção do sistema parlamentarista de governo, <b>a valorização da livre iniciativa e o combate ao crescimento das empresas estatais</b> , além da proposta de transformação dos ministérios militares em secretarias.	20º Lugar	0,12%
Manoel de Oliveira Horta	PDC do B	_____	21º Lugar	0,12%
Armando Corrêa	PMB	Defendia um projeto em que todos os brasileiros deveriam ter um carro, além de propostas como a descentralização da administração nas grandes cidades, com a nomeação de um prefeito para cada bairro, a de implantação do sistema nacional do imposto único e a	22º Lugar	0,01%

		da universidade aberta para todos.		
--	--	------------------------------------	--	--

Fonte: Elaboração do próprio autor a partir de informações levantadas em: DREIFUSS, 1989, p. 257; 274-282; LAMOUNIER, 1990, p.190; PINTO, 1989, p. 49-60; 113-125; Programa de Governo de Paulo Gontijo. In: <http://www.ipg.org.br/arquivos/PlanodeGoverno.pdf>; REIS, Verbete: PMB. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br);

Podemos notar que dos seis primeiros candidatos, os quatro vinculados à direita comungavam de uma perspectiva liberalizante, com gradações e perspectivas diferentes, o que já indicava uma rejeição nas urnas à perspectiva desenvolvimentista de solução da crise, abrindo assim o caminho para a efetivação de uma mudança do padrão de acumulação capitalista no país, calcado nas privatizações e no desmonte do Estado.

Com o 2º turno ocorreu uma adesão das frações dominantes do capital em torno da candidatura Collor, com as mais diversas forças políticas e sociais do bloco no poder tentando evitar a vitória do candidato do PT, como bem explicou David Maciel:

O desespero ante a possibilidade de vitória do candidato do PT revelava todo o conteúdo autocrático presente na institucionalidade democrática e no próprio comportamento político das forças conservadoras. Isto porque, apesar de todo o apoio recebido, que lhe permitiu manter a dianteira nas pesquisas de intenção de voto, a tendência de queda apresentada pela candidatura Collor a partir de setembro continuou até o dia decisivo. Esta situação motivou o uso e abuso das práticas fisiológicas, com o candidato loteando os cargos de seu futuro governo com as lideranças conservadoras, apesar do discurso veemente em contrário (...) Além disso, tal situação estimulou também a manipulação política e ideológica aberta, com a radicalização do discurso alarmista contra a vitória do PT, o apelo aos ataques pessoais no horário eleitoral gratuito, a manipulação da cobertura jornalística da campanha pelos principais órgãos da grande imprensa, inclusive com a perseguição a jornalistas mais independentes, e outras manobras para favorecer o candidato conservador (MACIEL, 2012,p.372).

Nesse caso, vale ressaltar a “discreta” participação do candidato do PSDB, Mário Covas, durante o 2º turno, ao não se definir claramente por nenhuma candidatura, haja vista que o seu partido tinha simpatias por Collor, mas o próprio Covas chegou a

subir no palanque com Lula declarando-lhe “apoio crítico”, já que discordava dos 13 pontos do programa do PT <sup>348</sup>.

Seu partido, o PSDB, surgiu de uma ruptura com o PMDB após as discussões sobre a prorrogação do mandato de Sarney, em 1988, confluindo para o partido: “social-democratas”, socialistas democráticos, democratas cristãos e liberais progressistas, que segundo Marques e Fleischer<sup>349</sup>, estavam afinados em torno de uma perspectiva política que buscava superar as injustiças do capitalismo, mas segundo documentação do partido “sem cair no erro do socialismo”, defendendo uma reforma do Estado com a redução do setor produtivo estatal por meio da venda das empresas que pudessem ser “melhor geridas” pelo setor privado<sup>350</sup>.

Ainda durante a campanha do segundo turno, mas já no plano internacional, ocorreu um encontro em Washington, entre membros do governo dos EUA, do FMI, Banco Mundial e do BID, denominado “Latin American Adjustment: How Much Has Happened”, vulgarmente conhecido como “Consenso de Washington”. Nesse encontro, o economista John Williamson listou uma série de reformas que segundo ele, os países do capitalismo periférico deveriam adotar na área econômica para que entrassem em uma trajetória de disciplina fiscal e redução do Estado na economia.

As recomendações de Williamson ficaram conhecidas como os “dez pontos” a serem seguidos: 1- disciplina fiscal; 2- priorização dos gastos públicos; 3- reforma tributária; 4- liberalização financeira; 5- regime cambial; 6- liberalização comercial; 7- investimento direto estrangeiro; 8- privatização; 9- desregulação; 10- propriedade intelectual<sup>351</sup>.

Para José Luis Fiori<sup>352</sup>, o “Consenso de Washington” teve uma estratégia dividida em três fases a serem aplicadas, num primeiro momento com o estabelecimento de um equilíbrio macroeconômico em que se priorizou o superávit fiscal primário com

---

<sup>348</sup> PINTO, 1989, p.175.

<sup>349</sup> MARQUES & FLEISCHER, 1999, p.190-193.

<sup>350</sup> Nesse momento, o PSDB ainda oscilava entre a social-democracia e o neoliberalismo moderado, de forte matriz anti-estatista e anticartorial, cumprindo um importante papel na reafirmação da oposição entre Estado/Sociedade Civil baseada na fórmula de governo autoritário X Sociedade democrática. No decorrer da década de 90, o partido será o “moderno príncipe” da burguesia brasileira, segundo definição de Guiot (2006), conduzindo as reformas de corte neoliberal do Estado e soldando as frações hegemônicas do capital em torno da candidatura Fernando Henrique Cardoso, em 1994.

<sup>351</sup> KON, 2010, p.26.

<sup>352</sup> FIORI, 1998, p.12.

revisão das relações sociais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública.

O segundo momento seria o de reformas estruturais, com a liberação financeira e comercial, além da desregulação dos mercados e a privatização das estatais. O terceiro momento seria o da retomada dos investimentos e do crescimento econômico. No geral, o “consenso” representou um abrangente conjunto de regras a serem aplicadas de forma padronizada aos diversos países e regiões do mundo, sob a condição de estabelecimento de políticas macroeconômicas de estabilização, acompanhadas de reformas estruturais de corte liberalizante<sup>353</sup>.

Foi nessa conjuntura que Collor foi favorecido pelo apoio da ampla maioria dos partidos à direita, que viabilizaram uma maior inserção política nacional do candidato, possibilitando a sua vitória frente a Lula. Além disso, contou a seu favor a orientação liberalizante, que já vinha sendo seguida em termos práticos no governo Sarney<sup>354</sup> e estava no horizonte histórico de algumas das frações dominantes do capital. Em terceiro lugar, contou enquanto estratégia de consenso o apelo carismático, jovem e moralizador (o que se distingue de messiânico ou bonapartista) do candidato junto às massas populares e a sua posição arbitral frente às frações do bloco no poder, como única alternativa viável a vitória do programa democrático-popular<sup>355</sup>.

#### **4.2- A “Sagração da Primavera”<sup>356</sup> Privatista:**

No ano de 1990, no âmbito dos grandes meios de comunicação, da intelectualidade e do espectro político-institucional, consolidou-se aquilo que José Luis Fiori denominou de um “amplo consenso liberal” favorável a adoção do programa

---

<sup>353</sup> FIORI & TAVARES, 1993, p.18; No mesmo ano de 1989 foi derrubado o Muro de Berlim e lançada a obra de Francis Fukuyama, “O Fim da História”, de grande repercussão internacional, onde a democracia liberal burguesa seria o coroamento da história da humanidade, o que já sinalizava um terreno propício para a ofensiva liberalizante pelo mundo.

<sup>354</sup> MACIEL, 2012, p.374.

<sup>355</sup> Op.Cit.2012, p.375.

<sup>356</sup> Alusão a composição de Igor Stravinsky e balé de Vatslav Nijinsky, em que uma jovem virgem é sacrificada para apaziguar o deus da primavera, sob a argumentação de que seria para “o bem de todos”.



completo de estabilização, ajuste e reformas institucionais, ou seja, estava preparado o “clima” ideológico no qual as privatizações se estabeleceriam<sup>357</sup>.

Em março do mesmo ano, Fernando Collor tomou posse, nomeando nove ministros<sup>358</sup> e com a promessa em discurso, de modernizar rapidamente a economia brasileira, diminuindo a intervenção estatal e transferindo à iniciativa privada uma parcela significativa das empresas públicas, colocando na ordem do dia a reforma do Estado brasileiro.

A demonstração de que cumpriria com essa promessa veio no dia seguinte de sua posse, com o pacote de medidas provisórias encaminhadas ao congresso aonde versavam temas como a privatização e a inserção do Brasil nos novos rumos do mundo contemporâneo sob o nome de Plano Brasil Novo, mais conhecido como Plano Collor I<sup>359</sup>.

O Plano Collor I foi um programa que segundo Almeida, teve como principais medidas: a) o Cruzeiro retornou a sua posição de moeda oficial; b) redução dos saques da poupança, do overnight e das contas correntes reduzidas ao máximo de Cr\$ 50 mil, ficando o restante retido pelo Banco Central; c) proibição dos aumentos dos preços; d) adoção do câmbio flutuante; e) extinção de 24 organismos federais e autárquicos - SIDERBRÁS-;f) redução da presença do Estado na economia, por meio das privatizações de empresas estatais<sup>360</sup>.

---

<sup>357</sup> FIORI & TAVARES, 1993, p.153; Portanto, aqui discordamos de Francisco de Oliveira, que considerou a “Era Collor” como uma revelação dramática da ausência de projeto para a nação e as classes dominantes, sendo a grande burguesia um ente passivo (OLIVEIRA, 1992, p.94-95;126).

<sup>358</sup> Carlos Chiarelli (PFL), Alcení Guerra (PFL), Zelia Cardoso de Melo, Ozires Silva, Joaquim Roriz, Margarida Procópio, Bernardo Cabral, Antonio Rogério Magri e Francisco Rezek (ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que fiscalizou as eleições presidenciais que Collor tornou-se eleito) (MENEGUELLO, 1998, p.192-193).

<sup>359</sup> CRUZ, 1992.p.5.; Em arguta observação sobre a figura de Fernando Collor, Sebastião Velasco e Cruz assim o definiu: “O período que se inaugura em 1990 tem como emblema um personagem pessoal e familiarmente ligado ao antigo regime; que se beneficiou do apoio unânime das máquinas políticas do velho regime, e que levanta muito mais alto que o faziam os economistas do regime passado a bandeira do liberalismo e da economia de mercado.” (CRUZ, 1992, p.5). Ver também: ALMEIDA, 2010, p.26; SALLUM, 1996, p.4-5.

<sup>360</sup> ALMEIDA, 2010, p.28; 260.

Aqui, fazemos a divisão do Plano em cinco conjuntos básicos: 1) Políticas de renda; 2) Reforma monetária; 3) Reforma fiscal; 4) Reforma do comércio exterior; 5) Reforma administrativa e privatizações.

No que tange as **políticas de renda**, em 16 de março foi decretado um congelamento de preços. Os salários relativos a março (pagos em abril) receberam a correção da inflação daquele mês e a partir daí os aumentos salariais deveriam ter reajustes prefixados que refletiriam a inflação esperada<sup>361</sup>.

A **reforma monetária** anunciada também em 16 de março, constituiu-se da restauração do cruzeiro e da redução dos saques de poupança como já assinalados acima. Os depósitos a prazo, letras de câmbio, debêntures, fundos de renda fixa e aplicações de curto prazo foram liberadas até 20% de seu valor, os ativos bloqueados foram indexados à variação do Banco do Tesouro Nacional (BTN) mais 6% de taxa de juro anual. Esses depósitos seriam bloqueados por dezoito meses e liberados em doze parcelas mensais a partir de setembro de 1991<sup>362</sup>.

Uma parte forte e bem alinhada do Plano destinava-se a aumentar receitas e reduzir despesas com uma **Reforma fiscal**. Do lado da arrecadação de impostos, as principais medidas foram a eliminação de depósitos e cheques ao portador acima de US\$ 100, que beneficiavam o anonimato fiscal. Além disto, compôs a reforma fiscal a eliminação de uma série de isenções fiscais, aumentos nas alíquotas do imposto sobre a renda e sobre produtos industrializados, recolhimento de imposto de renda sobre os resultados de atividades agrícolas, a correção dos impostos em atraso de acordo com a variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF) - título do governo com indexação diária-, suspensão temporária de incentivos fiscais para investir no norte e no nordeste e uma subscrição obrigatória de certificados de privatização pelo sistema bancário e pelos fundos de pensão<sup>363</sup>.

A **Reforma do comércio exterior** veio com a adoção de um sistema flutuante de fixação da taxa de câmbio, liberalizando o comércio sob a retórica de “modernização da economia”. Os bancos e os dealers de câmbio credenciados foram autorizados a negociar o preço do dólar diretamente com seus clientes, monitorados pelo Banco Central.

---

<sup>361</sup> Cf.ZINI, Jr. 1993.;FARO,1990.

<sup>362</sup> Op.Cit.1993,314-315.

<sup>363</sup> Op.Cit.1993, p.312.

O Plano Collor I veio acompanhado de medidas **privatizantes**, a partir do Plano Nacional de Desestatização (PND) <sup>364</sup>, construído pela lei 8031/1990, que tomou o setor siderúrgico como estratégico, além do petroquímico e o de fertilizantes. Logo no artigo 1º, inciso I, é explicitado o principal objetivo do processo de privatizações do Governo: “reordenar a posição estratégica do Estado na economia, **transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público**” <sup>365</sup>.

Ora, este trecho fica patente uma das críticas “históricas” do empresariado do IBS já mostrado anteriormente, ou seja, a expansão indevida do Estado para setores “considerados” exclusivos da iniciativa privada não caiu de “paraquedas” na letra da lei 8031/1990, mas vinha sendo discutida com afinco por parte da fração siderúrgica do capital em seus congressos.

Para complementar o PND, Fernando Collor emitiu o decreto nº99. 464/1990<sup>366</sup>, que dispunha acerca das empresas dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes a serem privatizadas, com a análise de uma comissão diretora formada por quinze membros e o gerenciamento do BNDES<sup>367</sup>.

Pelo artigo 2º deste decreto as seguintes empresas seriam leiloadas:

**Tabela 4.2 (Empresas incluídas no PND)**

ESTATAL	SETOR
<b>Companhia Siderúrgica do Nordeste (COSINOR)</b>	<b>Siderurgia</b>
<b>Aços Finos Piratini S.A</b>	<b>Siderurgia</b>
<b>Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)</b>	<b>Siderurgia</b>
<b>Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A (USIMINAS)</b>	<b>Siderurgia</b>
<b>Usiminas Mecânica S.A.USIMEC</b>	<b>Siderurgia</b>
<b>Mafersa Sociedade Anônima</b>	<b>Siderurgia/Material Ferroviário</b>
Companhia Petroquímica do Sul (COPEL)	Petroquímica
Petrobrás Química S.A (Petroquisa)	Petroquímica
Petroquímica Triunfo S.A.	Petroquímica
POLISUL Petroquímica S.A.	Petroquímica

<sup>364</sup> Para um estudo detalhado acerca das nuances jurídicas do PND: Cf. ALMEIDA, 2010.

<sup>365</sup> Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8031.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm)

<sup>366</sup> Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99464.htm)

<sup>367</sup> BAER, 2009, P.333.

PPH- Companhia Industrial de Polipropileno	Petroquímica
Petrobrás Química S.A. (Petroquisa-pólo Camaçari)	Petroquímica
ACRINOR-Acrilonitrila do Nordeste S.A.	Química/Petroquímica
CIQUINE-Companhia Petroquímica	Petroquímica
Companhia Brasileira de Poliuretanos	Química
CPC-Companhia Petroquímica Camaçari	Petroquímica
DETEN Química S.A.	Química
EDN-Estireno do Nordeste S.A.-Metanol do Nordeste	Petroquímica
NITROCARBONO S.A.	Petroquímica
NITROCLOR –Produtos Químicos S.A.	Química
Polialden – Petroquímica S.A	Petroquímica
POLITENO- Indústria e Comércio S.A.	Petroquímica
PRONOR – Petroquímica S.A.	Petroquímica
Indústria Carboquímica Catarinense S.A.	Química
Goiás Fertilizantes S.A.-GOIASFÉRTIL	Fertilizantes
Mineração Caraíba Ltda	Mineração

Fonte: elaboração do autor com base no Decreto nº 99.464/1990.

Almeida também destacou o fato de que com o PND ocorreu uma ruptura com o padrão legal vigente até então acerca das privatizações, ou seja, a partir do Governo Collor, as privatizações inserem-se num amplo processo de reforma do Estado brasileiro, onde a iniciativa privada ficaria livre de qualquer “amarra” e a ineficiência/gigantismos seriam expurgados do modelo econômico vigente<sup>368</sup>.

Nas palavras do próprio Presidente Collor:

(...) sua privatização [das empresas selecionadas] possibilitará o aumento da eficiência administrativa e produtiva e a realização de novos investimentos, criando assim condições para o aumento da oferta de insumos básicos a preços menores (...) a privatização não se limita à venda das empresas,mas também engloba a concessão ao setor privado da exploração de serviços públicos e execução de obras públicas, a ser regulamentadas por lei (Collor,1991,p.32-33 APUD: ALMEIDA, 2010, p.272).

Nesse sentido, as privatizações tiveram como objetivo moldar um novo padrão de financiamento da economia, em detrimento dos recursos públicos para construir

<sup>368</sup> ALMEIDA, 2010, p.273.

empresas estatais, estes seriam utilizados para construir um bloco de capitais privados que poderia assumir um papel de hegemonia do processo de acumulação capitalista<sup>369</sup>.

À luz do pensamento gramsciano, o sentido do liberalismo –chamado de liberismo pelo sardo– na economia com a sua proposta privatista, promoveria a sua incursão a partir de uma distinção orgânica entre sociedade política e sociedade civil, ou seja, tais esferas estariam separadas uma da outra, daí a defesa de não intervenção do Estado na regulamentação da economia, pois esta seria de exclusividade da sociedade civil<sup>370</sup>. Tal problema é assim explicado por Gramsci:

Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado, isto é, a modificar a distribuição da renda nacional (GRAMSCI, 2011, p.47).

Gramsci concebia a expansão dos interesses de um dado grupo no aparelho de Estado como parte de uma expansão universal, destinada a superar equilíbrios instáveis entre as classes dominantes e os grupos subordinados<sup>371</sup>. Nesse caso, as frações de classe atuantes no IBS, não se propunham a modificar a estrutura do Estado, mas apenas a sua orientação governamental, de molde a favorecê-los, criando assim as condições necessárias para a expansão dos interesses deste grupo.

Dois meses depois de anunciado o Plano, o Banco Central anunciou a criação de um fundo de privatização, com o objetivo de permitir a participação dos “cidadãos” no processo de transferência das estatais para a iniciativa privada. Nesse caso, Collor

---

<sup>369</sup> OLIVEIRA, 1992, p.74.

<sup>370</sup> GRAMSCI, 2006, p.47; Em outro momento (Cadernos do Cárcere, Volume IV), o marxista sardo fez uma análise das diversas tendências liberais, e apontou para o fato de que os liberais defendem o Estado Veilleur de Nuit (Guarda Noturno), cuja preferência parte de uma iniciativa histórica da sociedade civil e das diversas forças que nela brotam, ou seja, o Estado seria o guardião da “lealdade do jogo” e de suas leis, todavia Gramsci fez uma importante observação: os intelectuais orgânicos podem ser liberais no campo econômico e intervencionistas no campo cultural, etc. (GRAMSCI, 2006, p.86).

<sup>371</sup> Op.Cit.2011, p.41-42.

buscou a integração com o ideário neoliberal vigente, sendo a privatização do Estado um de seus aspectos fulcrais e em consonância com os organismos internacionais, como salientou Ricardo Antunes<sup>372</sup>:

Os procedimentos para a obtenção deste télos seguem, em dose única, o essencial do receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI): o enxugamento da liquidez, o quadro recessivo decorrente, a redução do déficit público, a “modernização” (privatista) do Estado, o estímulo às exportações e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizada em nosso país. É um desenho econômico nitidamente neoliberal. O “intervencionismo exacerbado” presente no Plano e que desagradou aos setores mais à direita lembra a última medida necessária para uma lógica de um Estado que se quer todo privatizado. É a simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal.(...) Neste sentido, o confisco de recursos financeiros, o aumento da carga tributária sobre os ganhos do capital, a punição aos abusos do poder econômico, os crimes contra o Estado etc. atingem somente na imediatidade, na contingência, na circunstancialidade os interesses do grande capital, pois o horizonte aberto com o Plano lhes é francamente favorável (ANTUNES, 2005, p.10).

Foi neste sentido que o Congresso do IBS de 1990 assumiu um tom de exaltação as políticas do governo Collor e a conjuntura internacional favorável. As demandas históricas do IBS estavam previstas no PND e não houve a necessidade de estabelecer críticas a agenda da política-econômica vigente. Em discurso inaugural, o então Presidente do Instituto, Miguel Augusto Gonçalves de Souza<sup>373</sup> fez a seguinte avaliação:

---

<sup>372</sup> Publicado originalmente em: Jornal Gazeta Mercantil, 04/07/1990.

<sup>373</sup> Nascido em Itaúna, Minas Gerais, em 1926. Foi secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais de 1964-1965; Diretor-Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., de 1975 a 24 de abril de 1979; Diretor Presidente da Fiat Automóveis S.A., de 1979 a 1983; Diretor-Presidente da Aço Minas Gerais S.A. - AÇOMINAS, de 1984 a 1985; Presidente da Associação Comercial de Minas, de 1963 a janeiro de 1965; Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais, de 1963 a 1965; Presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, no período de 1963 a 03 de maio de 1964; Presidente do Conselho Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Presidente do Rotary Club de Belo Horizonte; Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS, com sede na cidade do Rio de Janeiro; Presidente do Conselho

As alterações políticas no Leste Europeu, a derrubada do Muro de Berlim e a unificação da Alemanha, a progressiva opção da URSS pela economia de mercado e o sepultamento da utopia comunista foram acontecimentos que por certo já estavam em gestação, e o mundo caminha irreversivelmente no sentido do pluripartidarismo, da economia de mercado e da social democracia. (...) Outros fatores recentes devem merecer a atenção deste congresso. Sabemos que, desde o início da década de 1980, o Estado brasileiro deixou de ser a força propulsora do crescimento econômico nacional. **O modelo de mais de meio século tornara evidente sua exaustão e ele, ultimamente, mais cerceava do que ajudava as energias criadoras dos agentes econômicos. Impunha-se derrubar estas barreiras, o que aconteceu com a preferência do povo brasileiro pela plataforma eleitoral vencedora nas eleições do ano passado. Com o advento do novo governo, respaldado na maioria da opinião pública, abriram-se, afinal, os caminhos para a modernização de nossa sociedade com o propósito de ajustá-la as realidades emergentes no Brasil e no mundo. A siderurgia, mais uma vez é envolvida nestas mudanças, pois o Estado responde, no momento, por aproximadamente 70% da produção brasileira de aço e é o próprio Estado que anuncia, de forma peremptória, sua vontade política de afastar sua presença direta na produção siderúrgica** (Discurso inaugural do Presidente do IBS Miguel Augusto Gonçalves de Souza, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1990,p.2-3).

Para melhor compreensão das privatizações do setor, estive no Congresso, o diretor das áreas de operações e projetos empresariais do BNDES, Otávio Fontes Tourinho. O BNDES foi indicado por Collor como órgão gestor e fornecedor de apoio administrativo e operacional a Comissão Diretora do PND, além de poder recomendar as condições processuais das privatizações.

No caso da avaliação e da operação de vendas das estatais, firmas privadas juntamente com empresas de auditoria seriam contratadas para prestar o serviço. O próprio diretor assim explicou o processo:

---

Superior da Associação Comercial de Minas;Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de Minas Gerais (<http://www.academiamineiradeletras.org.br/miguelaugusto.asp>).

(...) cada empresa apresenta uma situação financeira e operacional distinta e problemas específicos, o modelo de privatização deverá se ajustar em cada caso, de forma a maximizar o valor de venda e atender a política para o setor como um todo (Palestra do Diretor das áreas de operações e projetos empresariais do BNDES, Otávio Fontes Tourinho, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1990, p.10).

Tourinho ainda fez questão de explicar as motivações do PND iniciar as privatizações pela siderurgia, sobretudo pela CST e pela USIMINAS:

- A) A privatização permitirá ao Estado ressarcir-se dos recursos aportados nas empresas e das dívidas assumidas pela SIDERBRÁS, que realizou, em 1987, processo de saneamento do passivo das empresas.
- B) A retirada do Governo Federal permitir-lhe-á carrear recursos para o tesouro, descomprometendo-o de bancar novos investimentos das empresas, com o que poderá dedicar-se prioritariamente aos setores de sua competência, tais como: habitação, saúde e educação.
- C) Serão geradas alternativas viáveis para financiar os próximos investimentos das empresas, que deverão contemplar o aumento de produtividade e enobrecimento de seus produtos, uma vez que o Estado encontra impossibilitado de realizar os aportes necessários.
- D) As empresas apresentam-se como negócios viáveis para os novos acionistas, considerando que:
  - D.1) Com alguns investimentos adicionais poderão fabricar produtos de maior valor agregado, melhorando sua rentabilidade.
  - D.2) **Possuem estrutura administrativa e organizacional adequadas.**
  - D.3) **São empresas reconhecidamente eficientes, cujo padrão de desempenho é comparável aos melhores da siderurgia mundial**
  - D.4) **Tem presença significativa no mercado externo**<sup>374</sup>

Assim sendo, deu-se ao longo do Plano Nacional de Desestatização o momento de congratulação das demandas do IBS. A gestação do consenso privatista antecedeu a chegada de Collor à presidência, mas foi com ele que assumiu uma centralidade na

---

<sup>374</sup> Op.Cit. 1990, p.11-12.



agenda político-econômica brasileira. Em suma, coube ao IBS o papel de intelectual coletivo na formulação do processo privatista brasileiro em consonância com os diversos agentes do pessoal do Estado presentes na ossatura material do Estado brasileiro, sendo o PND do governo Collor a expressão material do atendimento da “fuga para frente” do Instituto iniciada ainda nos anos 1970.

## Conclusão

No ano de 2009, o Instituto Brasileiro de Siderurgia mudou seu nome para Instituto Aço Brasil, mas a mudança significativa veio mesmo após as privatizações dos anos 1990, com uma concentração brutal do setor siderúrgico acompanhado por uma escalada da internacionalização das usinas e aumentos astronômicos das taxas de lucros. Conseqüentemente também ocorreu a redução do número de empresas associadas ao instituto<sup>375</sup>.

Em estudo da consultoria Económica, encomendado pelo jornal O GLOBO<sup>376</sup>, entre os destaques positivos da economia brasileira de 2013, a Siderurgia representava a ponta de lança entre os setores<sup>377</sup> estudados, com um aumento dos lucros de R\$294 milhões para R\$ 1,2 bilhão. O maior destaque foi a Gerdau com um aumento de 57% da sua lucratividade. Este processo de acumulação capitalista, de certo, teve suas implicações acentuadas com os desdobramentos ocorridos ao longo do período estudado aqui nesta pesquisa.

Nesse sentido, tentamos demonstrar que o processo ao longo desta dissertação, que o projeto privatista elaborado pelo IBS, na sua tática de “fuga para frente”, foi uma resposta da fração siderúrgica do capital as possibilidades de depreciação das taxas de lucro com a crise dos anos 1970/1980. Para tanto, utilizamos o referencial teórico gramsciano e a compreensão de Estado na sua dimensão relacional, onde os conflitos e os interesses se condensam.

No capítulo I, esboçamos um breve histórico do setor siderúrgico no mundo e no Brasil, numa tentativa de nuançar as suas principais características como a concentração, o enorme volume de capital para investimento e o capital fixo. Nesse caso, foi apresentado o desenvolvimento da siderurgia no movimento real do capital, ou seja, desde a instalação das primeiras usinas passando pela revolução industrial inglesa e o seu desenvolvimento no século XX.

No capítulo II, apresentamos o modelo de acumulação capitalista adotado no pós Segunda Guerra Mundial, calcado numa maior intervenção estatal em setores

---

<sup>375</sup> Arcelor Mittal Aços Longos; Aperam; Arcelor Mittal Tubarão; Gerdau; Siderúrgica Norte Brasil – SINOBRAS; Thyssenkrupp CSA Siderúrgica do Atlântico; Usiminas; Vallourec & Sumitomo Aços do Brasil; Vallourec; Villares Metals; Votorantim Siderurgia.

<sup>376</sup> “Economia fraca, lucros em alta”, O GLOBO, 16/11/2013.

<sup>377</sup> Seguido por: Química, Papel e Celulose e Mineração.

considerados estratégicos. Para tanto, fizemos uma discussão bibliográfica a partir de autores das mais diferentes áreas do conhecimento como a Geografia, Economia e a Ciência Política, para melhor compreensão do desenvolvimento capitalista no período. Também analisamos as peculiaridades do capitalismo brasileiro com a apresentação de uma literatura especializada, que focou no momento da crise dos anos 1970 com a implementação do II PND e conseqüentemente o início da decomposição do pacto de dominação instaurado em 1964.

O IBS também foi objeto de análise neste capítulo, onde apresentamos o seu surgimento e funções, além do seu funcionamento enquanto um intelectual coletivo elaborador de políticas liberalizantes para o setor siderúrgico.

No capítulo III, foi feito um apanhado histórico de como o marxista sardo Antonio Gramsci desenvolveu o conceito de Hegemonia e crise de Hegemonia para a melhor caracterização dos anos 1980, enquanto um momento histórico de pluralidade de projetos em disputa.

Nesse caso, foi analisado o desenvolvimento da economia brasileira no período 1980-1984, com destaque para a ciranda financeira do momento e as altas taxas de inflação. Esse breve período foi de extrema riqueza para o desenvolvimento e o fortalecimento das ideias liberais nos congressos do Instituto, com a sistemática presença de convidados estrangeiros, intelectuais, jornalistas ou empresários.

No último capítulo, discutimos os planos que buscaram a estabilização da economia, tais como: Cruzado, Cruzadinho, Cruzado II, Bresser e Verão, e as conseqüentes reações dos empresários. No mesmo período ocorreu uma proliferação de Aparelhos Privados de Hegemonia, o que reforçou a crise política-econômica das classes dominantes, com o aumento de projetos em disputa.

Essa disputa atingiu seu ponto máximo nas eleições de 1989 e a polarização das candidaturas Collor X Lula. Com a eleição do primeiro, foi posto em prática no Brasil uma agenda liberalizante em que as privatizações ocuparam um lugar central na recomposição da dominação burguesa no Brasil.

Esta dissertação, portanto, tentou apresentar alguns dos aspectos da crise dos anos 1970/1980 e a luta pela acomodação das frações hegemônicas do capital, em especial a fração siderúrgica, no bloco no poder, a partir de uma plataforma consensual de um novo padrão de acumulação capitalista calcado nas reformas liberalizantes.

Por fim, devemos destacar que esta pesquisa certamente não deu conta das inúmeras questões que emergiram do período em estudo, como a atuação do capital

rentista em fins dos anos 1970 e início da década de 1980, a ação da imprensa enquanto “partido” e o processo de internacionalização do setor siderúrgico. Todavia, aqui, tentamos demonstrar que na história recente do Brasil, o IBS ocupou um lugar central nas táticas de dominação burguesa implementadas ao longo da transição tutelada dos anos 1970/1980 e das privatizações dos anos 1990.

## **Anexos**

### **Documento dos Oito (Julho de 1978)**

Há pouco menos de um ano, quando fomos escolhidos na consulta de opinião promovida pela Gazeta Mercantil, e divulgada por ocasião do lançamento da revista Balanço Anual, concordamos em que seria conveniente nos reunirmos periodicamente em um Fórum para debater os grandes problemas nacionais. Já estava claro que o momento brasileiro exigia dos empresários, mais do que nunca, reflexão sobre questões de grande amplitude. O debate sobre estas questões, porém, tende a ser ofuscado por uma conjuntura econômica e política particularmente complexa. Exatamente por isso, escolhemos tomar a perspectiva dos próximos dez anos para alinhar várias idéias sobre alguns de nossos problemas comuns e os da sociedade brasileira, para servir de subsídio a uma reflexão maior.

Na qualidade de dirigentes de empresas e, como tal, conscientes da dimensão social e mesmo política de nossa atividade, pensamos submeter nossas idéias ao exame dos vários setores da sociedade brasileira e, em especial, dos homens públicos e do empresariado. Desejamos exprimir nossa concepção sobre os rumos do desenvolvimento econômico, fundado na justiça social e amparado por instituições políticas democráticas, convencidos de que estes são, no essencial, os anseios mais gerais da sociedade brasileira. Se, porventura, as opiniões aqui expressas servirem de alguma forma para delinear os caminhos do futuro, acreditamos ter dado, ainda que modestamente, nossa contribuição de cidadãos atuantes.

#### **I**

A economia brasileira, todos sabem, sofreu em poucas décadas alterações profundas. Hoje já ultrapassamos a condição de meros exportadores de produtos primários e estamos caminhando para um estágio industrial avançado. Nossa base produtiva abriga alguns aspectos e algumas atividades típicas de economia madura, muito embora, em conjunto, ainda estejamos sofrendo o impacto negativo de regiões atrasadas e de grandes parcelas da população ainda à margem do processo econômico. Tudo faz crer que o desenvolvimento futuro continuará fortemente determinado pelo desempenho da indústria, respaldado numa atividade primária solidamente orientada e

estruturada. A convicção de que esta é uma realidade sugere que é preciso identificar as linhas mais gerais de uma política industrial capaz não só de consolidar o parque existente como de promover sua rápida diversificação. Esta é a melhor forma que vislumbramos para enfrentar de maneira adequada um quadro internacional desfavorável, cujos contornos infelizmente deverão persistir nos próximos anos.

A ênfase no desenvolvimento industrial, e sobre isso parece haver consenso, deverá repousar sobre a indústria de base. Neste sentido, cumpre hierarquizar corretamente as prioridades, abandonando objetivos inatingíveis, e executar com eficiência o programa de substituição de importações. Evidentemente, os demais setores, em especial o de bens de consumo de massa, deverão acompanhar o ritmo de expansão da indústria de base, de modo a se evitarem estrangulamentos.

Sabemos que o almejado equilíbrio entre os três protagonistas principais do processo de industrialização ainda está longe de ser alcançado. A empresa privada nacional padece de fragilidade preocupante, a empresa pública escapou dos controles da sociedade e a empresa estrangeira não está disciplinada por normas mais adequadas e claras de atuação.

A tarefa de fortalecimento da empresa nacional exige, fundamentalmente, discernimento em relação a três pontos: criação de mecanismos de capitalização, disponibilidade de tecnologia e critérios de sua absorção e uma política correta de gastos do governo e das empresas estatais.

A debatida questão da capitalização da empresa nacional, quaisquer que sejam as soluções técnicas adotadas, gira em torno da disponibilidade de fundos a longo prazo, que suportem os programas de expansão e modernização. É condição essencial para a promoção de investimentos de grande porte e longa maturação, em que as taxas de risco são maiores e os mecanismos de mobilização do capital, mais complexos, uma rearticulação entre o sistema industrial, o sistema financeiro privado e o sistema público de financiamento.

Caso contrário, é possível que venhamos a assistir à reprodução de descontinuidades no processo de investimento, ao agravamento das já inquietantes margens de endividamento das empresas privadas, tudo isso concorrendo para a perpetuação das disparidades tecnológicas e de escala da empresa nacional frente às suas congêneres estatais e estrangeiras.

Concomitantemente, persistirá o tradicional comportamento do sistema financeiro privado, aprisionado entre aplicações de curto prazo e imobilizações pouco

produtivas, sem condições de assumir os riscos inerentes a um processo dinâmico de acumulação de capital.

A estas vicissitudes do sistema financeiro privado correspondem desequilíbrios do sistema público de financiamento, condenado a uma vinculação de seus fundos a programas específicos, com perda desnecessária de flexibilidade nas aplicações, ou à esterilização financeira dos recursos excedentes, quer das empresas estatais, quer dos fundos públicos.

As distorções da estrutura financeira têm outras implicações da maior gravidade. A incapacidade do sistema financeiro em prover recursos de longo prazo para um sistema produtivo conduziu à busca de fundos externos, para atender à demanda das empresas que procuravam atender as oportunidades de investimento.

O endividamento externo em grande escala, que inicialmente cumpria função não desempenhada pelo sistema financeiro nacional, com a desaceleração da economia mundial e, posteriormente, da brasileira, passou a se constituir no mecanismo básico de especulação e de elevação de taxas de juros. O afã governamental de promover a entrada de empréstimos externos, para pagar os juros e amortizar o principal da elevada dívida já contraída, tem levado as autoridades a forçarem a manutenção de taxas de juros internas artificialmente altas ou, pelo menos, a não se esforçarem por lhes reduzir o nível.

Simultaneamente, o aumento sistemático das reservas cambiais, obrigando a expansão da base monetária, conduz o governo a uma política de dívida pública destinada a enxugar o dinheiro de câmbio. Com isso, os títulos públicos passam a oferecer taxas de rentabilidade cada vez mais elevadas, o que, por sua vez, vai fazendo subir o patamar da taxa de juros. Essa ciranda financeira eleva desmesuradamente os custos das empresas, constituindo-se numa das grandes fontes de realimentação inflacionária. Além de conseqüências danosas sobre os preços, esta política penaliza as exportações, ao impedir maiores desvalorizações cambiais, devido ao efeito que produziriam sobre as empresas públicas e privadas endividadas em moeda estrangeira. Isto se torna mais grave ainda se levarmos em consideração as restrições tarifárias e não tarifárias que ameaçam nossas exportações, num quadro internacional extremamente competitivo e potencialmente protecionista.

Estas distorções do sistema financeiro impedem que o Estado pratique uma política de dívida pública capaz de ajudar a sanar os problemas sociais urgentes que enfrentamos.

A reforma financeira parece-nos condição indispensável para a execução de qualquer política econômica e industrial nos próximos anos. E isto supõe uma reavaliação do papel do endividamento externo e de suas implicações no âmbito interno.

Outra questão relevante que gostaríamos de suscitar diz respeito à formulação de uma política de produção, absorção e adaptação de tecnologia. Esta política deve ser definida e implementada a partir das próprias prioridades do desenvolvimento industrial e da disponibilidade de recursos naturais. Especial atenção deve ser dirigida para a investigação de novas fontes de energia e aqui, particularmente, devem ser respeitados os critérios de nossas potencialidades naturais e humanas.

Complementarmente, a transferência de tecnologia requer providências de duas naturezas: em primeiro lugar, os critérios adotados pelo governo devem ser mais flexíveis, de modo a levar em conta a diversidade de situações e a experiência que os próprios empresários já adquiriram nas negociações com os fornecedores internacionais; Em segundo lugar, é sabido que não se pode pensar numa política efetiva de transferência de tecnologia, sem que se regule de maneira coordenada o ingresso de capitais externos, aos quais deveriam ser aplicados critérios de seletividade, pois a simples não concessão de incentivos é insuficiente para impedir investimentos supérfluos, suscetíveis de causar sérias perturbações de mercado.

A consecução de uma política industrial que solucione as questões de homogeneização tecnológica, de escala, bem como de manutenção de níveis adequados de demanda, requer um programa de compras a longo prazo por parte do governo e das empresas estatais. As empresas públicas, em particular, devem estar subordinadas à política industrial, de modo a evitar distorções provocadas por seu comportamento descontrolado e prejudicial aos interesses maiores da economia nacional.

O outro protagonista a que aludimos a empresa estrangeira tem desempenhado um papel inegável na construção da economia de mercado no Brasil. E nem desejamos prescindir de sua participação no futuro. Mas já está na hora de valorizar o poder de atração do mercado brasileiro através da fixação de uma política de entrada de capitais de risco.

Devemos definir com precisão regras disciplinadoras do ingresso das empresas estrangeiras, a partir das conveniências nacionais, estabelecidas pela política industrial em seu conjunto. Não se trata, apenas, de estabelecer restrições, senão de oferecer princípios duradouros que permitam um convívio proveitoso para a nação entre os



parceiros, salientando-se o caráter complementar da contribuição estrangeira ao nosso próprio esforço de desenvolvimento nacional.

Finalmente, julgamos necessário chamar a atenção para o problema do estímulo à pequena e média empresa, base da livre iniciativa. É certo que a política governamental neste campo exige esforços redobrados, tanto no que diz respeito à disponibilidade de recursos suficientes para a expansão e modernização quanto no que se refere a apoio tecnológico e assistência técnica direta. Seria conveniente um exame da possibilidade de se dilatarem os prazos de recolhimento dos impostos indiretos, para minorar suas carências de capital de giro, agravadas neste momento pelas altas taxas de juros.

A efetivação de uma política industrial, nos moldes que estamos preconizando, supõe uma participação ativa do empresariado em sua elaboração. Os órgãos encarregados de sua formulação deverão abrigar representação dos industriais, que poderão assim emprestar sua experiência e conhecimento no desenho das grandes linhas daquela política, ainda que não interferindo nas decisões administrativas.

A execução desta política tem como pressuposto um comportamento da agricultura capaz de respaldar o crescimento industrial, quer do ponto de vista do fornecimento de insumos e alimentos, quer pela provisão de divisas, quer pela ampliação dos mercados de trabalho e consumo, quer como base de apoio a agroindústria. Em outras palavras, esperamos que a agricultura mantenha o bom desempenho do período de industrialização.

No entanto, como industriais, reconhecemos que as tarefas futuras da agricultura exigirão cuidados muito maiores. As políticas de crédito, de preços e de abastecimento de insumos têm revelado caráter imediatista, levando o produtor à incerteza e introduzindo pressões desnecessárias sobre o custo de vida. A ausência de uma infraestrutura de armazenagem e escoamento das safras, capaz de evitar a perpetuação de oscilações violentas de preços, agravadas pela ação de estruturas de comercialização inadequadas, compromete a rendado produtor e a regularidade da oferta. Já é horas de incorporar os autênticos representantes do meio rural na formulação de uma política agrícola capaz de garantir não só a expansão do abastecimento interno como também de evitar políticas inadequadas na comercialização externa das safras.

Por estarmos abordando alguns aspectos do que nos parecem ser problemas básicos da nação, não poderíamos omitir a importante questão social. Todos sabemos que o processo de desenvolvimento econômico convive com desigualdades sociais profundas. Sabemos também que as origens destas desigualdades são remotas e de natureza diversa. Mas devemos admitir que sua presença na cena brasileira se tornou crítica, pondo em risco, a longo prazo, a estabilidade social e exigindo, de imediato, soluções compatíveis com as exigências de uma sociedade moderna.

Qualquer política social conseqüente deve estar baseada numa política salarial justa, que leve em conta, de fato, o poder aquisitivo dos salários e os ganhos de produtividade médios da economia. A partir deste patamar, poder-se-ia, então, atender às diferenças setoriais, abrindo espaço para a legítima negociação entre empresários e trabalhadores, o que exige liberdade sindical, tanto patronal quanto trabalhista, e dentro de um quadro de legalidade e de modernização da estrutura sindical.

Não basta, porém, no quadro brasileiro, a implementação de uma política salarial compatível. É necessário que o Estado enfrente as carências gritantes em matéria de saúde, saneamento básico, habitação, educação, transportes coletivos urbanos e de defesa do meio ambiente. Não desconhecemos as dificuldades que se antepõem a resolução desses problemas, nem mesmo ignoramos que exigem prazos relativamente longos. Por isso mesmo, a necessidade de se ampliar a escala dos investimentos públicos nesta área. A magnitude dos recursos exigidos para consecução deste programa requer, pelo menos, providências em duas direções: revisão do sistema tributário, combinada com um manejo adequado da dívida pública, e racionalização do gasto público.

A revisão do sistema tributário deve estar concentrada em dois pontos: tornar mais equânime o imposto de renda das pessoas físicas, taxando progressivamente as rendas de capital e reavaliar os incentivos fiscais de modo a carrear recursos para áreas mais prioritárias que algumas das atendidas na legislação atual.

A dívida pública é um instrumento válido de captação de recursos, desde que seja manejada com critérios apropriados, diferenciando-se as taxas de juros em benefício dos títulos públicos de prazo mais longo. Não se trata de carrear em grande escala recursos adicionais para o Estado, senão de reaproveitar os recursos financeiros já existentes de forma mais produtiva, retirando a dívida pública do emaranhado especulativo em que se encontra.

Quanto à racionalização do gasto, é notório que muito há fazer na direção de um emprego mais produtivo e eficiente dos dinheiros públicos, quer estabelecendo prioridade mais refletida quer conferindo maior austeridade à gestão do Estado.

No quadro das desigualdades não pode ser omitida a situação das regiões menos desenvolvidas. Neste caso, as políticas de desenvolvimento regional colocadas em prática necessitam urgente revisão. São flagrantes as distorções que engendraram, desconsiderando o aproveitamento adequado da agricultura, deixando de lado as exigências de emprego e dando mesmo margem ao surgimento de empresas industriais baseadas em incentivos permanentes.

Os gastos sociais podem servir de apoio para a recuperação plena da economia, iniciando um novo período de expansão, desde que, é verdade sejam solucionados concomitantemente os problemas financeiros que mencionamos. A subida criteriosa dos salários reais significará um alargamento de mercado para o setor produtor de bens de consumo; e o programa de investimentos públicos em infra-estrutura urbana terá um poderoso efeito dinamizador sobre a indústria de bens de produção, levando à absorção de sua capacidade ociosa e, em seguida, reativando os investimentos privados e proporcionando a criação de empregos na proporção exigida pelo crescimento demográfico.

### III

Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classes. O regime democrático. Mais que isso, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade. Mas defendemos a democracia, sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas. E é dentro desse espírito com o desejo de contribuir, que submetemos nossas idéias ao debate do conjunto da sociedade brasileira, e em especial, de nossos colegas empresários e dos homens públicos.

Antônio Ermírio de Moraes

Cláudio Bardella

Jorge Gerdau

José Mindlin

Laerte Setubal Filho

Paulo Vellinho

Paulo Villares

Severo Fagundes Neto

In: OLIVEIRA, Marly Job. A política geral do regime militar para construção das suas políticas econômicas (1964-1985), p.230-235, Tese de doutoramento defendida na USP, 2007.

## Empresários que assinaram o documento intitulado “Manifesto dos Oito”

### Cláudio Bardella

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	
Período	
Formação Acadêmica	Formado em Engenharia Industrial Mecânica pela PUC-SP
Atuação nas Agências Estatais	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	É membro e um dos fundadores do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (IEDI) Foi presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) Foi Vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)
Atividades Profissionais	Presidência da Bardella S.A
Atuação Política Partidária	

Fonte: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_S=112#.T2caZtmP-So](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=112#.T2caZtmP-So)

### Severo Fagundes Gomes Neto

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	Ministro da Agricultura Ministro da Indústria e do Comércio Senador-SP Secretaria de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo no governo de Luís Antônio Fleury Filho
Período	1966-1967; 1974-1977; 1983-1987 e

	1987-1991; 1991-1995
Formação Acadêmica	Formou-se em Direito pela USP (1947) Curso da Escola Superior de Guerra (ESG) (1965)
Atuação nas Agências Estatais	Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil Integrou o Conselho da República (1990)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Conselheiro da Associação Comercial do Estado de São Paulo Presidente da Associação Brasileira de Criadores Diretor da Sociedade Rural Brasileira Integrou o conselho técnico-administrativo da Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES) Diretor da Federação de Agricultura de São Paulo
Atividades Profissionais	Diretor-presidente da Tecelagem Paraíba (sucessora da Cobertores Paraíba) Membro do conselho consultivo do Banco Mercantil Diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo
Atuação Política Partidária	UDN ARENA MDB PMDB

Fonte: COSTA e MALIN, Verbete: Severo Gomes, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

### **Antônio Ermírio de Moraes**

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	

Período	
Formação Acadêmica	Engenharia Metalúrgica na Colorado School of Mines
Atuação nas Agências Estatais	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Atuação no Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) Conselheiro administrativo do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) Presidente emérito da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp)
Atividades Profissionais	Conselho da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência Diretor superintendente do Grupo VOTORANTIM
Atuação Política Partidária	PTB

Fonte: BASTOS, DEZOUZART e XAVIER, Verbete: Antônio Ermírio de Moraes, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

### **José Ephim Mindlin**

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo
Período	1975
Formação Acadêmica	Direito na USP Recebeu o título de Professor Honorário da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, e o título de Doutor <i>Honoris Causa</i> em Letras pela Brown University, de Providence, R.I., nos Estados Unidos, pela Universidade de Brasília, Universidade da Bahia, Universidade de

	Tocantins e Universidade de São Paulo.
Atuação nas Agências Estatais	Membro do Conselho Superior da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) de 1973 a 1974 Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CNPq, do Instituto de Pesquisa Tecnológica Comissão Nacional de Tecnologia da Presidência da República
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Presidente do Sindicato dos Produtores de Auto-Peças Conselheiro do IBRASA De 1975 a 1976, foi diretor do Conselho de Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Vice-Presidente da mesma Fundador da UNIEMP
Atividades Profissionais	Presidente da Metal Leve Redator de O Estado de São Paulo, entre 1930-1934 Membro do Conselho Internacional da FIAT, Membro do Conselho Internacional do Unibanco Membro do Conselho do Banco de Montreal. Membro colaborador da Academia Brasileira de Ciências e Membro do Conselho do Museu de Arte Sacra de São Paulo Membro do conselho do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro Membro do conselho do Museu de Arte



	<p>Moderna de São Paulo (MAM)</p> <p>Membro do conselho do Museu Lasar Segall</p> <p>Membro honorário do Conselho Internacional do Museu de Arte Moderna de Nova York</p> <p>Membro do Conselho Editorial da EDUSP</p>
Atuação Política Partidária	

Fontes:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4346&sid=546;>

[http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_S=112#.T2caZtmP-So](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=112#.T2caZtmP-So)

### **Paulo D'Arrigo Vellinho**

Origem Regional	Rio Grande do Sul
Cargo Público	Integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da Presidência da República
Período	2010-atualmente
Formação Acadêmica	Química Industrial pela Universidade Federal do RS (UFRGS)
Atuação nas Agências Estatais	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<p>Fundador e Membro do Conselho da Associação do Aço do Rio Grande do Sul</p> <p>Presidente da Fiergs — Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul</p> <p>Diretor Presidente da ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica</p> <p>Presidente do SINAES - Sindicato das Industrias Elétricas, Eletrônicas e Similares do Estado de São Paulo</p>

	Presidente da ASGAV - Associação Gaúcha de Avicultura
Atividades Profissionais	Foi Diretor Presidente da Springer S/A, da Springer Carrier do Nordeste, da Springer National da Amazônia e da Springer Amazônia Refrigeração S/A Diretor da COEMSA Representante da Empresa Granóleo S.A. - Óleos Vegetais Diretor Presidente da Paulo Vellino Consultores Associados Conselheiro das Indústrias Coldex Tosi
Atuação Política Partidária	

Fonte:

<http://www.cdes.gov.br/conselho/3/paulo-vellino.html>

### **Laerte Setubal Filho**

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	
Período	
Formação Acadêmica	Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 1949
Atuação nas Agências Estatais	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Associação Comércio Exterior Brasil (AEB) Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) Instituto de Racionalização do Trabalho (IDORT) Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais

	(IPEF) Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP)
Atividades Profissionais	Conselheiro da Duratex desde 1980, atualmente ocupando o cargo de Vice-Presidente, e membro do Conselho Superior de Comércio Exterior - COSCEX.  Administrou as seguintes empresas:Scania do Brasil S.A., Vidraria Santa Marina, Siemens S.A., Lion Empreendimentos, Samba S.A., Caterpillar do Brasil e Eternit S.A.
Atuação Política Partidária	

Fonte:

<http://ww13.itau.com.br/Itausa/Content/Comunicado/ListaComunicados.aspx?Comunicado=399&idioma=pt-BR>

### Paulo Diederichsen Villares

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	
Período	
Formação Acadêmica	Engenheiro Metalurgista pela Poli-USP
Atuação nas Agências Estatais	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Ex-presidente do Conselho de Administração do <b>IBGC</b> , do <b>IPT</b> , do <b>IBS (1976-1988 e 1984-1986)</b> do <b>ILAFA</b> Membro do Conselho do <b>CEAL- Conselho de Empresários da América Latina</b> e do <b>IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial</b> , participou de vários Conselhos de

	Administração e Consultivos no Brasil e no exterior, como ALCOA, Alpargatas, Caterpillar, IBM Américas/Far East/Latin America Group, International Iron and Steel Institute, International Finance Corp, Chase Manhattan Bank, Avon Products, World Economic Forum e Conference Board"
Atividades Profissionais	Foi Presidente da Diretoria e do Conselho de Administração de Indústrias Villares e demais empresas do Grupo Villares
Atuação Política Partidária	

Fonte: [www.ibgc.org.br/congresso/pt/speakers/](http://www.ibgc.org.br/congresso/pt/speakers/)

### **Jorge Gerdau Johannpeter**

Origem Regional	Rio de Janeiro
Cargo Público	
Período	
Formação Acadêmica	É graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Atuação nas Agências Estatais	Membro do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobrás  Presidente da câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Produtividade do Governo Dilma Rouseff
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Presidente do Conselho Superior do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP)  Integra a Fundação Nacional da Qualidade

	<p>(FNQ)</p> <p>Presidente fundador do Movimento Brasil Competitivo (MBC)</p> <p>Membro eleito da International Academy for Quality (IAQ)</p> <p>Membro do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do World Steel</p> <p>Membro do Conselho da ONG “Parceiros Voluntários Association</p> <p>Membro do Conselho do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), do qual foi presidente durante duas gestões (180-1982; ?)</p> <p>Membro do Conselho Superior Estratégico da Fiesp</p>
Atividades Profissionais	<p>Presidente do Conselho de Administração da Gerdau.</p> <p>Coordena o Instituto Ação Empresarial</p>
Atuação Política Partidária	

Fonte: [http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot\\_sites/10\\_congresso\\_inter/palestrantes.html](http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot_sites/10_congresso_inter/palestrantes.html)

## Pessoal do Estado

### Delfim Neto

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	Ministro da Fazenda Ministro do Planejamento
Período	15/03/67 a 15/03/74 15/08/79 a 14/03/85
Formação Acadêmica	Possui graduação em Economia (USP) e Doutorado na mesma universidade.
Atuação nas Agências Estatais	DER (1948) Membro do CONSPLAN (1965) Membro do CNE Chefe da Secretária da Fazenda de São Paulo (1966-1967) Embaixador na França (1975-1978) Ministro da Agricultura (1979) Empresa Brasil de Comunicação (2007- 2009)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	IPES ANPES Assessor Econômico da Associação de Comércio do Estado de São Paulo (1985) Presidência do Conselho Superior de Economia do Instituto Roberto Simonsen Membro do Conselho Orientador do IPEA (2008) Valor Econômico Folha de São Paulo
Atividades Profissionais	Professor catedrático de Economia brasileira da USP Vice-Presidente da ordem dos

	economistas de São Paulo (1958)
Atuação Política Partidária	Deputado Constituinte (1987-1988 - PDS) Deputado Federal (1987-2007)

Fonte: ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

### Plínio Oswaldo Assman

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	Secretário de Transportes do Estado de São Paulo quando implementou o Programa de Concessões Rodoviárias do Estado.
Período	1995/2001
Formação Acadêmica	Engenheiro Mecânico e Administrador de Empresas pela USP - Politécnica
Atuação nas Agências Estatais	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Fundador e primeiro presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) Diretor Superintendente do Instituto de Pesquisas Técnicas (IPT) da FIESP Presidente do <b>IBS (1982-1984)</b> Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Engenharia (2011)
Atividades Profissionais	Ministrou aulas na USP - Politécnica, na cadeira de Máquinas Elétricas Foi engenheiro da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional e da COSIPA; Foi gerente da Aços Villares

	<p>Foi Presidente do Metrô de São Paulo por sete anos.</p> <p>Foi Presidente da COSIPA.</p> <p>Foi Presidente dos Conselhos de Administração da privatização da Carafba Metais (BA) e da Cia Nacional do Cobre (RS), empresas de propriedade do BNDES</p> <p>Foi Presidente do Conselho de Administração do Metrô do Rio de Janeiro</p> <p>Foi Membro da primeira Diretoria da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)</p>
Atuação Política Partidária	PSDB

Fonte: <http://www.assmannconsultoria.com.br/index1.asp?qm=p&ed=1&c=15>

### **Luís Carlos Bresser Pereira**

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	Ministro da Fazenda
Período	03/05/87 a 18/12/87
Formação Acadêmica	<p>Direito (USP)</p> <p>Pós-Graduação (Michigan)</p> <p>Doutorado (USP)</p> <p>Livre Docência (USP)</p>
Atuação nas Agências Estatais	<p>Secretária de Governo de SP (1985)</p> <p>Secretário de Ciência e Tecnologia (1987)</p> <p>Ministro da Administração e da Reforma do Estado (1995-1998)</p> <p>Ministro da Ciência e Tecnologia (1999)</p>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<p>Jornal O Tempo (1950-55)</p> <p>Jornal Última Hora (1956-57)</p> <p>Jornal FSP (1976-87)</p> <p>Presidente SESU (1977-84)</p>



	<p>Presidente do Centro de Economia Política (1980-94)</p> <p>Presidente do Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais (1993-94)</p> <p>Membro do Conselho Superior de Economia da FIESP (1987)</p>
Atividades Profissionais	<p>Professor EASP-FGV (1962-)</p> <p>Diretor Administrativo do Grupo Pão de Açúcar (1965-83)</p> <p>Diretor Banespa (1983)</p> <p>Professor Oxford (1999-2001)</p> <p>Professor USP (2002-03)</p>
Atuação Política Partidária	<p>Filiação ao PMDB (1984)</p> <p>Filiação ao PSDB (1988)</p>

Fonte: ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

### **Maílson da Nóbrega**

Origem Regional	Paraíba
Cargo Público	Ministro da Fazenda
Período	06/01/88 a 15/03/90
Formação Acadêmica	Economia (CEUB)
Atuação nas Agências Estatais	<p>Funcionário de Carreira do Banco do Brasil (1963)</p> <p>Assessoria do Ministério da Indústria e Comércio (1977-78)</p> <p>Assessoria do Ministério da Fazenda (1979-82)</p> <p>Secretário Geral do Ministério da Fazenda (1983-84 / 1987-88)</p>

	Presidente do CMN (1988-90) <b>Presidente do Conselho Federal de Desestatização (1988-90)</b>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Membro do Conselho Superior de Economia da FIESP (1992) FSP (1995-2000) O Estado de São Paulo (2000) Revista VEJA (2000)
Atividades Profissionais	Diretor Executivo do EUROBRAZ (1985-86) Membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial Membro do Conselho de Reforma do Estado (1995) Presidência da Maílson da Nóbrega Consultoria (1996) Sócio da Tendência Consultoria (1997)
Atuação Política Partidária	

Fonte: ALMEIDA, Monica Piccolo. Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Países da América Latina  
Produção de Aço – 1977-1978

t x 10 <sup>6</sup>			
	1977	1978	%
Argentina	2,4	2,6	11,1
Brasil	9,2	11,2	21,7
Chile	0,4	0,5	14,1
México	5,2	5,5	4,7
Venezuela	0,9	0,8	(5,9)
Outros	0,7	0,7	0,9

Fonte: WOODS, 1978, p.7-8.

## Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. “Crise” (Verbetes), In: Dicionário de Filosofia São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

ABREU, Alzira Alves de. CPDOC-FGV Verbetes: Edmundo de Macedo Soares, Disponível em: <http://www.fgv.br>

ALBERT, Hans. O tratado da razão crítica, Tempo Brasileiro, 1976.

ALMEIDA, Monica Piccolo. Programa Nacional de Desestatização do governo Collor: uma leitura gramsciana. In: Simpósio Nacional de História, 24. 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

\_\_\_\_\_. Reformas Neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. História de uma década quase perdida. PT, CUT, Crise e Democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Mauricio da Silva; GANDRA, Guilherme Tavares. Reestruturação na Siderurgia Brasileira, In: [http://ecologia.icb.ufmg.br/~rpcoelho/Livro\\_Reciclagem/ferro\\_bndes\\_siderurgia\\_brasil\\_eira.pdf](http://ecologia.icb.ufmg.br/~rpcoelho/Livro_Reciclagem/ferro_bndes_siderurgia_brasil_eira.pdf).

\_\_\_\_\_. Textos “Mineração e Metalurgia”, In: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

ANTUNES, Ricardo. A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC, e Lula). Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

ARAÚJO, Maria Celina D´. E Ele Voltou. O Segundo Governo Vargas e a Comissão de Desenvolvimento Industrial In: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoDI>

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO/São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BAER, Werner. A Economia Brasileira, São Paulo: Editora Nobel, 2009.

\_\_\_\_\_. Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BARROS, Gustavo de. O Problema Siderúrgico Nacional na Primeira República. Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BEAUD, Michel. História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BENJAMIN, Cid e KELLER, Vilma. DHBB, CPDOC-FGV, Verbete: Octávio Gouveia de Bulhões, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

BERNARDO, João. Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista. Porto: Afrontamento, 1975.

\_\_\_\_\_. O Inimigo Oculto- Ensaio sobre a Luta de Classes: Manifesto Anti-Ecológico. Porto: Afrontamento, 1979.

BIANCHI, Alvaro. Hegemonia em construção. A trajetória do PNBE. São Paulo: Xamã, 2001.

\_\_\_\_\_. Crise, política e economia no pensamento gramsciano. Novos Rumos, São Paulo, nº36, 2002.

\_\_\_\_\_. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa do conceito gramsciano de hegemonia. Cadernos CEMARX, nº4, 2007.

\_\_\_\_\_. O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política. São Paulo, Alameda, 2008.

BIELCHOWSKY, Ricardo. O Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: CONTRAPONTO, 1996.

BIER, Amaury Guilherme; PAULANI, Leda & MESSEMBERG, Roberto. O heterodoxo e o pós-moderno: o Cruzado em conflito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOITO JR., Armando. “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê “Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil”, Revista Idéias, n. 9 (1), Campinas, IFCH-UNICAMP, 2002.

BORGES, Charles Irapuan Ferreira. Breve introdução à teoria da Justiça de John Rawls. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2096, 28 mar. 2009, In: <http://jus.com.br/artigos/12549>.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O negócio do século: O acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha, In: Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BRUM, Henrique. John Rawls, Uma Teoria da Justiça (1971), In: <http://sefp.files.wordpress.com/2010/01/john-rawls-uma-teoria-da-justica.pdf>, 2010.

CAMPOS, Patrícia e RAMOS, Plínio de Abreu, Verbete: Tancredo Neves, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

CASTRO, Antonio Barros de e SUZA, Francisco Eduardo Pires de. A Economia Brasileira em Marcha Forçada. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

CECHINE, Sinclair e SÁ, Ana Cristina. Verbete: Ângelo Calmon de Sá, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. A Mundialização Financeira. São Paulo: Xamã, 1998.

CODATO, Adriano Nervo. Poulantzas, o Estado e a Revolução. Revista Crítica Marxista, nº27, 2008.

COSTA, Marcelo e MALIN, Mauro. Verbete: Severo Gomes, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

\_\_\_\_\_. Verbete: Roberto Gusmão, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

\_\_\_\_\_. Verbete: Aníbal Teixeira de Souza, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio, São Paulo, Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. Gramsci: um Estudo sobre o seu Pensamento Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Amélia e GUIDO, Maria Cristina, Verbete: Ernesto Geisel, Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)

COUTO E SILVA, Golbery do. Conjuntura Política Nacional – O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

CRUZ, Sebastião Velasco e. Empresários, economistas e perspectivas da democratização no Brasil. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (Orgs.). A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

\_\_\_\_\_. Estado e economia em tempo de crise: Política industrial e transição política no Brasil nos anos 80, Tese de Livre Docência, Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DEANE, Phyllis. A Revolução Industrial, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DE MASI, Domenico. A Sociedade Pós-Industrial. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Quem foi quem na constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo: Cortez: Oboré, 1988.

DEZOUART, Elizabeth. Verbete: Paulo Egídio, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

\_\_\_\_\_. Verbete Olavo Setubal, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

\_\_\_\_\_. Verbete: Laudo Natel, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

DIAS, Sônia. Verbete: Guilherme Guinle. Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)

DJILAS, Milovan. Nova Classe. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. A Internacional Capitalista. Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional (1918-1986), Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

\_\_\_\_\_. O Jogo da Direita na Nova República. Rio de Janeiro: Petrópolis, Editora Vozes, 1989.

EARP, Fábio Sá e Prado, Luiz Carlos Delorme. In: O Brasil Republicano, V.2, (Orgs.) Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FARO, Clóvis. Plano Collor: Avaliações e Perspectivas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.



\_\_\_\_\_. A Constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FIORI, José Luis & TAVARES, Maria da Conceição. Desajuste Global e Modernização Conservadora. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. O Vôo da Coruja. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

\_\_\_\_\_. Os Moedeiros Falsos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Brasil no Espaço, Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: economia política da gestão da crise. In: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

Fórum Gazeta mercantil. FMI X Brasil: a armadilha da recessão, São Paulo: Gazeta Mercantil, 1983.

FREUD, Sigmund. A Interpretação dos Sonhos. Leipzig e Viena: Franz Deuticke, 1900.

GUIDO, Maria Cristina e KELLER, Vilma. Verbete: Mário Henrique Simonsen, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

GUIOT, André Pereira. Um “moderno príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002). Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GOLDENSTEIN, Lúcia. Repensando a dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOLDENSTEIN, Sérgio. A dívida externa brasileira (1964-1982): evolução e crise. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

GRAMSCI, Antonio. Cuadernos de la Cárcel, Tomo I, México: Editora Era, Universidade de Puebla, 1999.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, Volume 1, Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, Volume 2, Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, Volume 3, Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, Volume 4, Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, Volume 5, Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. Scritti politici III. A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973. Edizione elettronica: progetto Manuzio, 2009. Disponível em: <http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>.

\_\_\_\_\_. La costruzione del Partito Comunista (1923-1926), Torino: Einaudi, 1971.

HARVEY, David. O Neoliberalismo. Histórias e Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HAYEK, Friedrich August Von, O Caminho da Servidão, 2011, Editora: Instituto Ludwig Von Mises.

HERMANN, Jennifer. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Elsevier, 2005.

JUNQUEIRA, Eduardo. Verbete: José Hugo Castelo Branco, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

KELLER, Vilma e LEMOS, Renato Luís do Couto DHBB, CPDOC-FGV, Verbete: Roberto Campos, Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

KON, Anita. O Planejamento no Brasil II. São Paulo, Editora Perspectiva, 2010.

KORNIS, Mônica. DHBB, CPDOC-FGV Verbete: Lúcio Meira, Disponível em: <http://www.fgv.br>.

KRISTOL, Irving. Neo-Conservatism: The autobiography of an Idea”, Paperback, 1999.

LAMOUNIER, Bolívar (Org.). De Geisel a Collor: O Balanço da Transição. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1990.

LANGONI, Carlos Eduardo. A crise do desenvolvimento: uma estratégia para o futuro, Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto Lemos. Verbete: Artur da Costa e Silva. Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. São Paulo: Centauro, 2005.

LESSA, Carlos. A Estratégia de Desenvolvimento, 1974-1976: Sonho e Fracasso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LOBATO, Monteiro. “Ferro: a solução do caso siderúrgico pelo processo Smith”, São Paulo: Nacional, 1931.

LOURENÇO NETO, Sydenham. Marchas e Contra-Marchas da Intervenção Estatal. Estado, Empresariado e Burocracia na Política Siderúrgica Brasileira, Tese de doutorado submetida ao Programa de Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. Verbete: IBS; [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

\_\_\_\_\_. Verbete CONSIDER; [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

LUZ, Nícia Vilela. A Luta pela Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1961.

MACIEL, David. A Argamassa da Ordem: Da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise (1985-1990), São Paulo: Alameda/ Goiânia, Funape, 2012.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARÍNS, Aluisio. Estudos sobre siderurgia. “Tese de Mestrado” defendida na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1968.

MARQUES, Jales Ramos & FLEISCHER, David Verge. PSDB: de facção a partido. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A Crise do Governo Collor e a Tática do PT, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MARX, Karl. O Manifesto Comunista 150 anos depois, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MATOS, Patrícia de Oliveira. Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND, Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia, Revista História & Luta de Classes, Nº1, 2005.

\_\_\_\_\_. As greves na trajetória da classe trabalhadora brasileira, Conferência de Abertura da IV Jornada GT Mundos do Trabalho, Pelotas, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. O Estado Brasileiro: Agências e Agentes. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MENEGUELLO, Rachel. Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997). São Paulo: Paz e Terra, 1998.

META, Chiara. Un convegno sul concetto di egemonia,2005.Disponível em: <http://www.gramscitalia.it/egemeta.htm>.

MINELLA, Ary Cesar. Banqueiros: Organização e Poder Político no Brasil, Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

\_\_\_\_\_. “Empresariado financeiro: organização e posicionamento no início da década de 90”, In: DINIZ, Eli (org.). Empresários e Modernização Econômica: Brasil Anos 90. Florianópolis, Editora UFSC, IDACON, 1993.

\_\_\_\_\_. “O Discurso Empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros”, Revista Ensaios, FEE, Porto Alegre, (15) 2:505-546,1994.

MODIANO, Eduardo. “A Ópera dos Três Cruzados: 1985-1989”. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A Ordem do Progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

MORANDI, Angela Maria. Reestruturação Industrial e Siderurgia: Uma Análise do Setor Siderúrgico Brasileiro – O Caso da CST. Tese de Doutorado submetida ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MOREIRA, J.P.O. Intervenção Estatal, Empresariado e Privatizações: O Caso da USIMINAS, Monografia de conclusão de curso submetida ao Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

MOREIRA, Regina da. Verbete: Oswaldo Aranha. Disponível em: [www.fgv.com.br](http://www.fgv.com.br)

MORESSI, Sérgio. Robert Novick e o liberalismo fora de esquadro, In: Revista Lua Nova, nº55-56, 2002.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “A Primeira Guerra Mundial”, In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (Org.) O Século XX: O Tempo das Certezas – Da Formação do Capitalismo à Primeira Grande Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NETTO, José Paulo. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. São Paulo: Cortez, 2012.

NOZICK, Robert. Anarquia, Estado e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

O'DONNELL, Guillermo. Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários: São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1987.

OLIVEIRA, Francisco. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. A Falsificação da Ira. São Paulo: Imago, 1992.

\_\_\_\_\_. Os Direitos do Antivalor: A Economia Política da Hegemonia Imperfeita, Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Crítica a Razão Dualista. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Marly Job. A política geral do regime militar para construção das suas políticas econômicas (1964-1985), p.230-235, Tese de doutoramento defendida na USP, 2007.

PASSOS, Marcelo Oliveira. Plano Cruzado, Bresser e Verão, In: Desenvolvimento de material didático ou instrucional, Apresentação de Power Point, Universidade Federal de Pelotas, 2009.

PELÁEZ, Carlos Manoel. História da Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PESSANHA, Charles Freitas. O Estado e Economia no Brasil: a campanha contra a estatização 1974-1976, Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 1981.

PETRAS, James. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: Editora da Furb, 1999.

PINTO, José Nêumane. Atrás do palanque: Os bastidores da eleição de 1989. São Paulo: Siciliano, 1989.

POSO, Antonio Toledo. O Processo de Reestruturação da Siderurgia Mundial e Brasileira. O Caso da Companhia Siderúrgica Nacional. Dissertação submetida ao Programa de Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

\_\_\_\_\_. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

\_\_\_\_\_. A Crise das Ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRADO, Eleutério Fernando da Silva. Lei de Marx: Pura lógica? Lei empírica?, Congresso do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa Marx e o Marxismo, 2013.

Programa de Governo de Paulo Gontijo. In: <http://www.ipg.org.br/arquivos/PlanodeGoverno.pdf>

RAMOS, J.R. de Andrade. Os Paleontólogos Brasileiros. Trabalho apresentado no VIII Congresso de Paleontologia, 1983.

RANGEL, Ignácio M. “O Quarto Ciclo de Kondratieff”, In: Revista de Economia Política, v.10, nº4 (40), Outubro-Novembro, 1990.

RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REIS, Alessandra V.. Verbete: PMB. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

Relatório do Convênio Prefeitura de Ipatinga/IPEAD/CEDEPLAR/UFMG “Usiminas Privatizar Pra Quê?”, 1991.

RÉMOND, René. O Século XX: De 1914 aos Nossos Dias. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. História Econômica Geral. São Paulo: Contexto, 2005.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. Das missões à comissão: Ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953), In: Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de História Social da Universidade Federal Fluminense em 2012.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ/CONTRAPONTO, 2011.

RUIZ, Manoel. A História do Plano Collor. In: <http://www.sociedadedigital.com.br/artigo.php?artigo=114>.

SAES, Décio. A Questão da Autonomia Relativa do Estado em Poulantzas. Revista Crítica Marxista, nº7, 1998.

SALLUM, Brasília. Labirintos: Dos Generais à Nova República, São Paulo: Hucitec, 1996.

SALOMÃO, Ivan Colangelo. Arroubos Econômicos, Legitimação Política: Uma Análise da Moratória da Dívida Externa de 1987. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.



SARDENBERG, Carlos Alberto. *Aventura e Agonia: nos bastidores do Cruzado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAYAD, João. “A Estabilidade da instabilidade”. In: BASTOS, Evandro Oliveira (Org.). *Sarney: o outro lado da história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SECCO, Lincoln. “Crise e Estratégia em Gramsci”, In: BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo; DIAS, Edmundo Fernandes; MASSARI, Roberto; SECCO, Lincoln (Org.), *O Outro Gramsci*, São Paulo: Editora Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. Verbetes, Intelectuais (1), In: [www.acesa.com](http://www.acesa.com)

SINGER, Paul. *A Crise do “Milagre”: Interpretação Crítica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *O dia da lagarta: democratização e conflito distributivo no Brasil do Cruzado*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOARES, Edmundo de Macedo. *O Ferro na História e na Economia do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Sesquicentenário, 1972.

\_\_\_\_\_. Edmundo de Macedo Soares, depoimento, 1986, Rio de Janeiro, FGV-CPDOC-História Oral, 1992.

SOLJENÍTSIN, Alexander, *O Arquipélago Gulag (1918-1956)*, Círculo do Livro, 1976

\_\_\_\_\_. *Pavilhão de Cancerosos*, Expressão e Cultura, 1974.

SOUSA, Luis Otávio, verbete: João Camilo Penna. Disponível em: [www.fgv.br](http://www.fgv.br).

TAVARES, Maria da Conceição. “Império, Território e Dinheiro”, In: FIORI, José Luis (Org.), *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TOGLIATTI, Palmiro. *La formazione del gruppo dirigente del Partito comunista italiano*. Roma: Editori Riuniti, 1962.

WERNECK VIANNA, Salvador Teixeira. Considerações sobre a construção interrompida: uma análise sobre o processo de desenvolvimento da economia brasileira. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.30, nº1, p.87-112., maio 2009.

ZINI Jr., Álvaro Antônio. “Reforma Monetária, Intervenção Estatal e o Plano Collor”, In: O Mercado e o Estado no Desenvolvimento Econômico nos Anos 90 (Org. Álvaro Antônio Zini Jr.), Série IPEA, nº137, Brasília, junho de 1993.

## Fontes

### Jornais & Revistas:

Jornal Diário da Tarde (05/06/1982), localizado na ata do IBS (1982)

MASCOLO, João Luiz. Monetização da economia, Folha de São Paulo, 19/06/1986, In: A Tragédia do Cruzado, São Paulo: Folha de São Paulo, 1987, p.126-127.

MAKSoud, Henry. Por que discordo do pacote, Folha de São Paulo, 24/04/1986, In: A Tragédia do Cruzado, São Paulo: Folha de São Paulo, 1987, p.80-82.

O que os líderes querem ver na Carta Magna, In: Relatório Gazeta Mercantil, 31/01/1987.

Revista Visão, 19 de Abril de 1976.

ROSENBERG, Luiz Paulo. “Os Limites do Possível”, Folha de São Paulo, 03/07/1986, In: A Tragédia do Cruzado, São Paulo: Folha de São Paulo, 1987, p.127-128.

SETÚBAL, Laerte. “Tem que dar Certo”, Folha de São Paulo, 09/03/1986, In: A Tragédia do Cruzado, São Paulo: Folha de São Paulo, 1987, p.75-76.

TABACOF, Boris. “O Começo do Processo Regenerador”, Folha de São Paulo, 01/03/1986, in: A Tragédia do Cruzado, São Paulo: Folha de São Paulo, 1987, p.63.

VIDIGAL, Roberto C. Evitar a desestabilização do Plano Cruzado, Folha de São Paulo, 06/09/1986, In: A Tragédia do Cruzado. São Paulo: Folha de São Paulo, 1987, p.177-178.

VILLARES, Paulo Diederichsen. “O desenvolvimento do setor siderúrgico”, In: O Estado de São Paulo, 05/06/1982.

“Economia fraca, lucros em alta”, O GLOBO, 16/11/2013.

### **Anais dos Congressos do IBS (por sequência cronológica):**

IBS, Boletim, 1968.

Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1972.

Relatório da Comissão de Economia do IBS, em 1976.

Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Paulo Villares, 1976.

IBS, Boletim, 1977.

Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1977.

Discurso do pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Paulo Villares, 1977.

Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1977.

Discurso do Ministro da Indústria e do Comércio Ângelo Calmon de Sá, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia 1977.

Relatório Equipe Técnica do IBS, “A Siderurgia Brasileira face à conjuntura mundial do aço”, 1978.

Relatório da Comissão Técnica de Mercado do IBS, 1978.

Discurso inaugural pronunciado por Paulo Villares, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1979.

Discurso de encerramento pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1979.

Discurso pronunciado pelo então Ministro chefe da secretaria de planejamento da presidência da república, Delfim Netto, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980.

Discurso do Ministro da Indústria e do Comércio João Camilo Penna, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980.

Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980.

Discurso de encerramento do Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1980.

Palestra de Ethienne Vidaurre Poubel no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Recursos para financiamento da siderurgia brasileira”, 1980.

Palestra de William T. Hoogan S.J no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Os anos 80, uma década de desafios para o aço”, 1980.

Palestra de Wolfram Engels no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “A redescoberta de verdades simples: perspectivas econômicas para os anos 80”, 1980.

Pronunciamento do Ministro do Planejamento Delfim Netto no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1980.

Relatório da Comissão de Economia do IBS, 1980.

Relatório da Comissão de Relações Industriais do IBS, “A responsabilidade social da empresa e o balanço social”, 1980.

Discurso inicial pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Jorge Gerdau Johannpeter, 1981

Informe anual do Secretário Geral Fred Woods de Lacerda no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1981.

Discurso pronunciado por Plínio Oswaldo Assman no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1981.

Informe anual do Secretário Geral Fred Woods de Lacerda no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1982.

Palestra de William Rogers no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Sem Título, 1982.

Palestra de Jorge Gerdau Johannpeter no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Análise da siderurgia brasileira em face da atual conjuntura econômica nacional e internacional”, 1983.

Pronunciamento do Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia Plínio Oswaldo Assman, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1983.

Discurso pronunciado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Paulo Diederichsen Villares, 1984.

Exposição de Hélio Sérgio de Oliveira Vilaça no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, ”Perspectivas do Mercado Interno para os Aços-Planos”, representante da CSN, 1984.

Exposição do executivo da GERDAU Rudolfo Teodoro Tanscheit no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, ”Laminados Não-Planos”, Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1984.

Palestra de Aluísio Marins do Consider no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, “Perspectivas e Estratégias para a Siderurgia Brasileira”, 1984.

Palestra de André Musetti no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, "Exportações de Não-Planos: Necessidades e Viabilidades", 1984.

Palestra do representante do Banco Mundial D.F.Barnett no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, "A indústria siderúrgica em situação aflitiva: estratégias novas para uma nova era", 1984.

Palestra do Editor da Revista The Economist, John Andrews, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Sem Título, 1984.

Discurso do Ministro do Planejamento Aníbal Teixeira de Souza no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1987.

Relatório: Siderurgia Brasileira – Questões e Perspectivas. DEEST, 1987.

Exposição de Jorge Gerdau Johannpeter, "Estratégias para o Desenvolvimento da Siderurgia", Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1987.

Palestra de Paulo Villares, "Estratégia para o Desenvolvimento da Siderurgia Brasileira", no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1987.

Pronunciamento do Ministro José Hugo Castelo Branco, "A Política Industrial e a Siderurgia", no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1987.

Fala do Presidente da FIESP/CIESP, Mario Amato, ao dirigir o painel: "Estratégias para o Desenvolvimento da Siderurgia –Aços Planos", no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1987.

Discurso de encerramento do Presidente do IBS no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, André Musetti, 1987.

Boletim Anual do IBS, 1990.

Discurso inaugural do Presidente do IBS Miguel Augusto Gonçalves de Souza, no Congresso do Instituto Brasileiro de Siderurgia, 1990.

### **Links Consultados:**

<http://books.nap.edu/html/biomems/rmehl.html>

<http://www.abmbrasil.com.br/quem-somos/#missao>

<http://www.ghgprotocol.org/Third-Party-Databases/IISI>

<http://www.economist.com/node/1673727>

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8031.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99464.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99464.htm)

<http://www.acobrasil.org.br/site/portugues/index.asp>

<http://www.vsiderurgia.com.br/pt-br/aco/acosPlanos/produtos/Paginas/p.aspx>

[http://www.megaaco.com.br/aco\\_laminado\\_a\\_quente/aco\\_laminado\\_a\\_quente.php](http://www.megaaco.com.br/aco_laminado_a_quente/aco_laminado_a_quente.php)

<http://www.ruukki.com.br/Produtos-e-solucoes/Produtos-em-aco/Acos-revestidos-de-metal>

<http://www.vmtubes.com.br/vmbinternet/calandra.nsf/wehp/HPTInternet-0000>

<http://www.jafetbrasil.com.br/>

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/josesarney/discursos/1988/74.pdf/view>

<http://books.nap.edu/html/biomems/rmehl.html>



<http://www.abmbrasil.com.br/quem-somos/#missao>

<http://www.steel.org/>

[www.dape.net/downloads/programas/mte/LeiN4.923.pdf](http://www.dape.net/downloads/programas/mte/LeiN4.923.pdf)

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF).

(II PND, 1974)

<http://www.revistaih.com.br/colunista/fred-woods-de-lacerda/>

<http://www.ipg.org.br/arquivos/PlanodeGoverno.pdf>

<http://www.assmannconsultoria.com.br/index1.asp?qm=p&ed=1&c=15>

[http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot\\_sites/10\\_congresso\\_inter/palestrantes.html](http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot_sites/10_congresso_inter/palestrantes.html)

[www.ibgc.org.br/congresso/pt/speakers/](http://www.ibgc.org.br/congresso/pt/speakers/)

<http://ww13.itau.com.br/Itausa/Content/Comunicado/ListaComunicados.aspx?Comunicado=399&idioma=pt-BR>

<http://www.cdes.gov.br/conselho/3/paulo-vellino.html>

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=4346&sid=546>

[http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_S=112#.T2caZtmP-So](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=112#.T2caZtmP-So)

[http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_S=112#.T2caZtmP-So](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_S=112#.T2caZtmP-So)

<http://www.academiamineiradeletras.org.br/miguelaugusto.asp>